O projecto de investigação "Mapa da Habitação: Reflexão crítica sobre a arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal (1910-1974)" [P2020-PTDC/CPC-HAT/1688/2014] foi desenvolvido na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP), Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo (CEAU) entre 2016 e 2019.

The research project "Mapping Public Housing: a critical review of the State-subsidized residential architecture in Portugal (1910-1974)" [P2020-PTDC/CPC-HAT/1688/2014] was developed at the Faculty of Architecture of the University of Porto (FAUP), Center for Studies in Architecture and Urbanism (CEAU) between 2016 and 2019.

O Guia para uma terminologia específica, realizado no âmbito do projecto de investigação "Mapa da Habitação: Reflexão crítica sobre a arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal (1910-1974)" [P2020-PTDC/CPC-HAT/1688/2014], para além de constituir uma peça chave na consolidação de conhecimento sistematizado, assumiu-se como um instrumento colectivo de trabalho, performativo e em permanente actualização. Trata-se, nesse sentido, de um documento que ao invés de encerrar o conhecimento do tema através de definições categóricas, se estabelece, pelo contrário, como uma ferramenta teórica dinamizadora de novas leituras, ampliadas através de referências bibliográficas, definições paralelas em contextos internacionais e listagens de exemplos. Nesse sentido, estrutura-se como um permanente hipertexto. Os objectivos deste Guia estendem-se, portanto, para além da definição de conceitos. Cada entrada/termo seleccionado constitui um universo próprio, no qual, ainda que com uma caracterização variável, se procura a construção de um quadro de referências, ampliado por definições paralelas, ou citações relevantes recolhidas em bibliografia especializada, nacional e/ou internacional.

The Guide to a specific terminology within the framework of the research project "Mapping Public Housing: a critical review of the State-subsidized residential architecture in Portugal (1910-1974)" [P2020-PTDC/CPC-HAT/1688/2014] is a key piece in the consolidation of systematized knowledge. It has become a performative and constantly updated collective work tool. Also, the Guide is an instrument that, instead of closing the knowledge of the subject through categorical definitions, establishes a theoretical tool to dynamize new readings, amplified through bibliographical references, parallel definitions in international contexts and sample listings. In this sense, it is structured as a permanent hypertext. The objectives of this document, therefore, extend beyond the definition of concepts. Each selected entry constitutes a universe of its own, in which, albeit with a variable characterization, the construction of a framework of references is sought, amplified by parallel definitions, or relevant quotations collected in specialized national or international bibliography.

ISBN 978-989-8527-19-6

U.PORTO

MAPA DA HABITAÇÃO Guia para uma terminologia específica em arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal [1910-1974]

MAPA DA HABITAÇÃO

Guia para uma terminologia específica em arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal [1910-1974]

GISELA LAMEIRA, LUCIANA ROCHA (COORD.)

MAPPING PUBLIC HOUSING

Guide to specific terminology in State-subsidized residential architecture in Portugal [1910-1974]

PREFÁCIO DE MONIQUE ELEB

EDITORAS | COORDENADORAS

Gisela Lameira [GL]
Luciana Rocha [LR]

PREFÁCIO

Monique Eleb (Consultora MdH)

TEXTOS

Eliseu Gonçalves [EG]
Gisela Lameira [GL]
Luciana Rocha [LR]
Luísa Sousa Ribeiro [LSR]
Raquel Geada Paulino [RGP]
Rui Jorge Garcia Ramos [RJGR]
Sara Ribeiro Martins [SRM]
Sérgio Dias Silva [SDS]

U.PORTO

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO
PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO PT2020-PTDC/CPC-HAT/1688/2014

Ficha Técnica

TÍTULO

Mapa da Habitação:
Guia para uma terminologia específica em Arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal [1910-1974]

Mapping Public Housing:
A guide to specific terminology in state-subsidized residential architecture in Portugal [1910-1974]

EDITORAS | COORDENADORAS

Gisela Lameira [GL]
Luciana Rocha [LR]

PREFÁCIO

Monique Eleb (Consultora MdH)

TEXTOS

Eliseu Gonçalves [EG]
Gisela Lameira [GL]
Luciana Rocha [LR]
Luísa Sousa Ribeiro [LSR]
Raquel Geada Paulino [RGP]
Rui Jorge Garcia Ramos [RJGR]
Sara Ribeiro Martins [SRM]
Sérgio Dias Silva [SDS]

REVISÃO PORTUGUESA

Clemência Rêgo

REVISÃO INGLESA

David Tucker

EDITOR

Universidade do Porto [UP]
Faculdade de Arquitectura [FAUP]

DESENHO GRÁFICO

Cristina Amil

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

Gisela Lameira
Luciana Rocha
Inês Meireles
Alexandra Cardoso
Mónica Nogueira
Maria João Ramos

FOTOGRAFIA DA CAPA

Trabalhos preparatórios da Exposição do Mundo Português realizada em Lisboa em 1940. Fotógrafo: Horácio Novais (1910-1988). Data de produção da fotografia original: 1938-1939 (?). [CFT164.102169]
Fundação Calouste Gulbenkian

DIREITOS DE AUTOR

© desta edição, FAUP, Porto
© dos textos, os autores
© das imagens, os autores

As fotografias que integram esta publicação pertencem aos autores e não podem ser reproduzidas a partir desta edição. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida sob qualquer forma sem a autorização expressa das editoras e dos autores.

Livro publicado no âmbito do projecto de investigação "Mapa da Habitação: Reflexão crítica sobre a arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal (1910-1974)", co-financiado pela ERDF através do COMPETE 2020 – POCI e fundos nacionais da FCT no âmbito do P2020-PTDC/CPC-HAT/1688/2014.

ISBN 978-989-8527-19-6
Depósito Legal 458579/19
1ª edição, Porto, Julho de 2019
500 unidades
Impresso por UNIARTE GRÁFICA, S.A.

SOBRE O PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO

NOME

Mapa da Habitação: Reflexão crítica sobre a arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal (1910-1974)

Mapping Public Housing: A critical review of the State-subsidized residential architecture in Portugal (1910-1974)

SITE

www.mappingpublichousing.up.pt

INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Universidade do Porto [UP]
Faculdade de Arquitectura [FAUP]

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES

Universidad Politécnica de Madrid
Escuela Técnica Superior de Arquitectura
Grupo de Investigación en Vivienda Colectiva [GIVCO]

Universidade Nova de Lisboa [UNL]
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas [FCSH]
Instituto de História Contemporânea [IHC]

Universidade do Porto [UP]
Faculdade de Letras [FLUP]
Instituto de Sociologia [ISUP]

EQUIPA

[FAUP | CEAU / FCT]
Rui J. G. Ramos (Investigador Responsável)
Eliseu Gonçalves (Coordenador)
Gisela Lameira (Bolseiro de Investigação)
Luciana Rocha (Bolseiro de Investigação)
Luísa Sousa Ribeiro (Bolseiro de investigação)
Maria Tavares
Marta Rocha
Raquel Geada Paulino
Sérgio Dias Silva (Bolseiro de Doutoramento)
Teresa Cálix

[ETSAM | GIVCO]
Carmen Espegel
Daniel Movilla Vega

[UNL | IHC-FCSH]
Fernanda Ribeiro
Maria Fernanda Rollo

[FLUP | ISUP]
Virgílio Borges Pereira

CONSULTORES

[UMR | AUSser]
Monique Eleb
Jean-Michel Léger

[USL | AUHG]
Mark Swenarton

PRESTADORES DE SERVIÇOS

Cristina Amil
Luís Urbano
Sara Martins
Silvano Rego

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Cofinanciado por:
COMPETE 2020 PORTUGAL 2020 UNIÃO EUROPEIA Fundos Europeus Estruturais e de Investimento

projeto de investigação
PTDC/CPC-HAT/1688/2014

Agradecimentos

No âmbito específico da execução deste livro, as coordenadoras agradecem a Monique Eleb, consultora do MdH, pelo seu inestimável contributo crítico, aos diversos participantes dos textos, Eliseu Gonçalves, Luísa Sousa Ribeiro, Raquel Geada Paulino, Sara Ribeiro Martins, Sérgio Dias Silva, pelo rigor e pertinência dos conteúdos partilhados, a Filipa Guerreiro, pela revisão de entradas específicas, e a Mónica Nogueira, Maria João Ramos, Inês Meireles e Alexandra Cardoso, pela cedência de material fotográfico. Agradece-se a Cristina Amil, responsável pelo design e montagem gráfica, pelo empenho demonstrado durante todo o processo, e a revisão atenta de David Tucker e Clemência Rego.

Agradece-se de igual modo a toda a restante equipa do MdH, que de forma directa ou indirecta contribuiu de forma activa para a construção da base de dados do Projecto de investigação, fonte primeira e essencial para a construção deste Guia para uma terminologia especifica. À nossa colega e amiga Marta Cruz, um especial agradecimento pela partilha de ideias e discussão de conteúdos, sem dúvida cruciais para a estruturação e organização inicial do livro.

Uma última palavra de gratidão a Rui Jorge Garcia Ramos, Investigador Responsável, não só pela contribuição na redação de entradas específicas, mas acima de tudo pelo apoio incondicional e orientação durante o tempo longo em que este trabalho se realizou.

EQUIPA DO PROJETO DE INVESTIGAÇÃO, CONSULTORES E COLABORADORES

Carmen Espegel

Daniel Movilla

Eliseu Gonçalves

Fernanda Ribeiro

Gisela Lameira

José Virgílio Pereira

Luciana Rocha

Luísa Sousa Ribeiro

Maria Fernanda Rollo

Maria Tavares

Marta Cruz

Marta Rocha

Raquel Geada Paulino

Rui J. G. Ramos

Sérgio Dias Silva

Teresa Calix

Jean-Michel Leger

Mark Swenarton

Monique Eleb

Cristina Amil

Luís Urbano

Sara Ribeiro Martins

Silvano Rego

ENTIDADES

a.mag - international architecture technical magazine

Arquivo Bartolomeu da Costa Cabral

Arquivo Familiar Raúl Lino

Arquivo Forte de Sacavém

Arquivo Histórico de Santo Tirso

Arquivo Histórico Municipal do Porto

Arquivo Histórico Secil - Fábrica Maceira-Liz

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Arquivo Municipal da Covilhã

Arquivo Municipal da Marinha Grande

Arquivo Municipal de Braga

Arquivo Municipal de Cascais

Arquivo Municipal de Ceia

Arquivo Municipal de Coimbra

Arquivo Municipal de Fafe

Arquivo Municipal de Leiria

Arquivo Municipal de Lisboa

Arquivo Municipal de Ponta Delgada

Arquivo Municipal de Tavira

Arquivo Municipal de Vila do Conde

Arquivo Municipal de Vila Nova de Gaia

Arquivo Municipal do Porto

Arquivo Municipal Eduardo Campos - Abrantes

Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner

Arquivo Nacional Torre do Tombo

Banema

Biblioteca Municipal de Figueiró dos Vinhos

Câmara Municipal da Figueira da Foz

Câmara Municipal da Póvoa de Varzim

Câmara Municipal de Matosinhos

Câmara Municipal de Sousel

Câmara Municipal do Porto

Casa da Música

Casa do Povo de Barqueiros

Centro Português de Fotografia

Docomomo Internacional

DomusSocial

Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva

Fundação Calouste Gulbenkian - Biblioteca de Arte

Metro do Porto

Much more than a Window

Município de Viana do Castelo - Arquivo e memória

Norte 41

Ordem dos Arquitectos

Ordem dos Arquitectos - Secção Regional do Norte

Porto.

SPSS design

Unidade de Arquivo e Documentação da Câmara Municipal de Faro

Universidade do Porto

UP Digital

ÀS MUITAS PESSOAS QUE APOIARAM

Adelino Loureiro

Alejandro Aravena

Alejandra Lamarca

Ana Anica

Ana Cardoso Matos

Ana Leal

Ana Pinho

Ana Rita Rodrigues

Ana Tostões

André Godinho

Anselmo Laires

António José Morgado

António Morais Vieira

Artur Coimbra

Artur Neves

Benilde Lopes

Bruno Nacarato

Cândida Pinto
Carlos Guimarães
Carmen Diez
Carmen Lima
Carolina Medeiros
Cláudia Almeida
Cristiana Duarte
Cristina Guedes
Cristina Renzoni
Diogo Ferreira
Domingos Tavares
Eduardo Loureiro
Eliana Sousa Santos
Elisabete Neves
Emília Limede
Fábio Saraiva
Fátima Valado
Filipa Amorim
Filipa Ferreira
Filomena Correia de Carvalho
Filipa Castro Guerreiro
Florencia Astorga
Francisco Vieira Campos
Franz Graf
Gaia Caramellino
Giulia Marino
Gonçalo Canto Moniz
Helena Roseta
Inês Lobo
Jair Anjos
Javier Monclús
Joana Brites
Joana Restivo
Joanna Helm
João Alves
João Pedro Costa
João Pedro Xavier
João Soares
João Valentim
Joaquim Rocha
José António Bandeirinha
José Maria Ferreira
José Ferreira
José Maria Brandão de Brito
José Manuel Martins Ferreira
José Miguel Rodrigues
José Ribeiro
Juan Ignacio Cerda
Leandro Medrano
Leonardo Barros
Leonor Almeida Sousa
Leonor Reis
Ludovina Vale
Luis Moya
Luís Soares Carneiro
Luiz Recamán
Manuel Loff
Manuel Triguinho
Margarida Portugal
Maria Rosa Ferreira
Maria Rodrigues
Miguel Narciso
Miguel Royo
Nuno Brandão Costa
Nuno Guerreiro
Nuno Machado
Nuno Sampaio
Olivier Chadoin
Orsina Simona Pierini
Paula Abrunhosa
Paula Maia
Paulo Almeida
Paulo Sarmento e Cunha
Paulo Tormenta Pinto
Patrícia Malobbia
Pedro França
Pedro Matos
Pedro Monteiro
Rui Póvoas
Sergio Lopez
Simone Almeida
Sónia Alves
Suzana Araújo
Susana Oliveira Marques
Teresa Heitor
Tiago Barão
Tiago Lopes Dias
Tomás Lobo
Valdemar Cruz
Vera Marques Alves
Verónica Moreira
Víctor Oddó
Vítor Pereira
Vitor Reis

ALUNOS

Agatángelo Soler Montellano
Ana Carvalho
Ana Lima
Ana Rita Pimenta
Beatriz Santos Sousa
Diana Vasconcelos
Diogo Paixão
Esperanza M. Campaña Barquero
João J. Borges de Matos Branco
José Urzal Magalhães
Maria João Ramos
Marta Brandão
Rute Lontro
Vasco Antunes

Índice

13 LISTAGENS | SIGLAS E ACRÓNIMOS

15 LISTAGENS | PROGRAMAS DE HABITAÇÃO [1910-1974]
16 *Housing Programmes [1910-1974]*

21 PREÂMBULO | SOBRE O PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO
23 *About the Research Project*

25 PREÂMBULO | PREFÁCIO
27 *Préface*

29 PREÂMBULO | INTRODUÇÃO
33 *Introduction*

37 TERMOS | HABITAÇÃO PROGRAMADA

95 TERMOS | HABITAÇÃO

161 OBRAS POR PROGRAMA

203 BIOGRAFIAS DOS PARTICIPANTES
209 *Bionote of the Participants*

215 ÍNDEX

Fotografia: Avenida Infante Santo [© Gisela Lameira]

Siglas e Acrónimos

BCE	Bairro de Casas Económicas
BS	Bairro social
CAJCI	Colónias Agrícolas da Junta de Colonização Interna
CCAAE	Casas Construídas ou Adquiridas Através de Empréstimo
CCE-CP	Casas Construídas através de Empréstimo: Casas do Povo
CCE-EC	Casas Construídas através de Empréstimo: Empresas Contribuintes
CD	Casas Desmontáveis
CE	Casas Económicas
CFP	Casas para Famílias Pobres
CM	Câmara Municipal
CML	Câmara Municipal de Lisboa
CMP	Câmara Municipal do Porto
COOP	Promoção Cooperativa
CoopHE	Cooperativas de Habitação económica
CP	Casas dos Pescadores
CRE	Casas de Renda Económica
CRL	Casas de Renda Limitada
DGEMN	Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DGPC	Direcção-Geral do Património Cultural
DGSU	Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização
DSUO-CML	Direcção de Serviços de Urbanização e Obras da Câmara Municipal de Lisboa
DGSU-GEH	Direcção Geral dos Serviços de Urbanização - Gabinete de Estudos de Habitação
DGSU-MOP	Direcção Geral dos Serviços de Urbanização - Ministério das Obras Públicas
EPUL	Empresa Pública de Urbanização de Lisboa
FCP	Federação de Caixas de Previdência
FER	Bairros Ferroviários - sem enquadramento legislativo identificado
FFH	Fundo de Fomento da Habitação
FI	Promoção Filantrópica - sem enquadramento legislativo identificado
FS	Bairros para Forças de Segurança - sem enquadramento legislativo identificado

GAS	Gabinete da Área de Sines
GEU	Gabinete de Estudos de Urbanização da Câmara Municipal de Lisboa
GTH	Gabinete Técnico da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa
HBM	*Habitation à Bon Marché*
HE-FCP	Habitações Económicas da Federação das Caixas de Previdência
HLM	*Habitation à Loyer Modéré*
IGAPHE	Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado
IHRU	Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana
INH	Instituto Nacional de Habitação
INTP	Instituto Nacional do Trabalho e Previdência
IVC	Imóvel em vias de classificação
JCCP	Junta Central das Casas dos Pescadores
JCI	Junta de Colonização Interna
JCP	Junta Central das Casas do Povo
MU	Promoção Municipal - sem enquadramento legislativo identificado
MC	Ministério das Corporações
MF	Ministério das Finanças
MIM	Monumento de Interesse Municipal
MIP	Monumento de Interesse Público
MN	Monumento nacional
MONAC	Movimento Nacional de Auto-Construção
MOP	Ministério das Obras Públicas
MP	Ministério da Presidência
MT	Ministério do Trabalho
PCNH	Plano de Construção de Novas Habitações
PER	Programa Especial de Realojamento
PMP	Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto
PRS	Plano de Realojamento dos Sinistrados
RCE	Regime de Casas Económicas
RECRIA	Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados
SAAL	Serviço de Apoio Ambulatório Local
SCM	Santa Casa da Misericórdia
SRU	Sociedade de Reabilitação Urbana

Programas de Habitação [1910-1974]

Bairro de Casas Económicas [BCE].
Decreto-Lei 4137, de 25 de Abril de 1918

Bairro Social [BS].
Decreto-Lei 5543, de 26 de Abril de 1919

Regime das Casas Económicas [RCE].
Decreto-Lei 16055, de 22 de Outubro de 1928

Casas Económicas [CE].
Decreto-Lei 23052, de 23 de Setembro de 1933

Colónias Agrícolas da Junta de Colonização Interna [CAJCI].
Decreto-Lei 27207, de 16 de Novembro de 1936

Casas Desmontáveis [CD].
Decreto-Lei 28912, de 12 de Agosto de 1938

Casas para Famílias Pobres [CP].
Decreto-Lei 34486, de 6 de Abril de 1945

Casas de Renda Económica [CRE].
Lei 2007, de 7 de Maio de 1945, implementado via Habitações Económicas / Federação de Caixas de Previdência [HE/FCP]

Casas para Pescadores [CP].
Decreto-Lei 35732, de 4 de Julho de 1946

Casas com Renda Limitada [CRL].
Decreto-Lei 36212, de 7 de Abril de 1947

Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto [PMP].
Decreto-Lei 40616, de 28 de Maio de 1956

Casas Construídas Através de Empréstimo: Casas do Povo [CCE-CP].
Lei 2092, de 9 de Abril de 1958

Casas Construídas Através de Empréstimo: Empresas Contribuintes [CCE-EC].
Lei 2092, de 9 de Abril de 1958

Casas Construídas ou Adquiridas Através de Empréstimo [CCAAE].
Lei 2092, de 9 de Abril de 1958

Movimento Nacional de Auto-Construção [MONAC].
Lei 2092, de 9 de Abril de 1958

Plano de Construção de Novas Habitações [PCNH].
Decreto-Lei 42454, de 18 de Agosto de 1959

Plano de Realojamento dos Sinistrados [PRS].
Decreto-Lei 48240, de 17 de Fevereiro de 1968

Fundo de Fomento da Habitação [FFH].
Decreto-Lei 49033, de 28 de Maio de 1969

Gabinete da área de Sines [GAS].
Decreto-Lei 270, de 19 de Junho de 1971

Serviço de Apoio Ambulatório Local [SAAL].
Despacho de 6 de Agosto de 1974

Housing Programmes [1910-1974]

Affordable Houses Neighbourhood.
Decree-Law 4137, 25 April 1918

Social Neighbourhood.
Decree-Law 5443, 26 April 1919

Affordable Houses System.
Decree-Law 16055, 22 October 1928

Affordable Houses Programme.
Decree-Law 23052, 23 September 1933

Agricultural Colonies from the Internal Colonization Board.
Decree-Law 27207, 16 November 1936

Demountable Houses Programme.
Decree-Law 28912, 12 August 1938

Houses for Poor Families Programme.
Decree-Law 34486, 6 April 1945

Affordable Rent Houses Programme.
Law 2007, 7 May 1945), implemented via the Affordable Houses – Federation of Provident Funds

Houses for Fishermen Programme.
Decree-Law 35732, 4 July 1946

Houses with Controlled Rent Programme.
Decree-Law 36212, 7 April 1947

Houses built under the Improvement Plan for the City of Oporto.
Decree-Law 40616, 28 May 1956

Houses Built through Loan Programme: Houses of the People.
Law 2092, 9 April 1958

Houses Built through Loan Programme: Business Contributors.
Law 2092, 9 April 1958

Houses Built or Acquired through Loan Programme.
Law 2092, 9 April 1958

National Movement of Self-Construction.
Law 2092, 9 April 1958

Plan for Constructing New Housing Programme.
Decree-Law 42454, 18 August 1959

Plan for Rehousing Disaster Victims.
Decree-Law 48240, 17 February 1968

Housing Sector of the Habitational Fund.
Decree-Law 49033, 28 May 1969

Department of the Sines area.
Decree-Law 270, 19 June 1971

Local Ambulatory Support Service.
Order of 6 August 1974

Fotografia: Bairro de Casas para Pescadores nas Berlengas [© Luciana Rocha]

PREÂMBULO

Sobre o Projecto de Investigação

MAPA DA HABITAÇÃO: REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE A ARQUITECTURA HABITACIONAL APOIADA PELO ESTADO EM PORTUGAL (1910-1974)

Rui Jorge Garcia Ramos, Investigador Responsável

O "Mapa da Habitação: Reflexão crítica sobre a arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal (1910-1974)" é um projecto de investigação co-financiado pela ERDF (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) através do COMPETE 2020 – POCI e fundos nacionais da FCT no âmbito do contrato P2020-PTDC/CPC-HAT/1688/2014, realizado no Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo (CEAU) da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP).

Este projeto pretende enriquecer a discussão sobre o papel do Estado no desenvolvimento de habitação, bem como contribuir para o desenvolvimento de um espaço comum na defesa de decisões nos campos ambiental, social e económico relacionados com a gestão habitacional e, em geral, para a protecção patrimonial da arquitectura.

No período entre 1910 e 1974, Portugal atravessou diversas realidades políticas, desde a 1ª República (1910-1926), a ditadura militar (1926-1933), ao Estado Novo (1933-1974). Tal como na maioria dos países do sul da Europa, o estado-providência foi construído a partir de um regime autoritário, dando origem a uma complexa rede de actuação ajustada às especificidades de cada país.

A resposta (ou a tentativa de) à questão da habitação para classes desfavorecidas fez parte de um conjunto de medidas governamentais destinadas a resolver as necessidades das famílias de menores recursos (educação, saúde e justiça). As soluções de habitação (processo construtivo, organização do espaço, tipologias, uso e integração urbana) expressam a natureza dos compromissos do estado e a relação entre ideologia, políticas de fomento e arquitectura habitacional.

Grande parte da literatura de referência foi produzida sobre os aspectos económicos e políticos, pelo que a produção de habitação (no que se refere, quer à arquitectura, quer à sua inserção urbana) resta praticamente desconhecida enquanto parte integrante da acção social do estado e das políticas de fomento. Estes conjuntos habitacionais construídos por todo o país emergem hoje como um vasto e valioso documento apto a construir ou consolidar o conhecimento nos estudos políticos, sociais e culturais, assim como a gerar novas perspectivas na história da arquitectura. O objetivo do trabalho que propomos é analisar esta realidade construída tendo em vista uma compreensão mais alargada dos fenómenos que lhe deram origem.

A estrutura do MdH consiste num núcleo de investigação associado ao CEAU/FAUP, alargado com investigadores de outras instituições participantes (ETSAM/UPM; FCSH/UNL; FLUP). Este grupo reúne uma equipa internacional e multidisciplinar composta por arquitectos, sociólogos, historiadores e arquivistas, em diferentes fases do seu percurso académico, e com diversas abordagens e contextos de trabalho, bem como os consultores internacionais Jean-Michel Léger (UMR/AUSser, Paris, Bellaville), Monique Eleb (UMR/AUSser, Paris, Malaquais) e Mark Swenarton (Universidade de Liverpool – The Architecture and Urban History Group).

O corpus documental do MdH está ancorado nos projectos de arquitectura das habitações e dos conjuntos urbanos arquivados em diversas instituições nacionais, aos quais se agregam os respectivos documentos processuais (memórias descritivas, relatórios, pareceres, etc.). Este conjunto de informação é compilado numa base de dados que relaciona cada operação/bairro/edifício com referências bibliográficas, imagens e respectiva legislação. Esta informação, reunida em Portugal pela primeira vez, ficará disponível para futuras investigações em todas as áreas do conhecimento. Esta base de dados, disponível para o público geral e institucional, substanciará uma visão actualizada dos conjuntos habitacionais, apoiando intervenções contemporâneas, assim como uma revisão da história política, arquitectónica, económica e social do século XX.

Os resultados do projecto, discutidos e apresentados em conferências e encontros internacionais, resultam em concretizações significativas como a edição de Fascículos/Booklets focados em determinados casos de estudo, seguindo um modelo já implementado por outros grupos internacionais de investigação; uma Exposição sobre os Programas de Habitação; um Documentário que apresenta um percurso sobre este período de estudo; um Congresso Internacional para apresentar e discutir a investigação desenvolvida neste projecto e noutros; e finalmente um Guia para uma terminologia específica e um Livro que confronta estudos nacionais e internacionais sobre a habitação em diferentes áreas disciplinares.

O projeto de investigação Mapa da Habitação centra-se assim numa "outra arquitectura", estruturando um debate sobre a produção de arquitectura corrente que, embora amplamente esquecida pela história, moldou a nossa modernidade. Mas também serve como uma ferramenta valiosa para apoiar intervenções em curso, como o processo de adaptação da eficiência energética aos edifícios de habitação social, ou as chamadas políticas de valorização dos contextos de vizinhança da habitação social.

About the Research Project

MAPPING PUBLIC HOUSING: A CRITICAL REVIEW OF THE STATE-SUBSIDIZED RESIDENTIAL ARCHITECTURE IN PORTUGAL (1910-1974)

Rui Jorge Garcia Ramos, Principal Investigator

"Mapping Public Housing: A critical review of the state-subsidized residential architecture in Portugal (1910-1974)" [MdH] is a research project co-financed by the ERDF (European Regional Development Fund) through COMPETE 2020 – POCI and national funds from FCT under the P2020-PTDC/CPC-HAT/1688/2014 and carried out at the Center for Studies in Architecture and Urbanism (CEAU) at the Faculty of Architecture of the University of Porto (FAUP).

This project intends to enrich the discussion on the subject of the state's role in the housing programme, as well as contributing to the development of common ground in upholding decisions in the architecture and urbanism, environment, social and economic fields related to housing management and, in general, to architectural heritage protection.

In the period between 1910 and 1974, Portugal came across a diversity of political frames, from the 1st Republic (1910-1926) and the military dictatorship (1926-1933) to the Estado Novo regime (1933-1974). As in most Southern European countries, the welfare state here was built upon an authoritarian regime, giving rise to a complex and diverse mode of action adjusted to the specificities of each country.

The answer (or its attempt at one) to the issue of low-income housing was part of a set of government measures addressing the basic needs of the poor (education, health and justice) within an authoritarian regime, repressive of individual and corporate freedoms, where housing and politics were sides of the same coin. Therefore, the housing solutions (construction process, space layout, dwelling typologies, use, urban integration and social control) express the nature of the state's commitment and the relation between ideology, welfare policies and housing architecture.

As most of the research literature is related to this social, political and economic context, the housing undertakings (architecture and urban environments) remain largely uncharted as an element of the state welfare policies and procedures. These housing sets built all over Portugal emerge today as a large and valuable 'document', either to gain or to consolidate further knowledge in its contextual studies – political, social and cultural – or to generate new perspectives on the history of architecture. It is thus our purpose to inquire into this built reality in terms of its architecture, aiming at a broad understanding of the phenomenon.

The structure of the MdH centres on a core group associated with CEAU/FAUP, enlarged with researchers from the other participating institutions (ETSAM/UPM; FCSH/UNL; FLUP). This research group gathers an international and multidisciplinary team composed of architects, sociologists, historians and specialists in information science, working at different stages of their academic career and with diverse approaches and contexts, as well as the international consultants Jean-Michel Léger (UMR/AUSser, Paris, Bellaville), Monique Eleb (UMR/AUSser, Paris, Malaquais) and Mark Swenarton (University of Liverpool – The Architecture and Urban History Group).

The MdH documentary corpus is anchored on the settlements' residential and urban designs archived in various Portuguese institutions, as well as on the related process documents (memoirs, reports and assessment procedures, etc.). This data, compiled in an online database, relates each operation/estate/building to bibliographic references, architectural and urban characterization, images and respective legal frame to support the state programme(s). This information, gathered in Portugal for the first time, will be available for future investigations in all fields of knowledge. The database, available both to general and institutional public, substantiates a contemporary vision of the residential settlements, endorsing their contemporary intervention actions, as well as a review of architectural, political, economic and social 20th century history.

The outcomes, discussed and presented in international conferences and meetings (available on the website: https://mappingpublichousing.up.pt/), support significant achievements such as the publication of the Booklet Periodical Series focused on individual case studies, following a model already implemented by other international research groups; the Exhibition on Housing Programmes, which provides an overall comprehension of its dimension over time; the Documentary as a visual record on this subject; the International Congress to present and discuss the research conducted in different areas in this project and others; and finally, the Guide to a specific terminology in the housing field and the Book that faces national and international studies on housing in different disciplinary areas, allowing a global contextualization of the theme and period.

The Mapping Public Housing research project thus focuses on an "other architecture", framing a debate on the day-to-day architectural production design that, although largely forgotten by history, shaped our modernity. But it is also a tool available to support ongoing interventions such as the retrofit process of energy efficiency of social housing, or the so-called policies for valorisation of neighbourhood context approaches to housing.

Prefácio

ALOJAR AS CLASSES POPULARES NO SÉCULO XX (1910-1974)

Monique Eleb, Consultora do Projecto

Este trabalho, que certamente se irá tornar um clássico como algumas das referências que cita, permitirá um conhecimento detalhado da produção de habitação em Portugal, já que aborda toda a gama de tipos de habitação, os diferentes estatutos de promotores, mas também conceitos que permitiram e permitirão um habitat adaptado às práticas e costumes de cada época.

Em toda a Europa, antes e depois da Segunda Guerra Mundial, os Estados europeus, frequentemente após a execução de inquéritos de higiene social, preocuparam-se em alojar as classes trabalhadoras. Os responsáveis dos países europeus pelo alojamento reúnem-se por ocasião de colóquios internacionais para refletir sobre novos tipos de habitação adaptados a estas populações, organizar concursos, construir e avaliar as soluções preconizadas. Além disso, eles reflectem sobre o auxilio estatal para compensar a crise de produção de habitação privada e promovem leis (como o Decreto-Lei 4137, de 25 de Abril de 1918) que visam favorecer a construção de bairros compostos por casas económicas.

A equipa de investigadores da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, liderada por Rui J. G. Ramos, interrogando-se sobre esta história complexa e multifacetada, escolheu, por ocasião do projeto "Mapa da Habitação: Reflexão crítica sobre a arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal (1910-1974)" [P2020-PTDC/CPC-HAT/1688/2014], abordar estes temas através da análise da terminologia e dos conceitos arquitectónicos. Este método era para mim familiar, no seguimento do trabalho desenvolvido sobre a história social da habitação em França, que também permitiu, numa primeira fase, a comparação das denominações correntes nos dois países, nas duas línguas, e melhor as precisar.

Este glossário propõe analisar os programas habitacionais efectivamente implementados, os modelos de financiamento e os tipos de promoção. A habitação programada é também qualificada tendo em conta os organismos envolvidos. A secção desta investigação relativa à "habitação programada" tem como objectivo clarificar os termos directamente associados a programas de habitação subsidiada pelo Estado, relativamente não só a um contexto legislativo particular, mas também à construção de um quadro de referências bibliográficas e de uma lista de exemplos de edifícios construídos. Esta parte inclui os programas habitacionais implementados em Portugal entre 1910 e 1974 e algumas iniciativas de construção de habitação, mesmo quando não correspondem a um quadro legislativo específico, de iniciativa pública relacionada com certas instituições, como os caminhos-de-ferro e as forças de segurança portuguesas, ou de iniciativa privada relacionada com a promoção filantrópica.

A secção "habitação" destina-se especificamente a abarcar um conjunto de termos usados no domínio da investigação sobre habitação urbana, incluindo alguns termos relevantes para a construção de um paralelo entre a realidade portuguesa e o contexto particular de outros países.

Por último, o glossário inclui de igual modo uma lista de abreviaturas e acrónimos que enumera exaustivamente os vários organismos ou promotores de programas de habitação financiados pelo Estado, pertinentemente complementada pelo estado de evolução da legislação.

Além disso, os exemplos de operações selecionadas referem-se a habitação para habitantes de vários status desde operários, por vezes organizados em cooperativa, a funcionários das ferrovias ou guardas republicanos... Instituições públicas ou companhias de seguros são os mestres de obras envolvidos nessa produção de habitação para as classes populares, construindo tanto casas individuais, isoladas no seu jardim ou em banda, como "grandes conjuntos residenciais", geralmente compostos por blocos. As definições destes tipos e a sua evolução particular em Portugal aparecem no glossário. Entender a produção de uma época requer de igual modo uma interrogação sobre o banal e o excepcional e os exemplos também foram escolhidos deste ponto de vista.

Com base na representação de uma família típica estas habitações são também, por vezes, concebidas a partir de uma reflexão sobre a sua possível evolução no tempo, sobre uma adaptabilidade e flexibilidade, às vezes por adição, particularmente quando se trata de casas isoladas. Esta problemática surge como bastante actual, face à evolução das estruturas familiares e à diversidade, actualmente, dos usos da casa.

Entrar através dos termos, fazendo um glossário, é escolher elaborar uma obra pedagógica, auxiliar os investigadores e outros curiosos das formas programadas da casa a entender a história da arquitectura, e, assim, a do seu país. Na verdade, este método permite percorrer tanto a evolução da arquitectura doméstica como uma teoria orientadora da prática dos arquitectos e outros intervenientes na produção de habitação, mas também acompanhar a evolução dos modos de vida propostos aos habitantes e os conceitos de salubridade e conforto em evolução.

O glossário constitui também uma espécie de guia para distribuir e organizar a habitação nos dias de hoje, porque evoca soluções e formas de concepção por vezes esquecidas que são pertinentes, dada a actual evolução dos estilos de vida, seja em Portugal ou noutro lugar. Mas, ao centrar-se nas políticas de arquitectura e habitação, permite de igual modo reportar os valores da sociedade e das estruturas de relações interindividuais em diferentes momentos da história de Portugal, ou mesmo da Europa.

Préface

LOGER LES CLASSES POPULAIRES AU XXe SIÈCLE (1910 - 1974)

Monique Eleb, Consultant de Projet

Cet ouvrage, qui deviendra certainement un classique comme certains des ouvrages de référence qu'il cite, permettra une connaissance fine de la production du logement au Portugal car il aborde l'éventail des types d'habitat, les différents statuts des commanditaires, mais aussi des concepts qui ont permis, et permettront, de créer un habitat adapté aux pratiques et aux mœurs de chaque époque.

Partout en Europe, avant et après la Seconde Guerre mondiale, les États européens, souvent après des enquêtes d'hygiène sociale, se préoccupent de loger les classes populaires. Les responsables du logement des pays européens se rencontrent à l'occasion de colloques internationaux pour réfléchir à de nouveaux types d'habitations adaptés à ces populations, organiser des concours, construire puis évaluer les solutions préconisées. Par ailleurs ils réfléchissent à des aides de l'État pour compenser la crise de production de logements privés et promeuvent des lois (telles que le décret-loi 4137, du 25 de Avril de 1918) qui visent à favoriser la construction de quartiers composés de maisons économiques.

L'équipe de chercheurs de l'École d'Architecture de l'Université de Porto, dirigée par Rui J. G. Ramos, s'interrogeant sur cette histoire complexe et multiforme, a choisi, à l'occasion du Projet "Mapping Public Housing: a critical review of the state-subsidized residential architecture in Portugal (1910-1974)" P2020-PTDC/CPC-HAT/1688/2014, d'y entrer par l'analyse des dénominations, des concepts architecturaux. Cette méthode m'était familière depuis mon travail sur la socio-histoire de l'habitation en France, qui a d'ailleurs permis, dans un premier temps, de comparer les dénominations des deux pays, des deux langues, et de les préciser au mieux.
Ce glossaire se propose d'analyser les programmes de logements effectivement mis en œuvre, les modèles de financement et les types de promotion. Ce logement planifié est qualifié aussi par les organismes impliqués. La section de cette recherche concernant le " logement planifié " vise à clarifier les termes directement associés aux programmes d'habitations subventionnées par l'État, en ce qui concerne, non seulement leur contexte législatif mais également la construction d'un cadre de référence bibliographique et une liste d'exemples de bâtiments construits. Cette partie comprend à la fois les programmes de logement mis en œuvre au Portugal entre 1910 et 1974 et certaines initiatives de construction de logements, même quand ils ne correspondent pas à un cadre législatif précis, d'initiative publique liée à certaines institutions, telles que les chemins de fer portugais et les forces de sécurité, ou d'initiative privée liée à la promotion philanthropique.

La section "logement" est plus particulièrement destinée à couvrir un ensemble de termes utilisés dans le domaine de la recherche sur le logement urbain, y compris certains termes pertinents pour la construction d'un parallèle entre la réalité portugaise et le contexte particulier d'autres pays.

Enfin, le glossaire comprend aussi une liste d'abréviations et d'acronymes qui répertorie de manière exhaustive les différents organismes ou les promoteurs de programmes de logement subventionnés par l'État, pertinemment complétée par un état de l'évolution de la législation.

Par ailleurs les exemples d'opérations choisies relèvent de logements pour habitants aux statuts divers, dont des ouvriers, parfois organisés en coopérative, jusqu'à des employés des chemins de fer ou des gardes républicains…Institutions publiques ou assurances, ce sont des maîtres d'ouvrages impliqués dans cette production de logements pour classes populaires qui construisent autant des maisons individuelles, isolées sur leur jardin ou en bande, que des "grands ensembles", composés en général de barres. Les définitions de ces types et leur évolution particulière au Portugal apparaissent dans le glossaire. Comprendre la production d'une époque nécessite aussi de s'interroger sur le banal et l'exceptionnel et les exemples ont été choisis aussi dans cette optique.

Se fondant sur la représentation d'une famille typique ces logements sont aussi, parfois, conçus à partir d'une réflexion concernant leur évolution possible dans le temps, donc sur une adaptabilité ou une flexibilité, parfois par adjonction notamment quand il s'agit de maisons individuelles. Cette problématique apparaît très actuelle avec l'évolution des structures familiales et la diversité, aujourd'hui, des usages du chez-soi.

Entrer par les termes, faire un glossaire, c'est choisir de faire œuvre pédagogique, d'aider les chercheurs et autres curieux des formes programmées du chez-soi à comprendre l'histoire de l'architecture, et par là celle de leur pays. En effet cette méthode permet de parcourir à la fois l'évolution de l'architecture domestique comme théorie guidant la pratique des architectes et autres intervenants dans la production de l'habitation, mais aussi de suivre l'évolution des modes de vie proposés aux habitants et aux conceptions de la salubrité et du confort en évolution.

Ce glossaire constitue aussi une forme de guide pour distribuer, organiser l'habitation aujourd'hui, car il évoque des solutions et des façons de concevoir parfois oubliées qui seraient pertinentes, au regard des évolutions actuelles des modes de vie, que ce soit au Portugal ou ailleurs. Mais s'il est centré sur l'architecture et les politiques de l'habitat, il permet aussi de rendre compte des valeurs de la société et des structures des rapports interindividuels à différents moments de l'histoire du Portugal, voire de l'Europe.

Introdução

NOTAS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DE UM GUIA PARA UMA TERMINOLOGIA ESPECÍFICA EM HABITAÇÃO

Gisela Lameira [GL] e Luciana Rocha [LR], Coordenadoras

O projecto de investigação "Mapa da Habitação: Reflexão crítica sobre a Arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal (1910-974)" [PTDC/CPC-HAT/1688/2014] foi desenvolvido na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP), Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo (CEAU), entre 2016 e 2019, por um conjunto vasto de investigadores especialistas em temáticas relacionadas com a habitação.

Este projecto centra-se no papel do Estado enquanto promotor de habitação, direccionando-se objectivamente para a identificação dos programas públicos implementados e as suas concretizações espaciais (conjuntos residenciais, edifícios de habitação plurifamiliar ou unifamiliar), estabelecendo uma relação entre os programas de habitação e os contextos políticos e regulamentares, caracterizando sistemas de construção e tipos de habitação, e promovendo o georreferenciamento dos contextos urbanos em que as iniciativas são inscritas.

Em Portugal, como em outros contextos internacionais, o discurso científico, teórico, académico sobre a Arquitectura habitacional encontra-se dominado por um quadro terminológico de semânticas ambíguas, naturalmente relacionadas com contextos culturais, históricos ou socioeconómicos específicos.

No caso particular do Mapa da Habitação, a investigação realizada gravita em torno de um conjunto alargado de conceitos, termos e denominações com um enquadramento específico, cuja definição constrói necessariamente um espaço próprio. A expressão "casas económicas", a título de exemplo, constitui um exemplo paradigmático: no âmbito da habitação subsidiada pelo Estado refere-se a um programa com enquadramento legislativo concreto implementado em 1933, enquanto que no léxico comum a amplitude do seu significado é bastante mais vasta.

A organização de um ***Guia para uma terminologia específica***, no âmbito do projecto de investigação Mapa da Habitação, para além de constituir uma peça chave na consolidação de um conhecimento sistematizado, assumiu-se como um instrumento colectivo de trabalho, performativo e em permanente actualização. Trata-se, nesse sentido, de um instrumento que, ao invés de encerrar o conhecimento do tema através de definições categóricas, se estabelece como uma ferramenta teórica dinamizadora de novas leituras, ampliadas através de referências bibliográficas, definições paralelas em contextos internacionais e listagens de exemplos. E nesse sentido, estrutura-se como um permanente hipertexto.

Os objectivos deste documento estendem-se, portanto, para além da definição de conceitos. Cada entrada/termo seleccionado constitui um universo próprio, no qual, ainda que com uma caracterização variável, se procura a construção de um quadro de referências, ampliado por definições paralelas ou citações relevantes recolhidas em bibliografia especializada, nacional e/ou internacional.

Embora na Europa os dicionários de Arquitectura existam, pelo menos, desde o século XVII[1], com um vasto número de publicações de referência reconhecidas ao longo dos séculos XIX e XX até à actualidade, em Portugal, os dicionários dedicados à Arquitectura em língua portuguesa são poucos e publicados apenas a partir do final do século XX. Essas publicações incluem o "*Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*" (1990, Maria João Madeira Rodrigues, Pedro Fialho de Sousa e Horácio Manuel Pereira Bonifácio), o "Dicionário dos Arquictectos activos em Portugal do século I à actualidade" (1994, José Manuel Pedreirinho) e o "*Dicionário de Arquitectura Militar*" (2005, António Lopes Pires Nunes). Mais recentemente, entre 2013 e 2015, Michel Toussaint e Maria Calado coordenaram um projecto no Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design (CIAUD) da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa (FA-ULisboa) que também visava publicar um "*Dicionário de Conceitos de Arquitectura*" com um suporte multidisciplinar e de articulação com a Arquitectura Paisagista e o Urbanismo.

A construção específica deste Guia no âmbito do projecto Mapa da Habitação tem como base algumas obras do contexto europeu que se destacam de um conjunto mais abrangente de publicações especializadas na área da arquitectura e construção. Como referências essenciais sobressaem o "*Dictionnaire Historique d'Architecure*" (1832, A.C. Quatremère de Quincy), composto por 2 volumes e dividido em sete tópicos que compreendem as noções históricas, descritivas, arqueológicas, biográficas, teóricas, didácticas e práticas desta área disciplinar e o "Dictionnaire raisonné d'architecture et des sciences et d*es arts qui s'y rattachent"* (1877-1880, Ernest Bosc) que, sendo mais vasto, procura abranger todas as épocas e todas as ciências e artes relacionadas com a arquitectura.

Outra obra fundamental é o "*Diccionario Technico e Historico de Pintura, Esculptura, Architectura e Gravura"* (1875, Francisco de Assis Rodrigues) que consiste no primeiro dicionário sobre artes plásticas publicado em Portugal e reúne os estudos produzidos, até então, sobre este tema.

O "*L'aventure des mots de la ville. À travers le temps, les langues, les sociétés",* publicado mais recentemente, em 2010, com direcção de Christian Topalov, Laurent Coudroy de Lille, Jean-Charles Depaule e Brigitte Marin, destaca-se pela diversidade de autores (160) e idiomas (8), mas principalmente pela intenção de reunir numa obra o modo como os conceitos são efectivamente utilizados nos diferentes contextos.

[1] De acordo com *Ernst Bosc*, a primeira publicação no contexto francês remete para uma "explicação de termos de arquitectura" produzida no âmbito de um Curso de Arquitectura de *Daviler* e que contou com duas edições: uma em 1691 e outra em 1720 (Bosc, E., 1877: VII).

Nenhuma destas obras abrange, no entanto, o tema específico da habitação. Para esta análise importa salientar o contributo da consultora internacional do projecto Mapa da Habitação, Monique Eleb, enquanto especialista e autora de obras fundamentais nesta temática, tais como *"Penser l'habité: Le logement en questions"* (1988, com Anne-Marie Châtelet e Thierry Mandoul), *"L'apprentissage du "chez-soi": Le Groupe des Maisons Ouvrières, Paris, avenue Daumesnil, 1908"* (1994), *"Urbanité, sociabilité et intimité. Des logements d'aujourd'hui"* (1997, com Anne-Marie Châtelet), *"Entre confort, désirs et normes. Le logement contemporain (1995-2012)"* (2013, com Philippe Simon), *"Ensemble et séparément. Des lieux pour cohabiter"* (2018, com Sabri Bendiмérad) e *"Les 101 mots de l'habitat à l'usage de tous"* (2015). Este livro, em particular, apresenta uma relação imediata com a construção do presente guia pela análise aprofundada de termos específicos que permitem uma leitura abrangente e transversal sobre o tema.

Neste contexto, a obra de Jean Paul Flamand também constitui uma referência, sobretudo o livro *"L'abécédaire de la maison"*, publicado em 2004, pela definição de conceitos através de um estudo multidisciplinar que cruza a história, a antropologia, a arquitectura, a sociologia, entre outras.

A participação dos membros da equipa do projecto Mapa da Habitação na produção de conteúdos do presente Guia permitiu a construção de um discurso aprofundado sobre a habitação programada. Os trabalhos de investigação desenvolvidos no âmbito das teses de doutoramento de Eliseu Gonçalves [EG] (2015, FAUP), Maria Tavares (2016, FAUP) e Sérgio Dias Silva [SDS] (em curso, FAUP), ancorados numa extensa pesquisa arquivística, bibliográfica e documental sobre os programas de habitação, servem de base para um esclarecimento geral sobre este tema. Enquanto investigador principal do projecto, Rui J. G. Ramos [RJGR] contribui com uma análise transversal e uma interpretação especializada dos dados recolhidos e introduzidos na base de dados. O contributo das editoras direccionou-se para o aprofundamento de termos ligados à habitação num contexto mais abrangente, incidindo em temáticas relacionadas com as suas áreas de especialidade (habitação plurifamiliar, contexto portuense, tipo-morfologia, movimento moderno, entre outras). Os textos de Raquel Geada Paulino [RGP], Sara Ribeiro Martins [SRM] e Luísa Sousa Ribeiro [LSR] consistem na definição de termos específicos decorrentes de trabalhos de investigação previamente desenvolvidos.

O *"Guia para uma terminologia específica em Arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal [1910-1974]"* encontra-se organizado em duas secções distintas: *Habitação Programada [1910-1974]* e *Habitação*.

A secção ***Habitação Programada*** tem como objectivo esclarecer os termos directamente associados aos Programas de Habitação subsidiada pelo Estado, focando-se não só no contexto legislativo associado, mas também na construção de um quadro de referências bibliográficas e na listagem exemplificativa de conjuntos edificados. Esta secção inclui simultaneamente Programas de Habitação implementados em Portugal entre 1910 e 1974, algumas iniciativas de construção de habitação, ainda que sem enquadramento legislativo e o esclarecimento de alguns Organismos e Promotores de Habitação.

A secção ***Habitação*** tem como objectivo abarcar um conjunto de termos frequentemente utilizados no âmbito da investigação ligada à Habitação Urbana, incluindo de igual modo alguns termos relevantes na construção de um paralelo entre a realidade portuguesa e o contexto particular de outros países.

Este Guia inclui documentos de referência e consulta, nomeadamente uma Listagem de Abreviaturas e Acrónimos, onde se encontram elencados de um modo exaustivo os distintos 'Organismos/Promotores' dos Programas de Habitação subsidiada pelo Estado; a Listagem dos Programas de Habitação implementados em Portugal no período abarcado e correspondente enquadramento legislativo (e respectiva denominação em inglês), e uma listagem exaustiva de obras construídas, demolidas ou projectadas, inventariadas até ao início de 2019 pela equipa do Projecto.

Referências bibliográficas / *Bibliographic references*:

BOSC, Ernest (1877-1880). *Dictionnaire raisonné d'architecture*, Vol.1. Paris, Firmin-Didot et Cie. Paris.

ELEB-VIDAL, Monique; CHATELET, Anne-Marie; MANDOUL, Thierry (1988). *Penser l'habité. Le logement en questions*. Paris, Pierre Mardaga éditeur.

ELEB, Monique (1994). *L'Apprentissage du "chez-soi". Le Groupe des maisons ouvrières. Paris, Avenue Daumesnil, 1908,* Éditions Parenthèses.

ELEB, Monique; CHÂTELET, Anne-Marie (1997). *Urbanité, sociabilité et intimité. Des logements d'aujourd'hui*. Paris, Les Éditions de L'Épure. ISBN: 2-907687-29-8.

ELEB, Monique; SIMON, Philippe (2013). *Entre confort, désirs et normes. Le logement contemporain (1995-2012)*. Éditions Mardaga.

ELEB, Monique; BENDIMÉRAD, Sabri (2018). *Ensemble et séparément. Des lieux pour cohabiter*. Éditions Mardaga.

ELEB, Monique (2015). *Les 101 mots de l'habitat à l'usage de tous.* Paris, Archibooks.

FLAMAND, Jean Paul (2004). *L'abécédaire de la maison.* Éditions de la Villette.

NUNES, António Lopes Pires (2005). Dicionário de Arquitectura Militar. Casal de Cambra, Caleidoscópio. ISBN: 9728801947.

PEDREIRINHO, José Manuel (1994). *Dicionário dos Arquitectos activos em Portugal do século I à actualidade*. Porto, Edições Afrontamento. ISBN: 972-36-0348-9

QUATREMÈRE DE QUINCY, A. C. (1832). *Dictionnaire Historique D'Architecure. Tome second*. Paris, Librairie D'Adrien Le Clere et C.

RODRIGUES, Francisco de Assis (1875). *Diccionario Technico e Historico de Pintura, Esculptura, Architectura e Gravura*. Lisboa, Imprensa Nacional.

RODRIGUES, Maria João Madeira; SOUSA, Pedro Fialho de; BONIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira (1990). *O vocabulário técnico e crítico de arquitectura.* [Coimbra], Quimera, 1 ed.. ISBN: 972-589-017-5.

TOPALOV, Christian; COUDROY DE LILLE, Laurent; DEPAULE, Jean-Charles; MARIN, Brigitte (2010). *L'aventure des mots de la ville. À travers le temps, les langues, les sociétés.* Paris, Éditions Robert Laffont, S. A.

Introduction

NOTES ON THE ORGANIZATION OF A GUIDE TO A SPECIFIC TERMINOLOGY IN RESIDENTIAL ARCHITECTURE

Gisela Lameira [GL] e Luciana Rocha [LR], Editors

The research project "Mapping Public Housing: a critical review of the state-subsidized residential architecture in Portugal (1910-1974)" [PTDC/CPC-HAT/1688/2014] was developed at the Faculty of Architecture of the University of Porto (FAUP), Center for Studies in Architecture and Urbanism (CEAU) between 2016 and 2019 by a vast group of researchers specializing in housing-related issues. This project focuses on the role of the state as housing developer, objectively targeting the identification of the public programmes implemented and their spatial realizations (residential complexes, multi-family or single-family housing). The aim is to establish a relationship between housing programmes and the political and regulatory contexts, characterizing construction systems and types of housing, and promoting the georeferencing of the urban contexts in which the initiatives are registered.

In Portugal, as in other international contexts, scientific, theoretical and academic discourse on housing architecture is dominated by a terminological framework of ambiguous semantics, naturally related to specific cultural, historical or socio-economic contexts. In the particular case of the Mapping Public Housing project, the research carried out revolves around a broad set of concepts, terms, and denominations with a specific framework, whose definition necessarily constructs a space of its own. The term "economic houses", for example, is a paradigmatic example: in the context of state-subsidized housing, it refers to a programme with a concrete legislative framework implemented in 1933, whereas in the common lexicon the breadth of its meaning is somewhat more extensive.

The organization of a ***Guide to a specific terminology within the framework of the Mapping Public Housing research project*** *is a key piece in the consolidation of systematized knowledge. It has become a performative and constantly updated collective work tool. Also, the Guide is an instrument that, instead of closing the knowledge of the subject through categorical definitions, establishes a theoretical tool to dynamize new readings, amplified through bibliographical references, parallel definitions in international contexts and sample listings. In this sense, it is structured as a permanent hypertext.*

The objectives of this document, therefore, extend beyond the definition of concepts. Each selected entry constitutes a universe of its own, in which, albeit with a variable characterization, the construction of a framework of references is sought, amplified by parallel definitions, or relevant quotations collected in specialized national or international bibliography.

Although in Europe, dictionaries of architecture have existed since at least the seventeenth century [1], with a large number of publications of reference recognized throughout the nineteenth and twentieth centuries, until now in Portugal, dictionaries dedicated to architecture in the Portuguese language are few and have only been published since the end of the twentieth century. These publications include the "Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitetura" (1990, Maria João Madeira Rodrigues, Pedro Fialho de Sousa and Horácio Manuel Pereira Bonifácio), the "Dicionário dos Arquitetos activos em Portugal do século I à actualidade" (1994, José Manual Pedreirinho) and the "Dicionário de Arquitectura Militar" (2005, António Lopes Pires Nunes). More recently, between 2013 and 2015, Michel Toussaint and Maria Calado coordinated a project at the Centre for Research in Architecture, Urbanism and Design (CIAUD) of the Faculty of Architecture of the University of Lisbon (FA-ULisboa) which also aimed to publish a "Dictionary of Concepts in Architecture" with multidisciplinary support and coordination with "Landscape Architecture and Urbanism".

The specific construction of this Guide within the framework of the Mapping Public Housing project is based on works from the European context that stand out from a more comprehensive set of specialized publications in the area of architecture and construction. As essential references, the "Dictionnaire Historique D'Architecure" (1832, AC Quatremère de Quincy) is composed of two volumes and divided into seven topics that comprise the historical, descriptive, archaeological, biographical, theoretical, didactic and practical notions of this disciplinary area and the "Dictionnaire raisonné d'architecture et des sciences et des arts qui s'y rattachent" (1877-1880, Ernest Bosc), which, being more extensive, seeks to cover all epochs and all sciences and arts related to architecture.

Another fundamental work is the "Diccionario Technico e Historico de Pintura, Esculptura, Architectura e Gravura" (1875, Francisco de Assis Rodrigues), which constitutes the first dictionary on plastic arts published in Portugal and gathers the studies on this theme produced until then.

Most recently published in 2010, directed by Christian Topalov, Laurent Coudroy de Lille, Jean-Charles Depaule and Brigitte Marin, the "L'Aventure des mots de la ville. À travers de temps, les langues, les sociétés" is distinguished by the diversity of authors (160) and languages (8), but mainly by the intention of bringing together in one work the way concepts are actually used in different contexts.

None of these works, however, covers the specific theme of the housing question. For this analysis it is important to emphasize the contribution of the international consultant of the Mapping Public Housing project, Monique Eleb, as specialist and author of fundamental works on this subject, such as "Penser l'habité: Le logement en questions" (1988, with Anne-Marie Châtelet and Thierry Mandoul), "L'apprendissage du "chez-soi": Le Groupe des Maisosns Ouvrières, Paris, avenue Daumesnil, 1908 (1994), Urbanité, sociabilité et intimité. Des

[1] According to Ernst Bosc, the first publication in the French context refers to an "explanation of terms of architecture" produced within the Architecture Course from Davile and which had two editions: one in 1691 and one in 1720 (Bosc, E., 1877: VII).

logements d'aujourd'hui" (1997), with Anne-Marie Châtelet), "Entre confort, désirs et normes. Le logement contemporain (1995-2012)" (2013, with Philippe Simon), "Ensemble et séparément. Des lieux pour cohabiter" (2018, with Sabri Bendimérad) and "Les 101 mots de l'habitat à l'usage de tous" (2015). This last book, in particular, presents an immediate relationship with the construction of this guide with its in-depth analysis of specific terms that allow a comprehensive and transversal reading on the subject. In this context, the work of Jean Paul Flamand is also a reference, especially the book "L'abécédaire de la maison", published in 2004, by defining concepts through a multidisciplinary study that crosses history, anthropology, architecture and sociology, among others.

The participation of the members of the project team of the Mapping Public Housing project, in the production of contents of this Guide, allowed the construction of in-depth discourse on the programmed housing.

The research works developed under the PhD theses of Eliseu Gonçalves [EG] (2015, FAUP), Maria Tavares (2016, FAUP) and Sérgio Dias Silva [SDS] (in progress, FAUP), anchored in extensive archival, bibliographical and documentary research on the housing programmes, provided the basis for a general clarification on this subject. As the Principal Investigator of the project, Rui J. G. Ramos [RJGR] contributes with a transversal analysis and a specialized interpretation of the collected data introduced in the database. The contribution of the editors was directed to the deepening of terms related to housing in a broader context, focusing on themes related to their areas of expertise (multi-family housing (Porto context, morphology, modern movement, among others). The texts of Raquel Geada Paulino [RGP], Sara Ribeiro Martins [SRM], and Luísa Sousa Ribeiro [LSR] consist of the definition of specific terms derived from previously developed research works.

The "Guide to specific terminology in state-subsidized residential architecture in Portugal [1910-1974]" is organized into two distinct sections: Programmed Housing [1910-1974] and Housing.

The Programmed Housing section aims to clarify the terms directly associated with state-subsidized housing programmes, focusing not only on the associated legislative context, but also on the construction of a bibliographic reference framework and the exemplary listing of built-up housing. This section includes simultaneously the housing programmes implemented in Portugal between 1910 and 1974, some initiatives of housing construction although without legislative framework and the clarification of some housing bodies and developers.

The Housing section aims to encompass a set of terms frequently used in research related to urban housing, including some relevant terms in the construction of a parallel between the Portuguese reality and the particular context of other countries.

This Guide includes reference documents, namely a List of Abbreviations and Acronyms, in which the different 'Bodies/Developers' of state-subsidized housing programmes are exhaustively listed; the List of Housing Programmes implemented in Portugal in the period covered and the corresponding legislative framework and an exhaustive list of constructed, demolished or projected works, inventoried by the project team until the beginning of 2019.

TEXTOS

Eliseu Gonçalves [EG]

Gisela Lameira [GL]

Luciana Rocha [LR]

Luísa Sousa Ribeiro [LSR]

Raquel Geada Paulino [RGP]

Rui Jorge Garcia Ramos [RJGR]

Sara Ribeiro Martins [SRM]

Sérgio Dias Silva [SDS]

Fotografia: Bairro da Pasteleira, Torres Vermelhas [© Gisela Lameira]

Bairro de Casas Económicas [BCE]

Programa de habitação suportado através do Decreto-Lei 4137, de 25 de Abril de 1918 que estabelece "várias providências atinentes a promover a construção de casas económicas", seguido do Decreto-Lei 4440, de 21 de Junho de 1918, no qual se aprova e manda executar o "regulamento da construção e venda das casas económicas, anexo ao mesmo decreto".

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Decreto-Lei 4137, de 25 de Abril de 1918
Presidência do Ministério
Diário do Govêrno n.º 87/1918, Série I de 1918-04-25

"Os Parlamentos e homens de estado das nações mais adiantadas da Europa e da América consagram os máximos esforços a estudar os melhores processos de debelarem as causas de descontentamento e de miséria dos mais infortunados. Uma dessas questões e da maior importância é a que se destina a conseguir a construção em grande escala das casas económicas, com todas as possíveis condições de confôrto, independência e higiene, destinadas principalmente nas grandes cidades aos que, por carência de recursos materiais, têm sido obrigados até agora a viver em residências infectas, sem luz nem ar, e por isso gravemente nocivas à saúde dos que as habitam." (DL 4137: 451)
"Artigo 1.º São consideradas casas económicas, para os efeitos da aplicação dêste decreto, as casas que se destinarem ao alojamento das classes menos abastadas, construídas nos centros de povoação, arrabaldes ou praias, e que satisfaçam às condições de salubridade e preço abaixo designados." (DL 4137, art.1: 454)

Decreto-Lei 4440, de 21 de Junho de 1918
Secretaria de Estado do Comércio - Secretaria Geral
Diário do Govêrno n.º 136/1918, Série I de 1918-06-21

"Tornando-se necessário regulamentar algumas das disposições do decreto, com força de lei, nº 4137, de 25 de Abril último, sob proposta dos Secretários de Estado interino, das Finanças, do Comércio, Instrução Pública e do Trabalho: hei por bem aprovar e mandar pôr em execução o regulamento da construção, aluguer e venda das casas económicas (...)" (DL 4440: 938).

EXEMPLOS

(3 inventariados a 02.2019)

Bairro de Casas Económicas de Viana do Castelo / Bairro de Aires d'Abreu / Antigo Bairro das Ursulinas, 1918-1921 [demolido] | [s.n.]
GPS:41.696967N, 8.835463W

Bairro da Ajuda / Bairro dos Mortos da 1ª Guerra / Bairro da Boa-Hora [Fig. 1], Lisboa, 1918-1935 | Joaquim Craveiro Lopes (Eng.), Rozendo Carvalheira.
GPS: 38.704059N, 9.196925W

Bairro Social da Arrábida / Bairro Sidónio Pais / Bairro de Casas Económicas da Arrábida [Fig. 2 e 3], Porto, 1919-1923 | [s.n.].
GPS: 41.1516N, 8.6405W

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Gonçalo M. Ferreira dos Santos (2017). *Políticas sociais de habitação (1820-2015): espaço e tempo no Concelho de Lisboa*. FCSH, DGPR, Tese de Doutoramento em Geografia e Planeamento Territorial.

GONÇALVES, Eliseu (2013). "Bairros operários". in Maria Fernanda Rollo (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Lisboa, Assembleia da República.

SILVA, Raquel Henriques da (2010). "A República e a cidade". in *Jornal Arquitectos*, N.º 241, pp. 2-3.

TIAGO, Maria da Conceição Caetano (1997). *O bairro social da Ajuda - Boa Hora: um projecto da República e uma realização do Estado Novo, 1918-1935*. Lisboa, Dissertação de Mestrado em História Social Contemporânea, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Fig.1 Bairro da Ajuda [© Gisela Lameira]

TIAGO, Maria da Conceição (2010). "Bairros Sociais da I República: projectos e realizações". in *Ler História* Nº 59. Repúblicas: Culturas e práticas.

[s.n.], (2000). "As Ilhas, as Colónias Operárias e os Bairros de Casas Económicas". Porto, Pelouro de Habitação, Câmara Municipal do Porto.

[s.n.], (1956). "Plano de Melhoramentos 1956-1966". Porto, Câmara Municipal do Porto / Direcção dos Serviços do Plano de Melhoramentos.

Fig.2 e 3 Bairro Social da Arrábida [© Gisela Lameira]

Bairro Social [BS]

Programa de habitação suportado através do Decreto-Lei 5443, de 26 de Abril de 1919. Regulamento para a construção dos bairros sociais.

EXEMPLOS

(4 inventariados a 02.2019)

Bairro Social do Arco do Cego [Fig. 4 e 5], Lisboa, 1919-1935 | Arnaldo Adães Bermudes, Frederico C. de Carvalho, Edmundo Tavares.
GPS: 38.739694N, 9.140287W

Bairro Social da Covilhã, 1919 | Nogueira Júnior, Campos Melo (eng.), Jorge Coutinho (eng.).
GPS: 40.282575N, 7.511536W

Bairro Social de Alcântara, Lisboa, 1919 [demolido] | [s.n.].
GPS: 38.713044N, 9.183718W

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Decreto-Lei 5443, de 26 de Abril de 1919
Ministério do Trabalho, 11ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública
Diário do Govêrno n.º 87/1919, Série I de 1919-04-26

"Tornando-se indispensável ao Governo realizar uma operação de crédito para custear as despesas de construção do bairro operário a que se refere o decreto-lei Nº 5397, de 14 do corrente, bem como de mais quatro bairros destinados a operários e às classes menos abastadas;
Considerando a conveniência da construção desses bairros, para acudir com obras produtivas à crise da construção civil, substituindo por trabalhos de utilidade pública as reparações improvisadas, nem sempre de necessidade absoluta; (...)
Artigo 1.º É o Govêrno autorizado a negociar na Caixa Geral de Depósitos um empréstimo de 10.000 contos, destinado à compra de propriedades, aquisição de materiais e ao pagamento das restantes despesas relativas à construção de cinco bairros para habitação de operários e das classes menos abastadas." (DL 5443: 687, 688)

Decreto-Lei 5481, de 30 de Abril de 1919
Ministério do Trabalho, Secretaria Geral
Diário do Govêrno n.º 90/1919, Série I de 1919-04-30

"Considerando que é da máxima utilidade e economia subordinar a administração superior da construção dos Bairros Sociais a uma entidade única;
Considerando que, para essa administração poder prestar todos os benefícios a exigir, é mester conceder-lhe toda a autonomia administrativa;
E atendendo a que se torna necessário dar cumprimento ao disposto no artigo 2º do decreto, com força de lei, nº 5443, de 26 do corrente;
Hei por bem, usando a faculdade que me confere o nº 3 do artigo 47º da Constituição Política da República Portuguesa, aprovar o regulamento que faz parte integrante do presente decreto e com ele baixa assinado pelo respectivo Ministro (...)".

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Gonçalo M. Ferreira dos Santos (2017). *Políticas sociais de habitação (1820-2015): espaço e tempo no Concelho de Lisboa*. FCSH, DGPR, Tese de Doutoramento em Geografia e Planeamento Territorial.

FERREIRA, Maria Júlia (1994). "O Bairro social do Arco do Cego - uma aldeia dentro da cidade de Lisboa". in *Análise Social*, Vol. XXIX, N.º 127, pp. 697-709.

GONÇALVES, Eliseu (2015). *Bairros de Habitação Popular no Porto, 1899-1933. A Prática de uma Arquitectura Económica, Saudável e Cómoda nas Vésperas do Moderno*. Porto, Tese de doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

MATTOSO, José, dir. (2011). *História da Vida Privada em Portugal*. Temas e Debates, Círculo de Leitores.

SILVA, Raquel Henriques da (2010). "A República e a cidade". in *Jornal Arquitectos*, N.º 241, pp. 2-3.

SILVA, Raquel Henriques da (1997). "Bairro Social Arco do Cego". in A. Becker, A. Tostões, W. Wang (coord.), *Portugal: Arquitectura do século XX*, Lisboa, Prestel.

[s.n.], (1920). "Os bairros sociaes". in *Ilustração Portugueza*, N.º 746, pp. 392-393.

Fig.4 e 5 Bairro Social do Arco do Cego [© Gisela Lameira]

Bairro Social da Ajuda, Lisboa, 1919 [demolido] | Norte Júnior, Luís Cristino da Silva, Alexandra da Cunha, Assunção Santos.
GPS: 38.711164N, 9.198644W

Bairros para Forças de Segurança [FS]

Bairros promovidos pela Guarda Nacional Republicana para alojamento de funcionários.

EXEMPLOS

Exemplos (2 inventariados a 02.2019)

Bairro da Guarda Nacional Republicana (GNR) / Bairro General Afonso Botelho, Ajuda [Fig. 6 e 7], Lisboa, 1950 | [s.n.].
GPS: 38.710870N 9.203254W

Bairro da Guarda Nacional Republicana (GNR) / Alto da Pina [Fig. 8 e 9], Lisboa, 1936 -1939 | Vasco Regaleira.
GPS: 38.737991N, 9.128308W

REFERÊNCIAS

BENOLIEL, Judah (1890-1968). 195-, "Bairro da Guarda Nacional Republicana na Ajuda", Arquivo Municipal de Lisboa.

GOULART, Artur João (1965). "Bairro da Guarda Nacional Republicana", Arquivo Municipal de Lisboa.

GOULART, Artur João, [s. D.]. "Bairro do Alto da Ajuda, onde residem elementos da Guarda Nacional Republicana", Arquivo Municipal de Lisboa.

Fig. 6 e 7 Bairro da Guarda Nacional Republicana, Ajuda [© Gisela Lameira]

Fig. 8 e 9 Bairro da Guarda Nacional Republicana, Alto da Pina [© Gisela Lameira]

Bairros Ferroviários [FER]

Bairros operários destinados a funcionários da Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses.

REFERÊNCIAS

LOPES, Maria Madalena (1995). *Entroncamento. O caminho de ferro, factor de povoamento e de urbanização*. Entroncamento, Câmara Municipal do Entroncamento.

PAIXÃO, Diogo (2016). *Os bairros operários da Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses. O caso do Entroncamento até à primeira metade do século XX*. Porto, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

POITOUT, Manuela (2003). "Os bairros ferroviários do Entroncamento". in *O Foguete*, N.º 5, Associação de Amigos do Museu Nacional Ferroviário.

EXEMPLOS

(6 inventariados a 02.2019)

Bairro Ferroviário do Palácio de Coimbra, 1935-1958 | [s.n.].
GPS: 38.6583003N, 9.077971W

Bairro Vila Verde (Fase 1), Santarém, 1919 | [s.n.].
GPS: 39.463011N, 8.476680W

Bairro Camões, Santarém, 1925-1928 | Cottinelli Telmo, Luís da Cunha.
GPS: 39.458963N, 8.482824W

Bairro Vila Verde (Fase 2), Santarém, 1930 | [s.n.].
GPS: 39.463011N, 8.476680W

Bairro da CP nas Devesas [Fig. 10 e 11] / Bairro de Vila Nova de Gaia, 1930 | [s.n.].
GPS: 41.130178N, 8.614421W

Bairro da Previdência do Ferroviário, Porto, 1937 | Renato Montes.
GPS: 41.152846N, 8.585404W

Fig. 10 e 11 Bairro da CP nas Devesas [© Luciana Rocha]

Casas Construídas ou Adquiridas Através de Empréstimo [CCAAE]

Programa de habitação suportado através da Lei 2092, de 9 de Abril de 1958, na qual se promulga "as bases da cooperação das instituições de previdência, das Casas do Povo e suas Federações no fomento da habitação."

EXEMPLOS

(5 de 31 inventariados a 02.2019)

Habitação João Duarte Gomes, Braga, 1958 | [s.n.]

Habitação Francisco Leite, Braga, 1958 | [s.n.]

Habitação Álvaro Pereira Leite e Silva, Viana de Castelo, 1958 | [s.n.]

Habitação Manuel Caetano de Azevedo, Gondomar, 1958 | [s.n.]

Habitação Ricardo Camacho, Funchal, 1973 | Rui Goes Ferreira.
GPS: 32.645961N, 16.920242W

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Lei 2092, de 9 de Abril de 1958
Presidência da República
Diário do Governo n.º 72/1958, Série I de 1958-04-09

"Estabelece as modalidades de cooperação das instituições de previdência, das Casas do Povo e das suas Federações no fomento da habitação, nomeadamente pela construção, para arrendamento ou alienação, de casas económicas e de casas de renda livre e pela concessão de empréstimos para construção ou beneficiação de habitação própria. Estabelece ainda as regras gerais correspondentes a cada um dos regimes previstos."

REFERÊNCIAS

TAVARES, Maria (2003). *Federação de Caixas de Previdência - Habitações Económicas, Um Percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal.* Lisboa, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

TAVARES, Maria (2013). "Leituras de um percurso na habitação em Portugal, as Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência". in Nuno Portas (coord.), *Habitação para o maior número, Portugal, os anos de 1950-1980*. Lisboa, CML, IHRU, p. 13 e seguintes.

TAVARES, Maria (2016). "CASAS A NORTE: As Habitações Económicas num processo de continuidade". in Virgílio Borges Pereira (Org.), *A habitação social na transformação da cidade: Sobre a génese e efeitos do "Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto"* de 1956, Edições Afrontamento, pp. 21-36.

DEFINIÇÕES PARALELAS

"Com a publicação da Lei n.º 2092, em 1958, associada à acumulação dos capitais, é possível a concessão de empréstimos para a construção, aquisição ou beneficiação de casa própria a particulares, beneficiários da Previdência, que respondam a um certo número de requisitos que a lei estipula. A particularidade da lei é a concessão de empréstimos, dentro dos mesmos pressupostos, a empresas contribuintes e a Casas do Povo que tenham em sua posse terrenos viáveis para construção." (TAVARES, 2013: 13)

"A transição para a década de 1960 fica marcada pela introdução da já mencionada Lei n.º 2092, de 9 de Abril de 1958, que prevê um vasto regime de empréstimos a beneficiários da Previdência, e que trará consequências determinantes ao nível dos modelos de actuação das HE nos anos que se seguem. É assim possível a concessão de empréstimos para a construção, aquisição ou beneficiação de casa própria, cuja base reside no apoio a particulares beneficiários das diferentes Caixas Sindicais de Previdência, e que respondam a um certo número de

requisitos que a lei estipula. Outra particularidade desta lei, e que irá proporcionar, por um lado, um grande dinamismo ao nível dos já referidos modelos de actuação e, por outro, a possibilidade de expansão da equipa de trabalho, é a concessão de empréstimos, dentro dos mesmos pressupostos, a empresas contribuintes e a Casas do Povo que tenham em sua posse terrenos viáveis para construção." (TAVARES, 2016: 35)

Casas Construídas Através de Empréstimo: Casas do Povo [CCE-CP]

Programa de habitação suportado através da Lei 2092, de 9 de Abril de 1958, no qual se promulga "as bases da cooperação das instituições de previdência, das Casas do Povo e suas Federações no fomento da habitação".

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Lei 2092, de 9 de Abril de 1958
Presidência da República
Diário do Governo n.º 72/1958, Série I de 1958-04-09

"Estabelece as modalidades de cooperação das instituições de previdência, das Casas do Povo e das suas Federações no fomento da habitação, nomeadamente pela construção, para arrendamento ou alienação, de casas económicas e de casas de renda livre e pela concessão de empréstimos para construção ou beneficiação de habitação própria. Estabelece ainda as regras gerais correspondentes a cada um dos regimes previstos."

Fig. 12 Bairro da Casa do Povo em Nelas [© Alexandra Cardoso]

EXEMPLOS

(7 de 49 inventariados a 02.2019)

Bairro da Casa do Povo em Favaios, 1958 | Octávio Lixa Filgueiras e Alcino Soutinho.
GPS: 41.268333N, 7.505278W

Bairro da Casa do Povo em Nelas [Fig. 12], 1958 | Vasco Cunha.
GPS: 40.535287N, 7.856468W

Bairro da Casa do Povo na Chamusca, 1960 | Bartolomeu da Costa Cabral e Vasco Croft.
GPS: 39.357662N, 8.473893W

Bairro da Casa do Povo em Santo Estêvão / Bairro 1° de Maio, 1963 | Vítor Figueiredo.
GPS: 38.865278N, 8.751667W

Bairro da Casa do Povo de Fontelas, Peso da Régua, 1965-1966 | Vítor Figueiredo.
GPS: 41.163357N, 7.817843W

Bairro da Casa do Povo em Salvaterra de Magos, 1963 | Vítor Figueiredo.
GPS: 39.021743N, 8.792071W

Bairro da Casa do Povo em Torre de Dona Chama, Mirandela, 1973 | Alcino Soutinho.
GPS: 41.655188N, 7.125460W

Casas Construídas Através de Empréstimo: Empresas Contribuintes [CCE-EC]

Programa de habitação suportado através da Lei 2092, de 9 de Abril de 1958, na qual se promulga "as bases da cooperação das instituições de previdência, das Casas do Povo e suas Federações no fomento da habitação."

EXEMPLOS

(13 exemplos inventariados a 02.2019)

Bairro Operário da Covilhã / Bairro do Rodrigo, Castelo Branco 1949-1951 | [s.n.].
GPS: 40.281697N, 7.497900W

Bairro Operário de Tortosendo, Castelo Branco, 1950 | [s.n.].
GPS: 40.242530N 7.527389W

Bairro Operário de Gouveia / Bairro de Farvão [Fig. 13 e 14], Guarda, 1950 | [s.n.].
GPS: 40.489240N 7.592731W

Bairro Operário de São Paio, Guarda, 1950 | [s.n.]
GPS: 40.513124N, 7.584590W

Bairro Operário de Moimenta da Serra, Guarda, 1950 | [s.n.].
GPS: 40.473906N, 7.627335W

Bairro Operário de Alhandra / Bairro Novo da Figueira, Lisboa, 1950 | [s.n.].
GPS: 38.920099N, 9.019661W

Bairro Operário de Mira de Aire, Leiria, 1950 | [s.n.].
GPS: 39.544158N, 8.729136W

Bairro Operário de Castanheira de Pêra, Leiria, 1953 | [s.n.].
GPS: 40.001144N, 8.208427W

Agrupamento de Manteigas, Guarda, 1958 | [s.n.].
GPS: 40.403121N, 7.542099W

Agrupamento em Torres Novas, Santarém, 1964 | Vítor Figueiredo.
GPS: 39.488592N, 8.554617W

Conjunto Habitacional de Almonda, Santarém, 1968 | Vítor Figueiredo.
GPS: 39.500119N, 8.613159W

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Lei 2092, de 9 de Abril de 1958
Presidência da República
Diário do Governo n.º 72/1958, Série I de 1958-04-09.

"Estabelece as modalidades de cooperação das instituições de previdência, das Casas do Povo e das suas Federações no fomento da habitação, nomeadamente pela construção, para arrendamento ou alienação, de casas económicas e de casas de renda livre e pela concessão de empréstimos para construção ou beneficiação de habitação própria. Estabelece ainda as regras gerais correspondentes a cada um dos regimes previstos."

Fig. 13 e 14 Bairro Operário de Gouveia [© Mónica Nogueira]

Casas Desmontáveis [CD]

Programa de habitação suportado através do Decreto-Lei 28912, de 12 de Agosto de 1938. Iniciativa lançada pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, Duarte Pacheco, e associada à preparação das Comemorações dos Centenários a celebrar em 1940. Destinava-se a alojar temporariamente os habitantes de bairros demolidos por falta de condições ou por necessidade de libertação de áreas da cidade.

Através deste Programa foram construídos três bairros na cidade de Lisboa (Quinta da Calçada, Furnas e Boavista) com casas com estruturas de madeira e revestimento em fibrocimento. O Programa foi alargado em 1944 a Porto e Coimbra, sendo construído um bairro em cada uma dessas cidades, sendo que em nenhum desses casos (Corujeira e Sete Fontes, respectivamente) se utilizaram técnicas de construção provisória, recorrendo-se a sistemas tradicionais de construção. [SDS]

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Decreto-Lei 28912, de 12 de Agosto de 1938
Ministério das Obras Públicas e Comunicações - Gabinete do Ministro
Diário do Governo n.º 186/1938, Série I de 1938-08-12

"Autoriza o governo a promover na cidade de Lisboa a construção de 2000 casas económicas e a dar o seu concurso à instalação de 1000 pequenas casas desmontáveis. Institui junto da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais o serviço de construção das casas económicas que superintenderá a construção das casas económicas em todo o País."

REFERÊNCIAS

SANTOS, Filipa Viegas Serpa dos (2015). *Entre Habitação e Cidade. Lisboa: os projectos de promoção pública: 1910-2010.* Lisboa, Tese de Doutoramento em Urbanismo, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

Fig. 15 Bairro de Casas Desmontáveis das Sete Fontes [© Maria João Ramos]

EXEMPLOS

(7 inventariados a 02.2019)

Bairro de Casas Desmontáveis da Quinta da Calçada, Lisboa, 1937-1939 [demolido] | [s.n.].
GPS: 38.756552N, 9.165495W

Bairro de Casas Desmontáveis da Boavista (Fase 1), Lisboa, 1938-1970 [demolido] | [s.n.].
GPS: 38.733571N, 9.203950W

Bairro de Casas Desmontáveis das Sete Fontes / Bairro de Casas Económicas de Celas [Fig. 15], Coimbra, 1944-1947 | Cottinelli Telmo
GPS: 40.218633N, 8.411060W

Bairro de Casas Desmontáveis das Furnas, Lisboa, 1945-1946 [demolido] | [s.n.].
GPS: 38.740943N, 9.174350W

Aglomerado de Casas para Pobres da Corujeira / Bairro S. Vicente de Paula, Porto, 1945-1946 [demolido] | [s.n.]
GPS: 41.154026N, 8.579533W

Aglomerado de Casas Desmontáveis no Carvalhido, Porto, 1946 [demolido] | [s.n.]
GPS: 41.170826N, 8.624585W

Bairro da Relvinha, Coimbra, 1940 | [s.n.].
GPS: 40.233818N, 8.437930W

Casas Económicas [CE]

Programa de habitação suportado através do Decreto-Lei 23052, de 23 de setembro de 1933. Publicado a par de outros decretos fundamentais da organização do trabalho no Estado Novo, como o Estatuto do Trabalho Nacional e a formalização de Grémios e Sindicatos, associa a habitação à formalização da organização corporativa do Estado.

O Programa das Casas Económicas baseou-se num princípio de propriedade resolúvel, em que uma renda mensal incluía o abatimento do valor da casa no prazo de 20 anos (posteriormente 25), assim como seguro de vida e de incêndio, com o objectivo de transferir para os "moradores-adquirentes" a propriedade da habitação. Publicitado inicialmente como uma resposta à falta de habitações das populações menos carenciadas, evoluiu, tanto na sua organização burocrática como nas práticas de projecto, no sentido de criar uma classe média de proprietários, funcionários públicos ou sócios de Sindicatos Nacionais, e garantir uma base de apoio para o regime.

O decreto fundador criava dois tipos de casas, A e B, cada um com três variações, a ser destinadas às famílias de acordo com os rendimentos mensais e dimensão do agregado familiar. Em 1943 o decreto-lei 33278 cria dois novos tipos de casas, C e D, para famílias de maiores recursos, assumindo a transformação nos objectivos do Programa. [SDS]

TERMOS RELACIONADOS

Habitation à bon marché [HBM]

EXEMPLOS

(12 de 70 inventariados a 02.2019), [decreto-lei 23.052]

Bairro de Casas Económicas em Viana do Castelo / Bairro da Abelheira / Bairro do Jardim (Fase 1), 1932-1939 | Rogério Azevedo.
GPS: 41.7008471N, 8.8247688W

Bairro de Casas Económicas do Amial (Fase 1) / Bairro do Amial / Bairro da Telheira, Porto, 1934-1938 | Raúl Lino.
GPS: 41.176778N, 8.618944W

Bairro de Casas Económicas das Condominhas / Bairro das Condominhas, Porto, 1934-1936 | Raúl Lino, Joaquim Madureira.
GPS: 41.150891N, 8.652755W

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Decreto-Lei 23052, de 23 de Setembro de 1933
Presidência do Conselho - Sub-Secretariado de Estado das Corporações e Previdência Social
Diário do Govêrno n.º 217/1933, Série I de 1933-09-23

"Autoriza o Governo a promover a construção de casas económicas, em colaboração com as câmaras municipais, corporações administrativas e organismos do estado."
"Art. 12.º As casas económicas a construir ao abrigo dêste decreto serão moradias de família, com quintal, e classificam-se, em função do salário do agregado familiar do morador-adquirente, do modo seguinte:
Classe A
Classe B" (Decreto-Lei nº 23052, Capítulo II, art. 12: 1665)

Decreto-Lei 33278, de 24 de Novembro de 1943
Ministério das Obras Públicas e Comunicações - Gabinete do Ministro
Diário do Govêrno n.º 256/1943, 1º Suplemento, Série I de 1943-11-24

"Autoriza o Govêrno a promover, em colaboração com as Câmaras Municipais de Lisboa, Pôrto, Coimbra e Almada, a construção de mais 5000 moradias, sendo 4000 económicas e 1000 casas desmontáveis, no regime definido nos decretos-leis nºs 23052 e 28912 e no presente diploma."

Decreto-Lei 40552, de 12 de Março de 1956
Ministério das Corporações e Previdência Social
Diário do Governo n.º 52/1943, Série I de 1956-03-12

"Cria uma nova classe de casas económicas, especialmente destinada a abranger as famílias de modestos rendimentos, e altera algumas normas em

vigor relativas aos limites de rendimento do agregado familiar dos candidatos e à determinação das prestações mensais a pagar pelos adquirentes - Revoga os artigos 1.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 39288."

Lei 2092, de 9 de Abril de 1978
Presidência da República
Diário do Governo n.º 72/1958, Série I de 1958-04-09

"Promulga as bases da cooperação das instituições de previdência, das Casas do Povo e suas Federações no fomento da habitação."

Decreto-Lei 43973, de 20 de Outubro de 1961
Ministério das Corporações e Previdência Social - Gabinete do Ministro
Diário do Governo n.º 244/1961, Série I de 1961-10-20

"Insere disposições destinadas a reger em novos moldes a atribuição e distribuição de casas económicas - Dá nova redacção aos artigos 37.º e 2.º, respectivamente, dos Decretos-Leis n.ºs 23052 e 40552 e revoga determinadas disposições legislativas"

Decreto-Lei 376, de 19 de Maio de 1976
Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção
Diário da República n.º 117/1976, Série I de 1976-05-19

"Introduz alterações no regime de casas económicas."
"Por dificuldades técnicas surgidas na aplicação do Decreto-Lei n.º 566/75, de 3 de Outubro, acrescidas do impasse criado à sua execução pela inexistência, verificada ainda na maioria dos municípios, das bolsas de habitação previstas no Decreto-Lei n.º 608/73, de 14 de Novembro, houve necessidade de proceder à sua alteração em certos aspectos. Simultaneamente, aproveita-se a oportunidade da publicação de um diploma sobre a matéria para introduzir mais algumas correcções ao regime, entretanto em revisão global, de atribuição de habitações em propriedade resolúvel."

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Rogério (2010). *Favor, recompensa e controlo social : bairros de casas económicas do Porto (1935-1965)*. Porto, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

BATISTA, Luís V. (1999). *Cidade e Habitação Social: o Estado Novo e o Programa das Casas Económicas em Lisboa*. Oeiras, Celta. ISBN: 92777404448

PEREIRA, Virgílio Borges.; QUEIRÓS, João (2012). *Na «modesta cidadezinha»: génese e estruturação de um bairro de «casas económicas» do Porto (Amial, 1938-2010). Porto, Afrontamento* (O estado, a habitação e a questão social na cidade do Porto ; 1). ISBN: 978-972-36-1275-2

SILVA, Sérgio Dias; RAMOS, Rui Jorge Garcia (2015). "Housing, Nationalism and Social Control: The First Years Of The Portuguese Estado Novo's Affordable Houses Programme". in Joana Cunha Leal et al (ed.) Southern modernisms from A to Z and back again, 255 - 274. Porto, Centro de Estudos Arnaldo Araújo - CESAP/ESAP, Instituto de História da Arte - FCSH/UNL. ISBN: 978-972-8784-66-9.

Bairro de Casas Económicas de Olhão / Bairro do Consórcio Português de Conservas de Peixe / Bairro Nossa Senhora da Assunção, 1935-1938 | Eugénio Correia.
GPS: 37.035777N, 7.844818W

Bairro de Casas Económicas da Azenha (Fase 1) / Bairro da Azenha, Porto, 1936-1940 | Joaquim Madureira.
GPS: 41.180418N, 8.60973W

Bairro de Casas Económicas de Costa Cabral / Bairro de Costa Cabral, Porto, 1937-1942 | Manuel Fernandes de Sá.
GPS: 41.171499N, 8.585107W

Bairro de Casas Económicas da Encarnação [Fig. 16] / Bairro da Encarnação, Lisboa, 1939-1945 | Paulino Montez
GPS: 38.7735556N, 9.1174000W

Bairro de Casas Económicas da Horta da Cavalinha / Bairro Engenheiro Duarte Pacheco, Olhão, 1945-1954 | Eugénio Correia.
GPS: 37.034591N, 7.835947W

Bairro de Casas Económicas Marechal Gomes da Costa [Fig. 17], Porto, 1947-1950 | Manuel Fernandes de Sá, José de Sousa Pinto (Eng., Chefe CMP).
GPS: 41.157001N, 8.6614W

Bairro de Casas Económicas do Amial (Fase 2) / Bairro do Amial, Porto, 1949-1958 | Luís Amoroso Lopes.
GPS: 41.1746N, 8.6174W

Bairro de Casas Económicas da Vilarinha / Bairro da Avenida Epitácio Pessoa, Porto, 1955-1960 | Luís Amoroso Lopes.
GPS: 41.164973N, 8.660166W

Bairro de Casas Económicas do Viso / Bairro do Viso, Porto, 1958-1965 | João Andresen (Plano).
GPS: 41.178993N, 8.6455W

Fig. 16 Bairro de Casas Económicas da Encarnação [© Gisela Lameira]

Fig. 17 Bairro de Casas Económicas Marechal Gomes da Costa [© Gisela Lameira]

Casas para Famílias Pobres [CFP]

Programa de habitação suportado através do Decreto-Lei 34486, de 6 de Abril de 1945, no qual se autoriza o governo a promover a construção de 5000 fogos destinados ao alojamento de famílias pobres, seguido do Decreto-lei 35106, de 6 de Novembro de 1945.

O Programa Casas para Famílias Pobres (CFP) destinava-se às classes mais desfavorecidas, nomeadamente as que não tinham acesso a outras ofertas de habitação pública. Embora este programa tenha começado com a construção de habitação unifamiliar, durante o início da década de 1950, transitou para habitação de tipo plurifamiliar, modelos híbridos de 2 andares e blocos habitacionais com vários andares e galerias de acesso (cerca de uma dúzia de exemplos, de 87 inventariados). [GL]

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Decreto-Lei 34486, de 6 de Abril de 1945
Ministério das Obras Públicas e Comunicações - Gabinete do Ministro
Diário do Govêrno n.º 73/1945, Série I de 1945-04-06

"Autoriza o governo a promover, no prazo de cinco anos, por intermédio dos corpos administrativos das misericórdias, a construção de 5 000 casas destinadas ao alojamento de famílias pobres nos centros populacionais do continente e ilhas adjacentes."

Decreto-Lei 35106, de 6 de Novembro de 1945
Ministério do Interior - Direcção Geral de Administração Política e Civil
Diário do Govêrno n.º 246/1945, Série I de 1945-11-06

"Insere várias disposições relativas à ocupação e atribuição de casas destinadas a famílias pobres."

Fig. 18 e 19 Bairro de Casas para Famílias Pobres da Corujeira [© Gisela Lameira]

EXEMPLOS

(11 de 91 inventariados a 02.2019)

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Olhão / Bairro Marechal Carmona / Bairro 28 de Setembro, Faro, 1946-1951 | António Gomez Egea, Luís Guedes.
GPS: 37.036850N 7.846987W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Cascais / Bairro Marechal Carmona (Fase 1), Lisboa, 1947-1949 | Ruy Jervis d'Athouguia, Filipe Figueiredo.
GPS: 38.710613N, 9.419253W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Braga, 1947-1949 | [s.n.].
GPS: 41.558733N, 8.427241W

Bairro de Casas para Famílias Pobres do Caramão da Ajuda, Lisboa, 1947-1949 | Luís Benavente.
GPS: 38.712794N, 9.206392W

Bairro de Casas para Famílias Pobres da Golegã, Santarém, 1948-1950 | Luís Benavente.
GPS: 39.406012N, 8.488045W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Peniche / Bairro do Senhor do Calvário (Fase 1), 1949-1951 | [s.n.].
GPS: 39.367206N, 9.381128W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Bragança, 1950 | Ruy Silveira Borges.
GPS: 41.802165N, 6.763706W

Bairro de Casas para Famílias Pobres da Corujeira/ S. Vicente de Paula [Fig 18 e 19], Porto, 1950 | Bernardino Basto Fabião.
GPS: 41.154289N, 8.578656W

Bairro de Casas para Famílias Pobres da Quinta do Jacinto [Fig. 20 e 21], Lisboa, 1950-1957 | Raúl Tojal, José de Lima Franco.
GPS: 38.707352N, 9.176778W

Bairro de Casas para Famílias Pobres Rainha D. Leonor / Bairro das Sobreiras (Fase 1) [Fig. 23], Porto, 1952-1953 | Luís Almeida d'Eça.
GPS: 41.149087N, 8.662276W

Bairro de Casas para Famílias Pobres Rainha D. Leonor / Bairro das Sobreiras (Fase 2) [Fig. 22], Porto, 1955 | Luís Almeida d'Eça.
GPS: 41.149087N, 8.662276W

Fig. 20 e 21 Bairro de Casas para Famílias Pobres da Quinta do Jacinto [© Gisela Lameira]

Fig. 22 Bairro Raínha D. Leonor (Fase 2) [© Luciana Rocha]

Fig. 23 Bairro Raínha D. Leonor (Fase 1) [© Luciana Rocha]

Casas dos Pescadores [CP]

Programa de habitação suportado através da Lei 1953, de 11 de Março de 1937, que "estabelece as bases para a criação, em todos os centros de pesca, de organismos de cooperação social, com personalidade jurídica, denominados Casas dos Pescadores", e posteriormente pelo Decreto-Lei 35732, de 4 de Julho de 1946, que "permite à Junta Central das Casas dos Pescadores contrair empréstimos na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência destinados a custear a construção de casas ou moradias para pescadores."

Neste programa particular, implementado nas zonas costeiras portuguesas, o tipo de edifício mais frequente é aquele que estrutura edifícios de 2 pisos com acesso directo a 2 apartamentos, repetidos em vários locais (Matosinhos, Póvoa de Varzim, Sines, etc.), embora alguns bairros implementem blocos habitacionais com vários pisos. É o caso do Bairro das Casas dos Pescadores, em Matosinhos (3ª fase) e Bairro das Casas dos Pescadores da Torre, em Cascais. De acordo com o inventário atual, este programa de habitação construiu 56 bairros. [GL]

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Lei 1953, de 11 de Março de 1937
Presidência do Conselho - Instituto Nacional do Trabalho e Previdência
Diário do Govêrno n.º 58/1937, Série I de 1937-03-11

"Base I
É autorizada a criação, em todos os centros de pesca, de organismos de cooperação social, com personalidade jurídica, denominados "Casas dos Pescadores". A esfera de acção destas instituições será limitada à área da respectiva capitania ou delegação marítima, não sendo permitida a existência de qualquer outra organização da mesma índole e com fins idênticos. Poderá, porém, haver secções das Casas dos Pescadores em centros de pesca ou localidades onde não se justifique a criação de instituições autónomas." (L1953: 207)

Decreto-Lei 35732, de 4 de Julho de 1946
Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social
Diário de Governo nº 147, Série I de 1946-07-04

"Convindo assegurar os meios necessários ao desenvolvimento da cooperação das Casas dos Pescadores na política da habitação económica;
(...) Artigo 1º. A Junta Central das Casas de Pescadores, quando para tanto autorizada por despacho do Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, poderá contrair na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência empréstimos destinados a custear a construção de casas ou moradias para pescadores, consagrando à garantia dos empréstimos, no todo ou em parte, as receitas e fundos das mesmas Casas dos Pescadores.
Artigo 2º. Os empréstimos serão amortizados dentro de um prazo máximo de vinte anos, prazo que poderá, todavia, ser precedido de um período de conta corrente." (DL 35732: 615)

REFERÊNCIAS

JARAMILLO, Jesica Maria de Oliveira (2012). *Casas do povo, casas de pescadores: a dimensão arquitectónica de um organismo para desenvolvimento social*. Dissertação de Mestrado Integrado, Porto, FAUP.

EXEMPLOS

(15 de 61 inventariados a 02.2019)

Bairro de Casas para Pescadores na Nazaré (Fase 1), 1940-1941 | [s.n.].
GPS: 39.598691N, 9.068854W

Bairro de Casas para Pescadores em Olhão, 1945-1949 | Inácio Peres Fernandes.
GPS: 37.035144N, 7.830590W

Bairro de Casas para Pescadores em Espinho / Bairro de Silvalde (Fase 1), 1945-1946 | [s.n.].
GPS: 40.995506N, 8.644000W

Bairro de Casas para Pescadores em Buarcos, 1945-1958 | [s.n.].
GPS: 40.167180N 8.875684W

Bairro de Casas para Pescadores na Fuseta, 1945-1949 | Inácio Peres Fernandes.
GPS: 37.052826N, 7.749564W

Bairro de Casas para Pescadores na Costa da Caparica (Fase 1), 1946-1949 | João Guilherme Faria da Costa (anteprojecto 1ª fase).
GPS: 38.639979N, 9.232143W

Bairro de Casas para Pescadores na Ericeira, 1949 | Raúl Rodrigues de Lima.
GPS: 38.971191N, 9.418734W

Bairro de Casas para Pescadores na Torreira(Fase 1), 1949 | Álvaro da Fonseca.
GPS: 40.758541N, 8.710560W

Bairro de Casas para Pescadores na Póvoa de Varzim, 1950-1961 | Alexandre Bastos.
GPS: 41.374045N, 8.757136W

Bairro de Casas para Pescadores na Afurada (General Craveiro Lopes), 1952 | Camilo de Paiva Soares.
GPS: 41.143992N, 8.643512W

Bairro de Casas para Pescadores em Albufeira, 1953-1955 | [s.n.].
GPS: 37.088268N, 8.247269W

Bairro Casas de Pescadores em Matosinhos (Fase 2) [Fig. 24], 1958 | Alexandre. Bastos.
GPS: 41.187778N, 8.679868W

Bairro Casas de Pescadores em Matosinhos (Fase 3) [Fig. 25], 1958 | Alexandre. Bastos.
GPS: 41.187778N, 8.679868W

Bairro de Casas para Pescadores nas Berlengas [Fig. 26 e 27], 1940-1941 | [s.n.].
GPS: 39.414477N, 9.505614W

Bairro de Casas para Pescadores na Aguda, 1959-1963 | Alexandre Bastos.
GPS: 41.047861N, 8.652098W

MACEDO, Joana (2015). "A Casa dos Pescadores de Olhão: O enquadramento corporativo dos 'homens do mar' de Olhão". in Veralisa Brandão (coord.), *Revista de Estudos Marítimos do Algarve "Embarco"*, Museu Municipal de Olhão.

RAMOS, Rui Jorge Garcia; SILVA, Patrícia Sofia Pinto de Sá Gaspar (2013). "Comunidades piscatórias: do legado da arquitectura popular às estratégias habitacionais no período do Estado Novo". in *Actas do Colóquio Internacional de Arquitectura Popular*, Arcos de Valdevez.

SOUTO, Henrique (1998). *Comunidades de Pesca na Costa Portuguesa: Estudo Geográfico*. Tese de Doutoramento em Geografia e Planeamento Regional, Universidade Nova de Lisboa.

Fig. 24 Bairro Casas de Pescadores em Matosinhos (Fase 2) [© Gisela Lameira]

Fig. 25 Bairro Casas de Pescadores em Matosinhos (Fase 3) [© Gisela Lameira]

Fig. 26 e 27 Bairro de Casas para Pescadores nas Berlengas [© Luciana Rocha]

Casas de Renda Económica [CRE]

O programa das "Casas de Renda Económica" [CRE] assenta num enquadramento regulamentar específico, nomeadamente a Lei 2007 de 7 de Maio de 1945, seguida do Decreto-Lei 35611 de 25 de Abril de 1946, da Lei 2092 de 9 de Abril de 1958 e do Decreto-lei nº 419 de 4 de Outubro de 1977.

De acordo com a Lei 2007, as "Casas de Renda Económica", construídas em centros urbanos ou industriais, deviam dispor de acesso directo a cada habitação e ter no máximo 4 pisos, entre outras especificações relativas a condições higiénicas, sistemas de distribuição de água ou áreas dos espaços interiores. O governo podia autorizar a construção de edifícios mais altos (blocos) mas apenas em casos excepcionais. Este regulamento promoveu sobretudo a construção de casas económicas para serem alugadas ou vendidas por famílias de classe média. Além disso, permitiu, pela primeira vez, a participação das instituições de previdência social neste processo [Lei 2007, Base II e Base IV, ponto d.]. Assim, o Decreto-lei 35611 contribuiu para impulsionar a implementação do plano previamente previsto [Decreto-lei 35611, artigo 3], com condições específicas relacionadas com o investimento das instituições de previdência social na construção de "Casas Económicas", "Casas de Renda Económica" e "Prédios de Rendimento".

Neste contexto, a Lei 2092 alargou o enquadramento que permitiu às referidas instituições cooperar, nomeadamente no que diz respeito à construção (arrendamento ou alienação) de "Casas Económicas", "Casas de Renda Económica" ou "Casas de Renda Livre" e à concessão de empréstimos para a construção ou melhoria de habitação própria. Já o Decreto-lei 419, de 1977, permitiu que as "Casas de Renda Económica" fossem adquiridas pelas respectivos locatários.

O programa das "Casas de Renda Económica" surgiu com a intenção de construir casas económicas com fundos da Previdência Social via Habitações Económicas da Federação das Caixas de Previdência [HE-FCP]. [LR, GL]

TERMOS RELACIONADOS

Fundo de Fomento da Habitação
Habitações Económicas da Federação das Caixas de Previdência [HE-FCP]

EXEMPLOS

(14 de 129 inventariados a 02.2019)

Agrupamento em Vila Nova de Gaia / Bairro do Cabo-Mor [Fig. 28 e 33], 1957 | João Andresen.
GPS: 41.119662N, 8.613127W

Bairro de Alvalade (células 1 e 2) [Fig. 29 e 32], Alvalade, Lisboa, 1945-1948 | Miguel Jacobetty Rosa.
GPS: 38.752311N, 9.146895W

Bairro de Ramalde (Fases 1 e 2), Porto, 1950-1954 | Fernando Távora (Pormenorização de Nuno Teotónio Pereira).
GPS: 41.167382N, 8.655740W

Agrupamento em Matosinhos / Bairro do Tarrafal, Matosinhos, 1951 | Miguel Jacobetty Rosa.
GPS: 41.183315N, 8.680699W

Agrupamento em Matosinhos / Conjunto Habitacional da Refinaria de Angola (Fase 2), Matosinhos, 1951 | Alcino Soutinho.
GPS: 41.180470N 8.674563W

Agrupamento em São Mamede de Infesta / Bairro da Caixa Têxtil de Matosinhos, 1951 | Germano de Castro.
GPS: 41.197704N, 8.612047W

Bairro dos Ourives, Gondomar, 1957 | João Braula Reis.
GPS: 41.140185N, 8.529421W

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Lei 2007, de 7 de Maio de 1945
Ministério das Obras Públicas e Comunicações
Diário do Govêrno n.º 98/1945, Série I de 1945-05-07

"Estabelece as bases a que deve obedecer a construção de casas de renda económica."
"Consideram-se casas de renda económica as que se construam nos centros urbanos ou industriais ao abrigo da presente e obedeçam, cumulativamente, ao seguinte:

1 | Serem edificadas por sociedades cooperativas ou anónimas para os fins dêste diploma ou nêle integradas, por organismos corporativos ou de coordenação económica, instituições de previdência social, emprêsas concessionárias de serviços públicos, emprêsas industriais e outras entidades idóneas de direito privado;
2 | Oferecerem boas condições de higiene, solidez e duração, de harmonia com os regulamentos de construção civil e os regulamentos especiais que o Ministério das Obras Públicas e Comunicações deve publicar para êsse efeito;
3 | Terem acesso directo a cada fogo;
4 | Possuírem sistemas de distribuição de água e de esgotos, ligados às rêdes públicas dos centros urbanos ou a rêdes privativas;
5 | Terem o máximo de rés-do-chão e três pisos, com o mínimo de três divisões para as habitações de 2ª classe e de cinco para as de 1ª classe, além de cozinha, despensa, casa de banho e retrete. Em casos especiais e em percentagem a determinar, aqueles mínimos poderão ser reduzidos respectivamente a duas e quatro divisões;
6 | Não excederem as rendas-base mensais estes limites (...)" (Ministério das Obras Públicas e Comunicações, Lei nº 2007: base I)

Decreto-Lei 35611 de 25 de Abril de 1946
Presidência do Conselho - Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social
Diário do Governo n.º 89/1946, Série I de 1946-04-25

"Insere disposições relativas à cooperação das instituições de previdência na resolução do problema da habitação."
"1. Pode dizer-se que desde a primeira hora a resolução do problema da habitação para operários e para as classes médias figurou entre os objectivos da Revolução Nacional.
Logo de início, em 30 de Maio de 1928, era criado pelo decreto nº 13.289 um fundo nacional que se destinava a edificações de renda moderada.
Cinco anos mais tarde, o decreto-lei nº 23.053, de 23 de Setembro de 1933, fixava a posição do Estado em face do problema do inquilinato dos trabalhadores, definindo os princípios a observar na construção das casas económicas. (...)

Sucessivos diplomas vinham assegurar a extensão do plano original, que assentava unicamente na colaboração do Estado com as câmaras municipais e as entidades corporativas.
Assim, o decreto-lei nº 28.912, de 12 de Agosto de 1838, facultava a intervenção das instituições de previdência social na obra das casas económicas, paralela à comparticipação das empresas concessionárias de serviços públicos. Ia mais longe o decreto-lei nº 33.278, de 24 de Novembro de 1943, que alargava o princípio à generalidade das empresas particulares.
Igualmente ganhava em amplitude a iniciativa, pela crescente flexibilidade do sistema, que passava a abranger menor número de tipos de habitações e, correlativamente, agregados familiares de economia mais desafogada (...)"
"2. Com a lei nº 2.007, de 7 de Maio de 1945, abordou-se outro aspecto da questão, no intuito de resolver o problema do inquilinato das famílias que não pudessem ou não quisessem converter-se em proprietárias de moradias económicas.
Surgiu então a fórmula nova da casa de renda económica, dotada de acesso directo a cada fogo e limitada a quatro pavimentos, só a título excepcional se permitindo a construção de blocos. (...)
"3. Torna-se indispensável dar novo impulso à execução do programa que se delineou (...)"

Lei 2092, de 9 de Abril de 1958
Presidência da República
Diário do Governo n.º 72/1958, Série I de 1958-04-09

"Promulga as bases da cooperação das instituições de previdência, das Casas do Povo e suas Federações no fomento da habitação."
"Estabelece as modalidades de cooperação das instituições de previdência, das Casas do Povo e das suas Federações no fomento da habitação, nomeadamente pela construção, para arrendamento ou alienação, de casas económicas e de casas de renda livre e pela concessão de empréstimos para construção ou beneficiação de habitação própria. Estabelece ainda as regras gerais correspondentes a cada um dos regimes previstos."

Decreto-Lei 419, de 4 de Outubro de 1977
Ministérios da Justiça, das Finanças e dos Assuntos Sociais
Diário da República n.º 230/1977, Série I de 1977-10-04

"Permite que as casas de renda económica possam ser vendidas aos respectivos arrendatários."
"1 - Muitas das famílias que habitam em casas de renda económica construídas pela Previdência Social têm, ao longo dos anos, vindo a reivindicar a transformação das referidas casas em prédios em regime de propriedade horizontal com vista à sua aquisição, invocando a faculdade que lhes é conferida pela base VIII da Lei 2092, de 9 de Abril de 1958.
No entanto, como todos os arrendatários de cada prédio teriam de reunir as condições previstas na legislação das casas económicas, esta restrição veio na prática traduzir-se em impossibilidade, na maioria dos casos, de se operar a transformação pretendida.
Assim, o presente diploma, procurando dar resposta satisfatória a este problema, afastou *in limine* o regime das casas económicas."

REFERÊNCIAS

ALEGRE, Alexandra (2004). *Casas de Rendas Económicas das Células I e II do Plano de Urbanização de Alvalade - 1ª Experiência de Urbanização Integral*. Centro de Estudos em Inovação, Tecnologia e Políticas de Desenvolvimento, IST Mestrado em Engenharia de Concepção, História Económica, Tecnologia e Sociedade.

CORREIA, Célia Maria Senra (2013). *Habitações económicas - Federação das Caixas de Previdência: Bairro de Santa Marta – Barcelos*. Famalicão, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão.

Agrupamento na Parede / Bairro das Caixas da Parede [Fig. 36 e 37], 1957 (fase 1) | Ruy Jervis d'Athouguia.
GPS: 38.692053N, 9.349484W

Agrupamento em Barcelos, Bairro de Santa Marta [Fig. 38], Barcelos, 1958-1961 (Fase 1) | Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas.
GPS: 41.534584N, 8.608408W

Agrupamento em Vila do Conde / Bairro das Pedreiras, 1958-1961 | Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas.
GPS: 41.353996N, 8.732888W

Agrupamento em Santo Tirso (Fase 1), 1960 | Bartolomeu da Costa Cabral.
GPS: 41.339126N, 8.478405W

Agrupamento em Coimbra / Bairro das Caixas de Previdência de Coimbra,1965 (Fase 1)| Jorge Albuquerque.
GPS: 40.197993N; 8.411143W

Agrupamento em Póvoa de Santa Iria / Bairro da Soda Póvoa [Fig. 30, 34 e 35] Póvoa de Santa Iria, 1953 (Fase 1) | Nuno Teotónio Pereira.
GPS: 38.859693N, 9.067165W

Bairro da Pasteleira - sector Poente, Torres Vermelhas [Fig. 31 e 39], Porto, 1966-1972 | João Serôdio, Luís Almeida d'Eça, Rui Paixão.
GPS: 41.1513384N, 8.6630958W

Fig. 28 Agrupamento em Vila Nova de Gaia [© Gisela Lameira]

Fig. 29 Bairro de Alvalade [© Gisela Lameira]

Fig. 30 Agrupamento em Póvoa de Santa Iria [© Gisela Lameira]

Fig. 31 Bairro da Pasteleira, Torres Vermelhas [© Gisela Lameira]

COSTA, João Pedro (2002). *Bairro de Alvalade*. Livros Horizonte.

LAMEIRA, Gisela; ROCHA, Luciana (2018). "Barrios residenciales en las áreas de expansión de Oporto: la nueva modernidad (1950-1970)". in *II Congreso Internacional ISUF-H Zaragoza 2018. Ciudad y Formas urbanas. Perspectivas transversales*. Volume 10. Formas urbanas en el proyecto moderno y contemporáneo. Zaragoza, Espana, Prensas de la Universidade. Universidad Zaragoza, pp. 67-78. ISBN: 978-84-17358-89-1.

LAMEIRA, Gisela; ROCHA, Luciana (2018). "Portuguese state-subsidized multifamily housing projects. Emergent modernity during the mid 20th century". in Tostões, Ana, and Koselj, Natasa, eds. Metamorphosis. *The Continuity of Change*. Lisboa, Docomomo International; Ljubljana, Docomomo Slovenia, 2018. ISBN: 978-989-99645-3-2

LAMEIRA, Gisela; ROCHA, Luciana (2018). "Portuguese state-subsidized housing projects. A general overview of a recent heritage". in *Heritage 2018*. in *Proceedings of the 6th International Conference on Heritage and Sustainable Development*. Volume 2. Amoêda, R; Lira, S; Pinheiro, C.; Zaragoza, J. M. S.; Serrano, J. C.; Carrillo, F. G. (eds.), pp. 1373-1383. Greenlines Institute, Barcelos, Portugal, Editorial Universidade de Granada, Spain. e-ISBN: 978-84-338-6261-7.

LAMEIRA, Gisela; ROCHA, Luciana (2017). "Adaptação e transformação na habitação apoiada pelo Estado no século XX. As Torres Vermelhas da Pasteleira enquanto laboratório". in *Congresso da reabilitação do património - CREPAT* 2017, pp. 131 - 139. Aveiro, CREPAT 2017. ISBN: 978-989-20-7623-2.

LAMEIRA, Gisela; ROCHA, Luciana; CRUZ, Marta (2017). "Affordable 20th century housing in Porto. The transformation processes under scope". in *REHAB 2017. Proceedings of the 3rd International Conference on Preservation, Management and Rehabilitation of Historical Buildings and Structures*. Amoêda, R; Lira, S and Pinheiro, C. (eds.), pp. 877-886. Greenlines Institute, Braga, Portugal. ISBN: 978-989-8734-24-2, eISBN: 978-989-8734-23-5.

MALDONADO, Vanda; BORGES, Pedro Namorado (2015). *Vítor Figueiredo: projectos e obras de habitação social, 1960-1979*. Porto, Circo de ideias.

MATOS, Madalena Cunha (2002). "Para o Maior Número: sobre a Federação de Caixas de Previdência". in *Jornal Arquitectos*, 204, pp. 32-41, Lisboa.

MILHEIRO, Ana Vaz (coord.) (2009). *Habitar em colectivo: Arquitectura Portuguesa antes do SAAL*. Lisboa, Departamento de Arquitectura e Urbanismo do ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa.

PEREIRA, Nuno Teotónio (1996). *Escritos: 1947-1996, selecção*. Porto: FAUP publicações.

PIMENTA, Ana Rita (2013). *O conjunto habitacional das torres vermelhas da Pasteleira*. Porto, Dissertação de Mestrado Integrado, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

SILVA, Sérgio Dias da (2007). *João Andresen: uma ideia de arquitectura*. Porto, Prova Final de Licenciatura em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

TAVARES, Maria (2016). "Casas a Norte: As Habitações Económicas num processo de continuidade". in Virgílio Borges Pereira (coord.), *Habitação social na transformação da cidade. Sobre a génese e efeitos do "Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto" de 1956*, Afrontamento.

TAVARES, Maria Fernanda Gaspar (2015). *Habitações Económicas. Federação das Caixas de Previdência: Arquitectura e modos de actuação no exercício do projecto.* Porto, Tese de Doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

TAVARES, Maria (2013). "Leituras de um percurso na habitação em Portugal, as Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência". in Nuno Portas (coord.), *Habitação para o maior número, Portugal, os anos de 1950-1980*. Lisboa, CML, IHRU, pp. 21-45. ISBN: 978-972-98508-8-2.

TAVARES, Maria (2010). "Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência: uma perspectiva estratégica [nos anos 50 e 60 em Portugal]". in *Actas 1º CIHEL, Desenho e realização de bairros para populações com baixos rendimentos*. Lisboa, Argumentum, pp. 47-51. ISBN: 978-972-8479-72-5.

VASCONCELOS, Diana da Silva (2009). *Um bairro moderno no Porto: o bairro de Ramalde de Fernando Távora.* Porto, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Fig. 32 Bairro de Alvalade [© Gisela Lameira]

Fig. 33 Agrupamento em V. N. de Gaia [© Gisela Lameira]

Fig. 34 e 35 Agrupamento em Póvoa de Santa Iria [© Gisela Lameira]

Fig. 36 e 37 Agrupamento na Parede [© Inês Meireles]

Fig. 38 Agrupamento em Barcelos [© Gisela Lameira]

Fig. 39 Bairro da Pasteleira, Torres Vermelhas [© Gisela Lameira]

Casas de Renda Limitada [CRL]

Programa de habitação suportado através do Decreto-Lei 36212, de 7 de Abril de 1947, seguido do Decreto-Lei 41532, de 18 de Fevereiro de 1958 e da Lei 608, de 14 de Novembro de 1973.

O Programa Casas de Renda Limitada procurou aumentar a cooperação entre o investimento privado e o sector público, através da prévia fixação da renda total máxima a cobrar pelos andares destinados a habitação. Embora em Lisboa tenham sido construídos apenas três bairros através deste programa, estes representam exemplos notáveis da interpretação do Movimento Moderno em Portugal, tanto ao nível de conceito urbano como de experimentação de tipologias. Como os fogos construídos sob este programa de habitação se destinavam a um sector da população com alguns recursos, as áreas dos apartamentos e distribuição interna reflectem diferenças claras relativamente às soluções implementadas noutros programas de habitação. [GL]

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Decreto-Lei 36212, de 7 de Abril de 1947
Ministérios das Finanças e das Obras Públicas
Diário do Governo n.º 78/1947, Série I de 1947-04-07

"Insere diversas disposições relativas à construção de casas de renda limitada."
"Assim, resolve o Governo não cercear, desde já, por completo, a actividade particular em matéria de construção civil, mas sim procurar disciplinar esta em moldes que, embora assegurando justa remuneração aos respectivos capitais, lhe permitam contribuir eficazmente para a resolução do problema da habitação. Para esse efeito define-se pelo presente decreto-lei uma nova modalidade de construção de prédios de rendimento, baseada na prévia fixação da renda total máxima a cobrar pelos andares destinados a habitação, mediante a concessão de excepcionais facilidades, tanto na cedência de terrenos municipais a preços acessíveis e não sujeitos a concorrência, como na isenção de sisa na compra dos mesmos terrenos e na primeira transmissão dos próprios prédios e de contribuição predial pelo largo período de doze anos.
O articulado do diploma dispensa quaisquer explicações, tão claro se apresenta o objectivo em vista, que pode resumir-se como segue: fixação do rendimento futuro, para limitar o capital a empatar, quer na construção propriamente dita, quer nos investimentos em propriedade urbana."

Decreto-Lei 41532, de 18 de Fevereiro de 1958
Ministério das Obras Públicas - Gabinete do Ministro
Diário do Governo n.º 32/1958, Série I de 1958-02-18

"Prorroga até 31 de Dezembro de 1967 o prazo para a construção de casas no regime de renda limitada, a que se refere o Decreto-Lei n.º 36212, de 7 de Abril de 1947, e insere disposições destinadas a intensificar a construção de casas submetidas de qualquer forma a uma limitação do valor das rendas."

Lei 608, de 14 de Novembro, de 1973
Ministério das Obras Públicas - Secretaria de Estado do Urbanismo e Habitação
Diário do Governo n.º 266/1973, 1º Suplemento, Série I de 1973-11-14

"Define o regime aplicável às casas de renda limitada."
"1. Conhecem-se os benefícios que resultaram da adopção, durante apreciável período, do regime especial de casas de renda limitada, definido pelos Decretos-

EXEMPLOS

(4 inventariados a 02.2019)

Bairro das Estacas [Fig. 40, 43 e 44], Lisboa, 1949-1955 | Ruy Jervis d'Athouguia, Sebastião Formosinho Sanchez.
GPS: 38.746497N, 9.137728W

Edifícios na Avenida dos Estados Unidos da América [Fig. 41 e 45], Lisboa, 1954-1962 | Manuel Laginha, Pedro Cid, João Barros Vasconcelos Esteves.
GPS: 38.749121N, 9.136709W

Conjunto Habitacional na Avenida Infante Santo [Fig. 42 e 46], Lisboa, 1949-1955 | Hernâni Gandra, Alberto J. Pessoa, João Abel Manta.
GPS: 38.709920N 9.165252W

Bairro de Alvalade - Edifícios cruzamento Avenida Estados Unidos da América e Avenida de Roma, 1951-1952 | Jorge de Almeida Segurado, Filipe Figueiredo, Sérgio Gomes.
GPS: 38.749301N, 9.141890W

Fig. 40 Bairro das Estacas [© Gisela Lameira]

Fig. 41 Avenida dos Estados Unidos da América [© Gisela Lameira]

Fig. 42 Avenida Infante Santo [© Gisela Lameira]

Leis n.ºs 36212, de 7 de Abril de 1947, e 41532, de 18 de Fevereiro de 1958, o qual permitiu a numerosas famílias a possibilidade de disporem de habitação condigna com rendas compatíveis com os seus rendimentos.
A par disso, porém, surgiram muitos abusos e casos manifestos de fraude à lei, e daí que não tivesse sido prorrogado o prazo de vigência de tal regime ao atingir-se o termo do período de dez anos fixado em 1958.
Acontece, no entanto, que, com a reorganização do Fundo de Fomento da Habitação, na âmbito da Secretaria de Estado do Urbanismo e Habitação, o Estado dispõe actualmente de um organismo destinado a pôr em acção meios de análise da situação habitacional que lhe permitirão intervir de forma adequada e com a conveniente rapidez sempre que se verifiquem distorções dos quadros legais estabelecidos.
Considera-se oportuno, portanto, repor em funcionamento o sistema de construção e locação de casas de renda limitada, corrigindo-o naqueles aspectos que a prática revelou carecidos de revisão. (...)."

REFERÊNCIAS

ATHOUGUIA, Ruy Jervis d' (2000). "Não gosto que me baptizem". in *Arq/a*, N.º 3, pp. 23-29, Lisboa.

COSTA, João Pedro Teixeira de Abreu (1997). *Bairro de Alvalade - considerações sobre o urbanismo habitacional*. Lisboa, Dissertação de Mestrado em Cultura Contemporânea e a Construção da Sociedade Moderna, Faculdade Lisboa da Universidade Técnica de Lisboa.

DUARTE, Carlos (1957). "Blocos na Av. dos Estados Unidos da América". in *Arquitectura*, N.º 61, 3ª série, pp. 17-24, Lisboa.

LAMEIRA, Gisela; Rocha, Luciana (2018). "Portuguese state-subsidized multifamily housing projects. Emergent modernity during the mid 20th century". in Tostões, Ana, and Koselj, Natasa, eds. *Metamorphosis. The Continuity of Change*. Lisboa, Docomomo International; Ljubljana, Docomomo Slovenia, 2018. ISBN: 978-989-99645-3-2

MOURA, Eduardo Souto de (2004). "Bairro das Estacas". in *Jornal Arquitectos*, N.º 217, pp. 78-83.

NOVAIS, Mário (Estúdio Mário Novais 1933-83) [s. d.]. *"Arquitectos e engenheiros portugueses"*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - Biblioteca de Arte.

RAGAZZI, Graça Correia (2008). *Ruy d'Athouguia, a modernidade em aberto*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

RAGAZZI, Graça Correia (2008). "Permanência do Moderno - Ruy Athouguia". in *Jornal Arquitectos*, N.º 229, pp. 28-35.

ROCHA, Nuno (2012 [2017]). *Conjunto da Avenida Infante Santo, 1952-1955. Lisboa (Lapa). Alberto Pessoa, Hernâni Gandra e João Abel Manta*, Fundación DOCOMOMO Ibérico.

TOSTÕES, Ana (1997). "Conjunto habitacional 'Bairro das Estacas'". in A. Becker, A. Tostões, W. Wang (coord.), *Portugal: Arquitectura do século XX*. Lisboa, Prestel.

TOSTÕES, Ana (1997). "Conjunto Residencial da Avenida Infante Santo". in Inventário Ibérico Docomomo. *Arquitectura do Movimento Moderno. 1925-1965*. Lisboa, IPPAR.

TOSTÕES, Ana (2002). *Cultura e Tecnologia na Arquitectura Portuguesa do Movimento Moderno*. Lisboa, Tese de Doutoramento, Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

[s.n.] (1948). *A Urbanização do Sítio de Alvalade*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

[s.n.] (1954). "Bloco de Alvalade". in *Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação (A)*, AnoXLVII, N.º 7, 4ª série, a, pp. 4-14, Lisboa.

[s.n.] (1954) "Blocos de habitação na célula 8 do bairro de Alvalade". in *Arquitectura*, 2ª série, anoXXVI, N.º 53 (Dez), pp. 2-5, Lisboa.

[s.n.] (1958). "Avenida Infante Santo". in *Binário*, N.º 2, pp. 10-23, Lisboa.

[s.n.] (1962). "Novo bloco na Avenida Infante Santo (Lisboa)". in *Binário*, N.º 50, pp. 745-749, Lisboa.

Fig. 43 e 44 Bairro das Estacas [© Gisela Lameira]

Fig. 45 Avenida dos Estados Unidos da América [© Gisela Lameira]

Fig. 46 Avenida Infante Santo [© Gisela Lameira]

Colónias Agrícolas da Junta de Colonização Interna [CAJCI]

Programa de habitação suportado através do Decreto-Lei 27207, de 16 de Novembro de 1936.

EXEMPLOS

(de 23 inventariados a 02.2019) [1]

Colónia Agrícola dos Milagres - Núcleo dos Milagres, Leiria, 1926-1927/1937 [2] | Norberto Corrêa / Dâmaso Constantino.
GPS: 39.822296N, 8.780153W

Colónia Agrícola dos Milagres - Núcleo de Triste e Feia [demolido], Leiria, 1926-1927| Norberto Corrêa.
GPS:39.809804N, 8.792201W

Colónia Agrícola dos Milagres - Núcleo da Bidoeira, Leiria, 1926-1927/1937 | Norberto Corrêa / Dâmaso Constantino.
GPS: 39.865737N, 8.749777W

Colónia Agrícola de Martim Rei, Sabugal, 1937 [3] | Dâmaso Constantino.
GPS: 40.328955N, 7.050591W

Colónia Agrícola da Gafanha, Ílhavo, 1950 [4] | Maurício Trindade Chagas.
GPS: 40.618987N, 8.705141W

Colónia Agrícola do Barroso - Núcleo de Creande, Montalegre, 1943 [5] | Eugénio Corrêa (?).
GPS: 41.756543N, 7.747319W

Colónia Agrícola do Barroso - Núcleo de Vidoeiro, Montalegre, 1945 | Eugénio Corrêa (?).
GPS: 41.771752N, 7.692968W

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Decreto-Lei 27207, de 16 de Novembro de 1936
Ministério da Agricultura - Gabinete do Ministro
Diário do Govêrno n.º 269/1936, Série I de 1936-11-16

"Reorganiza os serviços do Ministério da Agricultura, os quais compreendem o Gabinete do Ministro, Secretaria Geral, Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, Direcção Geral dos Serviços Pecuários, Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, Inspecção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas e Junta de Colonização Interna (criada pelo presente diploma)."

REFERÊNCIAS

GUERREIRO, Filipa de Castro (2016). *Colónias Agrícolas Portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960. A casa, o assentamento, o território.* Porto, Tese de Doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

RAPAZOTE, João (2012). "Aldeias-Jardim no concelho de Montalegre – O projeto da Junta de Colonização Interna para os baldios do Barroso". in *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, N.º 1, Lisboa: Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território.

[1] As autorias, assim como as datas correspondem apenas aos projectos dos casais (habitação e dependências agrícolas)

[2] Foram desenvolvidos projectos para a CA dos Milagres entre 1926/1937-1950

[3] Foram desenvolvidos projectos para a CA de Martim Rei entre 1937-1952

[4] Foram desenvolvidos projectos para a CA da Gafanha entre 1942-1961, existindo em 1956 um Estudo de ordenamento paisagístico e de urbanização da Colónia Agrícola da Gafanha da autoria do arquitecto paisagista António Campello

[5] Foram desenvolvidos projectos para a CA do Barroso entre 1942-1962

Colónia Agrícola do Alvão - Núcleo dos Colonos de Cima, Vila Pouca de Aguiar, 1950 [6] | Maurício Trindade Chagas.
GPS: 41.513245N, 7.664335W

Colónia Agrícola de Pegões - Núcleo de Faias, Montijo, 1943-1947 [7] | Eugénio Corrêa (?).
GPS: 38.685372N, 8.752368W

Colónia Agrícola de Pegões - Núcleo de Pegões Velhos, Montijo, 1950 | António José de Oliveira Trigo.
GPS: 38.681565N, 8.667588W

Colónia Agrícola da Boalhosa - Núcleo de Vascões, Paredes de Coura, 1956 [8] | José Luiz Pinto Machado.
GPS: 41.912431N, 8.493053W

[6] Foram desenvolvidos projectos para a do Alvão entre 1942-1953

[7] Foram desenvolvidos projectos para a CA de Pegões entre 1938-1967

[8] Foram desenvolvidos projectos para a CA da Boalhosa entre 1946-1966

Empresa Pública de Urbanização de Lisboa [EPUL]

organismo promotor

A Empresa Pública de Urbanização de Lisboa - EPUL foi criada em 1971, decorrendo de um pedido da Câmara Municipal de Lisboa, justificado pelas "(...) vantagens de se subordinarem a moldes de gestão empresarial os estudos respeitantes à urbanização ou remodelação de áreas a determinar, bem como a execução das obras respectivas".[9] No art. 3º do seu Estatuto, são referidas as suas atribuições: "(...) a) Os estudos relativos à urbanização ou renovação urbana das áreas que para o efeito lhe sejam indicadas; b) A realização de obras convenientes à urbanização ou renovação urbana de áreas de que for encarregada.". Ao longo da sua actividade (1971-2012) a EPUL "promoveu um conjunto alargado de projectos de habitação apoiada" (SANTOS, 2015: 137), dando respostas às solicitações da Câmara Municipal de Lisboa.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Decreto-Lei nº 613/71 de 31 de Dezembro de 1971
Ministério do Interior
Diário do Governo n.º 304/1971, Série I de 1971-12-31.

"Cria a Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL) que é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira e constitui uma empresa pública destinada a auxiliar e desenvolver a acção municipal no estudo e na execução de empreendimentos urbanísticos."

EXEMPLOS

(4 inventariados a 02.2019)

Bairro Alto do Restelo, Lisboa, 1971, [s.n.].
GPS: 38.707363N, 9.211566W

Bairro de Telheiras Sul, Lisboa, 1972, [s.n.].
GPS: 38.761086N, 9.167632W

Bairro de Telheiras Norte, Lisboa, 1972, [s.n.].
GPS: 38.766408N, 9.168836W

Bairro Alto da Eira, Lisboa,1973, [s.n.].
GPS: 38.724121N, 9.127030W

[9] Texto introdutório do diploma do Decreto-Lei nº 613/71 de 31 de Dezembro.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Vasco Miguel Real (2013). *Conjunto Habitacional Praça de Entrecampos. Promontório (2004-2011): uma leitura crítica*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

LOPES, Filipe (1974). "O que é a EPUL?". in *Arquitectura*, nº 130, Maio de 1974.

PITA, Augusto (s. d). "Telheiras - EPUL: Uma Perspectiva da sua gestão". in *Arquitectura*, nº 137.

SANTOS, Filipa Viegas Serpa dos (2015). *Entre Habitação e Cidade. Lisboa: os projectos de promoção pública: 1910-2010*. Lisboa, Tese de Doutoramento em Urbanismo, apresentada na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

DEFINIÇÕES PARALELAS

"A grande mudança legislativa que se segue e que justifica uma nova leitura do quadro legal é introduzida pela criação, em 1971, da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa – EPUL. (...) A grande ruptura passa, portanto, pela transferência de muitos projectos de urbanização de cariz habitacional público, para uma gestão de natureza privada, ao serviço da Câmara Municipal. Esta transferência de poderes, que tem também reflexo prático numa transferência de equipas, promove novas linguagens urbanas e arquitectónicas como se verá adiante." (SANTOS, 2015: 137-138)

"Poderá mesmo vir a ser regulador no mercado da habitação tornando-se um promotor importante do sector. No entanto não irá funcionar como um promotor privado dado que como Empresa pública deverá assegurar o interesse geral e assim integrar os seus empreendimentos numa política geral tanto urbanística como habitacional, promovendo a criação dum tecido urbano susceptível de permitir modos de vida equilibrantes e libertadores." (LOPES, 1974: 9)

"Pretendia-se, com a criação desta empresa, que fosse o braço executor da Câmara Municipal na construção e desenvolvimento urbano de Lisboa. Um instrumento ao serviço da cidade e do poder político, com mais meios e maior capacidade técnica, executiva e financeira para a elaboração de projectos, construção, reabilitação e gestão de novas, ou já consolidadas, áreas urbanas." (ANTUNES, 2013: 39)

Fundo de Fomento da Habitação [FFH]

Organismo com personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, tendo como fim contribuir para a resolução do problema habitacional, especialmente dos indivíduos não beneficiados pela actividade desenvolvida, no domínio da habitação, pelas caixas de previdência ou outras instituições semelhantes. [DL 49033, 1969]

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Decreto-Lei 49033, de 28 de Maio de 1969
Ministério das Obras Públicas - Gabinete do Ministro
Diário do Governo n.º 126/1969, Série I de 1969-05-28

"Institui, no Ministério das Obras Públicas, o Fundo de Fomento da Habitação, organismo com personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira. Extingue, a partir de 1 de Julho de 1969, o Serviço de Construção de Casas Económicas, instituído junto da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, pelo Decreto-Lei n.º 28912 de 12 de Agosto de 1938. Altera os quadros de pessoal do Ministério das Obras Públicas."

REFERÊNCIAS

TAVARES, Maria (2013). "Leituras de um percurso na habitação em Portugal, as Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência". in Nuno Portas (coord.), *Habitação para o maior número, Portugal, os anos de 1950-1980*. Lisboa, CML, IHRU, p.10 e 23.

PEREIRA, Nuno Teotónio (1996). "A Federação das Caixas de Previdência - 1947-1972". in *Escritos* (1947-1966), selecção. Porto, FAUP publicações.

DEFINIÇÕES PARALELAS

O FFH é criado "com o objectivo de reunir, num único organismo, as diferentes formas de intervenção estatal no sector da habitação social" (PEREIRA, 1996).

TERMOS RELACIONADOS

Casas de Renda Económica
Federação de Caixas de Previdência

EXEMPLOS

(3 de 8 exemplos inventariados a 02.2019)

Cooperativa Águas Férreas / Bairro da Bouça, SAAL, Porto, 1973-1978 | Álvaro Siza Vieira.
GPS: 41.156738N, 8.617426W

Conjunto Habitacional do Alto do Zambujal [Fig. 47 e 48], Lisboa, 1974-1977 | Vítor Figueiredo, Duarte Cabral Mello.
GPS: 38.737508N, 9.208744W

Conjunto da Bela Vista, Setúbal, 1974 | José Charters Monteiro, José Sousa Martins.
GPS: 38.522116N, 8.869128W

Fig. 47 e 48 Conjunto Habitacional do Alto do Zambujal [© Gisela Lameira]

Gabinete da Área de Sines [GAS]

Programa de habitação suportado através do Decreto-Lei 270, de 19 de Junho de 1971.

EXEMPLOS

(3 inventariados a 02.2019)

Bairro 1° de Maio, Sines, Setúbal, 1971-1974 | [s.n.].
GPS: 37.957897N, 8.861228W

Bairro Soeiro Pereira Gomes, Sines, Setúbal, 1971-1974 | [s.n.].
GPS: 37.956821N, 8.859527W

Bairro Azul, Vila Nova de Santo André, Setúbal, 1971-1973 | [s.n.].
GPS: 38.056827N, 8.782549W

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Decreto-Lei 270, de 19 de Junho de 1971
Presidência do Conselho
Diário do Governo n.º 143/1971, Série I de 1971-06-19

"Cria o Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Área de Sines, destinado a promover o desenvolvimento urbano-industrial da respectiva zona."

Gabinete Técnico da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa [GTH]

Serviço municipal criado em 1959, tendo como objectivo actuar na resolução de problemas habitacionais e de expansão urbanística nas zonas de Olivais Norte, Olivais Sul e Chelas, em Lisboa, operação enquadrada pelo Decreto-lei 42454, de 18 de Agosto de 1959.

TERMOS RELACIONADOS

Plano de Construção de Novas Habitações (PCNH)

LEGISLAÇÃO ESPECIFICA

Decreto-lei 42454, de 18 de Agosto de 1959
Presidência do Conselho
Diário do Governo n.º 188/1959, Série I de 1959-08-18

Estabelece o plano para a construção na cidade de Lisboa de novas habitações com rendas acessíveis aos agregados familiares de mais fracos recursos.

REFERÊNCIAS

MANGORRINHA, Jorge (2010). "Habitação em Lisboa: Memória do GTH – 50 ANOS". in *Infohabitar*, Ano VI, nº 300 - II.

TAVARES, Maria (2013). "Leituras de um percurso na habitação em Portugal, as Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência". in Nuno Portas (coord.), *Habitação para o maior número, Portugal, os anos de 1950-1980*. Lisboa, CML, IHRU.

DEFINIÇÕES PARALELAS

"O Gabinete Técnico da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa (GTH) foi criado em 1959, no quadro da Câmara Municipal, para resolver a crise habitacional de uma parte significativa da população da capital e da zona suburbana. O âmbito da sua actuação circunscreveu-se durante vários anos, unicamente, às zonas definidas pelo Decreto-Lei n.º 42454 de 18 de Agosto de 1959 – Olivais Norte, Olivais Sul e Chelas –, nas quais procurou estabelecer o equilíbrio entre as possibilidades disponibilizadas e as necessidades a satisfazer." (MANGORRINHA, 2010)

"O GTH assegura a coordenação geral, distribuindo, a partir do plano de pormenor, lotes para várias entidades que asseguram a sua construção." (TAVARES, 2013: 19)

Habitações Económicas da Federação das Caixas de Previdência [HE-FCP]

As HE-FCP assentam num enquadramento legislativo próprio, nomeadamente o Decreto-Lei 35611 de 25 de Abril de 1946, que sucede à Lei 2007, de 7 de Maio de 1945, e que versa especificamente sobre o Programa das Casas de Renda Económica. Segundo o artigo 6º deste decreto, a "construção de casas de renda económica pelas instituições de previdência far-se-á sob a orientação do Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social e das câmaras municipais".

As "Habitações Económicas" (HE) são uma divisão da Federação de Caixas de Previdência com início em 1946, que, ao longo de 26 anos promoveram "um vasto trabalho não só de financiamento e promoção do projecto e construção de "Casas de Renda Económica", mas também de aprofundamento e discussão teórica sobre a temática do habitar, revisitando outras experiências, pensamentos e campos disciplinares, propondo novas formas e cobrindo diversos contextos do território nacional." (TAVARES, 2016: 21). Os bairros construídos ao abrigo deste programa específico de habitação constituem um ponto de viragem significativo no que diz respeito à habitação pública, oferecendo a oportunidade de introduzir edifícios multifamiliares. Esta alteração "política" permitiu a introdução de novos modelos de cidades e arranjos urbanísticos de acordo com os pressupostos da Carta de Atenas e o desejo de experimentar diferentes linguagens arquitectónicas. Transformações relevantes também podem ser vistas no design das tipologias, cada vez mais envolvidas com os ideais subjacentes a uma "habitação mínima". [LR, GL]

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Decreto-Lei 35611, de 25 de Abril de 1946
Presidência do Conselho - Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social
Diário do Governo n.º 89/1946, Série I de 1946-04-25

"Insere disposições relativas à cooperação das instituições de previdência na resolução do problema da habitação."

TERMOS RELACIONADOS

Casas económicas
Casas de renda económica [CRE]
Habitation à loyer moderé [HLM]

REFERÊNCIAS

PEREIRA, Nuno Teotónio (1996). "A Federação das Caixas de Previdência - 1947-1972". in *Escritos (1947-1966, selecção)*. Porto, FAUP publicações.

TAVARES, Maria (2003). *Federação de Caixas de Previdência - Habitações Económicas, Um Percurso na História da Arquitectura da Habitação em Portugal.* Lisboa, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

TAVARES, Maria (2016). "CASAS A NORTE: As Habitações Económicas num processo de continuidade". in Virgílio Borges Pereira (Org.), *A habitação social na transformação da cidade: Sobre a génese e efeitos do "Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto" de 1956*, Edições Afrontamento, pp. 21-36.

TAVARES, Maria (2013). "Leituras de um percurso na habitação em Portugal, as Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência". in Nuno Portas (coord.), *Habitação para o maior numero, Portugal, os anos de 1950-1980*, Lisboa, CML, IHRU, pp. 21-45. ISBN: 978-972-98508-8-2

TAVARES, Maria (2010). "Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência: uma perspectiva estratégica [nos anos 50 e 60 em Portugal]". in *Actas 1º CIHEL, Desenho e realização de bairros para populações com baixos rendimentos, Lisboa, Argumentum*, pp. 47-51. ISBN: 978-972-8479-72-5.

DEFINIÇÕES PARALELAS

"É nesta condição de construção para o "maior número", e neste quadro de responsabilidade social associada à valorização do utente por parte da "novíssima geração", que emergem, em 1946 e no seio do Ministério das Corporações, as Habitações Económicas - Federação das Caixas de Previdência (HE)." (TAVARES, 2013: 5)

[Nota de rodapé: "A constituição das HE-FCP é constituída e aprovada em Diário do Governo nº 137, de 15 de Junho de 1946, com fundamento no nº 3 do art. 11º do Decreto-Lei 35 611, de 25 de Abril do mesmo ano." (TAVARES, 2013: 5)]

"Com o Decreto-Lei n.º 35 611, de 25 de Abril de 1946, abre-se uma nova porta à resolução do problema habitacional. A nova legislação torna possível a federações de instituições da Previdência Social a realização de obras sociais, nomeadamente a construção de Casas Económicas e Casas de Renda Económica. Criam-se, assim, as condições para que meses depois sejam fundadas as HE com o objectivo de contribuir para o fomento da habitação, com a aplicação dos capitais da Previdência na construção de Casas de Renda Económica." (TAVARES, 2013: 5, 6)

"Ao longo de vinte e seis anos (1946-1972), é com a aplicação dos capitais da Previdência que as HE proporcionam um debate e uma reflexão sobre a temática do habitar, ensaiando um novo território de investigação em torno dos problemas do alojamento, adaptando-se a um quadro economicamente apertado e de redução ao mínimo das estruturas domésticas propostas." (TAVARES, 2013: 6)

"(...) as HE aproveitam-se das portas que a política habitacional do Estado Novo abre, com a implementação deste novo regime das Casas de Renda Económica. Adoptam-se, com o novo programa habitacional, um sistema de arrendamento baseado no tão debatido bloco de habitação colectiva, ampliando consideravelmente a escala dos edifícios, ainda assim com o máximo de quatro pisos (...)." (TAVARES, 2013: 6).

"As HE assentam na cultura arquitectónica de uma época, contribuindo para um território de produção sistemática e para o fomento da habitação, transpondo

os valores de uma nova modernidade, ao mesmo tempo que proporcionam a revelação de uma classe profissional, dispondo para tal tanto dos meios como, fundamentalmente, dos propósitos." (TAVARES, 2013: 25)

"E é ao longo dos anos 1960 que a aplicação desta nova lei [Lei n.º 2092, de 9 de Abril de 1958] apresenta resultados. Anos de transição e de revisão quanto ao processo do moderno, os anos de 1960 constituem-se em anos de consolidação para as HE, pelo amadurecimento metodológico da prática de uma encomenda que será marcada por diversas experiências enriquecedoras quanto ao processo de transformação social.

Com uma equipa de cerca de vinte arquitectos, e com uma recém-nascida delegação Norte orientada por Alcino Soutinho, cria-se uma Rede de Arquitectos Regionais, descentralizando todo o processo, como forma de responder aos pedidos provenientes dos mais variados contextos do País." (TAVARES, 2016: 35).

EXEMPLOS INTERNACIONAIS

"INA-Casa (Instituto Nazionale de Assicurazione-Casa), também conhecido por Plano Fanfani, homenageando o ministro do Trabalho que o idealizou. O plano inicia-se em 1949, e tem como principal objectivo combater o desemprego através da construção civil e solucionar a carência de habitação." (TAVARES, Maria, 2013: 8)

Habitation à Bon Marché [HBM]

Programa de habitação com rendas moderadas e destinada a classes operárias e/ou com baixos rendimentos, implementado em França a partir de 1894. Este programa tem como base a Lei Siegfried de 30 de Novembro de 1984 que incentivava a construção deste tipo de alojamento com facilidades de crédito e isenções fiscais. Mais tarde, a Lei Strauss de 12 de Abril de 1906 introduziu a questão da qualidade das habitações e a importância de cumprir requisitos de segurança e salubridade. Em 1950, as HBM transformam-se em HLM (*Habitations à Loyer Moderé*).

REFERÊNCIAS

ELEB, Monique; BENDIMÉRAD, Sabri (2011). *Vu de l'interieur: Habiter un immeuble en île-de-France, 1945-2010*. Paris, Archibooks.

FERRAND, Lucien (1906). *L'habitation à bon marché*. PARIS, Arthur Rousseau, éditeur.

FERRAND, Lucien (1911). *L'Habitation ouvrière et à bon marché*. Paris, V. Lecoffre.

FERRAND, Lucien (1908). *Hygiène et Habitations à Bon Marché*. Paris, Maulde Doumenc & Cie.

FLAMAND, Jean Paul (2004). *L'abécédaire de la maison*. Éditions de la Villette, pp. 134-145. [HBM/HLM, Habitation à bon marché/Habitation à loyer modéré]

LUCAS, Charles; DARVILLÉ, Will (1913). *Les Habitations à bon marché en France et à l'étranger*. Paris, Librairie de la Construction moderne.

TERMOS RELACIONADOS

Casas Económicas [CE]
Habitation à loyer modéré [HLM]

DEFINIÇÕES PARALELAS

***Habitation à bon marché* [FR]**
"Les comités de surveillance départementaux des habitations à bon marché (HBM) mis en place par les lois Siegfried et Strauss (1) ne délivrent le permis d'habiter que si certaines prestations sont fournies et ont pour but de protéger les locataires: pas de pièces de moins de 9m2, orientation calculée en fonction de l'étage, chauffage, eau courante, etc." (ELEB; BENDIMERAD, 2011: 16)

(1) *Respectivement adoptées en 1894 et 1906. Voir sur le détail de ces prestations Roger-Henry Guerrand et Roger Quilliot,* Cent ans d'habitat social, une utopie réaliste, *Albin Michel, Paris, 1989.*

"HBM/HLM (Habitation à bon marché/ Habitation à loyer modéré) Ces deux termes désignent la même réalité à deux moments de son histoire. Pour ce qui est des habitations à bon marché (HBM), Le Grand Larousse illustré, dans son édition de 1906, précise qu'elles sont "définies par les lois du 30/11/1894 et du 12/04/1906, dont les dispositions tendent à faciliter et encourager toutes les manifestations de la prévoyance sociale, et notamment la construction des maisons destinées à être louées ou vendues à des personnes peu fortunées". Soixante ans après, son édition de 1966 définit les habitations à loyer modéré (HLM) comme des "logements construits sous l'impulsion des pouvoirs publics et destinés aux personnes à revenus modestes ou moyens". Ces deux dénominations recouvrent donc les différents types d'habitations - "maisons", initialement, puis, de façons plus indéterminée, "logements" - qui ont bénéficié d'aides directes ou indirectes des pouvoirs publics pour leur production el leur gestion. Cette caractéristique première définit ce qu'on appelle "habitat social" et qui propose, en location ou en accession à la propriété, des logements à des familles ne disposant pas de revenus suffisants pour accéder au marché libre du logement." (FLAMAND, 2004: 134).

Habitation à Loyer Moderé [HLM]

Programa de habitação criado em 1950 com a lei de 21 de Julho que estimula a construção de habitação de renda moderada. Este programa decorre das HBM (*Habitations à bon marché*) e assume um papel fundamental no combate à crise imobiliária no período do pós-guerra, em França.

REFERÊNCIAS

ELEB, Monique; BENDIMÉRAD, Sabri (2011). *Vu de l'interieur: Habiter un immeuble en île-de-France, 1945-2010.* Paris, Archibooks.

ELEB, Monique (2015). *Les 101 mots de l'habitat à l'usage de tous.* Paris, Archibooks.

FLAMAND, Jean Paul (2004). *L'abécédaire de la maison.* Éditions de la Villette, pp. 134-145.

Union Sociale pour l'Habitat (2006). *Les HLM, témoins et acteurs de leur temps: le logement social, moteur de l'innovation, 1850-2006.* Paris, Union Sociale pour l'habitat.

DEFINIÇÕES PARALELAS

***Habitation à loyer modéré* [FR]**
"Le terme «habitation» perdure dans le sigle HLM (Habitation à loyer modéré). Il avait été précédé par HBM (Habitation à bon marché) dont le premier Congrès, en 1889 à Paris, avait marqué le départ d'une réflexion sur l'habitat des classes populaires dans un pays qui s'industrialisait et devait faire face à l'exode rural. Une phase d'expérimentation sur les dispositifs les plus adéquats pour accueillir ces populations s'en était suivie qui préparait la diffusion des divers types (par exemple, les immeubles à grande cour-jardin des fondations philanthropiques, les petites maisons modestes des cités-jardins jusqu'aux immeubles-plots de quatre niveaux, banals aujourd'hui). « L'HLM» n'est donc pas un style ni un type, contrairement aux représentations courantes qui se sont fixées sur la période de la Reconstruction et sur les grands ensembles à barres et tours. Une HLM désigne donc de façon courante le logement social, populaire ou aidé, et trop nombreuses sont les distinctions apparues au fil des ans pour désigner ces différentes aides et catégories (PLA, PLS, PLATS, PLUS, etc.) pour qu'on puisse les définir toutes, la liste serait très vite obsolète! Sans que cela soit toujours dit frontalement, chacun est jugé dans notre société par son identité et ses appartenances, mais plus encore par son adresse et le type d'habitat occupé." (ELEB, 2015: 78-79)

"Les HBM, habitations à bon marché, deviennent HLM, habitations à loyer modéré, en 1950. Les expérimentations sur le logement se déploient dans des chantiers d'expositions mais les logements provisoires sont encore légion. Les mises en chantier de grands ensembles, le plus souvent situés aux abords des villes, s'accélèrent dès 1953. L'image unifiée qui les caractérise actuellement - ils seraient tous mal construits et enclavés - ne tient pas à l'observation sur le terrain. Et certains, difficiles à vivre en termes de liaisons à la commune de référence, détiennent eux aussi des logements de grande qualité, ayant fait l'objet de mille réflexions tenant compte des modes de vie que les habitants se transmettent de génération en génération." (ELEB; BENDIMÉRAD, 2011: 98).

TERMOS RELACIONADOS

Casas de renda económica [CE]
Habitation à bon marché [HBM]

Instituto Nacional do Trabalho e Previdência [INTP]

organismo promotor

O Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP) foi criado em Setembro de 1933, através do Decreto 23053, um dos vários decretos publicados no final desse mês que representaram a formalização da política corporativa do Estado Novo. Substituiu, e extinguiu, o Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral, criado pela 1ª República em 1919. O INTP estava dependente do Subsecretariado das Corporações e Previdência Social e tinha por objectivo "assegurar a execução das leis de protecção ao trabalho e as demais de carácter social" e estabelecia-se essencialmente como um intermediário nas relações entre Grémios e Sindicatos, ou entre patrões e trabalhadores. Sob a alçada do INTP estavam delegados regionais, tribunais de trabalho, e serviços de acção social, fomentando a execução de uma política de organização do trabalho sob os preceitos do corporativismo. No contexto da habitação construída com o apoio do Estado, coube ao INTP a distribuição de habitações construídas no âmbito de vários programas de habitação do Estado Novo, assim como a fiscalização dos diversos agrupamentos. A distribuição de habitações por parte do INTP tem uma relação directa com a organização corporativa do Estado, obrigando à inscrição dos trabalhadores nos Sindicatos Nacionais (condição essencial para a aquisição de Casas Económicas) ou a participação nas respectivas Caixas de Previdência (ligadas ao Programa das Casas de Renda Económica). Após a revolução de 1974, os serviços do INTP foram integrados no Ministério do Trabalho através do Decreto-Lei 488/74, de 26 de Setembro. [RJGR]

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Decreto-lei 23053, de 23 de Setembro de 1933
Presidência do Conselho - Sub-Secretariado de Estado das Corporações e Previdência Social
Diário do Govêrno n.º 217/1933, Série I de 1933-09-23

"Cria no Sub-Secretariado das Corporações e Previdência Social o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência e extingue o Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral e os actuais tribunais dos desastres no trabalho, de árbitros avindores e arbitrais de previdência social."

Decreto-lei 488, de 26 de Setembro de 1974
Ministérios do Trabalho e dos Assuntos Sociais
Diário do Governo n.º 225/1974, Série I de 1974-09-26

"Distribui pelos Ministérios do Trabalho e dos Assuntos Sociais os serviços dos extintos Ministérios das Corporações e Segurança Social e da Saúde."

organismo promotor

Junta de Colonização Interna [JCI]

"A Junta de Colonização Interna era um organismo com personalidade jurídica, de funcionamento e administração autónomos. Criada em 1936, incumbia-lhe a execução dos planos de colonização interna. Pelo Decreto-Lei 27207, de 16 de Novembro de 1936, a Junta de Colonização Interna tinha, nomeadamente, as seguintes competências: tomar conta dos terrenos que lhe foram entregues pela Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola, instalando neles casais agrícolas; promover a constituição de associações e regantes e a instalação de Postos Agrários; efectuar o reconhecimento e estabelecer a reserva dos terrenos baldios do Estado; proceder à aquisição de terrenos para colonização; estudar o regime jurídico a que devia obedecer a concessão de glebas." [DGARQ - Direcção-Geral de Arquivos]

TERMOS RELACIONADOS

Colónias Agrícolas da Junta de Colonização Interna

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Decreto-Lei 27207, de 16 de Novembro de 1936
Ministério da Agricultura - Gabinete do Ministro
Diário do Govêrno n.º 269/1936, Série I de 1936-11-16

"Reorganiza os serviços do Ministério da Agricultura, os quais compreendem o Gabinete do Ministro, Secretaria Geral, Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, Direcção Geral dos Serviços Pecuários, Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, Inspecção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas e Junta de Colonização Interna (criada pelo presente diploma)."

REFERÊNCIAS

JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA, Consultado em *Arquivo Nacional Torre do Tombo*, Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4223327 (consultado em 17 de Janeiro de 2019).

GUERREIRO, Filipa de Castro (2016). *Colónias Agrícolas Portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960. A casa, o assentamento, o território.* Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Movimento Nacional de Auto-Construção [MONAC]

Programa de habitação suportado através da Lei 2092, de 9 de Abril de 1958.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Lei 2092, de 9 de Abril de 1958
Presidência da República
Diário do Governo n.º 72/1958, Série I de 1958-04-09

"Estabelece as modalidades de cooperação das instituições de previdência, das Casas do Povo e das suas Federações no fomento da habitação, nomeadamente pela construção, para arrendamento ou alienação, de casas económicas e de casas de renda livre e pela concessão de empréstimos para construção ou beneficiação de habitação própria. Estabelece ainda as regras gerais correspondentes a cada um dos regimes previstos."

EXEMPLOS

(2 inventariado a 02.2019)

Bairro dos Tesos, Cantanhede, 1948
[demolido] | [s.n.].
GPS: 40.346067N, 8.593405W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Lorvão, 1949-1952 | [s.n.].
GPS: 40.261974N, 8.316502W

programa de habitação

Plano de Construção de Novas Habitações - Lisboa [PCNH]

Programa de habitação suportado através do Decreto-lei 42454, de 18 de Agosto de 1959.

A análise dos programas habitacionais subsidiados pelo Estado, implementados desde o final dos anos 1950 até 1974, aponta para três das maiores operações urbanísticas construídas em Lisboa no início dos anos 1960, nomeadamente, os bairros de Olivais Norte, Olivais Sul e Chelas.

O Plano de Urbanização do Bairro de Olivais Norte (1955-1960), por exemplo, incorporou 5000 fogos em edifícios multifamiliares distribuídos por 40ha, enquanto o Bairro de Olivais Sul (1959-1962), construiu cerca de 6986 habitações numa área de 186ha (HEITOR, 2004). Estas áreas residenciais foram desenvolvidas no âmbito do Plano de Construção de Novas Habitações (PCNH), decreto-lei nº 42.454, de 18 de Agosto de 1959, que estabeleceu a estratégia global para a construção de habitações

de renda acessível, num processo articulado com a expansão planeada da estrutura urbana de Lisboa. Vários promotores de habitação a baixo custo estiveram envolvidos neste programa.

Através deste Plano, os conjuntos Olivais Sul, Olivais Norte e Chelas transformaram-se em laboratórios de habitação multifamiliar de grande escala. O investimento efectuado na concepção dos planos de urbanização e a definição de instrumentos de coordenação e monitorização (tal como a criação de um Gabinete Técnico de Habitação - GTH) permitiram a exploração tipológica e a diversidade de soluções arquitectónicas em vez da implementação de projectos-tipo e de soluções padronizadas. Além disso, o conceito urbano global do plano, caracterizado por uma autonomia financeira possibilitada pela venda das parcelas, a definição de hierarquias viárias, a incorporação de edifícios de equipamentos e o estudo de bairros de grande escala construídos noutros contextos são factores que contribuíram para um processo integrado. [GL]

TERMOS RELACIONADOS

Gabinete Técnico de Habitação [GTH]

EXEMPLOS

(15 inventariados a 02.2019)

PLANOS DE URBANIZAÇÃO

Bairro de Olivais Sul - Plano de Urbanização, 1959-1962-1968 | José Rafael Botelho (Coord.), Carlos Duarte, Mário Bruxelas, Celestino de Castro, António Freitas.
GPS: 38.763863N, 9.109696W

Bairro de Olivais Norte - Plano de Urbanização, 1955-1958-1960 | Guimarães Lobato (Eng. Coord.), J. Rafael Botelho, P. Falcão e Cunha, Bartolomeu Cabral, J. Reis Machado, A. Alves Mendes, Ponce Dentinho (Paisagista)
GPS: 38.775152N, 9.113723W

Bairro de Chelas - Plano de Urbanização, 1962-1967-1990 | Francisco Silva Dias, L. Vassalo Rosa, João Reis Machado, Alfredo Silva Gomes, Manuel Figueira, António Alfredo.
GPS: 38.749126N, 9.117121W

Bairro de Casas Económicas de Olivais Sul, 1964 | [s.n.].
GPS: 38.760334N, 9.116145W

ALGUNS EDIFÍCIOS NO BAIRRO DE OLIVAIS NORTE E SUL

Bairro de Olivais Norte - Célula A - Cat. III [Fig. 51], 1959-1964 | Cândido Palma de Melo, Artur Pires Martins.
GPS: 38.775414N, 9.114904W

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Decreto-lei 42454, de 18 de Agosto de 1959
Presidência do Conselho
Diário do Governo n.º 188/1959, Série I de 1959-08-18

"Estabelece o plano para a construção na cidade de Lisboa de novas habitações com rendas acessíveis aos agregados familiares de mais fracos recursos."

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Ricardo (2004). "Torres dos Olivais Sul". in Ana Vaz Milheiro (coord.), *Arquitectos Portugueses Contemporâneos: obras comentadas e itinerários para a sua visita*. Lisboa, Público.

DUARTE, Carlos S. (2002). "Memória de Olivais-Sul". in *Jornal Arquitectos, N.º 204*, pp. 53-58, Lisboa.

HEITOR, Teresa (2004). "Olivais e Chelas: operações urbanísticas de grande escala". in *Centro de Estudos em Inovação, Tecnologia e Políticas de Desenvolvimento*, IST Mestrado em Engenharia de Concepção, História Económica, Tecnologia e Sociedade. 2004.

HEITOR, Teresa Valsassina (2000). *A vulnerabilidade do espaço em Chelas: uma abordagem sintáctica*. Lisboa, FCG.

FERREIRA, Eurico M. Matafome Lourenço (1976). "Ficheiro de projectos-tipo para habitação social em Olivais Sul". in *GTH Boletim*, Vol. 5, N.º 30-33, Lisboa, Câmara Municipal Lisboa, Gabinete Técnico de Habitação.

GONÇALVES, Fernando (1984). *Urbanizar e construir para quem?: a propósito do plano de Chelas*. Edições Afrontamento.

MANGORRINHA, Jorge (2010). "Habitação em Lisboa: Memória do GTH – 50 ANOS". in *Infohabitar*, Ano VI, nº 300 - II.

MILHEIRO, Ana Vaz, coord. (2009). *Habitar em colectivo: Arquitectura Portuguesa antes do SAAL*. Lisboa, Departamento de Arquitectura e Urbanismo do ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa.

NUNES, João Pedro Silva (2007). *À escala humana: planeamento urbano e arquitectura de habitação em Olivais Sul (Lisboa, 1959-1969).* Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

PORTAS, Nuno (2002). "A Habitação Colectiva nos Ateliers da Rua da Alegria". in *Jornal Arquitectos*, N.º 204, pp. 48-52, Lisboa.

RAMOS, Tânia Liani Beisl (2012). *Bairros Planeados e novos modos de vida: Olivais e Telheiras que contribuições para o desenho do habitar sustentável?*. Caleidoscópio.

Revista *Arquitectura* (1966), 3ª série, N.º 91 (Jan-Fev), pp. 9-13, Lisboa.

SANTOS, Filipa Viegas Serpa dos (2015). *Entre Habitação e Cidade. Lisboa: os projectos de promoção pública: 1910-2010*. Lisboa, Tese de Doutoramento em Urbanismo, apresentada na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

TAVARES, Maria (2013). "Leituras de um percurso na habitação em Portugal, as Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência". in Nuno Portas (coord.), *Habitação para o maior número, Portugal, os anos de 1950-1980*. Lisboa, CML, IHRU.

TOSTÕES, Ana (1997). "Plano dos Olivais Norte: conjunto de habitação em banda". in A. Becker, A. Tostões, W. Wang (coord.), *Portugal: Arquitectura do século XX*, Lisboa, Prestel.

[s.n.], (1964). "Plano do Gabinete de Estudos de Urbanização da CML. Arranjo dos espaços exteriores e direcção de obra do Gabinete Técnico da Habitação da CML". in *Arquitectura*, nº 81, p. 5, Lisboa.

[s.n.], (1966). "Viviendas economicas en Olivais-sul. Lisboa". in *Hogar y Arquitectura*, nº 62, pp. 32-37.

[s.n.], (1971). "Empreitadas de construção de edifícios habitacionais e de equipamento no período de 1959 a 1969". in *GTH Boletim*, Vol. 3, N.º 20, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Gabinete Técnico de Habitação.

Fig. 49 Bairros de Chelas - Conjunto Habitacional Cinco Dedos [© Gisela Lameira]

Bairro de Olivais Norte - Célula A - Cat. II [Fig. 50], 1957-1968 | Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas, António Pinto de Freitas.
GPS: 38.776181N, 9.116921W

Bairro de Olivais Norte - Edifício tipo IC, 1959 | João Braula Reis, João Matoso.
GPS: 38.775749N, 9.113916W

Bairro de Olivais Norte - Edifícios tipo IID [Fig.52 e 53], 1958-1960 | Pedro Cid, Fernando Torres, Guimarães Lobato, Sommer Ribeiro, Pedro Falcão e Costa e outros.
GPS: 38.776376N, 9.114732W

Bairro de Olivais Sul - Célula C - Barras, 1958-1968 | Nuno Portas, Bartolomeu da Costa Cabral, José Maria Torre do Valle, Pedro Vieira de Almeida, Rui Gamito (Eng.).
GPS: 38.765831N, 9.115313W

Bairro de Olivais Sul - Célula B - Cat. II - Lotes 29, 46 - Edifícios de Habitação de 7 pisos, 1960 | Vítor Figueiredo, Vasco Lobo.
GPS: 38.766580N 9.121002W

Bairro de Olivais Sul - Célula C - Cat. I, 1960-1964 | Vasco Croft, Justino Morais, Joaquim Cadima.
GPS: 38.764514N, 9.122760W

Bairro de Olivais Sul - Célula C - Cat. II - Lotes 193, 194, 240, 1960-1966 | Nuno Portas, Bartolomeu da Costa Cabral, José Maria, Rui Gamito.
GPS: 38.766110N 9.115676W

Bairro de Olivais Sul - Célula E - Cat. I - Lotes 438, 439, 440, 441, 443 e 444, 1964 | Nuno Teotónio Pereira, A. Silva Gomes, A. Freitas Leal, J. Correia Rebelo, Ruy José Gomes (Eng.).
GPS: 38.761178N, 9.107312W

Bairros de Chelas - Conjunto Habitacional Pantera Cor-de-Rosa, Lotes 222 a 229 [Fig. 54 e 55], 1972-1980 | Gonçalo Byrne, António Reis Cabrita.
GPS: 38.760081N, 9.124202W

Bairros de Chelas - Conjunto Habitacional Cinco Dedos, Lotes 249 a 253 [Fig. 49] | Vítor Figueiredo, Eduardo Trigo Sousa, Jorge Gil.
GPS: 38.755582N, 9.120752W

Fig. 50 Bairro de Olivais Norte - Célula A - Cat. II [© Gisela Lameira]

Fig. 51 Bairro de Olivais Norte - Célula A - Cat. III [© Gisela Lameira]

Fig. 52 e 53 Bairro de Olivais Norte - Edifícios tipo IID [© Gisela Lameira]

Fig. 54 e 55 Bairros de Chelas - Conjunto Habitacional Pantera Cor-de-Rosa [© Gisela Lameira]

Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto [PMP]

Programa de habitação suportado através do Decreto-lei 40616, de 28 de Maio de 1956.

O Plano de Melhoramentos para a cidade do Porto, um documento municipal implementado em 1956 com o objectivo de resolver as necessidades de habitação no Porto através da construção de cerca de 6000 casas em dez anos, deu origem a um número significativo de conjuntos residenciais de dimensão variada, que foram construídos na primeira periferia da cidade, contribuindo para a sua expansão planeada e urbanização. As Casas construídas no âmbito do Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto (PMP, Decreto-Lei 40.616, de 28 de Maio de 1956) tinham uma conexão directa com o Programa "Casas para Famílias Pobres", de 1945, seguindo, portanto, seus princípios essenciais.

Os 30 bairros construídos sob este programa habitacional compreendem edifícios com um número variável de pisos (pelo menos 4) e acessos verticais ou galerias de distribuição, seguindo projectos-tipo na maioria dos casos. Durante a implementação dos bairros do Plano de Melhoramentos, realizados entre 1957 e 1977, é possível sublinhar que o desenho das tipologias foi gradualmente aperfeiçoado, num processo de experimentação que começou a relacionar de um modo mais próximo os edifícios habitacionais e o seu contexto. Tal facto pode ser confirmado comparando os Bairros da Pasteleira, Bom Sucesso e Carvalhido, do início do programa (1956-1958), ou seja, a racionalidade dos layouts materializados desde a planta de implantação até ao desenho do apartamento, com projectos posteriores implementados na cidade, como o Bairro do Falcão (1967-1972).

Não obstante as especificidades inerentes a cada projecto em particular, estes complexos residenciais compartilham a mesma lógica em termos de conceito urbano: parcelas de grande dimensão com um *layout* que organiza edifícios residenciais paralelos, áreas verdes, percursos e ruas que se conectariam com a estrutura urbana definida pelo Plano Director do Porto (a partir de 1962). Apesar de seguirem alguns princípios definidos na Carta de Atenas, na maioria dos casos o modelo urbano alcançado parece ser frágil quanto à articulação com a pré-existência circundante, criando fragmentos desligados do restante tecido urbano. Esta observação é particularmente evidente na maioria dos complexos residenciais, já que não incorporam outro tipo de estruturas (equipamentos, escolas, áreas comerciais, etc.), fundamentais para a dinâmica interna do conjunto, nem definem hierarquias no desenho do sistema viário e respectiva ligação à rede existente. [GL]

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Decreto-lei 40616, de 28 de Maio de 1956
Ministério das Obras Públicas - Gabinete do Ministro
Diário do Governo n.º 108/1956, Série I de 1956-05-28

"Aprova o plano de melhoramentos de 1956 para a cidade do Porto a executar pela Câmara Municipal da mesma cidade."

EXEMPLOS

(13 de 30 inventariados a 02.2019)

Bairro dos CTT em Pereiró, Porto, 1956 | Luís de Almeida d'Eça.
GPS: 41.174731N, 8.654300W

Grupo de Moradias Populares de Pereiró, Porto, 1955-1956 | Rui Paixão.
GPS: 41.174731N, 8.654300W

Grupo de Moradias Populares do Bom Sucesso, Porto, 1956-1958 | Luís de Almeida d'Eça.
GPS: 41.153723N, 8.632201W

Bairro da Pasteleira / Grupo de Moradias Populares, Porto, 1957-1960 | Alberto Rosmaninho, Miguel Reimão Pinto, Vasco Mendes, Rui Paixão, Octávio Lixa Filgueiras (Estudo urbanístico).
GPS: 41.153944N, 8.659717W

Grupo de Moradias Populares de Agra do Amial, Porto, 1958-1961 | Vasco Mendes, Miguel Reimão Pinto, Alberto Rosmaninho.
GPS: 41.176478N, 8.608972W

Grupo de Moradias Populares de Fernão de Magalhães, Porto, 1959-1962 | Vasco Mendes, Miguel Reimão Pinto, Alberto Rosmaninho.
GPS: 41.153567N, 8.597844W

Grupo de Moradias Populares de São Roque da Lameira, Porto, 1959-1961 | Vasco Mendes, Miguel Reimão Pinto, Alberto Rosmaninho, Rui Paixão.
GPS: 41.166123N, 8.575001W

Grupo de Moradias Populares do Carriçal, Porto, 1959-1961 | Vasco Mendes, Miguel Reimão Pinto, Alberto Rosmaninho.
GPS: 41.180196N, 8.612094W

Grupo de Moradias Populares do Engenheiro Machado Vaz [Fig. 56 e 57], Porto, 1963-1965 | Vasco Mendes.
GPS: 41.165569N, 8.579780W

Agrupamento de Moradias Populares do Falcão (Fase 1) [Fig. 58 e 59], Porto, 1967-1972 | Rui Paixão.
GPS: 41.158975N, 8.576916W

Grupo de Moradias Populares da Corujeira / Bairro Monte da Bela, Porto, 1968-1972 | Rui Paixão.
GPS: 41.155010N 8.577458W

Grupo de Moradias Populares do Lagarteiro (Fase 1) [Fig. 60], Porto, 1968-1972 | Domingos Faria.
GPS: 41.152821N, 8.566932W

Grupo de Moradias Populares do Lagarteiro (Fase 2) [Fig. 61], Porto, 1974-1977 | Florêncio de Carvalho.
GPS: 41.152821N, 8.566932W

REFERÊNCIAS

PIMENTA, Manuel (2001). *As ilhas do Porto: estudo socioeconómico*. Porto, Câmara Municipal do Porto.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO (1966). *Plano de Melhoramentos: 1956-1966*. Porto, CMP.

QUEIRÓS, João, (2016). "O Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto de 1956: Enquadramento político-social e elenco de realizações". in Virgílio Borges Pereira (Org.), *A habitação social na transformação da cidade: Sobre a génese e efeitos do "Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto" de 1956*, Edições Afrontamento, pp. 37-64.

DEFINIÇÕES PARALELAS

"O Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto de 1956 tinha como objectivo principal a extinção das ilhas, criando bairros com melhores condições de salubridade. Esta opção levou à deslocação da população do centro da cidade. Este plano foi delineado de acordo com o Decreto-Lei 40616, de 28 de Maio de 1956, que pretendia resolver o problema da habitação no centro da cidade, através de um financiamento do Estado e da Câmara Municipal do Porto (CMP) para a construção de aproximadamente 6000 fogos. No entanto, o plano não foi concretizado na sua totalidade permanecendo, ainda hoje, ilhas e edifícios que retratam a história desta época da evolução da cidade. Os objectivos principais do Plano eram os da criação de zonas de expansão que promovessem o desenvolvimento da cidade e contribuíssem para o descongestionamento das zonas centrais, bem como a demolição das construções dos bairros denominados "ilhas" e outras formas de habitação consideradas insalubres.

O Plano de Melhoramentos constituiu um valioso instrumento urbanístico, propondo um novo zonamento para a cidade, novas acessibilidades e valorizando os terrenos da zona periférica da área central, permitindo a expansão do comércio e serviços." (in http://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-de-melhoramentos-para-a-cidade-do-porto-1956-1966: consultado a 23 de Fevereiro de 2017).

Medidas concretas relativas às habitações:

"Construção no prazo de dez anos, a partir de 1 de Janeiro de 1957, de prédios urbanos com a capacidade mínima de alojamentos de 6000 fogos, de rendas módicas, destinadas exclusivamente a habitação de famílias provenientes das construções a demolir ou a beneficiar de harmonia com o disposto no n.º 2 da alínea seguinte." (CMP, 1966: 8)

Medidas relativas à urbanização:

"1) Criação de zonas de expansão que permitam a realização das construções previstas na alínea A), facilitem o desenvolvimento normal da cidade e atendam à necessidade de descongestionamento das suas zonas centrais.

2) Demolição das construções que sejam condenadas nos bairros denominados "ilhas" e noutros considerados insalubres, remodelação urbanística das respectivas áreas e beneficiação dos prédios que possam subsistir.

3) Urbanização da zona do Campo Alegre, coordenada com a construção pelo Estado da nova ponte sobre o rio Douro e das respectivas artérias de acesso a incluir na rede de estradas." (CMP, 1966: 9)

Fig. 56 e 57 Grupo de Moradias Populares do Engenheiro Machado Vaz [© Luciana Rocha]

Fig. 58 e 59 Agrupamento de Moradias Populares do Falcão (Fase 1) [© Luciana Rocha]

Fig. 60 Grupo de Moradias Populares do Lagarteiro (Fase 1) [© Luciana Rocha]

Fig. 61 Grupo de Moradias Populares do Lagarteiro (Fase 2) [© Luciana Rocha]

Plano de Realojamento dos Sinistrados [PRS]

Programa de habitação suportado através do decreto-lei 48240, de 17 de Fevereiro de 1968.

EXEMPLOS

(4 de 14 inventariados a 02.2019)

Bairro Calouste Gulbenkian de Alenquer, Santo Estevão, Lisboa, 1968-1971 | [s.n.].
GPS: 39.044865N, 9.001037W

Bairro Calouste Gulbenkian de Arruda dos Vinhos, Lisboa, 1968-1972 | [s.n.].
GPS: 38.980534N, 9.082655W

Bairro Calouste Gulbenkian de Sacavém, Lisboa, 1968-1970 | [s.n.].
GPS: 38.795655N, 9.112156W

Bairro Calouste Gulbenkian da Mealhada, Lisboa, 1968-1970 | [s.n.].
GPS: 38.824477N, 9.162617W

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Decreto-lei 48240, de 17 de Fevereiro de 1968
Ministério das Finanças - Gabinete do Ministro
Diário do Governo n.º 41/1968, Série I de 1968-02-17

"Autoriza o Ministro das Finanças a inscrever as verbas necessárias no orçamento em vigor, como despesa extraordinária, para ocorrer à satisfação dos encargos provenientes da reparação dos estragos causados pelas inundações na zona de Lisboa em Novembro de 1967."

Promoção Cooperativa [COOP]

iniciativa sem enquadramento legislativo identificado

Enquanto alternativa às iniciativas privadas ou públicas, a promoção cooperativa assume-se como um dos meios de acesso à habitação de custos controlados. Neste modelo, as cooperativas acedem a financiamento com condições privilegiadas e benefícios por parte do Estado, definindo-se parâmetros como áreas e custos de construção, valores de venda e conceitos gerais de concepção. Os fogos construídos pelas cooperativas podem ser alvo de venda individual ou manterem-se em propriedade colectiva.

EXEMPLOS

(5 inventariados a 02.2019)

Bairro de Moradias Económicas da Cooperativa O Lar Familiar [Fig. 62 e 63], Porto, 1950-1962 | Mário Bonito, Augusto Amaral, João Silva Lino (Const. Civil).
GPS: 41.160201N, 8.652547W

Bairro Grupo Dez de Maio, Porto, 1930 | Aucíndio F. dos Santos, José F. Penêda.
GPS: 41.162361N, 8.596114W

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Lei Basilar do Cooperativismo
2 de Julho de 1867
Diário de Lisboa, 147, 5 de Julho de 1867 Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria

REFERÊNCIAS

MACEDO, José de (1998). *Cooperativismo*. Lisboa: Companhia Nacional Editora.

MATTOS, Mello de (1910). *Da acção da mutualidade contra as habitações insalubres. Papel do cooperativismo na construção de casas higiénicas e baratas*. Lisboa, Congresso Nacional de Mutualidade.

TAVEIRA, Joaquim (1954). "O movimento cooperativista português". in *Conferência proferida pelo Engenheiro Joaquim Taveira, na comemoração do 56º aniversário da cooperativa de Lordelo do Ouro, em 31 de Outubro de 1953*. Porto

DEFINIÇÕES PARALELAS

"O Cooperativismo foi introduzido em Portugal por alturas de 1850 através da propaganda do socialismo. O "Echo do Operário" de que eram redactores Lopes de Mendonça, Sousa Brandão e Vieira da Silva, foi o arauto das ideias socialistas e por intermédio dele se organizaram as primeiras associações de classe que se constituíram em grande número principalmente nas cidades de Lisboa e Porto. Deste movimento resultaram as greves de 1872 e dentro dele a organização da Voz do Operário.

No Diário do Governo de 5 de Julho de 1867 foi publicada a lei basilar do Cooperativismo português, datada de 2 do mesmo mês e ano, sancionando o Decreto das Cortes Gerais de 19 de Junho antecedente, sendo assinada pelo Ministro das Obras Públicas da época, João de Andrade Corvo. (...)

Sociedades cooperativas são associações de número ilimitado de membros e de capital indeterminado e variável, instituídas com o fim de mutuamente se auxiliarem os sócios no desenvolvimento da sua indústria, do seu crédito e da sua economia doméstica." (TAVEIRA, 1954:9-10)

Bairro de Santo Eugénio, Porto, 1956 | Antão de Almeida Garret.
GPS: 41.180295N, 8.637509W

Bairro Leão XIII / Bairro dos Condutores, Porto, 1956 | [s.n.].
GPS: 41.173181N, 8.665708W

Habitação Adolfo Brazão, Funchal, Madeira, 1964 | Rui Goes Ferreira.
GPS: 32.650682N, 16.933394W

Fig. 62 e 63 Bairro de Moradias Económicas da Cooperativa O Lar Familiar [© Gisela Lameira]

Promoção Filantrópica [FI]

Uma filantropia esclarecida, politicamente empenhada, desempenhou na Europa um papel importante quer no desenvolvimento em escala de novas soluções de habitação quer como alavanca para outras realizações ligadas a organismos da administração pública. Em Portugal, esses gestos, raros, isolados, estariam maioritariamente ligados a acções de afirmação pessoal guiadas por comprometimento social ou crença religiosa. Destaca-se, por exemplo, o caso do jornalista e economista Bento Carqueja e das suas iniciativas a partir do jornal "O Comércio do Porto" alimentadas por subscrições públicas. Daí resultou um conjunto de três bairros filantrópicos implantados na primeira década do século XX na cidade do Porto.

Especialmente em França e Inglaterra, a promoção filantrópica institucionalizou-se dando origem a sociedades de direito privado com protecção do Estado. No exemplo inglês da época vitoriana, estas associações de construção tinham lucros reduzidos cuja diferença para o mercado imobiliário corrente se cifrava nos 5%, pelo que esse baixo valor devia ser considerado a quota-parte de filantropia dos accionistas. Um dos casos citados nas publicações portuguesas é o da companhia fundada por Rothschild em Londres, em 1885, denominada "*Four per cent industrial dwelings company*". [EG]

TERMOS RELACIONADOS

Paternalismo industrial

EXEMPLOS

(6 de 43 inventariados a 02.2019)

Bairro das Casinhas, Braga, 1920 | [s.n.].
GPS: 41.370778N, 8.426694W

Bairro da Fábrica da Areosa, Porto, 1921 | José Domingues d'Almeida.
GPS: 41.180685N, 8.595405W

Bairro da Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães, 1922 | [s.n.].
GPS: 41.457664N, 8.342226W

Bairro do Diário de Notícias, Espinho, 1931 | [s.n.].
GPS: 41.004362N, 8.645764W

Bairro Operário Lucas & Ventura, Olhão, 1924-1925 | Carlos Ramos.
GPS: 37.031657N, 7.846332W

Bairro Operário do Monte Pedral / Bairro Operário "O Comércio do Porto" no Monte Pedral (Fase 1) [Fig. 64]-, Porto, 1899-1901 | José Marques da Silva.
GPS: 41.164323N, 8.619818W

REFERÊNCIAS

GONÇALVES, Eliseu (2018). "A República e a questão social da habitação no rescaldo da Guerra (1918-1933). in, AGAREZ, Ricardo (coord.), *Habitação. Cem anos de políticas públicas em Portugal (1918-2018).* Lisboa, IHRU/ Imprensa Nacional Casa da Moeda

TARN, John Nelson (1973). *Five per cent philanthropy. An account of housing in urban areas between 1840 and 1914*. Cambridge, Cambridge University Press

Fig. 64 Bairro Operário do Monte Pedral [© Gisela Lameira]

Promoção Municipal [MU]

Bairros construídos por Câmaras Municipais, ainda que recorrendo a fontes de financiamento diversas, eventualmente associadas a programas de habitação de âmbito nacional.

REFERÊNCIAS

GIRÃO, Luís Ferreira (1912). "Casas Operárias da 1.ª circunscrição industrial". in *Boletim do Trabalho Industrial*, N.º 66, 1-13. Lisboa, Imprensa Nacional.

GONÇALVES, Eliseu (2010). "O alojamento operário portuense nas primeiras décadas do século XX: da Casa Familiar ao Bloco Comunitário". in Virgílio Borges Pereira (coord.), *Ilhas, Bairros Sociais e Classes Laboriosas na Cidade do Porto (1956-2006)*. Porto, Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

KOEHLER, Mariana Dias e (2010). *Colónia operária Viterbo de Campos: do reconhecimento à estratégia de intervenção*. Porto, Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

MARQUES, Beatriz Rosa de Abreu Pereira (2009). *O vale de Alcântara como caso de estudo - Evolução da morfologia urbana*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentado ao Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

MARTINS, Sara Ribeiro (2016). *A disseminação do modelo da casa quadripartida na cidade industrial. O caso do Porto no primeiro terço do século XX*. Porto, Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Fig. 65 Bloco Habitacional Duque de Saldanha [© Gisela Lameira]

EXEMPLOS

(11 de 15 inventariados a 02.2019)

Bloco Habitacional Duque de Saldanha [Fig. 65, 66 e 67], Porto, 1937-1938 | [s.n.]
GPS: 41.142656N, 8.595945W

Colónia Operária de Antero de Quental, Porto, 1915-1917 | [s.n.].
GPS: 41.162774N, 8.590028W

Colónia Operária Estêvão de Vasconcelos, Porto, 1915-1917 | Aníbal Barros (Eng.).
GPS: 41.168738N, 8.629372W

Colónia Operária Viterbo de Campos, Porto, 1915-1917 | Aníbal Barros (Eng.).
GPS: 41.151088N, 8.640744W

Colónia Operária Doutor Manuel Laranjeira (Fase 1), Porto, 1919-1929 | [s.n.].
GPS: 41.170471N, 8.598864W

Casas Económicas do Monte Pedral, Porto, 1940 [demolido] | [s.n.].
GPS: 41.163679N, 8.615695W

Colónia Operária da Foz do Douro / Bairro do Mercado, Porto, 1928 | [s.n.].
GPS: 41.151411N, 8.670060W

Bairro Municipal de Habitações Populares de Rebordões / Bairro de São João de Deus / Bairro do Tarrafal (Fase 1), Porto, 1941-1944 | [s. N].
GPS: 41.177431N, 8.571440W

Bairro de Casas para as Classes Pobres na Quinta do Jacinto, Lisboa, 1937 | António do Couto Martins.
GPS: 38.707352N, 9.176778W

Bairro Municipal de Casas Económicas em Guimarães, 1919 | [s. N].
GPS: 41.447518N, 8.293410W

Bairro Alto do Restelo, Lisboa 1971 | [s.n.]
GPS: 38.707363N, 9.211566W

Fig. 66 e 67 Bloco Habitacional Duque de Saldanha [© Gisela Lameira]

Regime das Casas Económicas [RCE]

Programa de habitação suportado através do Decreto-lei 16055, de 22 de Outubro de 1928, em que se promulgam várias disposições sobre a construção e venda de casas económicas, a que se segue o Decreto-lei 16085, de 29 de Outubro de 1928, no qual se "Regulamenta a construção e venda das casas económicas".

O Regime das Casas Económicas (RCE) constitui um dos primeiros programas habitacionais em que foram promulgadas várias disposições sobre a construção e venda de casas a preços acessíveis para as classes desfavorecidas da população urbana (a seguir ao programa 'Bairro de Casas Económicas', de 1918). Embora esta iniciativa pública não tenha resultado num número significativo de bairros construídos (cerca de 8 em todo o país), é relevante referir dois exemplos, um em Lisboa e outro no Porto, ambos propondo um bloco habitacional de 2 pisos com acesso vertical partilhado aos apartamentos (2 em cada andar). No final da década de 1920, este tipo de edifícios, com características próximas de algumas soluções de padrão baixo/médio construídas por particulares, procuraram resolver as necessidades habitacionais de uma forma mais eficaz, especialmente em Lisboa, com a construção de 102 habitações num quarteirão de dimensões reduzidas. [GL]

TERMOS RELACIONADOS

Bairro social

EXEMPLOS

(6 de 7 inventariados a 02.2019)

Bairro Municipal Presidente Carmona [Fig 68], Lisboa, 1927-1935 | [s.n.].
GPS: 38.739993N, 9.131524W

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Decreto-lei 16055, de 22 de Outubro de 1928
Ministério do Comércio e Comunicações - Secretaria Geral do Ministério - Repartição Central
Diário do Govêrno n.º 243/1928, Série I de 1928-10-22

"Desde longa data estava pôsto diante da administração pública, na maior parte dos países, o problema da construção de casas económicas, em bairros modernos e higiénicos, para as classes menos abastadas das populações urbanas.
A guerra veio agravá-lo com as suas perturbações imensas, uma das quais foi a paralisação ou decadência das edificações civis.

Vieram naturalmente as reacções contra esses grandes males sociais. Os Estados promulgaram novos diplomas para conceder isenções fiscais, facilidades de crédito e outros favores às entidades construtoras das habitações baratas. Os Governos e os municípios resolveram em muitos casos fazê-las por sua conta.
Não poucos exemplos desta natureza se viram em Portugal, onde todavia não foi nem é possível o Estado auxiliar com financiamentos directos ou indirectos as empresas edificadoras.
O que mais provado ficou neste período foi que as obras a realizar não podem ser executadas pela administração do Estado ou, em escala razoável, pelos municípios. Sabe-se que só em Lisboa e Porto e algumas outras capitais de distrito seriam indispensáveis algumas dezenas de milhar de habitações modernas para as classes de recursos mais modestos, ainda que apenas pretendêssemos que a proporção entre o número delas e o dos habitantes fosse a de antes da guerra. Ao mesmo tempo se tem de considerar que já então era grande a necessidade de derivar parte da população para novos bairros aperfeiçoados. Salta portanto aos olhos que é enorme a extensão das construções desejáveis.
Nestes termos, é também evidente que o problema apenas poderá ser resolvido com amplitude e eficácia, mediante o emprego de muitas centenas de milhar de contos. Tanto vale como dizer que isso reclamaria a intervenção de grandes empresas em condições muito especiais.
O Governo tem, no entanto, o dever de facilitar a acção construtora de outras entidades que a possam ainda assim desenvolver com efeitos já apreciáveis nestes primeiros anos. Tal é o pensamento dominante do presente decreto, que amplifica as protecções e estímulos anteriores do Estado. (...)"
(...) Facilitar a construção de habitações semelhantes em Portugal, proporcionando vantagens importantes como as que o presente decreto oferece, é um dever do Governo, que assim mostra o seu profundo desejo de melhorar, dentro das possibilidades do Tesouro, as condições sociais e materiais da Nação. (...)" (DL 16055: 2167)

Decreto-lei 16085, de 29 de Outubro de 1928
Ministério do Comércio e Comunicações - Secretaria Geral do Ministério - Repartição Central
Diário do Govêrno n.º 249/1928, Série I de 1928-10-29

"Regulamenta a construção e venda das casas económicas"
Capítulo I: Condições técnicas e higiénicas das casas económicas
Capítulo II: Comissão das casas económicas e suas atribuições
Capítulo III: Empréstimos sobre as casas económicas
Capítulo IV: Expropriações".

REFERÊNCIAS

AGAREZ, Ricardo (2012). "Arquitectura 'Bread-and-butter' no Sul de Portugal, 1925-1950". in *Livro de Resumos e Comunicações, IV Congresso de História de Arte Portuguesa em homenagem a José-Augusto França*. Lisboa, Associação Portuguesa de Historiadores da Arte.

AGAREZ, Ricardo (2013). "Lisboa em Olhão/Olhão em Lisboa. História e fábula em três bairros de habitação económica, desde 1925". in *Monumentos, N.º 33, pp. 150-159*, Leya.

AGAREZ, Ricardo (2016). *Algarve Building: Modernism, Regionalism and Architecture in the South of Portugal, 1925-1965*. Routledge.

ALMEIDA, Pedro Vieira de; FILGUEIRAS, Octávio L.; GONÇALVES, Rui M., (org.) (1986). *Carlos Ramos: Exposição retrospectiva da sua obra*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

COUTINHO, Bárbara dos Santos (2001). *Carlos Ramos (1897-1969): obra pensamento e acção - A procura de um compromisso entre modernismo e tradição*. Lisboa, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Bairro da Seguradora "O Trabalho" [Fig. 69, 70, 71 e 72], Porto, 1928 | José Coelho de Freitas.
GPS: 41.174027N, 8.587502W

Bairro da Polícia de Segurança Pública / Bairro da PSP, Porto, 1930 | [s.n.]. GPS: 41.153889N, 8.592109W

Bairro Monte Alperche, Lisboa, 1930 | [s.n.].
GPS: 38.728961N, 9.129610W

Bairro Municipal de Casas Económicas de Arcela / Bairro da Câmara, Braga, 1931 | [s.n.].
GPS: 41.449814N, 8.282526W

Bairro Operário José Luís, Lisboa, 1932-1933 [parcialmente demolido] | Jorge Segurado.
GPS: 38.70759N, 9.43313W

Fig. 68 Bairro Municipal Presidente Carmona [© Gisela Lameira]

Fig. 69 Bairro da Seguradora "O Trabalho" [© Gisela Lameira]

GONÇALVES, Eliseu (2015). *Bairros de Habitação Popular no Porto, 1899-1933. A Prática de uma Arquitectura Económica, Saudável e Cómoda nas Vésperas do Moderno*. Porto, Tese de doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

FERNANDES, José Manuel (2003). *Português Suave: Arquitecturas do Estado Novo*. Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico.

MARTINS, Sara Ribeiro (2016). *A disseminação do modelo da casa quadripartida na cidade industrial. O caso do Porto no primeiro terço do século XX*. Porto, Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

NORAS, José Raimundo (2011). *Amílcar Pinto: um arquitecto português do século XX*. Dissertação de Mestrado em História da Arte, Património e Turismo Cultural, na área de especialização em História da Arte, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

PINTO, Amílcar da Silva (1930). "Um bairro operário em Ponte de Lima". in *Arquitectura Portuguesa (A)*, Ano XXIII, N.º 5, 2.ª Série, pp. 35-37.

SEGURADO, Jorge (1933). *Casas Económicas [discurso proferido na S. N. B. A.]*. Espólio Jorge Segurado.

TEIXEIRA, Sofia (2010). *Influência mediterrânea na arquitectura do Algarve. Projecto de Carlos Ramos para o Bairro de Pescadores de Olhão*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Universidade de Évora.

TEIXEIRA, Manuel C. (1992). "Estratégia de Habitação em Portugal: 1880-1940". in *Análise Social*, N.º 115, pp. 65-89.

Fig. 70, 71 e 72 Bairro da Seguradora "O Trabalho" [© Gisela Lameira]

Serviço de Apoio Ambulatório Local [SAAL]

Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), criado por Despacho, de 6 de Agosto de 1974, como resposta expedita e inovadora às generalizadas e gritantes carências de habitação observadas por todo o país, em particular nos grandes centros urbanos de Lisboa e Porto, à urgente necessidade de reabilitação de bairros degradados, e aos movimentos populares desencadeados após a revolução do 25 de Abril de 1974, em luta pelo direito à habitação e pelo direito ao lugar.

Emanado das estruturas centrais, o SAAL surgiu como serviço descentralizado, com o objectivo de criar um «corpo técnico especializado» do FFH capaz de apoiar directamente a população, em particular dos estratos mais insolventes, através da disponibilização de suporte projectual e técnico e de apoio jurídico e financeiro, criando condições para uma rápida e efectiva resolução do problema da habitação, a partir de um envolvimento e participação activa e directa da população, necessariamente organizada em cooperativas e associações de moradores.

A criação do SAAL assentou na conjugação de três princípios estratégicos: a capitalização da dinâmica reivindicativa das populações, estimulando a sua capacidade de organização em torno da constituição de comissões representativas dos seus interesses, necessidades e aspirações e a sua capacidade de proporem soluções de intervenção; o estímulo à incorporação de recursos próprios da população e do capital em presença; e a descentralização e desburocratização das estruturas de decisão e funcionamento público. [RGP]

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Despacho, de 6 de Agosto de 1974
Despacho conjunto dos Ministérios da Administração Interna e do Equipamento Social e do Ambiente designadamente do Ministro da Administração Interna, Manuel da Costa Brás e do Secretário de Estado da Habitação e do Urbanismo, Nuno Portas, de 31 de Julho de 1974, publicado no subsequente dia 6 de Agosto.
O despacho é precedido de um estudo interpretativo elaborado pelo Arq. Nuno Teotónio Pereira, no qual definiu os objectivos a prosseguir através do novo serviço (SAAL), a sua estrutura de funcionamento e o modo de arranque da sua actividade. Diário do Governo n.º 182/1974, Série I de 1974-08-06, pp. 873-874.

"1. Em face das graves carências habitacionais, designadamente nas principais aglomerações, aliadas às dificuldades em fazer arrancar programas de construção convencional a curto prazo – na medida em que estes programas supõem terrenos preparados, projectos e preparação de concursos e garantia de disponibilidade financeira por parte do Estado ou autarquias locais -, está o Fundo de Fomento da Habitação a organizar um corpo técnico especializado designado por «Serviço de Apoio Ambulatório Local» (SAAL), para apoiar, através das câmaras municipais, as iniciativas de populações mal alojadas no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros, investindo os próprios recursos latentes e, eventualmente, monetários".

Despacho, de 2 de Agosto de 1974
Despacho do Secretário de Estado da Habitação e do Urbanismo, Nuno Portas. Concorda com a proposta de estruturação do SAAL, apresentada a 2 de Agosto de 1974, por Maria Proença, em representação da Comissão Organizadora do SAAL.

EXEMPLOS

Alguns exemplos

SAAL/ALGARVE

Bairro da Meia Praia Duna, Lagos, Faro, Maio 1975 | José Veloso

Bairro do Alvor, Portimão, Faro, Outubro 1975 | José Veloso

Bairro Vila Real de Santo António, Vila Real de Santo António, Faro, Março 1976 | João Moitinho

Bairro de Aljezur, Aljezur, Faro, Maio 1976 | José Veloso

SAAL/LISBOA e CENTRO SUL

Bairro de Canal Caveira, Grândola, Setúbal, Junho 1976 | Manuel Tainha

Bairro Casal das Figueiras, Setúbal, Julho 1975 | Gonçalo Byrne

Bairro do Alto dos Moinhos, Lisboa, Setembro 1974 | Justino de Morais

Bairro Quinta das Fonsecas e Quinta da Calçada, Lisboa, Outubro 1974 | Raúl Hestnes Ferreira

SAAL/NORTE

Bairro da Bouça, Porto, Abril 1975 | Álvaro Siza

Bairro da Lapa, Porto, Novembro 1974 | Alfredo Matos Ferreira e Beatriz Madureira

Bairro do Leal, Porto, Outubro 1974 | Sérgio Fernandez

Bairro das Antas, Porto, Outubro 1974 | Pedro Ramalho

Decreto-Lei 594, de 7 de Novembro de 1974
Decreto sobre o direito de associação.
Determina o direito à livre associação, garantindo o direito à livre constituição de associações, reconhecendo a sua personalidade jurídica adquirida por mero acto de depósito dos seus estatutos.
Diário do Governo n.º 259/1974, Série I de 1974-11-07, pp. 1342-1344.

"Exige-se das associações que se subordinem ao princípio da especificidade dos fins e ao respeito pelos valores normativos que são a base e garantia da liberdade de todos os cidadãos. Revogam-se, assim, expressamente os Decretos-Leis 39660, de 20 de Maio de 1954, sobre controle administrativo das associações, e 520/71, de 24 de Novembro, que sujeitou as cooperativas, em certos casos, ao regime das associações."

Decreto-Lei 730, de 20 de Dezembro de 1974
Define o regime jurídico da Cooperação Habitacional.
Diário do Governo n.º 296/1974, Série I de 1974-12-20, pp. 1594-1597.

"Julga-se que em Portugal, tal como noutros países já se verificou, o cooperativismo habitacional, convenientemente estruturado e com o adequado apoio do Estado, poderá dar um importante contributo à resolução do problema habitacional.
Porém, para uma correcta intervenção no domínio da acção, havia que definir e corrigir a estrutura do regime jurídico das cooperativas, actualizando preceitos que o legislador de 1888, data da publicação do Código Comercial, estabelecera, atento o condicionalismo sócio-económico da época, e que não correspondem aos actuais conceitos da doutrina cooperativista."

Decreto-Lei 737-A/74, de 23 de Dezembro de 1974
Define diversas modalidades de auxílio às cooperativas de habitação de interesse social, as quais passam a usar a designação de «cooperativas de habitação económica».
Diário do Governo n.º 298/1974, 1º Suplemento, Série I de 1974-12-23, pp. 1614-(2) a 1614-(3).

"No programa de política habitacional do Governo Provisório assume especial relevo o papel que se atribui ao cooperativismo na promoção de alojamento de inequívoca utilidade social como forma privilegiada de organização da iniciativa e da gestão de recursos pelos próprios moradores na realização de conjuntos urbanos que efectivamente correspondam às suas necessidades. Associado aos necessários programas de execução do Estado e autarquias, o cooperativismo habitacional deverá assegurar a urgente expansão das iniciativas habitacionais sem arrastar necessariamente a burocratização ou dirigismo dos serviços governamentais. "

Despacho, 22 de Abril de 1975
Despacho do Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, Nuno Portas, no qual se define o critério e mecanismo de transferência de subsídios para as cooperativas e associações de moradores.

No contexto de uma forte adesão ao SAAL e tendo em conta o rápido processo de organização das populações e de definição de soluções ajustadas à especificidade de cada intervenção, para os quais foi essencial o apoio directo e a acção das brigadas técnicas que lhes foram afectadas, reconhecia-se "a urgente necessidade de regular o critério e mecanismo de transferência dos subsídios para as cooperativas e associações de moradores".

Decreto-Lei 273-C/75, de 3 de Junho de 1975
Decreto no qual se definem regras de expropriação de «zonas degradadas» ajustadas à natureza e princípios das operações do SAAL.
Diário do Governo n.º 127/1975, 1º Suplemento, Série I de 1975-06-03, pp. 770-(5) a 770-(6).

"Vivem no País dezenas de milhares de famílias em bairros degradados que há longos anos vêm sofrendo a exploração impiedosa de proprietários sem escrúpulos de qualquer espécie e sujeitas a condições de habitabilidade a que importa pôr rápido termo.
(...)
Embora de características diferentes, conferidas pelo tipo e época de construção, encontram-se, sobretudo no Porto, zonas degradadas espalhadas pela cidade, formando núcleos que recebem o nome de «ilhas».
(...)
Encontram-se as autarquias locais, com a ajuda do Governo, empenhadas em operações de limpeza, reconstrução e transferência desses bairros. Para o efeito foi criado, em devido tempo, o Serviço de Apoio Ambulatório Local.
(...)
Estas operações só se poderão desenvolver a partir de expropriações dos terrenos dessas zonas que possibilitem o realojamento das populações abrangidas e (ou) de expropriações em zonas tanto quanto possível próximas daquelas em que tais núcleos se encontram implantados.
(...)
Não pode, para além do mais, o Governo consentir na aplicação a estes casos de um processo de expropriação normal que coloque nas mãos dos respectivos proprietários elevadas somas de dinheiros públicos por expropriação de zonas que têm sido exploradas de um modo geral de forma especulativa e sem escrúpulos e que eles próprios deixaram degradar, com o mais completo desprezo pelas condições humanas mínimas de vida das famílias ali instaladas."

Despacho ministerial, de 27 de Outubro de 1976
Despacho conjunto do Ministério da Administração Interna e do Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção, designadamente do Ministro da Administração Interna, Manuel da Costa Brás e do Ministro da Habitação, Urbanismo e Construção, Eduardo Ribeiro Pereira, de 26 de Outubro de 1976, publicado no subsequente dia 27. O despacho anuncia a extinção da metodologia do processo SAAL e da sua estrutura orgânica de intervenção, restituindo às câmaras municipais a resolução dos problemas do habitat
À data, segundo BANDEIRINHA, José A. (2007) estavam em curso 169 operações em todo o país, envolvendo 41 665 famílias de moradores pobres. Diário da República n.º 253/1976, 1º Suplemento, Série I de 1976-10-28, pp. 2460-(1) a 2460-(3).
" 5. Após dois anos de experiência, conclui-se que algumas das brigadas SAAL se desviaram, de forma evidente, do espírito do despacho que as mandava organizar, actuando à margem do FFH e das próprias autarquias locais que deveriam ser os principais veículos da condução do processo.
(...)
11. As novas câmaras, democraticamente eleitas, são, pela legitimidade do voto, as legítimas representantes das populações na defesa dos seus interesses, em que os problemas do habitat têm um peso de especial significado, pois que só em termos de comunidade e solidariedade podem ser encarados. A recuperação das zonas degradadas e clandestinas e a sua erradicação cabem, em termos políticos e técnicos, à autarquia, embora com o apoio financeiro e técnico da Administração Central."

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rogério V. (1997). "Operações SAAL 1974-1976", in A. Becker; A. Tostões; W. Wang (org.). *Arquitectura do Século XX Portugal*, Munique, Prestel.

BANDEIRINHA, José António (2001). "Processo SAAL, o direito à arquitectura". in J. Figueira; P. Providência; N. Grande (Comissários). *Porto 1901/2001. Guia de Arquitectura Moderna*. Porto, Ordem dos Arquitectos – SRN, Ed. Civilização.

BANDEIRINHA, José A. (2007). *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra. ISBN: 978-972-8704-76-6.

BURMESTER, Maria (Coord.) (2014). *O Processo SAAL. Arquitectura e participação 1974-1976*. Porto, Fundação de Serralves. ISBN: 978-972-739-311-4.

COELHO, Margarida (1986). "Uma Experiência de Transformação no Sector Habitacional do Estado: SAAL – 1974-76". in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 18/19/20.

COELHO, Mário B. (1986). "Um Processo Organizativo de Moradores (SAAL/ Norte-1974-76)". in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 18/19/20.

COSTA, Alexandre A. (1978). "Intervenção Participada na Cidade / A Experiência do Porto". in *Lotus International*, n.º 18, março, 1978.

COSTA, Alexandre A. (1978). "L'esperienza di Oporto". in *Lotus International*, n.º 18.

COSTA, Alexandre A. (1997). "1974-1975 o SAAL e os Anos da Revolução". in BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried [org.] *Arquitectura do Século XX Portugal*, Munique, Prestel.

COSTA, Alexandre A. (1997). "Operações SAAL Norte Operação SAAL – Brigada São Vitor Porto 1974-1977. Álvaro Siza". in BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried [org.]. *Arquitectura do Século XX Portugal*, Munique, Prestel.

COSTA, Alexandre A. (2006). "Prefácio", in BANDEIRINHA, José A. (2007). *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra. ISBN: 978-972-8704-76-6.

FERREIRA, Vítor Matias (1975). *Movimentos Sociais Urbanos e Intervenção Política. A Intervenção do SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local) em Lisboa*. Porto, Cidade em Questão 4/Afrontamento, Edições Afrontamento.

MEMBROS EFECTIVOS DO VI CONSELHO NACIONAL DO SAAL (1976). *Livro Branco do SAAL*, 1974-1976. Vila Nova de Gaia, Conselho Nacional do SAAL.

PAULINO, Raquel G. (2013). *ESBAP/FAUP. O Ensino da Arquitectura na 'Escola do Porto'. Construção de um Projecto Pedagógico entre 1969 e 1984*. Porto, Tese de Doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

PEREIRA, Nuno Teotónio (1974). "Estudo Interpretativo dos Objectivos a prosseguir através do SAAL". in *Membros Efectivos do VI Conselho Nacional do SAAL (1976), Livro Branco do SAAL*, 1974-1976. Vila Nova de Gaia: Conselho Nacional do SAAL.

PORTAS, Nuno (1986). "O Processo SAAL: entre o Estado e o Poder Local". in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 18/19/20. Coimbra.

SALGUEIRO, Teresa B. (1986). "A Promoção Habitacional e o 25 de Abril". in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 18/19/20. Coimbra.

VIEIRA, Álvaro Siza (1986). "O 25 de Abril e a Transformação da Cidade". in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 18/19/20. Coimbra.

DEFINIÇÕES PARALELAS

"No rescaldo do golpe militar de 25 de Abril, a 16 de Maio de 1974, Nuno Portas foi nomeado Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo do 1.º Governo Provisório. Sobressaía, no seu discurso, o profundo conhecimento que tinha da realidade do país: falava na resolução imediata do problema da habitação, falava na criação de «brigadas de urbanismo activo» para descentralizar os serviços e contornar a burocracia, ainda teimosamente «colada» às instituições. Mas sentia-se, também, a configuração teórica da experiência que, por todo o mundo e em contextos de maior ou menor paralelismo, fora sendo acumulada ao longo da última década. (...)

Criado com o intuito de dar apoio às populações que se encontravam alojadas em situações precárias, o SAAL surgiu como um serviço descentralizado que, através do suporte projectual e técnico dado pelas brigadas que actuavam nos bairros degradados, foi construindo novas casas e novas infraestruturas, foi oferecendo melhores condições habitacionais às populações mais carentes. A manutenção, tanto quanto possível, das novas habitações nos mesmos locais era uma premissa essencial do Despacho, que assim salvaguardava as tentações de realizar operações dissimuladas de especulação, que tinham como consequência inevitável a compulsiva deslocação dos moradores para áreas mais periféricas." (BANDEIRINHA, 2007:13)

"(...) além da construção e concretização de uma política de habitação, o SAAL foi terreno para uma reflexão sobre a cidade e o estabelecimento de novas metodologias de intervenção que, tendo como princípio os mecanismos da democracia directa, garantissem o direito à cidade e ao lugar, como travões à sua estratificação classista e à especulação imobiliária, bem como o compromisso com todo o património edificado e com os seus valores históricos e culturais associados." (COSTA, 2006:10)

"Apesar do breve período de existência – oficialmente de 6 de Agosto de 1974 a 27 de Outubro de 1976 – e do contexto em que o SAAL viria a ser desmantelado, a originalidade das metodologias ensaiadas e o alcance da transformação gerada pelo processo desencadeado pelo serviço, deixariam marcas na estrutura social e urbana portuguesa, forçando uma mudança de paradigma ao nível dos modelos de intervenção urbana, pelo ensaio de novas estruturas, mecanismos e instrumentos de intervenção e pela construção de uma cultura de participação democrática colectiva, simplesmente inexistente num país que tinha vivido até ao dia 25 de Abril de 1974, durante quarenta e oito anos, sob uma ditadura." (PAULINO, 2013: 409)

TEXTOS

Eliseu Gonçalves [EG]

Gisela Lameira [GL]

Luciana Rocha [LR]

Luísa Sousa Ribeiro [LSR]

Rui Jorge Garcia Ramos [RJGR]

Sara Ribeiro Martins [SRM]

Sérgio Dias Silva [SDS]

Fotografia: Agrupamento em Póvoa de Santa Iria [© Gisela Lameira]

Adaptabilidade

Por definição etimológica, adaptabilidade diz respeito à capacidade de transformação ou metamorfose: aquilo que pode adaptar-se ou ser adaptado. Capacidade de transformação sem perda de identidade.

Adaptabilidade e flexibilidade divergem nos processos de transformação, em que incide de maneira fulcral a questão do reconhecimento do tipo inicial. O conceito de adaptabilidade remete para possibilidades de transformação, incursões ao longo do tempo que não inviabilizam o reconhecimento de uma família tipológica ou do tipo inicial que serviu de suporte. Por outro lado, o conceito de flexibilidade define-se na capacidade de uma transformação/metamorfose parcial ou total dos espaços interiores, em que, em última instância, já não é possível reconhecer a família tipológica que lhe deu origem, e a única permanência é o invólucro do edifício. O conceito de adaptabilidade define-se enquanto relacionado com conceitos mais vastos de tipo e carácter, e reveste-se de especial interesse quando aferido à discussão espoletada a partir dos anos 80 do século XX acerca da preservação da cidade enquanto património construído e herdado.

Adaptabilidade como ferramenta que permite a transformação sem perda de identidade, permanecendo o tipo edificatório enquanto estrutura edificada que se caracteriza por determinadas relações internas (matriz espacial de organização interna) e relações externas (relação com a rua, espaços exteriores, etc.). [GL]

REFERÊNCIAS

ELEB, Monique (2015). *Les 101 mots de l'habitat à l'usage de tous*. Paris, Archibooks. [évolutif, flexible, adaptable]

ELEB-VIDAL, Monique; CHATELET, Anne-Marie; MANDOUL, Thierry (1988). *Penser l'habité. Le logement en question*. Paris, Pierre Mardaga éditeur.

MACCREANOR, Gerard (1998). "Adaptabilidad". in *a+ t 12, Vivienda e flexibilidad* (I).

MONTEYS, Xavier; FUERTES, Pere (2001). *Casa collage. Un ensayo sobre la arquitectura de la casa*. Barcelona, Editorial Gustavo Gili. 1 ed. ISBN: 84-252-1869-1.

PARICIO, Ignacio; SUST, Xavier (1998). *La Vivienda Contemporánea. Programa y tecnología*. Barcelona, Institut de Tecnologia de la Construcció de Catalunya, 1998.

SCHNEIDER, Tatjana; TILL, Jeremy (2007). *Flexible Housing*, Architectural Press. Routledge, London and New York.

DEFINIÇÕES PARALELAS

***Évolutif, flexible, adaptable* [FR]**
"L'idée que «l'habitat évolutif peut être considéré comme aux origines de l'habitation» est défendue par Manuel Périanez (L'Habitat évolutif: du mythe aux réalités...1993-2013). En effet, on imagine que le réaménagement de la

TERMOS RELACIONADOS

Flexibilidade

maison a de tout temps permis à la famille d'évoluer et aux générations de se succéder. Vrai changement, le monde savant de l'architecture suggère de prévoir cette évolutivité dès la conception. Proches, mais distincts pour les spécialistes de l'habitat, ces termes désignent des dispositifs auxquels les architectes, les journalistes, les habitants ont davantage recours quand l'incertitude grandit en ce qui concerne les modes de vie ou le marché du logement ou du bureau, ce qui est le cas actuellement. C'est donc une adaptation au marché mais aussi une utopie construite du XIXe siècle qui redevient pertinente. De nombreux immeubles de la rue Réaumur à Paris sont exemplaires: depuis plus d'un siècle, leurs plateaux peuvent être cloisonnés à volonté. Ces vastes plateaux aux cloisonnements légers et mobiles, avec poteaux porteurs en acier plutôt que murs porteurs, permettent une réorganisation selon les besoins et les locataires, et à terme les bureaux peuvent se transformer en logements et vice-versa. Depuis cette époque, la question de la réversibilité se pose de façon encore plus cruciale; construire des bureaux sans savoir quelle est la demande réelle ou en craignant qu'elle ne fluctue est une vraie prise de risque." (ELEB, 2015: 62-63)

Adaptabilidade *versus* Flexibilidade
"A adaptabilidade é outra forma de entender a flexibilidade. O edifício adaptável admite, ao mesmo tempo, muitas funções diferentes e vai mais além da função. Permite também a possibilidade de uma mudança de uso (...) A adaptabilidade não está directamente relacionada com uma ideia precisa de flexibilidade, baseada, por sua vez, na quebra da distribuição tradicional." (MACCREANOR, 1998: 40)

"Adaptability in the context of housing is achieved through designing rooms or units so that they can be used in a variety of ways." (SCHNEIDER; TILL, 2007: 5)

Apartamento

Parte independente de um edifício de habitação plurifamiliar, destinada a habitação particular.

A organização do espaço doméstico moderno (apartamento) resulta de um estudo pormenorizado e racional da habitação que procura combinar o maior conforto com o menor espaço. Este estudo permite a atribuição prévia de funções a cada compartimento, com inúmeras vantagens na satisfação de exigências específicas, tanto pelo dimensionamento e posicionamento dos espaços como pela colocação dos equipamentos necessários aos possíveis usos (GRIFFINI, 1950 [1932]: 29).

Desta racionalização do espaço resulta também o estabelecimento de princípios/sistemas de organização que permitem relacionar os diferentes compartimentos de acordo com a respectiva função. No sistema de divisão tripartida, o espaço doméstico surge claramente distribuído em três zonas específicas - Noite, Dia e Serviços – no qual se evidencia a separação de entradas e circulações entre principais e serviços, de modo a evitar cruzamentos de percursos (GRIFFINI, 1950 [1932]: 83). O princípio bipartido Dia-Noite, inclui os principais espaços de serviços no núcleo de Dia, concentrando as comunicações e os percursos internos necessários para responder às necessidades básicas da vida doméstica. A organização surge assim sobretudo dependente das relações estabelecidas entre cozinha- zona de refeição - zona de estar, zona de estar - quarto de dormir e quarto de dormir - quarto de banho. [LR]

REFERÊNCIAS

BOSC, Ernest (1877-1880). *Dictionnaire raisonné d'architecture, Vol.1*. Paris, Firmin-Didot et Cie. Paris.

ELEB, Monique (2015). *Les 101 mots de l'habitat à l'usage de tous*. Paris, Archibooks. [appartement]

FLAMAND, Jean Paul (2004). *L'abécédaire de la maison*. Éditions de la Villette.

GRIFFINI, Enrico A. (1950 [1932]). *Construccion racional de la casa: Parte 1*. Barcelona, Hoepli, S. L.

LAMEIRA, Gisela (2017). *O prédio de rendimento portuense. Topologias, tipologias e modelos de habitação plurifamiliar na 1ª metade do século XX*. Porto, Tese de doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

MARCUS, Sharon (1999). *Apartment Stories. City and home in nineteenth-century Paris and London*. United States of America, University of California Press. Berkeley and Los Angeles, California. London, England.

MOLEY, Christian (1998). *L´Architecture du logement: culture et logiques d'une norme héritée*. Paris, Anthropos.

ROCHA, Luciana (2016). *Intervenção no Moderno: Reconhecimento, caracterização e salvaguarda de edifícios de habitação plurifamiliar*. Porto, Tese de doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

RODRIGUES, Francisco de Assis (1875). *Diccionario Technico e Historico de Pintura, Esculptura, Architectura e Gravura*. Lisboa, Imprensa Nacional. [apartamento]

TOPALOV, Christian; COUDROY DE LILLE, Laurent; DEPAULE, Jean-Charles; MARIN, Brigitte (2010). *L'Aventure des mots de la ville. À travers le temps, les langues, les sociétés*. Paris, Éditions Robert Laffont, S. A.

[s.n.] (2002). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal.

DEFINIÇÕES PARALELAS

"APARTAMENTO, s. m. do b. lat. partimentum, formado do verbo partiri, dividir, ou também à parte (ilegível), fr. *appartement*, it. *appartemento, hesp. apartamiento*, ing. *apartement*, que faz parte da habitação: - (archit.) em geral é uma divisão, ou plano com os commodos necessarios; em particular, é quarto de casas, cama - logar separado e retirado (...)." (RODRIGUES, 1875)

"APARTAMENTO. 1. Aposento particular, afastado do serviço comum de uma casa; quarto. 2. Cada uma das unidades de moradia privativa de um edifício de habitação colectiva dotado de acesso e áreas de uso comum. (...) ETIM fr. *appartement* (1559) e, este, do it. *appartamento* (1538), de *appartare* 'separar', de parte (...)." (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2002: 321)

***Appartement* [FR]**
"Quand, au milieu du XVIII siècle, apparaît la maison à loyer (qui deviendra l'immeuble tel que nous le connaissons), les appartements se superposent et sont contigus quand il en existe plusieurs par étage, et deviennent toute l'habitation destinée à une famille. Certains se déploient sur plusieurs niveaux. Un escalier principal est doublé par celui de service. Des «chambres de bonnes» se situent au dernier étage et seront ensuite intégrées aux appartements. Selon le vœu

TERMOS RELACIONADOS

Casa
Prédio de rendimento
Bloco

des propriétaires, qui y habitent parfois, cette maison à loyer doit s'adapter à tout nouvel arrivant, quelle que soit sa condition, pourvu qu'il soit bourgeois, car c'est un type d'habitat lié à ce statut. Et nous voyons s'y mettre en place les premières formes pensées de flexibilité et de réversibilité grâce, notamment, à la multiplication des portes. Après 1850, «appartement» désigne l'habitation d'une famille («ensemble de pièces constituant une habitation complète», selon le Dictionnaire raisonné d'architecture de E. Bosc (Paris, Firmin-Didot et Cie, 1877), terme doublé par celui de «logement » (qui apparaît alors) pour qualifier une habitation modeste. L'appartement est grand et bourgeois tandis que le logement est petit et réservé aux classes populaires. Si j'évoque ici l'habitat de ceux qui ont le pouvoir c'est que, jusqu'au milieu du XIX siècle, l'invention des dispositifs innovants a lieu dans l'habitat de luxe alors qu'ensuite et jusqu'à aujourd'hui, c'est plutôt dans l'habitat populaire qu'ont lieu les évolutions spatiales." (ELEB, 2015:12)

"C'est ce qui est 'à part' du reste. (...) Le mot prendra son sens contemporain au début du XIXe siècle, lorsque se développera la construction de maisons de rapport découpées en un ou plusieurs logements par étage: l'appartement est ainsi un logement inclus au sein d'un immeuble qui en compte plusieurs. (...)". (FLAMAND, 2004: 16-17)

"Réunion de chambres constituant une habitation complète. - L'importance et la richesse des appartements étant en rapport avec la fortune et la condition de celui qui l'habite, il résulte une grande variété de ces locaux. Les peuples anciens, ainsi que l'attestent les nombreuses maisons découvertes à Pompéi, reconnaissaient comme nous divers ordres d'habitation: mais ce qui les distinguait toutes ou presque toutes, c'était une division assez constante en appartement public et privé, en ANDRON ou "andronitide", et en GYNÉCÉE. Au moyen âge, le genre de vie est beaucoup plus simple et plus retiré que chez les peuples de l'antiquité et des temps modernes; aussi à cette époque la maison n'avait qu'un petit nombre de chambres, parmi lesquelles la salle était la pièce principale, celle dans laquelle se passait l'existence tout entière.

Aujourd'hui l'appartement ordinaire se compose d'une antichambre, de dégagements, d'un salon, d'une salle à manger, d'un office, de chambres à coucher, d'une cuisine, de cabinets et de water-closet. En dehors de cet appartement, il en existe de plus restreints, qui portent le nom de "logement" et qui ne se composent que de deux ou trois pièces avec ou sans cuisines, cabinets, ou lieux d'aisances. Au contraire, l'appartement des gens aisés ou de ceux qui font figure dans le monde comprend, en plus des locaux de l'appartement ordinaire, des chambres et des salons de plus grandes dimensions, des dégagements plus amples; on y trouve souvent un vestibule, un cabinet d'étude, une bibliothèque, parfois une galerie, une salle de bains et des water-closet pour les maîtres et les domestiques." (BOSC, 1877-1880, Vol.1: 98)

"Le terme appartement évoque l'idée de mettre à part, de diviser, d'éloigner, de séparer. D'origine européenne, le mot apparut avec un sens bien défini: il désignait un certain espace isolé au sein de la maison. Il évolua ensuite avec les nouvelles conditions de sociabilité et d'habitat dans les grandes villes de la fin du XIXe et du début du XXe siècle." (TOPALOV; COUDROY DE LILLE; DEPAULE; MARIN, 2010: 17)

Bairro de Rendimento

Bairro de iniciativa privada que pelas suas características morfológicas e tipológicas mantém forte semelhança com outros bairros sustentados em programas de habitação coevos. Estes bairros destinam-se à classe operária com possibilidade de sustentar um arrendamento, caracterizando-se por um desenvolvimento espacial mínimo, contudo apresentando já, em alguns casos, a preocupação com infraestruturas básicas como abastecimento de água e saneamento e, principalmente, ventilação. Assim, este tipo de promoção, não se inserindo num programa habitacional legalmente enquadrado, partilha com este semelhanças e vai explorar a possibilidade de arrendamento às famílias que não são abrangidas pela habitação programada. Como o nome indica este tipo de construção é especulativa, tendo por objectivo assegurar um rendimento económico para o proprietário. [RJGR]

REFERÊNCIAS

GONÇALVES, Eliseu (2015). *Bairros de habitação popular no Porto 1899-1933: A prática de uma arquitectura económica, saudável e cómoda nas vésperas do Moderno*. Porto, Tese de doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

ALGUNS EXEMPLOS

Bairro da Seguradora "A Garantia", Rua do Amial, Porto, 1929 | Alberto Fernandes Gomes.
GPS: 41.182217N, 8.614039W

Bairro para "Trinta Famílias de Operários", Rua Arquitecto Marques da Silva, Porto, 1935 | Januário Godinho
GPS: 41.153738N, 8.630881W

Bairro da Rua de Monsanto, Porto, 1928 | Manoel Domingues dos Santos.
GPS: 41.170414N, 8.621694W

Bloco

Edifício conformado por diversas unidades habitacionais, com um ou mais núcleos de acesso vertical, concebido como um todo, com fachada única. Edifício em barra. [GL]

O termo 'bloco', entendido como edifício longo, está frequentemente relacionado com grandes conjuntos ou com uma série de construções comuns, contínuas e repetidas (ELEB, 2015: 19-20). Neste contexto, responde às necessidades de construção de habitação em massa e contribui para a expansão do tecido urbano. No II CIAM (Frankfurt, 1929), Walter Gropius apresenta como solução para o problema da crescente limitação da densidade urbana o desenvolvimento de blocos de habitação colectiva em altura, capazes de albergar células mínimas individuais e espaços colectivos de uso comum. Esta estratégia apresenta vantagens como o "abundante isolamento e ventilação, com uma maior distância aos edifícios vizinhos, o que oferece a possibilidade de criar parques e campos de jogos entre os edifícios" (GROPIUS, 1973 [1929]: 123). Desta forma, Walter Gropius introduz pela primeira vez nos congressos a questão da habitação colectiva ou da necessária construção em andares.

Le Corbusier em "O Parcelamento dos solos das cidades" (III CIAM, Bruxelas, 1930) também defende a construção de blocos unitários de habitação colectiva como solução para a organização das cidades. Estas construções permitem reduzir a superfície de ocupação dos solos facilitando a organização de espaços exteriores verdes. A economia de circulações resulta da organização de núcleos de comunicação vertical constituídos por dispositivos mecânicos – elevadores – e da definição de uma "rua interior" que assegura a comunicação horizontal a múltiplas habitações (LE CORBUSIER, 1973 [1930]: 233-243). [LR]

TERMOS RELACIONADOS

Barre

REFERÊNCIAS

ELEB, Monique (2015). *Les 101 mots de l'habitat à l'usage de tous*. Paris, Archibooks.

GROPIUS, Walter (1973 [1929]). "Los fundamentos sociológicos de la Vivienda Mínima". in AYMONINO, Carlo, *La vivienda racional: ponencias de los congresos CIAM 1929-1930*. Barcelona, Gustavo Gili, pp. 114-125.

LAMEIRA, Gisela (2017). *O prédio de rendimento portuense. Topologias, tipologias e modelos de habitação plurifamiliar na 1ª metade do século XX*. Porto, Tese de doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

LE CORBUSIER (1973 [1930]). "La parcelación del suelo en las ciudades". in AYMONINO, Carlo, *La vivienda racional: ponencias de los congresos CIAM 1929-1930*. Barcelona, Gustavo Gili.

PANERAI, Phillippe; CASTEX, Jean; DEPAULE, Jean-Charles (1997). *Formes urbaines: de l'îlot à la barre*. Éditions Parenthèses. ISBN: 978-2-86364-602-1.

ROCHA, Luciana (2016) *Intervenção no Moderno: Reconhecimento, caracterização e salvaguarda de edifícios de habitação plurifamiliar*. Porto, Tese de doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

TEXIER, Simon (2010). *Paris 1950. Un âge d'or de l'immeuble*. Paris, Éditions du pavillion de l'arsenal.

DEFINIÇÕES PARALELAS

***Barre* [FR]**
"La barre, type discrédité car trop lié aux grands ensembles, souvent perçue comme trop longue ou comme trop dense et à l'échelle peu adaptée à la vie de voisinage, est en somme une série d'immeubles mitoyens, continus et répétitifs. Les barres sont en général rassemblées sur un espace vert et ne s'alignent pas sur la rue. On a dit, et c'est controversé, que ce type était lié à un mode constructif économique des années 1950 et aux «chemins de grue» qui permettaient de répéter en ligne une même forme. Elle est parfois décomposée aujourd'hui en plots, reliés par des failles, qui la rendent plus légère et cassent son aspect compact, ce qui d'ailleurs est l'une des solutions utilisées pour la réhabilitation des grands ensembles, pour les désenclaver et rendre plus libres les parcours." (ELEB, 2015: 19-20)

Casa

Divisão, divisória, 'casa'. Espaço habitável interior independente de uma habitação, associado a uma função específica ou de utilização flexível. [GL]

A 'Casa' consiste numa unidade de habitação geralmente destinada a uma única família. Para a definição deste espaço doméstico influenciam factores como a estrutura familiar e a respectiva trajectória evolutiva, o modo de vida ou as funções de cada espaço. [LR]

REFERÊNCIAS

BOSC, Ernest (1877-1880). *Dictionnaire raisonné d'architecture*, Vol.1. Paris, Firmin-Didot et Cie.

CRUZ, Marta (2006). "Construir a casa: Elementos exploratórios para a compreensão dos conteúdos, do contexto e do processo de concepção arquitectónica da habitação unifamiliar", in SOCIOLOGIA, vol.16, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 231-250.

FLAMAND, Jean-Paul (2004). *L'Abécédaire de la maison*. Éditions de La Villette, pp. 197-201.

MARCUS, Sharon (1999). *Apartment Stories*. City and home in nineteenth-century Paris and London. United States of America, University of California Press. Berkeley and Los Angeles, California. London, England.

MONTEYS, Xavier; FUERTES, Pere (2001). *Casa collage. Un ensayo sobre la arquitectura de la casa*. Barcelona, Editorial Gustavo Gili. 1 ed. ISBN: 84-252-1869-1.

MOORE, Charles; ALLEN, Gerald; LYNDON, Donlyn (1999). *La casa forma y diseño*. Barcelona, Editorial Gustavo Gili SA. 6 ed.

RODRIGUES, Maria João Madeira (2002). *O que é a Arquitectura*. Lisboa, Quimera Editores.

ROUX, Simone (1976). *La maison dans l'histoire.* Albin Michel Editeur.

RYBCZYNSKI, Witold (1997). *La casa, historia de una idea*. Madrid, Nerea. 2 ed.

RYKWERT, Joseph (1999). *La casa de Adán en el paraíso*. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, SA. 2 ed. ISBN: 84-252-1797-0.

TOPALOV Christian; COUDROY DE LILLE, Laurent; DEPAULE, Jean-Charles; MARIN, Brigitte (2010). *L'Aventure des mots de la ville. À travers e temps, les langues, les sociétés*. Paris, Éditions Robert Laffont, S. A., pp. 210-229 | 595-600.

[s.n.] (2002). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal.

DEFINIÇÕES PARALELAS

"Casa, habitação [*habitation*], morada [*logement*], domicílio [*domicile*], residência [*résidence*] *sont des synonymes qui désignent tous la demeure de personnes. Si ces termes possèdent quelques différences de sens, elles sont sans importance en ce qui concerne les questions d'hygiène*." (MENEZES, 1911: 41 in TOPALOV, 2010: 223)

TERMOS RELACIONADOS

Habitação
Casa burguesa
Casa portuguesa
Casa em banda
Casa geminada
Casa quadripartida
Apartamento

"CASA. 1. Edifício de formatos e tamanhos variados, ger. de um ou dois andares, quase sempre destinados a habitação; 2. Cada uma das dependências em que é dividida a habitação <c. de jantar> <c. de banho> 3. família; lar (...)." in (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2002: 830).

"CASA, s. f. do lat. casa, choupana, ou domus, edifício para habitação, fr. *maison*, ing. *house*, it. *casa*, (archit.) toma-se por um só apartamento, ou colectivamente pela habitação ordinária de uma família, que consta de várias peças, como saleta, sala, alcovas, casa de jantar, gabinetes, corredores, cozinha, despensa, etc.." (RODRIGUES, 2002:100)

***House* [ING]**
"DWELLING HOUSE: (dwell et house) La maison [house] où l'on habite. Le lieu de résidence." (Johnson, 1755 in TOPALOV, 2010: 595)

"Un bâtiment servant de logement [dwelling] à une ou plusieurs familles. b. Un lieu servant d'abri; une résidence. c. Quelque chose servant d'abri (...)." (Universal Dictionary, 1987 in TOPALOV, 2010: 595)

***Maison* [FR]**
"Local servant de logement à l'homme. Ce terme est dérivé du latin mansio, maison, qui a une signification différente de domus. Il ne faut pas confondre le premier terme de mansio avec ceux de mansio et mutatio des itinéraires de César, qui servent à designer des emplacements divers. A quelle époque l'homme a-t-il commencé à se construire une demeure, une habitation, dans un type ayant quelque analogie avec ceux que nous possédons aujourd'hui? Cette question restera toujours sans réponse, car il est certain que rien ne viendra nous appendre quel peuple, ou plutôt quelle peuplade a la première construit la maison, et comment elle pouvait être (...)." (BOSC, 1877-1880, Vol.3: 103-117)

"L'usage du mot casa est ancien et large: il désigne le lieu d'habitation et concerne toutes les manières de vivre sous un toit." (BRESCIANI, S. in TOPALOV, 2010: 228)

"(...) dans l'art de l'architecture, la maison est certainement ce qui caractérise le mieux les moeurs, les gôuts et les usages d'une population." (Viollet-le-Duc, Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XI au XVI siècle, 1854-1868 in FLAMAND, 2004: 197).

"(...) une maison est d'abord un bâtiment à usage d'habitation. À travers l'histoire des établissements humains, il apparaît que la définition de la maison, comme lieu de l'habitation, est directement fonction de la structure du groupe domestique. Son organisation, sa disposition, son dimensionnement en sont la traduction et l'expression. À ce sujet, l'approche ethno-anthropologique distingue deux grands types de structuration de l'habitation. L'un repose sur une conception "cellulaire" du groupe domestique, l'ensemble des membres et ménages constitutifs d'une même famille élargie partageant les mêmes espaces communs. L'autre relève d'une conception "unitaire", chaque famille ou sous-groupe disposant de son espace propre au sein d'un habitat collectif." (FLAMAND, 2004: 198)

Casa em Banda

Edifício constituído por mais que duas habitações unifamiliares justapostas. Esta fileira de habitações pode formalmente salientar a sua individualidade ou, inversamente, reforçar uma imagem unificada de um só conjunto. As habitações não partilham áreas comuns, devendo um lote de terreno corresponder a uma habitação. [RJGR]

REFERÊNCIAS

RAMOS, Rui Jorge Garcia (2005). "Produções correntes em arquitectura: a porta para uma diferente gramática do projecto do início do século XX", in *NW noroeste: Revista de História*, nº 1, Núcleo de Estudos Históricos da Universidade do Minho, p. 69.

RAMOS, Rui Jorge Garcia; GONÇALVES, Eliseu; SILVA, Sérgio Dias (2014). "From the Late 19th Century House Question to Social Housing Programs in the 30s: the Nationalist Regulation of the Picturesque in Portugal". in *Docomomo Journal*, nº 51, p. 66.

TERMOS RELACIONADOS

Habitação unifamiliar
Casa
Casa geminada
Casa quadripartida

Casa Burguesa

Trata-se de uma expressão iminentemente sociopolítica que associa o estatuto de classe à possibilidade de edificação de uma habitação luxuosa, com área edificada e equipamentos abastados, centrada nos factores da representação e distinção. Nela observa-se a tradução espacial, através de dispositivos específicos, das identidades sociais e dos seus mecanicismos de segregação. Esta edificação pode ser uma casa unifamiliar de grande dimensão e jardim envolvente (por exemplo, palacete), ou também, contudo menos usual nesta expressão, um apartamento luxuoso num edifício de habitação coletiva. [RJGR]

REFERÊNCIAS

BARATA FERNANDES, Francisco (1999 [1996]). *Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade*. Porto, FAUP Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN: 972-9483-38-8.

FLAMAND, Jean-Paul (2004). *L'Abécédaire de la maison*. Éditions de La Villette, pp. 201-202.

GOFF, Olivier Le (1994). *L'invention du confort: Naissance d'une forme sociale*. Lyon, Presses Universitaires de Lyon.

MARCUS, Sharon (1999). *Apartment Stories. City and home in nineteenth-century Paris and London. United States of America*, University of California Press. Berkeley and Los Angeles, California. London, England.

TERMOS RELACIONADOS

Casa
Habitação unifamiliar

MOTA, Nelson (2010). *A Arquitectura do quotidiano. Público e privado no espaço doméstico da burguesia portuense no final do séc. XIX*. Coimbra, Edarq. Departamento de Arquitectura. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. (versão publicada de dissertação de mestrado policopiada com o mesmo título, 2006). ISBN: 978-972-99821-5-6.

RAMOS, Rui Jorge Garcia (2005) "Produções correntes em arquitectura: a porta para uma diferente gramática do projecto do início do século XX", in *NW noroeste: Revista de História*, nº 1, Núcleo de Estudos Históricos da Universidade do Minho, p. 53.

RAMOS, Rui Jorge Garcia (2010 [2004]). *A casa. Arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX português*. Porto, FAUP publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título). ISBN: 978-972-9483-97-4.

RAMOS, Rui Jorge Garcia; GONÇALVES, Eliseu; SILVA, Sérgio Dias (2014). "From the Late 19th Century House Question to Social Housing Programs in the 30s: the Nationalist Regulation of the Picturesque in Portugal". in *Docomomo Journal*, nº 51, p. 62.

DEFINIÇÕES PARALELAS

"A habitação unifamiliar constituía uma experiência arquitectónica significativa, não só pela qualidade do dispositivo espacial da grande casa burguesa, ajustado ao desejo de sumptuosidade e de qualificação moderna do habitar dos seus clientes, mas também pela introdução no projecto e no discurso arquitectónico de uma diferente ideia de casa, genericamente reconhecida pela sua contenção e racionalidade". (RAMOS, 2005: 53)

Casa Económica

Termo utilizado para identificar soluções de baixo custo de resposta à falta de habitações para as classes mais desfavorecidas. Em Portugal a sua utilização em contexto político é frequente a partir da segunda metade do século XIX, possivelmente com o objectivo de evitar a carga negativa do termo "Casas Baratas" e a carga ideológica do termo "Casas Operárias", outras referências comuns ao mesmo tipo de solução arquitectónica na viragem do século XIX para o século XX. O termo "Casa Económica" foi apropriado tanto pela I República como pelo Estado Novo nas suas principais iniciativas de apoio à construção de habitações, assim como por Cooperativas de Habitação. A generalização do uso do termo enquanto designação genérica para habitação de baixo custo levou à sua utilização noutros contextos e programas de habitação. [SDS]

TERMOS RELACIONADOS

Casas Económicas [CE]
Habitation à bon marché [HBM]

REFERÊNCIAS

RAMOS, Rui (2005). "Produções correntes em arquitectura: a porta para uma diferente gramática do projecto do início do século XX", in *NW noroeste: Revista de História*, nº 1, Núcleo de Estudos Históricos da Universidade do Minho, p. 72.

RAMOS, Rui Jorge Garcia; GONÇALVES, Eliseu; SILVA, Sérgio Dias (2014). "From the Late 19th Century House Question to Social Housing Programs in the 30s: the Nationalist Regulation of the Picturesque in Portugal". in *Docomomo Journal*, nº 51, p. 61.

SILVA, Sérgio Dias; RAMOS, Rui Jorge Garcia (2015). "Housing, Nationalism And Social Control: The First Years Of The Portuguese Estado Novo's Affordable Houses Programme". in Southern modernisms from A to Z and back again, ed. Leal, Joana Cunhaet. Al., 255 - 274. Porto, Centro de Estudos Arnaldo Araújo - CESAP/ESAP, Instituto de História da Arte - FCSH/UNL. ISBN: 978-972-8784-66-9.

TAVARES, Maria (2013). "Leituras de um percurso na habitação em Portugal, as Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência". in Nuno Portas (coord.), *Habitação para o maior número, Portugal, os anos de 1950-1980*. Lisboa, CML, IHRU, p. 4.

Casa Geminada

Regista-se quando pelo menos duas casas unifamiliares se justapõem (outro tipo de associação, por exemplo, casas quadripartidas), partilhando, pelo menos, a superfície de uma parede exterior no limite edificado dos seus lotes. Habitualmente esta associação de casas permite a libertação de três fachadas e economizar a ocupação edificada do lote e assim usar lotes mais pequenos. O conjunto edificado pode manter formalmente a autonomia de cada casa, ou, inversamente, trabalhar na integração das casas num volume e numa fachada conjunta. Não existem áreas comuns. [RJGR]

REFERÊNCIAS

RAMOS, Rui Jorge Garcia (2010). *A Casa: arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX português*,Porto, FAUP Publicações, pp. 55, 310, 328, 355, 455, 494, 517, 355.

TERMOS RELACIONADOS

Casa quadripartida
Casa em banda

Casa Portuguesa

É, antes de mais, um sintoma do debate multidisciplinar sobre a identidade nacional verificado no final do séc. XIX e prolongado, com diferentes formulações, pelo séc. XX. Arquitectonicamente tem uma caracterização ambígua que dessa maneira molda as suas formas e estilos. Trata-se de uma edificação (não exclusivamente habitacional) que amalgama elementos oriundos de diferentes expressões e culturas. Assim, pode variar, numa composição livre, entre elementos de gosto popular e elementos da arquitectura erudita, constituindo sempre a vontade de legitimar uma tradição supostamente genuína e base da nação. Na passagem do séc. XIX para o séc. XX diferentes correntes europeias tardo-românticas registam debates nacionalistas similares e a mesma ansiedade em formularem identidades arquitectónicas. [RJGR]

REFERÊNCIAS

COSTA, Alves (2007). *Introdução ao estudo da história da arquitectura portuguesa: outros textos sobre arquitectura portuguesa*. Porto, FAUP publicações, série 2, Argumentos 10, seis lições 2.

FRANÇA, José-Augusto (1970). "Raul Lino, Arquitecto da geração de 90", in *Raul Lino. Exposição Retrospectiva da sua Obra*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 73-114.

LEAL, João (2000). *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa, D. Quixote.

RAMOS, Rui Jorge Garcia (2015). *Modernidade Inquieta: Arquitectura e identidades em construção: desdobramento de um debate em português*. Porto, Afrontamento.

RAMOS, Rui Jorge Garcia (2013). "Casa Portuguesa", verbete in Fernanda Rollo (dir.), Maria Fernanda Rollo, Ernesto Castro Leal, Manuel Loff, Paulo Fontes, Vítor Neto, David Luna de Carvalho, Hélder Fonseca (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Lisboa, Assembleia da República, pp. 573-576. ISBN: 978-972-556-557-5 (vol. I)

SOBRAL, José Manuel (1999). "Da casa à nação: passado, memória, identidade". in *Etnográfica*, vol. III (1), pp. 71-86.

DEFINIÇÕES PARALELAS

"A designação Casa Portuguesa, enquanto tipo arquitectónico, é impertinente, mostrando-se um aglomerado impreciso quanto ao tempo, contexto, discurso teórico e modo de fazer. A problemática da Casa Portuguesa é então um sintoma (FRANÇA, 1970) cuja extensão, significado e influência devem ser inteirados nos âmbitos, entre outros, da política, antropologia, arte, música, literatura e arquitectura." (RAMOS, 2013: 576)

Casa Quadripartida

Associação ortogonal de quatro fogos individuais num único edifício, em que cada um dos fogos, simétricos entre si, tem duas frentes contíguas. Utilizada pelo menos desde 1792 em cidades industriais inglesas como Belper e Darley Abbey, a solução da casa quadripartida com jardim foi amplamente divulgada na Europa depois da sua sistematização por Émile Muller na *cité ouvrière de Mulhouse*, a partir de 1853. A aparência pavilhonar deste agrupamento distingue-se na sua unidade e no seu conjunto por se assemelhar a uma única casa unifamiliar com jardim. O *carré mulhousien,* assim cunhado desde então, foi disseminado como um modelo em várias experiências de habitação mínima, económica e higiénica para o operariado até ao século XX, como são exemplos a *cité ouvrière de Noisiel* (França, 1874), a *Arbeiterkolonie Baumhof* em Essen (Alemanha, 1871), o *Agnetapark* em Delft (Holanda, 1884) ou o bairro do Monte Pedral no Porto, de Marques da Silva (1899). Uma reinterpretação moderna deste esquema foi ensaiada por Frank Lloyd Wright ao longo da primeira metade do século XX, com o desenho evolutivo do seu *quadruple block plan* em várias propostas de habitação de baixa densidade para a classe média americana, das quais apenas se formalizou uma das *Suntop Homes* de Ardmore (1939). [SRM]

REFERÊNCIAS

CACHEUX, Émile; MULLER, Émile (1879). *Les habitations ouvrières en tous pays: situation en 1878*. Avenir. Paris, J. Dejey & Cie, Imprimeurs - Éditeurs.

CACHEUX, Émile (1891). *État des habitations ouvrières à la fin du XIXe siècle; étude suivie du compte rendu des documents relatifs aux petits logements qui ont figuré à l'Exposition universelle de 1889*. Paris, Baudry.

GONÇALVES, Eliseu (2014). *Bairros de Habitação Popular no Porto, 1899-1933. A Prática de uma Arquitectura Económica, Saudável e Cómoda nas Vésperas do Moderno*. Porto, Tese de doutoramento em arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

GRINBERG, Donald I. (1982). *Housing in the Netherlands: 1900-1940*. Delft, Delft University Press.

JONAS, Stéphane (2003). *Mulhouse et ses cités ouvrières. Perspective historique 1840-1918*. Strasbourg, Editions Oberlin.

LEUPEN, Bernard; MOOI, Harald (2011). *Housing design: a manual. Rotterdam*. Nai Publishers, 2011.

MAGRINI, Effren (1910 [1905]) . *Le abitazioni popolari: case operaie*. 2a ed. Milão, Ulrico Hoepli.

MARTINS, Sara Ribeiro (2016). *A disseminação do modelo da casa quadripartida na cidade industrial. O caso do Porto no primeiro terço do século XX*. Dissertação de mestrado integrado em arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

MOLEY, Christian (1991). *L' immeuble en formation: genèse de l'habitat collectif et avatars intermédiaires*. Liège, Pierre Mardaga.

PFEIFFER, Bruce Brooks (1985). *Frank Lloyd Wright: Theasures of Taliesin: seventy-six unbuilt designs*. London, Thames and Hudson.

RAMOS, Rui Jorge Garcia; GONÇALVES, Eliseu; SILVA, Sérgio Dias (2014). "From the Late 19th Century House Question to Social Housing Programs in the 30s: the Nationalist Regulation of the Picturesque in Portugal". in *Docomomo Journal*, nº 51, p. 66.

TERMOS RELACIONADOS

Casa em banda

EXEMPLOS

Bairro na Rua de Salazares, Porto, 1908 | António Gonçalves Cardozo.
GPS: 41.175784N, 8.658882W

Colónia Estêvão de Vasconcelos, Porto, 1915-1917 | Aníbal Barros (Eng.).
GPS: 41.168738N, 8.629372W

Colónia Viterbo de Campos, Porto, 1915-1917 | Aníbal Barros (Eng.).
GPS: 41.151088N, 8.640744W

Bairro António Ramos Pinto IV, Porto, 1927 | Inácio Pereira de Sá.
GPS: 41.160183N; 8.590270W

Bairro António Ramos Pinto II, Porto, 1928 | Francisco de Oliveira Ferreira.
GPS: 41.160072N, 8.590692W

Bairro da Rua da Fonte da Moura, Porto, 1929 [demolido] | António Joaquim de Carvalho.
GPS: 41.165354N, 8.663158W

Bairro da Polícia de Segurança Pública, Porto, 1930 | [s.n.].
GPS: 41.153889N, 8.592109W

Colónia Operária

No contexto português da habitação, a utilização do termo "colónia" está, sobretudo, relacionada com novos assentamentos rurais, denominados "colónias agrícolas", que a Junta de Colonização Interna, criada durante o Estado Novo, implementou a partir dos anos de 1940 com o objectivo de rentabilizar para a agricultura baldios e, simultaneamente, instalar populações em territórios de baixa demografia. Neste caso, estamos perante a escolha de uma nomenclatura que atendia directamente ao étimo latino "colonus" que representava aqueles pequenos lavradores que arrendavam terras dando como contrapartida ao proprietário parte da sua produção agrícola. Anteriormente, no quadro dos constrangimentos sociais e sanitários provocados pela industrialização dos principais centros urbanos portugueses, a aplicação do termo revela o problema particular do

alojamento operário ao tomar, no Porto, a forma de "colónia operária". A expressão encontra algum paralelo nas "Arbeiterkolonien" alemãs que haveriam de anteceder as "Arbeitersiedlung" construídas já nas primeiras décadas de novecentos. Tratava-se de pequenas estruturas urbanas isoladas na periferia rural, que usavam tipos de casas unifamiliares fortemente vinculadas ao usufruto da horta e do jardim.

A partir de 1918, o município do Porto haveria de aplicar a designação a um seu programa habitacional iniciado em 1914 para cobrir a falta de casas para as classes pobres. Através do orçamento camarário foi possível erguer até ao fim da década de 1920 quatro conjuntos: "Colónia Operária de Viterbo Campos" (64 fogos); "Colónia Operária Antero de Quental" (32 fogos); "Colónia Operária Estêvão de Vasconcelos" (116 fogos) e "Colónia Operária Manuel Laranjeira" (84 fogos). Inédito no quadro da produção de habitação social nacional, este empreendimento haveria de incorporar também dois bairros promovidos pelo jornal "O Comércio do Porto" aquando da passagem destes para a gestão municipal – "Colónia Operária do Lordelo do Ouro" e "Colónia Operária do Monte Pedral" – e, ainda, um conjunto de casas em banda localizado na Rua António Pinheiro Caldas, denominado "Colónia da Foz do Douro", cuja génese se desconhece. O compromisso político em dotar o Porto com habitação social cruzou-se com um esforço geral de refundação da cidade assente em propostas determinadas pelo ímpeto republicano dos anos dez, patente na própria escolha toponímica que homenageia figuras destacadas da República. [EG]

EXEMPLOS

Colónia Operária de Antero de Quental, Porto, 1915-1917 | [s.n.].
GPS: 41.162774N, 8.590028W

Colónia Operária de Estevão de Vasconcelos, Porto, 1915-1917 | Aníbal Barros (Eng.).
GPS: 41.168738N, 8.629372W

Colónia Viterbo de Campos [Fig. 73 e 74], Porto, 1915-1917 | Aníbal Barros (Eng.).
GPS: 41.151088N, 8.640744W

Colónia Operária Doutor Manuel Laranjeira, Porto, 1916-1929 (fase 1) | [s.n.].
GPS: 41.170471N, 8.598864W

Colónia da Foz do Douro / Bairro do Mercado, Porto, 1928 | [s.n.].
GPS: 41.151411N, 8.670060W

REFERÊNCIAS

GONÇALVES, Eliseu (2015). *Bairros de Habitação Popular no Porto, 1899-1933. A Prática de uma Arquitectura Económica, Saudável e Cómoda nas Vésperas do Moderno*. Porto, Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

MARTINS, Sara Ribeiro (2016). *A disseminação do modelo da casa quadripartida na cidade industrial. O caso do Porto no primeiro terço do século XX*. Porto, Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

KOEHLER, Mariana Dias e, (2010). *Colónia operária Viterbo de Campos: do reconhecimento à estratégia de intervenção*. Porto, Dissertação de Mestrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

TEIXEIRA, Manuel C. (1992). "As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940". in *Análise Social*, vol. XXVII (115), pp. 65-89.

Fig.73 e 74 Colónia Operária Bairro Viterbo Campos [© Gisela Lameira]

Compartimento

Divisão, divisória, 'casa'. Espaço habitável interior independente de uma habitação, associado a uma função específica, ou de utilização flexível.

O modo como se divide, organiza e distribui a casa constitui-se como o grande motor de experimentação no âmbito da habitação, adquirindo uma expressão significativa no âmbito da construção de soluções com custos limitados.

TERMOS RELACIONADOS

Apartamento

REFERÊNCIAS

ELEB, Monique (2015). *Les 101 mots de l'habitat à l'usage de tous*. Paris, Archibooks. [partition]; [dispositif]

ELEB, Monique; CHÂTELET, Anne-Marie (1997). *Urbanité, sociabilité et intimité. Des logements d'aujourd'hui*. Paris, Les Éditions de L´Épure. ISBN: 2-907687-29-8.

ELEB, Monique; DEBARRE-BLANCHARD, Anne (1995). *L'invention de l'habitation moderne*. Paris, 1880-1914. [Paris], [Bruxelles], Hazan, Archives d'Architecture Moderne. ISBN: 2-85025-384-7.

ELEB-VIDAL, Monique; CHÂTELET, Anne-Marie; MANDOUL, Thierry (1990). *Penser l'habité: le logement en questions PAN 14*. Paris, Pierre Mardaga éditeur. 2 ed. ISBN: 2-87009-458-2.

FLAMAND, Jean Paul (2004). *L'abécédaire de la maison*. Éditions de la Villette.

[s.n.] (2002). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal. Circulo dos Leitores.

DEFINIÇÕES PARALELAS

"COMPARTIMENTO. 1. cada uma das divisões de uma casa, de um móvel, de uma certa área, etc., para alojar pessoas ou guardar animais ou objectos <o guarda-roupa tinha um c. aveludado (...) ETIM it. *Compartimento (1535) 'id.', de compartire, der. de partire <lat. Partire* 'separar, dividir'". in (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2002: 1003)

***Partition* [FR]**
"Chaque société organise ses espaces privés selon des règles qui ne se limitent pas aux techniques existantes ou aux matériaux disponibles. L'organisation des relations familiales, les arts de vivre valorisés à chaque période, les valeurs et les croyances (religieuses ou pas), les savoirs sur la santé, structurent (ou devraient structurer) l'espace. Ainsi, quand le mariage est une alliance entre deux familles, deux chambres séparées s'imposent alors que, lorsqu'il devient mariage d'amour, la chambre conjugale apparaît comme modèle. Et les architectes réfléchissent, au moment de la conception, aux partitions de cet espace privé qui soutiennent et étayent la culture de l'habiter. Réfléchir à la partition consiste, entre autres, à positionner chaque pièce, à réfléchir sur son éloignement ou sa contiguïté avec d'autres pièces (qui constitueront alors ensemble une des parties qualifiées de l'habitation), à son orientation, etc. Concevoir une habitation consiste donc à choisir une organisation spatiale qui corresponde aux usages du temps et parfois à ceux que l'on imagine pour le futur.

«L'invention» du couloir au XVI siècle a été un des grands moments de transformation de l'habitation car il permet de dissocier les flux et les lieux de passage. Les escaliers, qui n'aboutissent plus dans les pièces mais sont placés «à côté», selon l'expression d'alors, permettent désormais que domestiques et maîtres empruntent des trajectoires différenciées pour ne pas troubler l'intimité de ces derniers. Ainsi les coulisses de la maison seront-elles de mieux en mieux cachées. Service, réception et espace privé (la tripartition) seront dissociés et la circulation sera doublée: enfilade liant toutes les pièces principales et le couloir. Un nouvel art de vivre apparaît. Être servi sans que le service ne soit visible est l'une des définitions du luxe.

La différenciation des corps de bâtiment (les ailes et le corps de logis principal de l'hôtel, l'immeuble sur rue ou sur cour, le bâtiment de ferme et ses annexes, la maison et ses communs et appentis), le partage vertical de l'habitation (les étages de la maison), la répartition horizontale à chaque niveau (simple, double, voire triple épaisseur de pièces, position centrale ou latérale) sont des divisions spatiales marquant des statuts particuliers, des usages spécifiques. Chaque pièce est d'abord qualifiée par son affectation à telle ou telle division de l'espace, comme partie d'un ensemble lui-même déterminé. Les trois parties de l'hôtel aristocratique du XVIIIe siècle avec ses différents appartements et de l'appartement bourge o is du XIXe siècle (pour la réception, la famille et le service), la bipartition entre espaces de jour et de nuit en France, sont des règles structurant l'habitation. Le modèle du logement ouvrier organisé en deux parties, avec une partie publique comprenant la cuisine et la salle commune (rebaptisée séjour) sur laquelle ouvrent la ou les chambres (avec salle de bains plus tard) formant la partie privée, s'impose aujourd'hui à tous pour des raisons d'économie camouflées en arguments sur l'usage.

Ce siècle est celui du renversement remarquable d'une tendance qui avait perduré des siècles: l'habitat de luxe proposait des modèles qui, réduits, étaient transposés pour créer l'habitat plus modeste. Au début du XXe siècle, l'avancée hygiénique dans le logement social en fait un modèle sur certains terrains au moins: la cuisine équipée et rationnelle, l'aération calculée, le traitement des enfants. Dans l'habitat de la classe moyenne, aisée ou plus, ces critères seront lentement repris et conduisent aujourd'hui à des distributions et des partitions qui ne se justifient que difficilement. C'est aussi le cas de ces chambres à coucher minuscules, surtout quand elles ne sont pas équipées de 2 placards. Les 9 m minimum du début du siècle se sont aujourd'hui imposés dans tous les types de logement, malgré les réactions négatives de nombreux habitants qui souhaiteraient rétablir la polyfonctionnalité de cette pièce restreinte par sa taille au sommeil. Par ailleurs, les nouveaux modes de vie liés aux transformations récentes de la société impliquent de refonder la réflexion sur la partition des logements de façon à permettre une adaptabilité plus facile de ceux-ci aux différentes phases de la vie: plateaux libres qui permettent flexibilité et réversibilité, espace neutre avec surfaces de pièces équivalentes qui laissent le choix de l'affectation des pièces à l'habitant, appartement principal et avec pièce associée pour l'autonomie d'un enfant, l'accueil d'un parent ou d'un aidant, appartement ou maisons organisés pour la cohabitation, etc.." (ELEB, 2015)

***Pièce* [FR]**
"La signification particulière de ce mot en matière d'habitation est attestée depuis la fin du XVIIe siècle, en tant que partie close sur elle-même ou, en tout cas, nettement délimitée d'un logement – maison individuelle ou appartement dans un immeuble collectif. Jusqu'alors, l'habitat ne comportait vraiment de pièces séparées. Les diverses fonctions domestiques se distribuaient au sein de l'espace de vie, sans séparation nette ni cloison. (…)." (FLAMAND, 2004).

***Dispositif* [FR]**
"Dans l'habitation, les dispositifs mis en place, c'est-à-dire l'organisation d'un groupe de pièces, proposent un mode de relations interindividuelles (hommes/femmes, parents/enfants, maîtres/domestiques) mais incluent aussi la dimension économique (espace de travail, de production) et la sociabilité large (accueil, réception, mise en scène…). La notion de dispositif est comprise ici comme "l'organisation d'éléments assemblés de façon particulière pour produire un effet (concernant les conduites, les pratiques), que la volonté en soit explicite ou implicite" (ELEB, 1984)…" (ELEB, 2015:51-52)

Copropriedade

Posse de propriedade em conjunto, de acordo com o investimento realizado. Em habitação plurifamiliar, significa a aquisição de fracção do edifício, em conjunto com parcela de áreas comuns. cf. Regime da propriedade horizontal e legislação associada, publicada a partir de 1955 (Decreto-Lei 40333). [1]

TERMOS RELACIONADOS

Copropriedade
Regime da propriedade horizontal

LEGISLAÇÃO ASSOCIADA

Decreto-Lei 40333, de 14 de Outubro de 1955
Ministério da Justiça - Gabinete do Ministro
Diário do Governo n.º 223/1955, Série I de 1955-10-14

"Estabelece o regime da propriedade horizontal."
Em 1967, este diploma foi revogado e substituído pelo capítulo VI do título II do livro III do Código Civil.

REFERÊNCIAS

FLAMAND, Jean Paul (2004). *L'abécédaire de la maison*. Éditions de la Villette.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (1955). *Decreto-Lei n°40333. Regime da propriedade horizontal*. Diário do Governo I série nº 223 (14.10.1955), Portugal.

VALE, Clara Pimenta; ALMEIDA, Vitor Abrantes (2012). "Urban Dynamics and Horizontal Property: Case Study of the Boavista Axis, Porto, Portugal". in *Nuts & Bolts of Culture, Technology and Society. Construction History. Vol.2*, pp. 265-272.

DEFINIÇÕES PARALELAS

***Copropriété* [FR]**
"Dans le domaine de l'immobilier, c'est le régime juridique auquel se trouvent soumis les propriétaires qui se partagent de façon indivise les différents lots d'un même ensemble de logements. Dans une copropriété, tous les copropriétaires ont les mêmes droits sur l'immeuble considéré dans son ensemble, quelle que soit l'importance de leur part dans l'ensemble. Par ailleurs, chaque copropriétaire reste propriétaire unique de son ou de ses lot(s), et propriétaire indivis avec les autres copropriétaires des parties communes." (FLAMAND, 2004: 61-64)

[1] Sobre o impacto da legislação relativamente ao regime da propriedade horizontal sobre a construção, cf. VALE, Clara Pimenta; ALMEIDA, Vitor Abrantes (2012).

Distribuição

Ordem segundo a qual o programa funcional do apartamento se espacializa, ou seja, o modo como os compartimentos ou áreas funcionais se organizam em conjunto com os espaços de circulação. A 'distribuição de compartimentos em fila' (distribuição por corredor ou peças interligadas) ou a 'distribuição por articulação de núcleos funcionais' constituem exemplos frequentes de modos de organização do programa funcional do fogo no âmbito da habitação plurifamiliar (distribuição bipartida, tripartida, separação de núcleos dia-noite, por ex.).

Um conjunto alargado de factores intervêm na distribuição interna do apartamento que frequentemente se assume como uma representação dos códigos de habitar, intimamente ligados a contextos sociais e temporais específicos: a área, a proporção e as frentes de ventilação presentes no fogo; as características dos espaços exteriores (polaridade da célula originada pelo número e localização das fachadas); o sistema construtivo (e respectivo impacto sobre os espaços interiores); dados técnicos, regulamentares e simbólicos ligados à higiene e conforto (número e localização de pontos de água, ventilação, espaços associados a práticas de recepção, sociabilidade, intimidade, etc., espaços de serviço). [GL]

REFERÊNCIAS

BOSC, Ernest (1877-1880). Dictionnaire raisonné d'architecture, Vol.1. Paris, Firmin-Didot et Cie. Paris.

ELEB, Monique (2015). *Les 101 mots de l'habitat à l'usage de tous*. Paris, Archibooks.

MOLEY, Christian (1999). *Regard sur l'immeuble privé. Architecture d'un habitat, 1880-1970*. Paris, Éditions Le Moniteur. ISBN 2-281-19103-6

TEXIER, Simon (2010). *Paris 1950. Un âge d'or de l'immeuble*. Éditions du Pavillion de l'Arsenal, Paris.

[s.n.] (2002). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal. Circulo dos Leitores, p. 1376.

TERMOS RELACIONADOS

Compartimento
Apartamento
Prédio de rendimento

DEFINIÇÕES PARALELAS

Distribuição [PT]
"Acto ou efeito de distribuir. 1 acto ou efeito de dispor de acordo com certo critério; disposição, divisão, ordenamento <d. das matérias no livro> (...) 5 ARQ disposição dos espaços internos e da sua articulação, num projecto ou numa construção 5.1 p. ext. ARQ design. comum a vestíbulos e/ou corredores que servem à circulação e comunicação entre diferentes espaços internos do projecto arquitectónico e da construção (...)." (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2002: 1376).

***Distribuition* [FR]**
"Distribuer, c'est, encore aujourd'hui, organiser, structurer, affecter les pièces de l'habitation. Chaque traité d'architecture se devait d'avoir un chapitre sur la distribution. L'art de la distribution des habitations est appelé «l'art français» au XVIIIe siècle en Occident, et les architectes vont mettre tout leur talent à accorder leur savoir à leurs connaissances des mœurs et des usages de leurs contemporains. Leurs écrits et leurs productions, issus d'une analyse fine de l'art de vivre à leur

époque, font très souvent office de réflexion sur le savoir-vivre dans les lieux, et vont se diffuser à l'étranger. Plus tard, l'habitation devenant partie prenante d'un projet social, son étude nécessitera d'autant plus d'expliciter, pour la concevoir, les attendus sociaux qui la fondent. Les architectes seront alors, non plus seulement sociologues et psychologues, mais aussi moralistes. Au XVIIe, la dissociation des lieux où l'on se tient et des lieux par où l'on passe (pièces et couloirs) a été un moment fort de l'histoire de la distribution de l'habitation, permettant une indépendance plus grande de chacun au sein du groupe domestique. Dans le travail architectural existe de façon implicite ou patente une hiérarchie des pièces qui conduit à les placer de façon particulière, reconnue comme la meilleure façon à une époque donnée. La position de chaque pièce dans le plan la qualifie autant que ses proportions. C'est la liaison avec les autres pièces qui permet un usage spécifique ou non. L'évolution des positions de chaque pièce ouvre à l'histoire des usages, des mentalités. Le rapport rapprochement/éloignement entre deux espaces ou groupes de pièces, permet d'avoir des indications sur les usages alors établis. On peut ainsi comprendre comment le code architectural, la somme des principes et des règles, répondent aux exigences et à l'art de vivre des urbains ou des ruraux à des périodes précises. La définition de la distribution évolue et l'idée de prendre en compte l'aspect sain des bâtiments et la santé des habitants s'y attache au XIXe siècle. Par ailleurs, une meilleure connaissance des illusions perceptives comme moyen de donner un sentiment de vaste espace dans les petits logements se diffuse. C'est le but en effet que devrait se donner tout architecte, maître d'ouvrage ou promoteur et que se donnent certains d'entre eux. Aujourd'hui, dans le vocabulaire courant des architectes, le système distributif renvoie aux circulations dans un bâtiment: il concerne les escaliers, le couloir, les zones de passage. Le terme qui désignait l'organisation de toute l'habitation ne désigne plus aujourd'hui qu' une partie de sa structure. Ainsi «distribution» s'est-il précisé, réduit, jusqu'à changer de sens. La notion de programme et ce que les architectes appellent «conception» renvoient à ce terme dans sa première acception." (ELEB, 2015: 53-54)

"Division et ordonnance des pièces qui forment l'intérieur d'un édifice. La distribution est une des parties les plus importantes de l'architecture civile, de cet art qui vise surtout à rendre les habitations saines, commodes et agréables. Une bonne distribution agrandit, pour ainsi dire, l'espace qu'occupe un bâtiment, augmente les jouissances de ceux qui l'habitent et en rend la location plus facile et plus fructueuse.
Le parti de la distribution des appartements chez les anciens nous est presque inconnu, les habitations particulières n'étant jamais de nature à survivre aux bouleversements et aux révolutions qui détruisent les villes. Sans l'exhumation des villes ensevelies par le Vésuve, Herculanum et surtout Pompéi, nous en serions réduits aux descriptions toujours obscures et problématiques de quelques écrivains de l'antiquité. Au reste, l'art de distribuer les édifices est tout à fait moderne. C'est à Paris, à Londres, à Vienne, et dans quelques grandes villes de province que cet art a été poussé le plus loin pour la commodité et le confortable de l'existence. Nous devons ajouter cependant que la distribution est subordonnée aux mœurs d'un pays, attendu que ce qui est accepté dans une contrée ne saurait toujours convenir ailleurs.

Il est difficile de prescrire des règles, ou même d'énoncer des principes généraux sur la distribution, car non seulement les mœurs d'un pays ont une influence sur cette partie de la construction, mais souvent l'architecte est obligé de subordonner ses plans aux exigences et aux vues particulières de celui qui fait bâtir. Indépendamment de cette condescendance pour les idées ou les fantaisies des particuliers, il existe, dans les édifices consacrés aux services publics, des données locales auxquelles l'architecte est obligé de se conformer." (BOSC, 1877-1880, Vol.2: 49)

"Distribution. Le confort et la norme. Au sein d'une industrie où les normes sont de plus en plus nombreuses et parfois contraignantes, l'espace du logement se modernise tout au long des années 1950, sans pour autant connaître de véritable révolution. La disparition du couloir, la progressive distinction jour-nuit et la rationalisation de la cuisine constituent les évolutions les plus notables." (TEXIER, 2010: 83-88)

Dúplex

O desenvolvimento de habitações constituídas por dois pisos sobrepostos – dúplex – constitui um dispositivo moderno que procura reunir as comodidades próprias de uma habitação unifamiliar com as características de um edifício de habitação plurifamiliar [2]. Como resultado, o programa funcional interior distribuído por dois pavimentos agrega geralmente os espaços de dia no nível da entrada e os espaços de noite no piso superior ou inferior. Por conseguinte, esta solução apresenta como vantagem a economia de espaço obtida pela supressão do corredor em pisos alternados (GRIFFINI, 1950 [1932]: 60). Desde o primeiro caso referenciado, construído em 1905 por Charles Platea, em Nova Iorque, a solução surge de forma crescente e assume diferentes interpretações (GRIFFINI, 1950 [1932]: 60). [LR]

REFERÊNCIAS

BOESIGER, Willy; STONOROV, Oscar, eds. (1937). *Le Corbusier et Pierre Jeanneret: Oeuvre complète 1910-1929* (Vol. 1) Ed. 1. Paris, Les Editions d'Architecture.

ELEB, Monique (2015). *Les 101 mots de l'habitat à l'usage de tous*. Paris, Archibooks.

FLAMAND, Jean Paul (2004). *L'abécédaire de la maison*. Éditions de la Villette, pp. 86-87.

GRIFFINI, Enrico A. (1950 [1932]). *Construccion racional de la casa: Parte 1*. Barcelona, Hoepli, S. L.

ROCHA, Luciana (2016). *Intervenção no Moderno: Reconhecimento, caracterização e salvaguarda de edifícios de habitação plurifamiliar*. Porto, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

TOPALOV, Christian; COUDROY DE LILLE, Laurent; DEPAULE, Jean-Charles; MARIN, Brigitte (2010). *L'Aventure des mots de la ville. À travers le temps, les langues, les sociétés*. Paris, Éditions Robert Laffont, S. A. pp. 439-442.

DEFINIÇÕES PARALELAS

***Duplex* [FR]**
"Cet appartement déployé sur deux niveaux reliés par un escalier intérieur a été le dispositif promu par le Mouvement moderne séduit par les ateliers d'artistes, le plus développé au XXe siècle. La dénomination, inspirée d'un terme américain, recouvre une réalité bien française puisqu'on trouve ce dispositif spatial sur des plans du XVIIIe siècle (au Canada et aux États-Unis, ce terme désigne des maisons à deux logements superposés). Son but est autant de donner une sensation d'espace que de se rapprocher du modèle d'habitat privilégié des Français, la maison individuelle. Cette organisation permet en outre de dissocier de façon efficace la partie publique, avec les pièces communes, le plus souvent située au 1er niveau, de la partie privée des chambres, au-dessus. Quand le séjour y est à double hauteur, le terme loft lui est associé dans le langage courant aujourd'hui.

[2] Os Immeubles-Villas apresentados por Le Corbusier em 1922 propunham uma nova forma de habitar associada a edifícios de habitação colectiva: cada apartamento era concebido como uma pequena moradia com jardim independentemente do piso em que se situavam. Adicionalmente, cada habitação era também constituída por dois pisos (BOESIGER, W.; STONOROV, O., 1937: 41).

Avant l'imposition de la réglementation concernant l'accessibilité des personnes handicapées (jusqu'en 2007), nombre d'immeubles abritaient des logements sur un et deux niveaux, voire trois. Aujourd'hui, peut-on encore construire des duplex? On peut les proposer si une unité de vie se situe au niveau bas du duplex où l'on arrive par un ascenseur . D'autres règles afférentes à cette réglementation pourraient à terme empêcher d'en construire. Ces contraintes auront-elles raison d'un type de logement de plus en plus attractif pour les Français?" (ELEB, 2015: 55-56)

"Appliqué à l'habitation, duplex est relativement récent - il apparaît au début du XXe siècle - et ses sens, de même que la réalité qu'il représente, varient selon les contextes (Europe et Amérique du Nord). Duplex est un calque de l'anglais américain repris en France ainsi qu'au Canada anglais et français. On relève deux acceptions principales: d'une part, duplex signifie un appartement sur deux étages et, d'autre part, il désigne une maison de deux logements superposés.

L'emploi du terme duplex pour désigner un appartement sur deux étages apparut dans les années 1910 aux États-Unis alors que des architectes new-yorkais proposaient le duplex apartment house [immeuble d'appartements en duplex] ou duplex system, qui permettait de distribuer les pièces sur deux niveaux dans les grands immeubles d'appartements." (CHAMBERS, 1911 in TOPALOV, 2010: 440)

"L'emploi du mot en français se généralisa au Québec aux lendemains de la Seconde Guerre mondiale pour décrire des maisons contemporaines. Par conséquent, duplex exprime une certaine forme de modernité dans le domaine de l'habitation. En plus d'être un immeuble neuf, un duplex est plus spacieux et éclairé que les maisons anciennes en raison de changements formels. Détachées sur trois côtés (duplex jumelé) et parfois sur quatre côtés (duplex isolé) (LINTEAU, 1992: 508), les maisons jouissent alors de plus d'éclairage naturel." (POITRAS, C. in TOPALOV, 2010: 440)

Flexibilidade

Segundo Ignacio Paricio e Xavier Sust, o conceito de flexibilidade refere-se a "qualquer disposição construtiva ou formal que permita uma certa diversidade nas maneiras de ocupação. A flexibilidade pode-se conseguir de muitas maneiras: desde a conversão de dois pequenos espaços em um maior mediante o derrube de um tabique, até à ordenação de um loft em que a compartimentação seja um móvel." (PARICIO; SUST, 1998: 49)

No que diz respeito à habitação plurifamiliar, alguns autores distinguem dois conceitos: a flexibilidade inicial e a flexibilidade contínua: "O primeiro corresponde à possibilidade de oferecer uma escolha antes da ocupação da habitação, podendo ser resultado tanto de uma participação do habitante como do mestre de obra. O segundo conceito concerne à possibilidade de modificar o seu habitat no tempo, noção à qual nós ajustamos as subdivisões (...) mobilidade, evolução e elasticidade." (ELEB-VIDAL; CHATELET; MANDOUL, 1988: 103). [GL]

REFERÊNCIAS

ELEB, Monique; BENDIMÉRAD, Sabri (2018). *Ensemble et séparément: Des lieux pour cohabiter*. Mardaga.

ELEB, Monique (2015). *Les 101 mots de l'habitat à l'usage de tous*. Paris, Archibooks. [évolutif, flexible, adaptable]

ELEB-VIDAL, Monique; CHATELET, Anne-Marie; MANDOUL, Thierry (1988). *Penser l'habiter. Le logement em question.* Liège, Mardaga.

PARICIO, Ignacio; SUST, Xavier (1998). *La vivienda contemporánea*. Barcelona, Institut de Tecnologia de la Construcció da Catalunya –ITEC.

SCHNEIDER, Tatjana.; TILL, Jeremy (2005b). "The opportunities of flexible housing". in *ENHR 2005 - European Network for Housing Research*. Reykjavik, Iceland.

SCHNEIDER, Tatjana.; TILL, Jeremy (2005a). "Flexible housing: opportunities and limits". in *Cambridge Journals* 9 (2).

SCHNEIDER, Tatjana.; TILL, Jeremy (2007). *Flexible Housing*. Architectural Press.

DEFINIÇÕES PARALELAS

***Flexibility* [ING]**
"[While] adaptability is achieved through designing rooms or units so that they can be used in a variety of ways, primarily through the ways that rooms are organized, the circulation patterns and the designation of rooms (...) flexibility, is achieved by altering the physical fabric of building: by joining together rooms and units, by extending them, or through sliding or folding walls and furniture." (SCHNEIDER, T.; TILL, J., 2007: 5)

"Flexibility in the context of housing is "achieved by altering the physical fabric of building." (SCHNEIDER; TILL, 2007: 5)

"The degree of flexibility is determined in two ways. First the in-built opportunity for adaptability, defined as 'capable of different social uses', and second the opportunity for flexibility, defined as 'capable of different physical arrangements'." (SCHNEIDER; TILL, 2005a: 157)

***Évolutif, flexible, adaptable* [FR]**
L'idée que «l'habitat évolutif peut être considéré comme aux origines de l'habitation» est défendue par Manuel Périanez (L'Habitat évolutif: du mythe aux réalités... 1993-2013). En effet, on imagine que le réaménagement de la maison a de tout temps permis à la famille d'évoluer et aux générations de se succéder. Vrai changement, le monde savant de l'architecture suggère de prévoir cette évolutivité dès la conception. Proches, mais distincts pour les spécialistes de l'habitat, ces termes désignent des dispositifs auxquels les architectes, les journalistes, les habitants ont davantage recours quand l'incertitude grandit en ce qui concerne les modes de vie ou le marché du logement ou du bureau, ce qui est le cas actuellement. C'est donc une adaptation au marché mais aussi une utopie construite du XIXe siècle qui redevient pertinente. De nombreux immeubles de la rue Réaumur à Paris sont exemplaires: depuis plus d'un siècle, leurs plateaux peuvent être cloisonnés à volonté. Ces vastes plateaux aux cloisonnements légers et mobiles, avec poteaux porteurs en acier plutôt que murs porteurs, permettent une réorganisation selon les besoins et les locataires, et à terme les bureaux peuvent se transformer en logements et vice-versa. Depuis cette époque, la question de la réversibilité se pose de façon encore plus cruciale; construire des bureaux sans savoir quelle est la demande réelle ou en craignant qu'elle ne fluctue est une vraie prise de risque.

TERMOS RELACIONADOS

Adaptabilidade

Les premières réflexions sur ce que nous appelons aujourd'hui la flexibilité s'ébauchent dès le XIXe siècle dans l'appartement, notamment en préservant la possibilité d'associer l'une des chambres (à deux ou trois portes), située aux limites de deux appartements, à l'un ou l'autre de ceux-ci, selon les besoins des locataires. On peut aussi placer une chambre autonome mais reliée par une porte à l'appartement principal, ou encore de l'autre côté du palier, et même à côté, en dessous ou au-dessus, reliés par un escalier.

Des logements adaptables (parfois à cloisons mobiles) sont pensés pour se recomposer en suivant les transformations de la famille, parfois s'étendre, etc. Ces organisations sont censées favoriser l'appropriation et s'adapter à l'air du temps, au goût d'une époque, à l'évolution des usages. La flexibilité est souvent perçue comme positive car c'est l'un des atouts de l'espace moderne… même quand on ne s'en sert pas ." (ELEB, 2015: 62-63)

Galeria

A galeria de distribuição consiste num sistema de acesso comum que permite a entrada a vários apartamentos com um único núcleo de comunicação vertical. Este acesso estabelece um espaço de transição entre o exterior público e o interior privado e sugere uma organização interior com as zonas de serviço geralmente dispostas sobre a galeria e os quartos e espaços de estar localizados na fachada oposta, com áreas amplas e grandes vãos (GRIFFINI, 1950 [1932]: 52).

Este sistema servia as antigas casas populares de lavradores, onde em cada piso existia uma galeria de comunicação também destinada a secadouro de produtos agrícolas, sendo também muito utilizado na habitação operária de finais do século XIX. Porém, estes espaços apresentavam múltiplas carências provocadas pela acumulação de funções e pela dificuldade acrescida de circulação de ar e luz nos espaços recuados adjacentes (GRIFFINI, 1950 [1932]: 29). Foi depois da Primeira Guerra Mundial, com a expansão do conceito de elemento unitário e das casas em série, que o sistema de acesso por galeria mais se desenvolveu e readquiriu a sua verdadeira função de passagem (GRIFFINI, 1950 [1932]: 29).

Conhecidas as potencialidades deste sistema, principalmente as relacionadas com a economia de meios de distribuição, este conceito foi estudado e avaliado enquanto instrumento social com o desenvolvimento de diversas soluções na procura de relações humanas mais intensas e produtivas. Como resultado, identificam-se diferentes tipos desde a galeria interior às várias soluções de galeria exterior (reentrante ou saliente; piso a piso, em pisos alternados ou de três em três pisos). Enquanto a galeria interior não apresenta problemas significativos relativos a questões de privacidade, as diferentes soluções exteriores colocam problemas e preocupações distintos referentes à multiplicidade de usos (PORTAS, 1960: 49).

Estes dispositivos de acesso foram tema de experimentação nos programas de habitação plurifamiliar moderna, sendo claramente identificadas diversas soluções de galerias exteriores ou interiores, de que são exemplos as propostas desenvolvidas nos edifícios Ouro, Afonso V, Costa Cabral, Parnaso ou Bonjardim, no Porto. [LR]

REFERÊNCIAS

BOSC, Ernest (1877-1880). *Dictionnaire raisonné d'architecture*, Vol.1. Paris, Firmin-Didot et Cie. Paris.

BOUDON, Philippe; DESHAYES, Philippe. (1979). *Viollet-Le-Duc: Le Dictionnaire d'architecture*. Liège, Pierre Mardaga.

GRIFFINI, Enrico A. (1950 [1932]). *Construccion racional de la casa: Parte 1* (1a edição em espanhol [4a edição italiana] ed.). Barcelona, Hoepli, S. L.

PORTAS, Nuno (1960). "Considerações sobre o Organismo Distributivo das Habitações". In *Arquitectura*, pp. 48-52.

TOPALOV, Christian; COUDROY DE LILLE, Laurent; DEPAULE, Jean-Charles; MARIN, Brigitte (2010). *L'Aventure des mots de la ville. À travers le temps, les langues, les sociétés*. Paris, Éditions Robert Laffont, S. A, pp. 509-513.

DEFINIÇÕES PARALELAS

***Galerie* [FR]**
"Passage couvert, de plain-pied, donnant à l'intérieur ou à l'extérieur, servant de communication d'un lieu à un autre, de circulation, aux différents étages d'un édifice. C'est plutôt l'aspect monumental que le plus ou moins de largeur et de hauteur qui fait donner le nom de galerie à un passage. La dénomination de galerie entraîne avec elle l'idée d'un promenoir étroit relativement à sa longueur, mais décoré avec une certaine richesse.. (..)." (BOUDON, 1979: 168)

"galleria: passagio coperto [passage couvert], d'une certaine longueur, complètement fermé sur les côtés au avec des ouvertures régulières, destiné à mettre em communication deux espaces situés aux extrémités, ou bien plusieurs lieux le long du parcours; [...] Vaste complexe architectonique formé par l'unité du dessin entre de grands palazzi [immeubles], avec une couverture généralement très haute et de verre, qui sert de lieu de passage entre deux points contigus de la ville, qui sépare le flux des piétons de celui des véhicules, et qui constitue en outre un grand centro [centre] de la vie citadine, avec des negozi [commerces], uffici [bureaux], etc. Dans un sens générique, couverture d'un bout de strada pubblica [rue publique]." (BATTAGLIA, 1970: 6 in TOPALOV, 2010: 509)

"Pièce beaucoup plus longue que large qui, dans les palais, les châteaux, les hôtels, sert à réunir plusieurs appartements. Comme les galeries sont spacieuses et situées en général au milieu de salons et de salles qui y débouchent, elles servent pour les fêtes et les réceptions. A cause de cela, elles sont richement décorées, les plafonds sont formés par des voûtes ornées de caissons et de peintures, les portes et les lambris sont peints et dorés et souvent couverts de sculptures; enfin les galeries renferment des tableaux, des meubles de prix, des vitrines renfermant des curiosités et des objets d'art, de sorte que souvent ce mot de galerie sert à désigner des collections d'art qui sont quelquefois de véritables musées particuliers. [...]" (BOSC, 1877-1880, Vol.2: 405-406)

***Loge ou Loggia* [FR]**
"Galerie ouverte par devant, et quelquefois de côté, qui se trouve isolée, ou qui fait partie d'un édifice. (...) Les loges décorées de colonnes, de pilastres, d'arcades, peuvent occuper le rez-du-chaussée, le premier ou le deuxième étage d'un édifice. L'usage des loges nous vient de l'Italie, qui en possède de fort célèbres, nous citerons parmi celles-ci: la loge des Lances sur la piazza della Signoria à Florence, l'ancien forum de la république florentine: c'est sur cette place que furent brûlés, le 23 mai 1498, Savonarole et deux autres dominicains. La loggia dei Lanzi fut commencée en 1376, d'après le plan d'Andrea di Cione, surnommé Orcagna. (...)." (BOSC, 1877-1880, Vol.3: 82-84)

Habitação

A habitação consiste no programa de excelência do Movimento Moderno pelo desenvolvimento de dispositivos para a renovação e modernização do conceito de habitar. O espaço doméstico garante privacidade e intimidade pela construção de um lugar interior protegido e confortável e estabelece a relação entre os espaços público e privado. Por conseguinte, a noção de conforto constitui uma valorização do espaço doméstico moderno geralmente associada a processos de mecanização dos espaços. [LR]

TERMOS RELACIONADOS

Casa

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Ricardo (2015). *A Cidade Social: Impasse. Desenvolvimento. Fragmento*. Lisboa.

ELEB, Monique (2015). *Les 101 mots de l'habitat à l'usage de tous*. Paris, Archibooks.

FLAMAND, Jean Paul (2004). *L'abécédaire de la maison*. Éditions de la Villette.

GIEDION, Sigfried (1970 [1948]). *Mechanization takes command: a contribution to anonymous history*. New York: Oxford University Press.

GRIFFINI, Enrico A. (1950 [1932]). *Construccion racional de la casa: Parte 1 (1a edição em espanhol [4ª edição italiana] ed.)*. Barcelona: Hoepli, S. L.

RAMOS, Rui Jorge Garcia (2010). *A Casa: Arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX português*. Porto, FAUP Publicações. ISBN: 978-972-9483-97-4

ROUX, Simone (1976). *La maison dans l'histoire*. Albin Michel Editeur.

RYKWERT, Joseph (1999 [1971]). *La casa de Adán en el paraiso*. Barcelona, Gustavo Gili.

TOSTÕES, Ana (1997 [1994]). *Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50*. Porto, FAUP Publicações.

TOSTÕES, Ana (2015 [2002]). *A Idade Maior: Cultura e Tecnologia na Arquitectura Moderna Portuguesa*. Porto, FAUP publicações.

DEFINIÇÕES PARALELAS

***Habitation* [FR]**

"C'est le terme le plus générique dans l'histoire de l'architecture pour désigner le lieu où l'on séjourne habituellement. On pourrait le remplacer par logement, logis, demeure, maison, résidence dans le langage courant, mais ces mots (on le voit dans cet ouvrage où ils sont définis spécifiquement) ne sont pas équivalents et ils ne sont pas non plus identiques du point de vue du type architectural. On peut habiter un appartement, un logement, un château, un hôtel. On peut vivre dans un immeuble, un manoir, un palais, un pavillon ou encore dans une bâtisse, une cabane, une caverne, une mansarde, une masure, une villa, un duplex. On peut avoir un logis, un studio, une chambre, un loft... J'en oublie certainement ... Le mode de production d'un moment de l'histoire, les savoirs techniques et les matériaux accessibles jouent leur rôle. Mais la qualité et le type d'habitation sont aussi qualifiés par ses occupants. Norbert Elias souligne, dans La Société de cour, ces

correspondances à propos de la France du XVIIIe siècle : « On dit la "maison" d'un bourgeois, l'"hôtel" d'un grand, le "palais" d'un prince ou d'un roi. [...] Il va sans dire qu'à ces désignations différentes -selon le rang du propriétaire correspondait aussi un aménagement approprié de l'habitation.» On pourrait retrouver aujourd'hui ces différences, même si elles paraissent moins bien délimitées: le pavillon de banlieue n'est pas une villa de bord de mer ou d'ailleurs, l'appartement n'est pas un logement ni une maison ou une cabane dans un bidonville, ce que n'est pas non plus l'hôtel particulier qui ne ressemble pas à un chalet.

Et pourtant, tous ces mots désignent des habitations qui évoquent immédiatement, certes plus grossièrement aujourd'hui qu'hier, les qualités, le statut de leurs occupants. L'art de lier le type d'habitation et le statut de son occupant a eu un nom: la convenance que l'architecte se devait de connaître quand il était chargé de construire une habitation. Et cela concernait aussi le décor qui devait être adapté au statut du commanditaire. On parle aujourd'hui de programme, ce qui concerne la taille de l'habitation et son type de financement. Le client étant aujourd'hui de moins en moins connu de l'architecte, cette notion de convenance, présente pendant des siècles dans tous les traités d'architecture, a perdu de sa consistance, sauf quand l'architecte est face à un client connu." (ELEB, 2015: 77-78)

***Logement* [FR]**
"Son origine est militaire, ce qui n'indique ni le luxe ni le confort. Nous l'avons vu, le terme logement a supplanté habitation, appartement et toutes les formes d'habitat. Il désignait jusqu'à la deuxième guerre mondiale une habitation modeste, celle des classes populaires d'abord construites par les philanthropes ou les sociétés ouvrières, au moment de l'industrialisation de la France et de ses conséquences, l'exode rural. Cette réduction des dénominations - car «tout est logement» - amoindrit la complexité des dispositifs. Le «logement» était lié aux classes modestes quand l'appartement était destiné aux bourgeois, puis à ce que l'on nomme «classe moyenne». Chaque type d'habitat représente à la fois des dispositifs spatiaux spécifiques et implique des modes de vie différenciés. Le terme logement nivelle le tout et a fait perdre la perception des différences spatiales.

Ce terme a été choisi par L'INSEE dans les années 1950 pour désigner tout local d'habitation et il en a donné une définition unifiante. On peut remarquer qu'un logement y est défini du point de vue de son usage : «Un local utilisé pour l'habitation, séparé, c'est-à-dire complètement fermé par des murs et cloisons, sans communication avec un autre local si ce n'est par les parties communes de l'immeuble (couloir, escalier, vestibule); indépendant, à savoir ayant une entrée d'où l'on a directement accès sur l'extérieur ou les parties communes de l'immeuble, sans devoir traverser un autre local.» Chaque pays européen a sa propre définition du terme et certaines sont plus précises en ce qui concerne les éléments de confort ou les types. Par exemple, pour l'Allemagne, «un logement est la somme de toutes les pièces permettant à un ménage de fonctionner et comprenant toujours une cuisine ou une pièce dotée d'équipements de cuisine. En principe, un logement dispose de sa propre entrée qui peut être fermée aux environs immédiats de l'extérieur, de la cage d'escalier ou du hall (d'entrée); il dispose également de commodités pour l'eau, d'un évier (de cuisine) et de toilettes qui peuvent également se trouver à l'extérieur du logement» (in Statistiques du logement, union-hlm.org). Ces deux définitions qui insistent sur des points différents nous montrent à quel point les dispositifs du logement sont culturels.

On oppose aujourd'hui la maison individuelle au logement collectif et on a tendance à confondre, à tort, celui-ci avec le logement populaire, social ou aidé, en oubliant le caractère collectif des «résidences» composées de logements en accession à la propriété ou les copropriétés dans un immeuble de ville." (ELEB, 2015: 97-99).

Habitação Operária

Significa habitações para a classe operária.

Na transição de século, o alojamento para os estratos sociais mais baixos toma vulgarmente o nome de alojamento ou habitação operária porque o operariado fabril é a parte mais visível do problema social da habitação. Sabe-se que a classe operária urbana no período é de espectro amplo albergando vários tipos de profissões e, dentro destas, várias patentes. Desta mole de gente, artesãos e operários representavam dois importantes universos quanto aos modos de produção e de habitar.

Pode-se afirmar que o alojamento operário foi a parte mais significativa da habitação popular urbana, termo este que engloba toda a diversidade de soluções de habitação e condições de habitabilidade da população rural que se instalou na cidade industrial. Alguns dos conjuntos de habitação operária decorreram particularmente de estratégias concertadas para o desenvolvimento da produção industrial, integrando-se em formas de ocupação e construção do espaço urbano mais abrangentes centradas na fábrica.

Também a aplicação indiferenciada dos termos alojamento e habitação não é tão somente um problema de linguagem. A publicação portuguesa do famoso texto sobre o problema da falta de condições de habitabilidade das "classes trabalhadoras" urbanas, escrito em 1887 por Friedrich Engels (1820-95), "A Questão do Alojamento" (Engels,1873) foi uma tradução literal da edição francesa "La Question du Logement". Provavelmente, a vulgarização do termo alojamento [3] deve-se à importância política e social desses três ensaios que englobam o discurso de Engels sobre a habitação económica. No entanto, pelo menos no âmbito disciplinar da Arquitectura, o termo levanta algumas dúvidas quando aplicado ao tema da casa. Para Engels, alojamento significava garantir ao indivíduo ou à colectividade uma forma de habitar digna. A adopção estrita do substantivo alojamento implica retirar ao tema da casa a entidade família. As soluções do tipo casas da malta ou as directamente inspiradas no ideal do falanstério, com os moradores a partilhar obrigatoriamente muitas das funções do habitar em que a privacidade familiar é fundada, diluem o sentido de espaço doméstico e, consequentemente, deturpam qualquer análise que utilize critérios fundados na estrutura espacial da casa enquanto contentor para o quotidiano privado da família. [EG]

TERMOS RELACIONADOS

Higienismo

REFERÊNCIAS

BLIAULT, H. E. (1905). *La Maison ouvrière et l'atelier familial*. Paris.

CACHEUX, Émile (1891). État des habitations ouvrières à la fin du XIXe siècle.

CACHEUX, Émile (1903 [1879]). *Les Habitations ouvrières en tous pays*. Paris, Ch. Béranger éd.

[3] Note-se que no Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa o termo "alojamento" relaciona-se com "alojar" que remete para "loja", geralmente o piso térreo de um edifício não dedicado à habitação.

ELEB, Monique (1994). *L'Apprentissage du "chez-soi". Le Groupe des maisons ouvrières*. Paris, Avenue Daumesnil, 1908, Éditions Parenthèses.

ENGELS, Friedrich (1971 [1873]). *A Questão do Alojamento*. Porto, Editora Poveira.

ENGELS, Friedrich (1973). *La situation de la classe laborieuse en Angleterre: d'après les observations de l'auteur et des sources authentiques*. Paris, Ed. Sociales.

FERRAND, Lucien (1911 [1906]). *L'Habitation ouvrière et à bon marché*. Paris, V. Lecoffre.

FLAMAND, Jean Paul (2004). *L'abécédaire de la maison*. Éditions de la Villette, pp. 145-150. [*Habitations des classes ouvrières*]

GONÇALVES, Eliseu (2011). "O Bairro do Monte Pedral e o alojamento operário em 1900". in Rui Jorge Garcia Ramos (ed.), *Leituras de Marques da Silva*, Porto, Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva, pp. 100-104.

GONÇALVES, Eliseu (2015). *Bairros de habitação popular no Porto 1899-1933: A prática de uma arquitectura económica, saudável e cómoda nas vésperas do Moderno*. Tese de Doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

GONÇALVES, Eliseu (2016). "O alojamento operário portuense nas primeiras décadas do século XX: Da Casa familiar ao bloco comunitário". in Virgílio Borges Pereira (ed.), *A habitação social na transformação da cidade: Sobre a génese e efeitos do "Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto" de 1956, O Estado, a habitação e a questão social na cidade do Porto*, volume 2. Porto, Edições Afrontamento, pp. 9-20.

GONÇALVES, Eliseu (2013). "Bairros operários". in Maria Fernanda Rollo (dir.), *Dicionário de história da I República e do republicanismo*, volume I: A-E, Lisboa, Assembleia da República. ISBN: 978-972-556-557-5.

GONÇALVES, Eliseu (2010). *As soluções do alojamento operário no Porto: a prática de uma Arquitectura Económica, Saudável e Cómoda na transição da Monarquia para a Primeira República*. in *Actas do I Congresso Internacional do Património Industrial*, Vila do Conde, CIPI, 2010.

MÓNICA, Maria Filomena (1986). *Artesãos e Operários*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, p. 9.

MULLER, Émile; CACHEUX, Émile (1878). *Les Habitations Ouvrières en tous pays*. Paris, J. Dejeys & Compagnie.

PAIXÃO, Diogo (2016). *Os bairros operários da Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses. O caso do Entroncamento até à primeira metade do século XX*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

PEREIRA, Nuno Teotónio; BUARQUE, Irene (1995). *Prédios e vilas de Lisboa*. Lisboa, Livros Horizonte.

PEREIRA, Nuno Teotónio (1994). "Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário". in Análise Social, *Vol. XXIX (127), 1994 (3.º)*, pp. 509-524.

ROBERTS, Henry (1867 [1850]). *Des habitations des classes ouvrières. Leur composition et leur construction avec l'essentiel d'une habitation salubre*. Paris (obra mencionada em Flamand, 2004: 145)

RODRIGUES, Maria João Madeira (1978). "Tradição, Transição e Mudança. A Produção do Espaço Urbano na Lisboa Oitocentista". in *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa (84)*.

SALGUEIRO, Teresa Barata (1981). "Habitação Operária em Lisboa". in *Arquitectura: planeamento, design, construção, equipamento*. - Ano III, 4ª série, nº 143 (Set. 1981), pp. 74-77.

DEFINIÇÕES PARALELAS

"A construção de um discurso heterogéneo ao redor do alojamento operário na cidade oitocentista fez emergir um novo léxico associado à arquitectura da casa." (GONÇALVES, 2015: 59)

Sobre a política edificatória do (re)alojamento operário:
"(...) a utilização da casa unifamiliar isolada ou agregada promovendo uma ocupação extensiva do território e, por oposição, o recurso a edifícios de habitação colectiva a instalar na cidade consolidada em parcelas livres ou a libertar por demolição de construções insalubres." (GONÇALVES, 2016: 9)

Habitação Plurifamiliar

Designam-se por "edifício de habitação plurifamiliar" as estruturas arquitectónicas que se destinam ao alojamento de várias famílias, apresentando programa funcional de habitação com planos horizontais sobrepostos em altura e partilha de dispositivos comuns de acesso (átrio, escada, elevador, patamar). Para além disso, estão geralmente associados à repetição de um piso-tipo constituído por múltiplas fracções autónomas. [LR]

Segundo Monique Eleb, 'plurifamiliar' é um termo anglo-saxão. Em contexto francês, a expressão 'logement' consiste num termo genérico, sendo as expressões utilizadas para se referir ao prédio de rendimento "maison de rapport à loyer", "immeuble à loyer", "immeuble d'appartements (bourgeois)", cuja primeira manifestação data de 1730, em França (1º edifício com casas sobrepostas). De igual modo, o termo "appartement", remete de imediato para um tipo de habitação burguês. A autora esclarece que em França não se usa a expressão 'plurifamiliar' no foco da discussão dos modelos de habitação, porque coloca no centro uma questão ideológica, política (relacionada com a família). Já o termo "collectif", chega ao contexto da habitação através da habitação social, por oposição à "habitation individuelle" [4].

Em Portugal, especificamente em Lisboa, os autores João Vieira Caldas, Maria Rocha Pinto e Ana Rosado (CALDAS; PINTO; ROSADO, 2014) referem a 'Habitação Joanina' como uma das primeiras manifestações de habitação multifamiliar, construída de raiz, localizando temporalmente a construção destes prédios de rendimento na 1ª metade do século XVIII (ou seja, anterior à reconstrução pombalina). [GL]

[4] Informações partilhadas por Monique Eleb no seminário de doutoramento "*Housing and dwelling*", organizado pelo Grupo de investigação Atlas da Casa (CEAU/FCT), FAUP, 26.10.2012, e aprofundadas na obra *Les 101 mots de l'habitat à l'usage de tous*.

REFERÊNCIAS

CALDAS, João Vieira; PINTO, Maria Rocha; ROSADO, Ana (2014). "O prédio de rendimento joanino". in *Cadernos do Arquivo Municipal,* 2ª Série, Nº1 (janeiro-junho 2014), pp. 130-156. ISSN: 2183-3176.

ELEB, Monique; BENDIMÉRAD, Sabri (2011). *Vu de l'interieur: Habiter un immeuble en île-de-France, 1945-2010*. Paris, Archibooks.

ELEB, Monique (2015). *Les 101 mots de l'habitat à l'usage de tous*. Paris, Archibooks.

LAMEIRA, Gisela (2017). *O prédio de rendimento portuense. Topologias, tipologias e modelos de habitação plurifamiliar na 1ª metade do século XX*. Porto, Tese de Doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

PEREIRA, Nuno Teotónio; BUARQUE, Irene (1995). *Prédios e vilas de Lisboa*. Lisboa, Livros Horizonte.

ROCHA, Luciana (2016). *Intervenção no Moderno: Reconhecimento, caracterização e salvaguarda de edifícios de habitação plurifamiliar*. Porto, Tese de Doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

DEFINIÇÕES PARALELAS

Habitação Plurifamiliar [PT]
"Entende-se por habitação plurifamiliar o conjunto de unidades de alojamento familiar (ou fogos) que integram uma mesma unidade de construção (edifício ou prédio)". (PEREIRA, 1995: 8)

***Le logement collectif* [FR]**
"Ce terme mal employé d' "immeuble" désigne communément le logement collectif ou "social", le mal-aimé de l'habitat. Souvent associé à un urbanisme dégradé et à une ségrégation sociale, il a pourtant toujours été l'objet d'une attention particulière des architectes et, contrairement à l'idée commune, n'est pas exclusif d'une couche sociale défavorisée.

L'immeuble est un sujet schizophrénique: entre un dehors surexposé, objet de tous les regards, porte-étendard des politiques, écriture de la ville, sujet aux caprices des modes, et un dedans intime, secret, fragile, il peine à se construire une image, à s'imposer à la ville.

Comme un vieil adolescent, il se cherche et représente néanmoins l'avenir de nos sociétés urbaines.

Ces bâtiments qui constituent nos villes, nous les voyons sans les voir et ils occupent tous une place dans notre conscience.

Certains nous parlent de nos sociétés, de notre histoire, d'innovations techniques, d'idéaux, de projets de vie, d'autres nous parlent des échecs des politiques de la ville, de l'inégalité sociale, de tensions urbaines, de territoires oubliés... Chacun joue un rôle dans l'espace public mais aucun ne nous parle des vies qu'il abrite, du "chez-soi" qu'il protège. Rien dans ces façades typiques n'évoque ce quotidien que l'architecte a imaginé, dans le contexte socioculturel du moment." (ROUSTAN, Guilhem in ELEB, 2011: 5-6)

Habitação Programada

Conjunto concertado de disposições legais, urbanas, arquitectónicas e socioeconómicas para o projecto e edificação de habitação. Esta habitação obedece assim a uma regulamentação prévia, normalmente legislada pelo governo, que permite a sua realização extensiva, em bairros ou agrupamentos, e em diversos locais. Pode apresentar diferentes sistemas de habitação, da casa individual à habitação colectiva, mas sempre de acordo com os tipos e normas previamente definidos. A adopção de um programa habitacional para a construção de habitação pode ser seguido por diferentes entidades, quer do aparelho central ou local, quer de outro tipo que nele sejam contempladas. As construções de acordo com os diferentes programas produziram edificações com um "ar de família" formal que se encontram dispersas pelo território nacional. Pela sua implantação, especialmente na periferia urbana (na época da sua construção), formaram, por vezes, áreas urbanizadas pioneiras que viriam a condicionar o traçado do futuro crescimento das localidades. [RJGR]

TERMOS RELACIONADOS

Habitação subsidiada
Habitação social
Habitação de promoção pública

REFERÊNCIAS

RAMOS, Rui Jorge Garcia, GONÇALVES, Eliseu; SILVA, Sérgio Dias (2019) "Política e arquitetura habitacional: um Mapa da intervenção do estado na habitação", in Luís Miguel Correia e Joana Brites (Eds.), *Estado Novo e Obras Públicas*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra [no prelo].

Habitação de Promoção Pública

Habitação promovida e comparticipada, parcial ou totalmente, pelo sistema de governação público, central ou local (por exemplo, estatal ou municipal). Esta promoção é suportada numa moldura legal que define o seu enquadramento e objectivos políticos, as suas características tipo-morfológicas, modelo de gestão e sistema de entrega das casa aos seus habitantes. Arquitectonicamente pode abranger diferentes tipos de habitação e de assentamento urbano. [RJGR]

TERMOS RELACIONADOS

Habitação subsidiada
Habitação programada

REFERÊNCIAS

FLAMAND, Jean-Paul (2004). *L'Abécédaire de la maison*. Éditions de La Villette.

RAMOS, Rui Jorge Garcia, GONÇALVES, Eliseu; SILVA, Sérgio Dias (2019) "Política e arquitetura habitacional: um Mapa da intervenção do estado na habitação", in Luís Miguel Correia e Joana Brites (Eds.), *Estado Novo e Obras Públicas*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra [no prelo].

TOPALOV, Christian; COUDROY DE LILLE, Laurent; DEPAULE, Jean-Charles; MARIN, Brigitte (2010). *L'Aventure des mots de la ville. À travers le temps, les langues, les sociétés*. Paris, Éditions Robert Laffont, S. A., pp. 600-605.

DEFINIÇÕES PARALELAS

Housing estate [FR]
*"Une [residential area] aire résidentielle planifiée comme un ensemble, qui a souvent ses propres commerces et services." (*New Shorter Oxford... 1993 in TOPALOV, 2010: 600)*

"En Angleterre et au pays de Galles, on emploie habituellement le terme housing estate pour désigner des habitations de tous types construites à l'aide de subventions de l'État et gérées par les autorités locales. Ce terme est analogue à l'expression nord-américaine housing project, mais les différences dans l'histoire du logement public se reflètent dans les mots utilisés dans ces deux pays pour y référer." (TOPALOV, 2010: 600)

"Aujourd'hui, on utilise toujours housing estate pour désigner les logements construits avec une subvention de l'État même lorsque le statut d'occupation des habitants est devenu mixte. Certaines autorités locales ont vendu leur stock de logements à des associations privées, tandis que le droit accordé aux locataires d'acheter leur logement a abouti à mélanger propriétaires et locataires dans les mêmes immeubles. Et cependant, comme les housing estates fournissent des logements en dehors du marché immobilier ordinaire, une connotation d'infériorité sociale leur reste attachée et l'expression the estates ne désigne pas tant des logements municipaux qu'un groupe social marqué par un bas revenu et des problèmes sociaux particuliers. Un journaliste évoquait récement "un grondement furieux venant des estates", ce qui résume bien la transformation de l'usage du mot: il désignait jadis un type de logements, il signifie aujourd'hui une classe inférieure." (The Guardian 12/11/2004 in TOPALOV, 2010: 604)

Politiques du logement [FR]
"Politiques au pluriel plutôt qu'au singulier, car, s'il y eut des permanences certaines dans l'intervention des pouvoirs publics depuis le XIX siècle, la politique du logement a connu de nombreuses inflexions au gré des changements politiques et des conjonctures de l'économie.

En régime d'économie de marché, le logement est une marchandise comme une autre: il a donc un prix, et seul peut l'acquérir et en user l'acheteur qui en a les moyens. Mais c'est aussi un bien marchand d'une nature particulière. Si, dans notre société de consommation, l'achat de beaucoup de marchandises ne correspond à aucune nécessité, par contre, disposer d'un logement relève d'un besoin vital pour tout le monde. La production du logement mobilise des capitaux importants pour l'acquisition du sol, la construction, etc.: c'est donc un produit cher, qui, en outre, immobilise des capitaux investis pour une période longue, correspondant à la réalisation et à l'amortissement du capital. Enfin, c'est une marchandise dont l'usage (pour le locataire), la jouissance (pour le propriétaire ou l'usufruitier) sont généralement prévus sur une longue période. Un propriétaire peut même considérer son bien immobilier comme un investissement patrimonial à très long terme, objet de spéculation sur sa valorisation future par ses descendants. Il s'agit donc d'un bien durable, dont il faut assurer la maintenance à travers le temps afin de lui conserver sa qualité d'usage et sa pérennité de valeur, ce qui ajoute encore un coût à son prix initial.

Ces particularités qui font du logement un produit de première nécessité, mais coûteux dans sa production et dans son usage, ont conduit très tôt les pouvoirs publics à s'y intéresser. Dès le Moyen Âge, la royauté et les communes édictent des règlements visant à en contrôler les formes. Mais c'est depuis le début du XIXe siècle que l'on peut véritablement parler des politiques du logement. Les régimes politiques successifs ont développé un appareil législatif et réglementaire considérable pour réguler la nature et la construction des logements, les rapports entre les différents acteurs intervenant dans leur production et leur usage, leur relation avec les autres éléments constitutifs de l'espace urbain - réseaux, équipements, lieux de travail, etc." (FLAMAND, 2004: 223-230).

Habitação Unifamiliar

Alojamento destinado a uma única família, com acessos independentes.

A habitação unifamiliar inclui o programa urbano ou suburbano de moradia individual, casa de férias ou de veraneio. O programa da habitação unifamiliar, por ser destinada a clientes particulares específicos, funciona como meio de exploração de novas linguagens dependendo da respectiva aceitação de propostas inovadoras e da consciente procura de profissionais qualificados para a realização dos projectos. A cidade burguesa portuense apresenta uma mostra de casas modernas de grande qualidade como resultado de encomendas privadas que apostaram numa geração de jovens profissionais em desenvolvimento. A casa Honório de Lima, por exemplo, projectada por Viana de Lima em 1939 apresenta claras referências aos princípios do Movimento Moderno divulgados pela Europa e propostos por Le Corbusier nos "cinco pontos para uma nova Arquitectura". Esta obra é pioneira pela integração destes princípios e consequente demonstração de modernidade internacional. Também na casa Aristides Ribeiro (1949-1951) Viana de Lima assume a mesma linguagem numa escala mais reduzida, limitada pela dimensão do lote. Importa evidenciar a plasticidade volumétrica do conjunto e a articulação entre planos de parede e amplos planos de vidro. A organização espacial interior denuncia o carácter de planta livre.

O programa da casa de férias ou de veraneio difere pela necessária adequação a estadias temporárias de pouca duração. O programa interior de maior simplicidade integra a necessidade de cumprir as funções essenciais com uma maior liberdade na organização e articulação dos espaços. A relação com a natureza e a integração na envolvente representam questões fundamentais pela constante conotação destes programas a espaços de estar e relaxamento que procuram explorar as qualidades do lugar. [LR]

TERMOS RELACIONADOS

Casa
Casa geminada
Casa em banda

REFERÊNCIAS

FLAMAND, Jean-Paul (2004). *L'Abécédaire de la maison*. Éditions de La Villette, pp. 202-205.

RAMOS, Rui Jorge Garcia (2005). "Produções correntes em arquitectura: a porta para uma diferente gramática do projecto do início do século XX", in *NW noroeste. Revista de História*, nº 1, Núcleo de Estudos Históricos da Universidade do Minho, p. 53.

RAMOS, Rui Jorge Garcia, Gonçalves, Eliseu, Silva, Sérgio (2014) "From the Late 19th Century House Question to Social Housing Programs in the 30s: the Nationalist Regulation of the Picturesque in Portugal", *Docomomo Journal*, nº 51, p. 61.

RAMOS, Rui Jorge Garcia (2010 [2004]). *A casa. Arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX português*. Porto, FAUP publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título). ISBN: 978-972-9483-97-4.

TOSTÕES, Ana (1997 [1994]). *Os verdes anos na arquitetura portuguesa dos anos 50*. Porto, FAUP Publicações.

TOSTÕES, A. (2015 [2002]). A *Idade Maior: Cultura e Tecnologia na Arquitectura Moderna Portuguesa*. Porto, FAUP publicações

DEFINIÇÕES PARALELAS

"La maison individuelle est grosse consommatrice d'espace, pour la maison elle même, son garage et l'indispensable jardin, aussi réduit soit-il. À quoi il faut ajouter les voies d'accès nécessaires à sa desserte, qu'elle soit isolée ou située dans un lotissement." (FLAMAND, 2004: 204).

"A habitação unifamiliar constituía uma experiência arquitectónica significativa, não só pela qualidade do dispositivo espacial da grande casa burguesa, ajustado ao desejo de sumptuosidade e de qualificação moderna do habitar dos seus clientes, mas também pela introdução no projecto e no discurso arquitectónico de uma diferente ideia de casa, genericamente reconhecida pela sua contenção e racionalidade." (RAMOS, 2005: 53)

"A casa unifamiliar burguesa do século XX constitui um dos territórios onde, de forma mais evidente e continuada, surgem novos elementos arquitectónicos e dispositivos espaciais. É no grupo social da burguesia que se reúnem os meios económicos e o interesse cultural necessários para promover o projecto e a construção da nova casa, que desta forma se disponibiliza para a inovação. A escolha do arquitecto e a formulação da encomenda da habitação (o que pode implicar a aceitação de um determinado modelo estético) constituem a iniciativa, simultaneamente individual e socialmente referenciada, fundamental para o início do processo de construção da habitação. A habitação individual, como projecção onírica de um futuro habitar, revela-se como eminente espaço de desejo, de melhoria das condições de conforto, de funcionamento e de representação social." (RAMOS, 2010: 45)

Habitação Social

Habitação que parte da redistribuição da riqueza. Esta expressão é usada correntemente para designar a habitação construída para a classe desfavorecida com apoios estatais, municipais, associativos, filantrópicos, etc. Esta expressão aponta claramente um objectivo social, em oposição à expressão Habitação Económica que favorece a observação da situação económica dos seus moradores e também o preço controlado da construção. Contudo não deverá confundir-se esta com a expressão "casas baratas", construção de baixo custo que, contudo, pode revelar-se a longo prazo cara, pelo elevado custo de manutenção da edificação. [EG, RJGR]

REFERÊNCIAS

DUMONT, Marie-Jeanne (1991). *Le Logement social à Paris. 1850-1930*. Liège, Mardaga.

ELEB, Monique (1994). *L'apprentissage du "chez-soi": Le Groupe des Maisons Ouvrières, Paris, Avenue Daumesnil, 1908*. Marseille, Editions Parenthèses.

ELEB, Monique; DEBARRE-BLANCHARD, Anne (1995). *L'invention de l'habitation moderne*. Paris, 1880-1914. [Paris], [Bruxelles], Hazan, Archives d'Architecture Moderne. ISBN: 2-85025-384-7.

GUERRAND, Roger-Henry (1993). *Une Europe en construction. Deux siècles d'habitat social en Europe*. Paris, La Découverte.

TERMOS RELACIONADOS

Habitação subsidiada
Habitação social
Habitação de promoção pública
Habitação programada

FLAMAND, Jean-Paul (1989). *Loger le peuple: essai sur l'histoire du logement social.* Paris, Éditions La Découverte.

GONÇALVES, Eliseu (2013). "Bairros operários". in Maria Fernanda Rollo (dir.), *Dicionário de história da I República e do republicanismo*, volume I: A-E, Lisboa, Assembleia da República, p. 1.

PEREIRA, Nuno Teotónio (1969). "Habitações para o maior número". in *Arquitectura*, Jul./Ago. 1969, nº 110.

PEREIRA, Nuno Teotónio; MARTINS, Costa (2008). "Habitação Económica e reajustamento social". in *1º Congresso Nacional de Arquitectura*. Lisboa, Ordem dos Arquitectos.

RAMOS, Rui Jorge Garcia, GONÇALVES, Eliseu; SILVA, Sérgio Dias (2019) "Política e arquitetura habitacional: um Mapa da intervenção do estado na habitação", in Luís Miguel Correia e Joana Brites (Eds.), *Estado Novo e Obras Públicas*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra [no prelo].

TAVARES, M. (2013). "Leituras de um percurso na habitação em Portugal, as Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência". in Nuno Portas (coord.), *Habitação para o maior número, Portugal, os anos de 1950-1980*. Lisboa, CML, IHRU, p. 2.

DEFINIÇÕES PARALELAS

"Depois da Lei do inquilinato de 1910, que defendia os arrendatários da discricionariedade do senhorio, a Primeira República inaugura no país a figura da "habitação social." (GONÇALVES, 2013: 1)

"(...) no conjunto da nova habitação construída com o objectivo de ser saudável, económica e para o maior número, haverá agora aquela que é *social*, ou seja, que nasce inequivocamente a partir de uma solidariedade entre cidadãos através de um processo institucionalizado de *redistribuição de rendimentos ou de vantagens da parte daqueles que têm, em direcção àqueles que têm menos ou que, simplesmente, não têm*. É uma novidade que se estenderá ao desenho da cidade uma vez que o Estado se vai integrar num processo imobiliário cujo objecto - a habitação corrente - constitui o elemento estruturador do crescimento urbano." (GONÇALVES, 2013: 1)

"Par logement social nous entendrons ici le logement qui a bénéficié pour sa réalisation du concours législatif et financier de l'État, et qui est destiné à recevoir dans des conditions normales les couches les moins favorisées de la population. Quelle que soit son appellation, logement ouvrier, habitation à bon marché ou habitation à loyer modéré, ce logement résulte d'une intervention délibérée de l'État, visant de façon prioritaire les familles de salariés et, au premier chef, les familles ouvrières" (FLAMAND, 1989: 11)

Habitação Subsidiada

Edificação de habitação com a subvenção, directa ou indirecta, total ou parcial, de fundos públicos; ou seja, com o auxílio pecuniário público. Neste âmbito enquadram-se os apoios, quer pela via do Orçamento de Estado, quer, por exemplo, do Fundo das Caixas de Previdência, que disponibilizaram capital para a construção de habitação enquadrada em programas de habitação específicos. Também se deve considerar parcerias em fundos mistos, públicos e privados. Ou de outras comparticipações indirectas, como as fiscais. Nestes casos, as parcerias ou isenções especiais podem ser reguladas, quer no âmbito e extensão da construção, quer no tipo arquitectónico, definindo assim habitantes alvo a quem se destinam as habitações na sua totalidade ou numa percentagem a definir. Não deverá ainda ignorar-se outro tipo de apoio como a cedência de terrenos, situação recorrente no apoio prestado pelas Câmaras Municipais para a concretização de bairros habitacionais com fins sociais e económicos. [RJGR]

REFERÊNCIAS

RAMOS, Rui Jorge Garcia, GONÇALVES, Eliseu; SILVA, Sérgio Dias (2019) "Política e arquitetura habitacional: um Mapa da intervenção do estado na habitação", in Luís Miguel Correia e Joana Brites (Eds.), *Estado Novo e Obras Públicas*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra [no prelo].

TERMOS RELACIONADOS

Habitação programada
Habitação social
Habitação de promoção pública

Higienismo

Corpo de pensamento, investigação e práticas em torno das questões da higiene e saúde pública.

No caso particular da cidade do Porto, as questões ligadas ao higienismo e à salubridade encontram o seu palco de debate no final do século XIX e início do século XX, face às fracas condições de habitação das classes mais desfavorecidas. Tal como noutras cidades europeias, engenheiros, médicos e políticos começaram por abordar o problema através da criação e implementação de legislação específica.

O Plano Geral de Melhoramentos das Cidades e Vilas do Reino de 1864 constitui o 1º enquadramento regulamentar a partir do qual esta problemática começa a ser pensada (MATIAS, 2002: 9), englobando questões específicas como o tratamento dos solos, impermeabilização, infraestruturas (sistemas de abastecimento de águas, esgotos e iluminação das ruas) e condições gerais de construção (MATIAS, 2002). Este decreto nacional deu origem ao Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto apresentado à Câmara Municipal em 1881 (BARROS, 1881) pelo engenheiro J. A. Correa de Barros (1835-?). Nessa época, outros documentos demonstravam idênticas preocupações higienistas, revelando que este problema é entendido colectivamente, e em múltiplas esferas. Os conhecidos escritos do médico, professor e investigador Ricardo Jorge (1858-1939), figura emblemática no contexto de investigação portuense (JORGE, 1885), são particularmente relevantes neste contexto.

As Dissertações apresentadas por finalistas à Escola Médico-cirúrgica do Porto (COSTA & VIEIRA, 2012) na viragem do século XIX, sobressaem de igual modo pelo seu valor documental, centrando-se em temas de ordem diversa: sistemas de esgotos (OLIVEIRA, 1886), análise microbiológica do ar (PEREIRA, 1894), fontes seguras de fornecimento de águas (FONTES, 1908) ou a higiene geral da habitação, tema visado por diversos autores (BRAGA, 1894; ANTAS, 1902; BAÍA JÚNIOR, 1909; LEMOS, 19014).

Contemporaneamente, esta temática tem sido alvo de estudo aprofundado por diversos autores. Paulo Castro Seixas (2003), por exemplo, desenvolve uma reflexão sobre o significado do património escrito destes primeiros higienistas na construção da cidade, enquanto que Manuel Teixeira (1992), Alexandra Trevisan e Isabel Matias (2002) e José João Maia (2000) se centram na caracterização do contexto específico do Porto entre 1830 e 1950 (estratégias e políticas de habitação, legislação e epidemiologia, respectivamente), revelando uma administração local que estava cada vez mais consciente da necessidade de controlar a construção privada e as condições das estruturas habitacionais.

Apesar da implementação de regras e posturas municipais na época, a visão generalizada destes autores aponta para uma realidade em que os serviços camarários e as instituições não seriam capazes de alcançar resultados significativos nesse campo, especialmente na ligação dos edifícios à rede pública de esgotos (GROS, 1982: 11). A principal razão apontada prende-se com a inexistência de planos de urbanização que integrassem intervenções parcelares (TREVISAN, 2002: 31). Na 1ª metade do século XX, as estratégias de intervenção planeada englobando a totalidade da estrutura urbana e suas infraestruturas, aparentam emergir de um modo claro apenas a partir de 1932, com a apresentação do Prólogo ao Plano da Cidade do Porto pelo engenheiro Ezequiel de Campos (1874-1965), no qual o autor produz as primeiras considerações generalistas sobre o tema (CAMPOS, 1932).

Esta realidade não está distante de um processo semelhante ocorrido em Paris, apesar de algumas décadas de diferença. Nesta cidade, as políticas de salubrização no âmbito da habitação urbana desenvolviam-se desde 1850, produzindo tratados teóricos e debates significativos (e neste aspecto diferindo da situação portuense, com introdução mais tardia de soluções), mas de facto, só a partir de 1900 é que estes começaram a influenciar as edificações (MOLEY, 1998: 11).

À questão da salubridade alia-se a necessidade de conforto, especialmente em habitação de rendimento burguesa. Desta forma, estas preocupações manifestavam-se não só através da regulamentação urbana e de edificação (ocupação do lote, logradouros, altura dos edifícios), mas também através dos próprios equipamentos técnicos dos apartamentos.[GL]

REFERÊNCIAS

ELEB, Monique (2015). *Les 101 mots de l'habitat à l'usage de tous*. Paris, Archibooks.

ELEB, Monique (1994). *L'apprentissage du "chez-soi": Le Groupe des Maisons Ouvrières, Paris, Avenue Daumesnil, 1908*. Marseille, Editions Parenthèses.

ELEB, Monique; DEBARRE-BLANCHARD, Anne (1995). L'invention de l'habitation moderne. Paris, 1880-1914. [Paris], [Bruxelles], Hazan, Archives d'Architecture Moderne. ISBN: 2-85025-384-7.

FLAMAND, Jean-Paul (2004). *L'Abécédaire de la maison*, Éditions de La Villette.

GROS, Marielle Christine (1982). *O Alojamento social sob o fascismo*. Porto, Edições Afrontamento.

MOLEY, Christian (1998). *L'architecture du logement. Culture et logiques d'une norme héritée*. Paris, Anthropos. ISBN 2-7178-3424-9.

Contexto portuense:

ANTAS, Álvaro Cândido Furtado de (1902). *Insalubridade do Porto*. Porto, Officinas do "Commercio do Porto".

BAÍA JÚNIOR, José da Silva Ferreira (1909). *Contribuição para a Hygiene do Porto*. Porto, Typ. a vapor da "Encyclopedia Portugueza".

BARROS, José Augusto Corrêa de (1881). *Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto*. Porto, Câmara Municipal do Porto.

BRAGA, José Rodrigues (1894). *Subsidios para a hygiene da habitação: ventilação, iluminação, aguas e remoção de immundices*. Porto, Typographia Peninsular.

CAMPOS, Ezequiel (1932). *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*. Porto, Empresa Industrial Gráfica.

COSTA, Rui Manuel Pinto; VIEIRA, Ismael Cerqueira (2012). "O trabalho académico como fonte histórica: As teses inaugurais da escola médico-cirúrgica do Porto (1827-1910)". in *CEM no3/Cultura. Espaço & Memória*.

FONTES, Adriano (1908). *Contribuição para a Hygiene do Porto: analyse sanitaria do seu abastecimento em água potavel.* Porto, [s.n.].

JORGE, Ricardo (1885). *Higyene Social applicada à Nação Portuguesa: Parte I: Clima-população-mortalidade*. Porto, Civilização.

JORGE, Ricardo (1888). *Saneamento do Porto: Relatório apresentado à Commissão Municipal de Saneamento*. Porto, Typ. de António José da Silva Teixeira.

LAMEIRA, Gisela (2012). "Hygienism, salubrity and regulations. The Oporto's collective dwelling in the 1st half of the 20th century". *Heritage 2012 - 3rd international conference on heritage and sustainable development*, in R. Amoeda et al (ed.), *Heritage 2012 – Heritage and Sustainable Development*, Porto.

LEMOS, António Ferreira Gomes (1914). *Contribuição para o estudo da higiene do Porto: ilhas*. Porto, Imprensa Nacional de Jayme Vasconcellos.

MAIA, José João (2000). "Transição epidemiológica, infra-estruturas urbanas e desenvolvimento: a cidade do Porto." in *Análise Social* XXXV (156), pp. 583-604.

MATIAS, Isabel (2002). "O pensamento higienista na segunda metade do século XIX". in *Higiene e Salubridade no Porto (1850-1930), vol. 5*. Matias, I. e Trevisan, A. Porto, Centro de Estudos Arnaldo Araújo, Escola Superior Artística do Porto**,** pp. 9-30.

OLIVEIRA, António Augusto Chaves de (1886). *Estudo sobre os diversos systemas de remoção das immundicias adoptados nas principaes cidades da Europa e sua applicação à cidade do Porto*. Porto, Typographia de A. J. da Silva Teixeira.

PEREIRA, Joaquim Arantes (1894). *Contribuição para a hygiene do Porto: analyse microbiologica do ar*. Porto, Typographya Occidental.

SEIXAS, Paulo Castro (2003). *Higienismo: Textos que Fizeram Cidade. Literatura e Medicina. I Encontro de Estudos sobre Ciências e Culturas*. (org), I. P. Porto, Universidade Fernando Pessoa**,** pp. 119-137.

TEIXEIRA, Manuel C. (1992, 10). "As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940." in *Análise Social*, XXVII, (115), pp. 65-89.

TREVISAN, Alexandra; MATIAS, Isabel (2002). *Higiene e Salubridade no Porto (1850-1930)*. Porto, Centro de Estudos Arnaldo Araújo.

TREVISAN, Alexandra (2002). "Higiene e Salubridade urbana nas primeiras décadas do séc. XX". in Trevisan, A. M., Isabel, *Higiene e Salubridade no Porto (1850-1930)*. Porto, Centro de Estudos Arnaldo Araújo..

DEFINIÇÕES PARALELAS

***Hygiénisme* [FR]**
"Hygiénisme n. m. Par hygiénisme on entend ici l´ensemble du corps de pensée, fondé sur des connaissances scientifiques et pratiques, visant à orienter les interventions publiques destinées à garantir la santé." (FLAMAND, 2004: 159)

***Salubre, salubrité* [FR]**
"On l'a vu, des normes de salubrité, liées à des conceptions de l'hygiène et de la santé, dont certaines ont perduré jusqu'à aujourd'hui, se mettent en place à la fin du XIXe siècle. Mais cette politique de salubrité pour tous, surveillée par les comités départementaux des habitations à bon marché (HBM), programmée avant la guerre de 1914, va se heurter à la situation catastrophique de l'état du logement avec les destructions de la guerre, ainsi qu'à une baisse de l'offre. Le moratoire sur les loyers, qui restent donc très bas jusqu'en 1940, ne permet pas aux propriétaires d'entretenir correctement leurs immeubles qui se dégradent. Pourtant, dans le même temps, entre 1914 et 1938, se construisent des bâtiments à cour ouverte, aérés, comme les HBM de la ceinture de brique rouge de Paris qui permettent d'éliminer une grande partie des baraques de «la zone». Mais la crise du logement perdure.

Les Congrès internationaux d'architecture moderne (CIAM de 1928 à 1959) continuent la tradition hygiénique, en prescrivant à la fois la bonne aération, l'orientation idéale et la fonctionnalité, parfois au détriment de la complexité symbolique du logement et de son environnement . Le corps sain est central dans leurs réflexions, mais c'est un corps sportif, fort peu sensuel, surtout quand il s'agit de loger la classe ouvrière dans cet habitat minimum. Ils inspireront les types architecturaux des grands ensembles.

Cette situation du logement et le trop grand nombre de «mal-logés» seront dénoncés par l'abbé Pierre en 1954. La période de la Reconstruction est marquée par une implication de l'État tant au niveau des financements que dans la mise en place de programmes salubres. L'aide à l' industrialisation, censée accélérer le rythme des constructions, n'aura pas que des effets positifs sur la qualité du logement et des campagnes successives de réhabilitations s'étalent des années 1970 à aujourd'hui, concernant notamment la protection thermique. L'insalubrité de l'habitat, rebaptisé «habitat indigne», est à opposer à la notion positive d'habitabilité. Les politiques d'éradication reposaient sur la destruction de quartiers entiers. Les rénovations parisiennes (suivant le Casier sanitaire des logements insalubres du début du XXe siècle) et celles d'autres grandes villes sont encore en partie fondées sur les taux de mortalité, les densités urbaines et l'état du bâti." (ELEB, 2015: 132-134).

Matriz de Concepção Espacial

Esquema geral de organização interna do edifício. Na definição da 'matriz de concepção espacial' dos edifícios de habitação são relevantes os seguintes parâmetros: tipo de inserção urbana (entre paredes de meação, cunhal, etc..); dimensão da frente do lote/edifício (frente estreita, grande frente, etc.); nº de apartamentos por piso/localização relativamente à caixa de escadas (um apartamento por piso, esquerdo-direito, etc..); configuração da planta (regular, em T, L, U, etc.); características e localização dos dispositivos principais de ventilação e acesso). [GL]

REFERÊNCIAS

BARATA FERNANDES, Francisco (1999 [1996]). *Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade*. Porto, FAUP Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN: 972-9483-38-8.

TERMOS RELACIONADOS

Tipo
Modelo (de habitação)

DEFINIÇÕES PARALELAS

"(...) o essencial, na caracterização da matriz de organização interna de uma habitação urbana que preveja a seriação e seja agrupável em banda, é: o número de frentes, as principais dimensões (comprimento e largura) e a localização e modelo de escadas e acessos." (BARATA FERNANDES, 1999: 123)

Modelo (de Habitação)

Entende-se como 'modelo de habitação' todas as concretizações materiais que derivam de determinado 'tipo', 'esquema' ou 'matriz de concepção espacial' no âmbito das formas de habitação. [GL]

REFERÊNCIAS

BARATA FERNANDES, Francisco (1999 [1996]). *Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade*. Porto, FAUP Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN: 972-9483-38-8.

TERMOS RELACIONADOS

Tipo
Matriz de concepção espacial

DEFINIÇÕES PARALELAS

"(...) 'Modelo' é um objecto acabado, uma obra que se deve repetir (...)." (BARATA FERNANDES, 1999: 37)

Normas

No contexto da habitação, trata-se de um conjunto de disposições regulamentares no âmbito do projecto e da construção dos edifícios.

TERMOS RELACIONADOS

Higienismo
Ságuão

REFERÊNCIAS

ELEB, Monique; BENDIMÉRAD, Sabri (2011). *Vu de l'interieur: Habiter un immeuble en île-de-France, 1945-2010*. Paris, Archibooks.

ELEB, Monique (2015). *Les 101 mots de l'habitat à l'usage de tous*. Paris, Archibooks. [*normes, normalisation*]

FLAMAND, Jean-Paul (2004). *L'Abécédaire de la maison*. Éditions de La Villette, pp. 211-212..

DEFINIÇÕES PARALELAS

***Normes, normalisation* [FR]**
"Les normes, les codes, les savoir-faire de toute la chaîne de production du logement ont fini par produire un type de logement français caractéristique. Une définition du logement "classique" aujourd'hui est donnée par un site du ministère du Logement à propos de la loi sur l'Engagement national pour le Logement (ENL) non sans une pointe de critique sous-jacente. L'habitation de notre temps serait un logement pour une famille avec enfant(s) en bas âge (ce que traduisent la taille des chambres et leur faible autonomie les unes par rapport aux autres), où la partie publique (cuisine-séjour) et la partie privée (chambre-salle de bains) sont dissociées. Ce modèle, qui comporte de multiples portes et un sas d'entrée encloisonné, généralement aveugle, décrit l'appartement que l'on nomme "classique" qui s'oppose à toute typologie, dès lors dénommée "atypique".

Cette normalisation des dispositifs et des surfaces se met en place dans les années 1950 avec l'industrialisation du bâtiment et perdure jusqu'à aujourd'hui avec de légers ajustements, parfois réversibles, dus aux préoccupations qui se sont succédées comme celles, par exemple, de ne pas gaspiller les sources d'énergie (crise du pétrole) ou d'adapter le logement aux personnes à mobilité réduite." (ELEB, 2011: 23)

***Normes* [FR]**
"En matière de logement, les normes sont les différentes dispositions réglementaires qui fixent les caractéristiques attendues de tous les éléments constitutifs d'un bâtiment à usage d'habitation, appartements, parties communes, équipements de confort, matériaux, etc. Toujours au pluriel dans cette acception, les normes touchent à tous les aspects de la matérialité d'un logement: de la volumétrie minimale des différentes pièces qui le composent à la capacité d'isolation phonique et thermique, de résistance et de solidité, etc., des matériaux entrant dans la construction des murs et cloisons." (FLAMAND, 2004: 211)

Paternalismo Industrial

Políticas sociais que surgem por parte de industriais no período da Revolução Industrial, iniciadas em França e Inglaterra, num contexto de precárias condições de vida da classe obreira, identificadas como grave problema sanitário e social. Estas políticas sociais podem materializar-se na construção de habitação financiada por industriais, para que operários da própria fábrica possam dela usufruir, bem como de equipamentos de apoio ao seu bem estar físico e emocional, necessários à vida quotidiana do trabalhador e da sua família, como cantinas, creches, escolas, teatros ou hospitais. Podem-se entender como acções moralizadoras pela parte do patronato, evitando desvios comportamentais do operariado, uma vez que as acções se revelam habitualmente de curto alcance e são beneficiados os trabalhadores que revelem um comportamento exemplar. Os patrões dominam assim a esfera laboral e social e evitam a agitação operária ou mesmo a falta de mão-de-obra, consequente de ondas de emigração, como por exemplo a observada nos anos 60 do século XX em Portugal. [LSR]

REFERÊNCIAS

ALVES, Jorge Fernandes. Fundação Narciso Ferreira. Indústria e Obra Social na Têxtil Nortenha. In *O TRIPEIRO*, 7ª série, ano XV, nº 8, pp. 242-248.

ALVES, Jorge Fernandes (1999). *Fiar e tecer - uma perspectiva histórica da indústria têxtil a partir do vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal.

FREY, Jean-Pierre (1995). *Le rôle social du patronat: Du paternalisme à l'úrbanisme*. Paris, Éditions L'Harmattan.

GONÇALVES, Eliseu (2015). *Bairros de Habitação Popular no Porto, 1899-1933. A Prática de uma Arquitectura Económica, Saudável e Cómoda nas Vésperas do Moderno*. Porto, Tese de Doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

LEITÃO, Maria de Albuquerque, SARAIVA, Vânia Manuela (2012). *Riba d'Ave industrial, Contributo da fábrica Sampaio, Ferreira & C.ª, Lda. no seu desenvolvimento sócio-económico e urbano*. Relatório Final do Programa de Bolsas de Investigação na área da Cidade e da Arquitectura, Cidade e Património Arquitectónico do Século XX: 1910-1974.

LE PLAY, Frédéric (1864). *La Réforme Sociale em France*. Paris, Henri Plon, Imprimeur-éditeur.

MARTINS, Sara Ribeiro (2016). *A disseminação do modelo da casa quadripartida na cidade industrial. O caso do Porto no primeiro terço do século XX*. Porto, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

RÉMY, Jean, VOYÉ, Liliane (1994). *A cidade: rumo a uma nova definição?*. Edições Afrontamento.

RIBEIRO, Luísa Sousa (2017). *Os bairros do paternalismo industrial. O caso do Vale do Ave (1900-1974)*. Porto, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

TERMOS RELACIONADOS

Promoção filantrópica

EXEMPLOS

Bairro Companhia Rio Ave, Vila do Conde, 1933 | [s.n.].
GPS: 41.359353N, 8.727381W

Bairro Delfim Ferreira, Vila do Conde, 1951 | Manoel Passos Júnior e Eduardo da Silva.
GPS: 41.354167N, 8.734917W

Bairro do Teles, Santo Tirso, década de 40/50 | Sequeira Braga.
GPS: 41.348499N, 8.479580W

Bairro de Antime, Fafe, década de 1930 | [s.n.].
GPS: 41.438172N, 8.168225W

Bairro Manuel Cardoso Martins, Fafe, década de 1940 | [s.n.].
GPS: 41.164323N, 8.619818W

Bairro da Fábrica da Areosa, Porto, 1921 | José Domingues d´Almeida [s.n.].
GPS: 41.180685N; 8.595405W

Bairro do Gaspar, Porto, 1902 | Eduardo Augusto de Estevão [s.n.].
GPS: 41.155899N, 8.597791W

DEFINIÇÕES PARALELAS

"O trabalho impregna assim toda a vida, e isso tanto mais quanto o patrão, que é também proprietário das habitações e dos equipamentos, for um líder polivalente. O "paternalismo", como ulteriormente se designará este tipo de poder, encontra assim múltiplos suportes ao nível do espaço." (RÉMI, 1994)

"A Fábrica de Salgueiros foi a única que, na altura, construiu, entre 1875-1879, um complexo de casas - 47 - para os seus trabalhadores, nos terrenos da quinta em que se situava, para o que contraiu um empréstimo de 100 contos de réis, iniciando uma atitude de preocupação social e de atracção de trabalhadores que no século seguinte será comum nas principais fábricas, a designada "obra social", em que o bairro operário com boas condições, destinado aos "bons trabalhadores" se tornou imagem de marca do paternalismo industrial da região, obra que aqui já incluía outras valências como creche, cantina, caixa de socorros e uma escola." (ALVES, 1999)

"A vila, delineada ao sabor das inclinações de um certo paternalismo industrial devotado ao progresso e ao trabalho, foi sendo planeada por forma a garantir a interdependência cíclica, tal como no processo produtivo, do binómio fábrica operariado, resultando daqui uma morfologia onde não existem núcleo histórico, edifícios classificados ou espaços verdes e de lazer, onde, morfologicamente, tudo se resume às fábricas e à avenida que as atravessa." (LEITÃO, 2012)

***Paternalisme* [FR]**
"Le paternalisme a mauvaise presse. Il est encore souvent synonyme d'aliénation et d'assujettissement au point que tout ce qui ressortit à ce type de phénomène amène immédiatement de la part de ceux qui pensent ou veulent y échapper des jugements de valeur négatifs. Que ces jugements jettent d'emblée le discrédit sur toute initiative patronale ou étatique, ou qu'ils participent d'une argumentation revendicative ou révolutionnaire qui cherche à attaquer les prérogatives des maîtres d'un pouvoir quelconque en tablant sur la prise de conscience de la réalité objective par ceux qui sont censés y être soumis et s'en libérer, ils invitent à renoncer à toute explication approfondie en se dispensant de comprendre les raisons qui amènent les parties prenantes à adopter cette forme toute particulière de lien social." (FREY, 1995: 7)

"Si le paupérisme apparaît, en particulier sous la forme du vagabondage, comme un effet de la déterritorialisation des populations et des conduites erratiques d'individus désemparés, ce projet de capture des masses populaires dans le filet de nouveaux liens familiaux va découvrir dans l'entreprise industrielle une nasse toute trouvée et dans les classes nouvelles qui y émergent les sujets naturels de ce nouveau maître qu'est le patron d'industrie." (FREY, 1995: 22)

Pátio

Espaço exterior associado à habitação, emparedado e contíguo ao edifício ou configurado por um conjunto de edifícios. Em função da localização relativamente às áreas construídas, pode adquirir um caráter de encerramento/permeabilidade variável em relação à rua/espaço público.

REFERÊNCIAS

CAPITEL, Anton (2005). *La Arquitectura del Patio*. Barcelona, Gustavo Gili

TOPALOV, Christian; COUDROY DE LILLE, Laurent; DEPAULE, Jean-Charles; MARIN, Brigitte (2010). *L'Aventure des mots de la ville. À travers le temps, les langues, les sociétés*. Paris, Éditions Robert Laffont, S. A., pp. 889-895.

TERMOS RELACIONADOS

Saguão

DEFINIÇÕES PARALELAS

***Patio* [FR]**
"La partie de la maison qui, en son entrée, est découverte mais entourée de murs. [...]" (*BLUTEAU, 1720, 6 in TOPALOV, 2010: 889)

"Aire découverte entourée de murs qui se trouve à l'éntrée de la maison. [...]" (*SILVA ET VELHO, 1831, 2 in TOPALOV, 2010: 889)

"(d'origine obscure) 1. Espace découvert, entouré de murs ou d'autres constructions, contigu à un édifice. Les enfants jouaient dans le patio de l'école. 2. Lieu découvert situé à l'intérieur d'un édifice. Le patio d'un couvent. [...]" (*Academia das Ciências de Lisboa, 2001 in TOPALOV, 2010: 890)

"Le terme patio revêt, aujourd'hui encore, différentes significations. Il peut désigner une partie découverte, plus ou moins vaste, entourée de constructions dans un édifice collectif - couvent, palais, église, école, hôpital, usine - une maison ou un immeuble. Il peut aussi désigner un microterritoire habité, au sein d'un quartier ancien, éloigné des voies publiques et donc peu visible, situé dans l'arrière-cour ou dans la courette d'une maison ou d'un immeuble, à l'intérieur d'un ancien palais ou d'un couvent, ou encore dans une impasse [beco] ou sur une petite place [largo] éloignée de la rue. Dans certain cas, un patio peut être également occupé par un jardin [jardim], un verger [quintal], un potager [horta], une remise ou un parking." (TOPALOV, 2010: 890)

***Patio* [ES]**
"EI patio no es tan sólo un elemento totalmente principal en la historia de la arquitectura, desde la antigüedad hasta la edad moderna, como todos sabemos; es también la base de un verdadero sistema de composición, el soporte de un modo de proyectar tan universal como variado. Y tan importante que puede decirse que para muchos de los usos y para numerosas culturas humanas no ha habido otro en realidad, de modo que el sistema de patios o claustral - como me ha parecido útil llamarlo también - se ha identificado en algunas etapas y civilizaciones con la arquitectura misma.

EI patio como modo de habitar, como sistema, puede definirse como un tipo, si se quiere, aun cuando es algo más que eso: es un arquetipo sistemático y versátil, capaz de cobijar una gran cantidad de usos, formas, tamaños, estilos y características diferentes. Ligado en su nacimiento a los climas cálidos y soleados propios de las tierras de las civilizaciones antiquas, ya en ellas alcanzó una condición muy diversa que fue desde la vivienda modesta al palacio y que invadió los más diversos usos." (CAPITEL, 2005: 6)

Planta

Representação bidimensional do projecto de distribuição e configuração do edifício e suas células. Representação do plano horizontal do edifício.

REFERÊNCIAS

[s.n.] (2002). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal. Circulo dos Leitores

BOSC, Ernest (1877-1880). *Dictionnaire raisonné d'architecture*, Vol. 1. Paris, Firmin-Didot et Cie. Paris.

ELEB, Monique (2015). *Les 101 mots de l'habitat à l'usage de tous*. Paris, Archibooks. [*Plan, Plan libre, etc.*]

FLAMAND, Jean-Paul (2004). *L'Abécédaire de la maison*. Éditions de La Villette

TOPALOV, Christian; COUDROY DE LILLE, Laurent; DEPAULE, Jean-Charles; MARIN, Brigitte (2010). *L'Aventure des mots de la ville. À travers le temps, les langues, les sociétés*. Paris, Éditions Robert Laffont, S. A.

VALE, Clara Pimenta (2013). "Códigos de Posturas da Cidade do Porto entre o Liberalismo e a República. Influências e reflexos na forma de construir corrente". in *I Congresso Internacional de História da Construção Luso-brasileira*, Vitória do Espírito Santo, Brasil, UFES 4 a 6 de Setembro de 2013.

DEFINIÇÕES PARALELAS

Planta [PT]
"6. representação em projecto horizontal de uma construção, um conjunto de construções, um jardim <p. do edifício> 7 p. ext. esboço ou desenho de uma obra qualquer (...)". in [s.n.] (2002). Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Lisboa, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal. Circulo dos Leitores. p. 2893.

"Nesta altura (início do século XX) a designação de 'planta' refere-se apenas a um plano de alçados, geralmente sem representação de caixilhos. A representação em planta, como a entendemos actualmente, nesta altura só aparece esporadicamente, quando questões de alterações de alinhamento se colocam." (VALE, 2013).

***Plan, Plan libre* [FR]**
"Cette trace graphique, ce mode de représentation des architectes pour traduire leur conception, est bien plus qu'un dessin car c'est aussi un dessein, on l'a vu à propos du concept de partition. Un plan de logement est un « objet de civilisation» qui nous renseigne sur la façon de penser d'une époque.

Par ailleurs, dans le processus de conception architecturale, qu'est-ce qui est premier, le plan ou la façade? L'idéal est dans le processus itératif, un va-et-vient de l'une à l'autre où les exigences concrètes modifient la vision abstraite de l'enveloppe . Mais nombre d'architectes ont d'abord à l'esprit une façade qu'ils se figurent précisément et l'usage ne vient qu'en second, ce qui peut provoquer de nombreuses incompréhensions chez les habitants qui ne saisissent pas la logique d'un plan qui se heurte à leurs habitus, à leur gestuelle.

Selon Le Corbusier :
«Le plan est générateur . Sans plan il y a désordre, arbitraire. Le plan porte en lui l'essence de la sensation» (in Vers une architecture. Trois rappels à messieurs les architectes. III. Le plan, p. 33, 2 éd., 1924).

Et il explique plus loin :«Le volume et la surface sont les éléments par quoi se manifeste l'architecture . Le volume et la surface sont déterminés par le plan. C'est le plan qui est générateur. Tant pis pour ceux à qui manque l'imagination» (p. 35). Et j'ajouterai, sans observation des usages, pas d'imagination fertile et pas non plus de plaisir d'habiter .

Le plan libre, qui substitue des poteaux aux murs porteurs, permet une grande liberté d'organisation et de transformation . Proposée comme un des 5 points de l'architecture par Le Corbusier, cette partition de l'espace avait déjà été explorée auparavant par G. Rietvelt mais aussi par de nombreux architectes parisiens, notamment ceux, moins connus, qui ont construit les immeubles de commerces, bureaux et logements de la rue Réaumur où des plateaux libres offrent une grande souplesse d'utilisation et où le regroupement des fluides libère le plan et augmente les choix d'aménagements. La réversibilité devient possible entre bureaux et appartements - chaque occupant pouvant élever ses cloisons intérieures comme il le souhaite et revenir à l'organisation précédente au moment d'un changement dans sa vie.

Cela est aussi possible à l'occasion d'un déménagement ou d'une vente.

Adolf Loos propose de partir de la pièce (avec son concept de raumplan), donc du plan pour concevoir l'habitation mais pour lui, la façade ne reflète pas obligatoirement la destination des pièces bien qu'il soit attentif à leur usage pour concevoir. Ce débat qui naît au tournant du XXe siècle est toujours présent aujourd'hui." (ELEB, 2015: 119-121)

***Plan* [FR]**
"En géométrie, on nomme plan une surface telle qu'une règle appliquée dans tous les sens de cette surface coincide exactement avec elle dans toute son étendue. Par rapport à un autre plan et à tout autre objet, un plan peut être horizontal, perpendiculaire, vertical, oblique ou incliné. - En architecture, on nomme plan la projection, sur une surface horizontale, d'un édifice, d'un bâtiment quelconque, abstraction faite de toute élévation du bâtiment, c'est-à-dire la représentation de celui-ci en le supposant rasé au niveau du sol. (...)" (BOSC, 1877-1880, Vol.3: 520-521)

"Dans le champ de la production architecturale, le plan est la représentation graphique, en deux dimensions, d'un édifice à construire ou d'un lieu à aménager. Cette représentation est codée; elle peut être réalisée à différentes échelles selon l'étendue ou la complexité du bâtiment à représenter; enfin, elle doit être aussi précise et détaillée que nécessaire pour expliciter la nature et la qualité des lieux à bâtir ou à aménager. Le plan est donc le dessin sur une surface plane d'un espace en réduction (...)." (FLAMAND, 2004: 222-223)

Prédio de Rendimento

A expressão 'prédio de rendimento' constitui uma denominação corrente nas décadas de 20-60 do século XX, já que se pode encontrar um número significativo de memórias descritivas de processos de licenciamento referindo-se a edifícios de habitação plurifamiliar construídos de raiz, de promoção privada, destinados a arrendamento. São edifícios projectados e construídos com o objectivo assumido de rentabilização de investimento, pautando-se, portanto, por preocupações de controlo de custos e estratégias para cativar potenciais arrendatários.

Este tipo de edifícios de habitação urbana são compostos geralmente por quatro ou mais pisos com acessos comuns, em que a função habitacional se encontra distribuída por pisos, normalmente com um a quatro fogos por patamar. A sua finalidade principal é o arrendamento a terceiros, não obstante albergarem frequentemente a morada do proprietário. Apresentam normalmente um programa hierarquizado, com espaços em cave (arrecadações, ou estacionamentos no caso dos edifícios de maior dimensão), estabelecimentos no piso térreo, escritórios no primeiro piso e habitação nos restantes pisos (programa variável consoante os requisitos do dono de obra). Apesar do modelo do 'prédio de rendimento' destinado à burguesia abastada ou às famílias da média burguesia se apresentar como uma realidade urbana corrente em Lisboa em oitocentos (ou mesmo em épocas anteriores), em contexto portuense constitui um fenómeno mais recente [5]. No Porto, além de constituírem um fenómeno tardio, estes edifícios exibem características distintas dos modelos construídos em Lisboa, cidade na qual as formas de habitação plurifamiliar, segundo Nuno Teotónio Pereira [6], foram relevantes no processo de construção e expansão empreendido nos últimos dois séculos.

No caso particular do Porto, o 'prédio de rendimento' começa a ser construído apenas em meados da década de 20 do século XX, enquanto alternativa à casa para uma ou duas famílias. Esta forma de habitação urbana surge com diferentes escalas e especificidades, formando variações que se relacionam com um leque extenso de factores: para além da diversidade de conceitos de cidade e de arquitectura dessa época, destaca-se a localização urbana, a capacidade económica e as expectativas de quem encomenda e, acima de tudo, o perfil de cliente ao qual estes edifícios se destina. Estes edifícios apresentam, de igual modo, diferentes formalizações relativamente ao tipo de acessos verticais, áreas de entrada, programa da habitação e respectiva distribuição.

Viver numa 'casa' independente ou num 'prédio com apartamentos em andares' [7] representam experiências naturalmente distintas e, nesse sentido, a implementação de novas formas de habitação teve

[5] Observando-se outros fenómenos de habitação plurifamiliar, como a sobreocupação de edifícios existentes, ou a construção de 'ilhas' nos espaços de logradouro de edifícios existentes.

[6] "Desde cedo que as formas de habitação plurifamiliar ganharam na cidade de Lisboa uma grande importância, nas sucessivas fases do seu crescimento. Tendo conhecido um momento de radical inovação, com larga projecção no futuro, na reconstrução pombalina, a construção de 'prédios' tornou-se claramente dominante na expansão urbana acelerada que acompanhou o desenvolvimento industrial e comercial nos dois últimos séculos." in Pereira, Nuno Teotónio; Buarque, Irene (1995). *Prédios e vilas de Lisboa*. Lisboa, Livros Horizonte. p. 8.

[7] Ou 'viver num andar', expressão comum na época, num 'prédio de rendimento' ou 'casa de rendimento', designações utilizadas pelos projectistas nos processos de licenciamento.

impacto não só na edificação, mas também na própria construção de uma identidade social e urbana. Esta identidade ancorava-se nos 'modernos' modos de vida, aos quais os portuenses ambicionavam (também) aderir, e que se mediatizavam através das revistas, da rádio e do cinema (ou sessões de documentários).

Enquanto forma de habitação, o prédio de rendimento constitui-se como uma peça fundamental para a compreensão da realidade contemporânea da habitação urbana de promoção privada, construída de raiz no Porto e em Lisboa, quer como modelo de investimento, quer como elemento de estruturação do espaço urbano. O estudo da transformação desta forma de habitação urbana desde os primeiros edifícios construídos até 1960 permite a percepção do abandono ou da fixação de modelos de habitação plurifamiliar anteriormente adoptados, desde a sua génese até aos dias de hoje. Nesses processos longos, factores como a dimensão de frente das parcelas ou a proibição da incorporação de saguões, terão tido um papel relevante. [GL]

REFERÊNCIAS

BARATA FERNANDES, Francisco (1999 [1996]). T*ransformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade*. Porto, FAUP Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN 972-9483-38-8.

CALDAS, João Vieira; PINTO, Maria Rocha; ROSADO, Ana (2014). "O prédio de rendimento joanino." in Cadernos do Arquivo Municipal, 2ª Série, Nº1 (Janeiro - Junho 2014), pp. 130-156. ISSN 2183-3176.

DUPRAZ, Arsène (1960). *Petites maisons conformes au plan courant*. Paris, Massin.

ELEB, Monique (2015). *Les 101 mots de l'habitat à l'usage de tous*. Paris, Archibooks. pp. 87-88. [*immeuble*]

LAMEIRA, Gisela (2017). *O prédio de rendimento portuense. Topologias, tipologias e modelos de habitação plurifamiliar na 1ª metade do século XX*. Porto, Tese de doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

LEFOL, Gaston. (1912). *Immeubles modernes de Paris*. Paris, Ch. Massin éd.

PLANAT, Paul. (1895). *Maisons de rapport. Habitations à loyers*. Paris, Aulanier et Cie. 3.

PEREIRA, Nuno Teotónio; BUARQUE, Irene (1995). *Prédios e vilas de Lisboa*. Lisboa, Livros Horizonte.

RODRIGUES, Maria João Madeira (1978). "Tradição, Transição e Mudança. A Produção do Espaço Urbano na Lisboa Oitocentista." in *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa* (84).

TOPALOV, Christian; COUDROY DE LILLE, Laurent; DEPAULE, Jean-Charles; MARIN, Brigitte (2010). *L'Aventure des mots de la ville. À travers le temps, les langues, les sociétés*. Paris, Éditions Robert Laffont, S. A., pp. 607-613.

TERMOS RELACIONADOS

Immeuble
Habitação plurifamiliar

[s.n.], (2002). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal. Circulo dos Leitores. p. 2957.

[s.n.], (Setembro de 2005). *Regulamento do Plano Director Municipal do Porto*. Artigo 4º. Definições. Ponto 38, p. 6..

DEFINIÇÕES PARALELAS

Prédio [PT]
"1. imóvel construído, para qualquer finalidade; casa, edifício, construção. 2. construção de vários andares, industrial, comercial ou residencial. p. rústico: o que é destinado a actividades agrícolas. p. urbano: aquele que, dentro ou fora do perímetro urbano, se destina a moradia. ETIM lat, propriedade, bens de raiz, terras (...)". (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa)

"Prédio: unidade de propriedade fundiária, na titularidade de uma pessoa singular ou colectiva, ou em regime de compropriedade". (Regulamento do Plano Director Municipal do Porto)

***Immeuble* [FR]**
"Ce terme, qui désignait un objet que l'on ne peut déplacer, est en fait, depuis peu, le nom moderne de la «maison à loyer» urbaine. Il l'a pourtant remplacée comme type architectural, au début du XVIIIe siècle en France, alors qu'il existait depuis longtemps ailleurs et notamment chez les Romains (insulae). L'immeuble de ville, à l'inverse de la petite maison qui, jusqu'à la fin du Moyen Âge, est organisée de façon verticale, impose, dès le milieu du XVIIIe siècle, le découpage horizontal des appartements qui nous semble naturel aujourd'hui. Divisé par niveaux et par appartements ou logements, il prend toutes sortes de formes et d'ampleur. Jusqu'à la fin du XIXe siècle, l'habitation urbaine, qu'elle soit grande demeure ou petite maison, tend à se rapprocher, en ce qui concerne la distribution des pièces, d'un modèle hégémonique, celui de l'hôtel particulier parisien qui reste une référence que l'on retrouve jusque dans l'immeuble de la période haussmannienne. Le long de la façade noble (jardin ou rue), les pièces de réception en enfilade sont bien dissociées des espaces de service sur cour et des parties plus privées, réservées aux maîtres de maison et à leur famille. Ces parties sont desservies, quand cela est possible, par deux escaliers. Seules les classes très modestes renoncent au salon, ou à la salle commune qui peut en tenir lieu, c'est-à-dire à la tripartition.

La diffusion de la copropriété dans les années 1930 a restructuré le rapport à la propriété puisqu'on possède une partie d'un tout et que le logement est privé tandis que les parties communes sont partagées, ce qui n'est pas sans poser de problèmes. Actuellement, nombre de copropriétés sont en difficulté et des aides de l'État sont réservées pour les aider.

Après une courte période où plusieurs immeubles associés formaient de longues barres, à nombreux étages, on en est revenu au petit immeuble de ville de quatre à cinq étages qui s'est banalisé en France. Pour éviter l'installation d'un ascenseur, il comporte souvent trois étages plus un niveau en duplex. Il se situe le plus souvent entre mitoyens, mais, quand il est autonome, il devient «plot», petite tour tronquée. Le terme plot n'a pas un grand succès aujourd'hui, mais c'est pourtant ce que l'on voit le plus souvent se construire dans les opérations de l'Agence nationale de rénovation urbaine (ANRU) pour, par exemple, densifier les grands ensembles et y instaurer une certaine mixité sociale. Et si le fait de construire des tours est de nouveau d'actualité, les pré-ventions des Français cantonnent encore ce type à la tour de bureau.

L'immeuble équipé est le rêve de nombre d'urbains qui souhaiteraient pouvoir disposer d'espaces mutualisés dans leur habitat qui mettraient à disposition proche du logement des machines domestiques, des bureaux et des équipements partagés, voire un studio à retenir à l'occasion d'une visite, et jusqu'à une cuisine, une piscine, un jardin sur le toit, une crèche ou une garderie. Explorer les possibilités de surélévation des immeubles pour y installer certains de ces

équipements semblerait judicieux à un moment où rendre les centres plus compacts pour réduire la consommation énergétique et réduire l'étalement urbain est d'actualité. " (ELEB, 2015: 85-87)

"1. Bâtiment d'une certaine importance et, en partic., bâtiment divisé em appartements pour particuliers ou aménagé à usage de bureaux." (Grand Larousse Universel, 1995 in TOPALOV, 2010: 607)

"II. Subst. Bâtiment urbain à nombre plus ou moins important de niveaux destiné à abriter des appartements, des installations professionnelles ou des bureaux." (Trésor de la langue française, 1981: 9 in TOPALOV, 2010: 607)

Produção Corrente

Entende-se como 'produção corrente', toda a arquitectura que é fruto da actividade quotidiana dos arquitectos, não se destacando necessariamente pela sua qualidade, ou pela excepcionalidade da encomenda, programa ou situação urbana. Trata-se de um tipo de arquitectura que não se evidencia normalmente na cidade, pautando-se, portanto, por traços de aparente anonimato, ou mesmo banalidade, ou seja, uma espécie de arquitectura do dia-a-dia, arquitectura do quotidiano.

Esta ideia tem sido debatida directamente por determinados autores, nomeadamente Nuno Portas (1964), Rui Jorge Garcia Ramos (2005:53-80; 2010), entre outros, e implicitamente através de investigações direccionadas para um tipo de produção arquitectónica de carácter comum, como Francisco Barata Fernandes (1998, 1999, 2001), Marieta Dá Mesquita (1999, 2002, 2005, 2006, 2007), Nuno Teotónio Pereira (1995).

Rui Jorge Garcia Ramos situa este tipo de abordagem, em Portugal, nas reflexões do arquitecto Nuno Portas: "Julgamos ser na obra teórica de Nuno Portas, sobretudo no trajecto entre a publicação de 'A Arquitectura para hoje' (1964) e de 'A cidade como Arquitectura' (1969), onde encontramos um primeiro entendimento disciplinar do sentido de uma arquitectura de série que se distingue da obra designada como singular ou de autor. A valorização desta outra produção é reconhecida na obra de Nuno Portas, e sucessivamente clarificada na sua intervenção, pela atribuição de significado à produção corrente como instrumento essencial para uma construção qualificada da cidade democrática. (...) A leitura da cidade não pode ser realizada exclusivamente pelos landmarks de uma história da arquitectura e pela sua vanguarda, correndo o risco de rejeitarmos a produção arquitectónica mais extensa de um tempo. Com este entendimento, Nuno Portas não só atribui um lugar à produção corrente na prática profissional, mas sobretudo inaugura a inevitabilidade da sua presença na crítica e na investigação contemporânea no campo da arquitectura." (RAMOS, 2010 [2004]: 215-216)

Sublinha-se que a designação "arquitectura de produção corrente" não equivale a "casa corrente", esta última referente a um tipo de edificado particular, construído em épocas temporais anteriores ao século XX. [GL]

TERMOS RELACIONADOS

Prédio de rendimento

REFERÊNCIAS

BARATA FERNANDES Francisco (1999 [1996]). *Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade*. Porto, FAUP Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN: 972-9483-38-8.

BARATA FERNANDES, Francisco (1998). "La regla y la excepción. Dos proyetos de Távora para Porto". in DPA 14.

BARATA FERNANDES, Francisco; PINTO, Rui (2001). "Rua de Ceuta PORTO". in *1901-2001: Guia de arquitectura moderna*. Porto, SRNOA e Civilização Editora.

LAMEIRA, Gisela (2017). *O prédio de rendimento portuense. Topologias, tipologias e modelos de habitação plurifamiliar na 1ª metade do século XX*. Porto, Tese de doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

MESQUITA, Marieta Dá (1999). "Fontes Para a História da Arquitectura Contemporânea Portuguesa - Um Primeiro Olhar Sobre "A Construção Moderna". in *GEHA - Revista de História, Estética e Fenomenologia da Arquitectura e do Urbanismo, (Ano 2 - Nºs 2/3)*, Março/Outubro de 1999, pp. 105-118.

MESQUITA, Marieta Dá; SERRANO, Inês (2007). "A leitura da cidade pelos seus contemporâneos". in *Arte e Teoria*, (10).

MESQUITA, Marieta Dá (2002). "As Casas de Muitos Andares nos Estados Unidos ou a Escola de Chicago Vista por um Engenheiro Português em 1900". in *JA-Jornal Arquitectos*, (205), Março/Abril de 2002, pp. 11-18.

MESQUITA, Marieta Dá; SERRANO, Inês (2006). "Uma releitura de um projecto de Ventura Terra através d' "A Construção Moderna". In *Arte e Teoria*, (8), Junho de 2006, pp. 181-188.

MESQUITA, Marieta Dá (2005). "Sebastiano Serlio - Imagens e projectos de Habitação urbana corrente". in *Arte e Teoria*, (7), pp. 30-37.

MESQUITA, Marieta Dá (2006). "Casas Urbanas de Lisboa - Memórias e Metamorfoses". in *Arte e Teoria*, (8), Junho de 2006, pp. 136-145.

PEREIRA, Nuno Teotónio; BUARQUE, Irene (1995). *Prédios e vilas de Lisboa*. Lisboa, Livros Horizonte.

PORTAS, Nuno (1964). *A Arquitectura para hoje: finalidades, métodos, didácticas*. Lisboa, Dissertação para concurso de Professor de Arquitectura na ESBAL.

PORTAS, Nuno (1969). *A cidade como Arquitectura: apontamentos de método e crítica*. Lisboa, Livros horizonte.

RAMOS, Rui Jorge Garcia (2005). "Produções correntes em arquitectura: a porta para uma diferente gramática do projecto do início do século XX". in *NW noroeste. Revista de História*. Núcleo de Estudos Históricos da Universidade do Minho, (1).

RAMOS, Rui Jorge Garcia (2010 [2004]). *A casa. Arquitectura e projecto doméstico na primeira metade do século XX português*. Porto, FAUP publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título). ISBN: 978-972-9483-97-4.

Propriedade Horizontal

Propriedade por fracções autónomas, regulada pelo Regime da propriedade horizontal, estabelecido em 1955 através do Decreto-lei 40333, de 14 de Outubro de 1955.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Decreto-lei 40333, de 14 de Outubro de 1955
Ministério da Justiça - Gabinete do Ministro
Diário do Governo n.º 223/1955, Série I de 1955-10-14

"Estabelece o regime da propriedade horizontal."
Diploma revogado em 1967 e substituído pelo Decreto-Lei n.º 47344, de 25 de Novembro de 1966, D. G. n.º 274, I Série, e posteriormente pelo Decreto-Lei nº 267/94 de 25 de Outubro .

TERMOS RELACIONADOS

Copropriedade

Propriedade Resolúvel

A condição de Propriedade Resolúvel pressupõe um contrato de aquisição que pode ser resolvido, estando dependente de uma ou mais condições a cumprir por parte do adquirente. No caso da Habitação, este sistema de propriedade condicional esteve na base do Programa das Casas Económicas do Estado Novo, sendo ainda utilizado pelo regime noutros programas e contextos. O carácter condicional da propriedade da casa estava, no contexto da ditadura, ligado ao comportamento do adquirente e da respectiva família, representando uma ameaça pendente sobre a casa que permitia ao Estado revogar os contratos de aquisição e exigir o abandono da habitação caso se considerasse que estavam em causa os preceitos sociais e morais na base do regime.

Esta ameaça pendente constitui um exemplo claro da forma como o Estado Novo desenvolveu uma repressão preventiva, criando uma dependência do Estado mesmo em contextos como o das Casas Económicas, que em certas fases do seu desenvolvimento se focou principalmente no fornecimento de habitação a funcionários públicos ou a uma classe média com alguns rendimentos.

Embora o estatuto de Casa Económica e o respectivo sistema de Propriedade Resolúvel não tenha sido extinto logo após a queda do regime, as várias ligações desse sistema ao comportamento moral dos adquirentes foi revogado nos meses seguintes à Revolução de 1974. [SDS]

DEFINIÇÕES PARALELAS

"O regime de propriedade resolúvel foi introduzido entre nós pelo Decreto-Lei 23052, de 23 de Setembro de 1933". in Decreto-Lei 167/93 de 7 de Maio

TERMOS RELACIONADOS

Renda resolúvel
Casas Económicas [CE]
Decreto-Lei n.° 167/93 de 7 de Maio

"(...) A propriedade resolúvel vem essencialmente criar melhores condições de acesso à propriedade.

Com efeito, a compra de casa assenta hoje, quase exclusivamente, no funcionamento de mecanismos de mercado que, regra geral, sofrem influências especulativas, atingindo as habitações médias preços as mais das vezes não comportáveis por uma ainda significativa faixa populacional. O acesso ao crédito bancário não é, por vezes, neste caso, a solução do problema.

A propriedade resolúvel baseia-se numa política de construção de habitações a custos controlados, com o apoio financeiro do Estado, tendo em conta a obtenção de um produto final, o fogo construído, mais barato e, por isso, mais acessível às famílias carecidas de habitação.

Trata-se, pois, de uma alternativa a outras formas de habitação social, em que se privilegia o acesso à propriedade, com a correspondente atribuição de obrigações, próprias do proprietário, ao adquirente do fogo em regime de propriedade resolúvel.(...). in Decreto-Lei n.º 167/93 de 7 de Maio.

Quarteirão

Termo que define um espaço urbano confinado pelo cruzamento de três ou mais ruas e destinado à construção de edifícios contíguos às vias ou dispostos de forma organizada no solo. Elemento da estrutura urbana constituído por lotes.

Carlos Marti Arís em *Las Formas de la Residência em la Ciudad Moderna* (2000) agrupa as diferentes conformações do quarteirão em "forma fechada", "forma semi-aberta" e "forma linear ou aberta". Esta análise diferencia assim um quarteirão definido por edifícios contíguos aos arruamentos, com um logradouro interior (forma fechada), de um parcialmente delimitado por edifícios e, por isso, também aberto para a via pública (forma semi-aberta) ou um quarteirão composto por construções ordenadas de forma autónoma das vias, com espaço exterior público envolvente (forma linear ou aberta). [LR]

TERMOS RELACIONADOS

Bloco
Pátio

REFERÊNCIAS

ELEB, Monique (2015). *Les 101 mots de l'habitat à l'usage de tous*. Paris, Archibooks. [Quartier]

LAMAS, José (1993). *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

LEUPEN, Bernard; MOOIJ, Harald, *Housing design: a manual*. Roterdão: Nai Publishers, 2011.

MARTÍ, Carlos (2000). *Las formas de la residencia em la ciudad moderna*. Barcelona, Ediciones UPC.

PANERAI, Pierre; CASTEX, Jean; DEPAULE, Jean-Charles (1997). Formes Urbaines. De L'îlot à La Barre. Paris, Éditions Parenthèses.

TOPALOV, Christian; COUDROY DE LILLE, Laurent; DEPAULE, Jean-Charles; MARIN, Brigitte (2010). *L'Aventure des mots de la ville. À travers le temps, les langues, les sociétés*. Paris, Éditions Robert Laffont, S. A.

DEFINIÇÕES PARALELAS

***Quartier* [FR]**
"Dans le sens le plus courant le quartier est l'espace des parcours quotidiens constitués de portions plaisantes à parcourir et de trottoirs à éviter, mais il est aussi celui des rencontres de voisinage . Cet espace de familiarisation participe du plaisir à vivre chez soi et de l'habitabilité de son quartier. Longtemps connoté positivement, le mot quartier est employé le plus souvent aujourd'hui, notamment dans les médias, pour être «politiquement correct», quand on évoque des territoires, qu' ils soient anciens faubourgs ou grands ensembles, où sont observés des dysfonctionnements sociaux ou urbains. Le quartier, qui était l'espace de familiarisation de tout un chacun, est devenu le lieu des déshérités. La relégation dans des quartiers souvent enclavés, concentrant une population précarisée qui se vit comme abandonnée, n'a pas encore trouvé de solution acceptable pour tous, malgré toutes les politiques qui ont tenté d'y remédier. L'espace est-il pathogène, s'est-on alors demandé? Des comparaisons ont montré que les mêmes tours et barres, du même architecte, dans le 93 ou sur la Côte d'Azur, entraînaient des histoires de vie fort différentes. Revaloriser le bâti, l'image, introduire de la mixité, mettre en place des parcours résidentiels pour les différents âges de la vie est utile, mais ne suffit pas.

Sans minorer le fait qu'il existe des architectures et des solutions urbanistiques médiocres, les politiques de peuplement, la qualité de la gestion, le niveau des équipements scolaires et culturels, et bien sûr la crise économique, sont ici en question." (ELEB, 2015: 122)

***Square* [ING]**
"Un espace de quatre côtés, avec des maisons [houses] sur chaque côté." (*Johnson, 1755 in TOPALOV, 2010: 1138)

"[...] 9. Un [open space or area] espace libre (approximativement quadrilatéral ou rectangulaire) dans une ville [a town or a city], entouré de bâtiments ou de maisons d'habitation [dwelling houses], spécialement de type supérieur ou résidentiel [residential], contenant souvent un jardin [garden] ou planté d'arbres, etc.; plus généralement tout open space ressemblant à ce qui précéde, spécialement lorsqu'il est formé par une intersection de rues; aussi le groupe de maisons qui entoure un espace de ce type. 1687 [...]." (*Oxford English Dictionnary, 1989 in TOPALOV, 2010: 1139)

"En anglais, square est le terme générique pour un espace urbain entièrement ou partiellement enclos par des bâtiments. Bien que parfois considéré comme l'équivalent du français place, de l'italien piazza, de l'allemand Platz, de l'espagnol plaza ou du portugais praça, il n'est pas exactement interchangeable avec ces mots." (TOPALOV, 2010: 1139)

Quarteirão [PT]
"O quarteirão é um continuo de edifícios agrupados entre si em anel, ou sistema fechado e separado dos demais, é o espaço delimitado pelo cruzamento de três ou mais vias e subdivisível em parcelas de cadastros (lotes) para a construção de edifícios." (LAMAS, 1993: 88)

"O quarteirão agrega e organiza também os outros elementos da estrutura urbana: o lote e o edifício, o traçado e a rua, e as relações que estabelecem com os espaços públicos, semipúblicos e privados." (LAMAS, 1993, p. 94)

Saguão

Dispositivo de ventilação incorporado de forma recorrente em edificações da 1ª metade do século XX em Portugal, sobretudo de carácter habitacional. Trata-se de um espaço localizado no interior dos edifícios, encerrado, ainda que a céu aberto. No Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas (RSEU), legislação portuguesa de 1903 no âmbito da construção urbana, o termo 'pateo interior' é utilizado como equivalente a 'saguão'. Já o Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU) de 1951 não refere este termo. A utilização deste tipo de dispositivos foi inviabilizada no âmbito da construção portuense a partir de 1956, face à promulgação do Regulamento do Plano Regulador da Cidade do Porto (RPRCP).

O saguão e a profundidade do edifício constituem duas dimensões relevantes na concepção do edifício de habitação urbana na primeira metade do século XX. O discurso normativo em torno destes aspectos não se expressa de igual forma no Porto e em Lisboa, apesar da vigência do RSEU (1903) e o RGEU (1951) enquanto regulamentos de âmbito nacional. O Regulamento Geral de Construção Urbana, em vigor apenas em Lisboa (RGCU, 1930) e o RPRCP portuense (1956), introduziram especificações significativas cujo impacto só se manifestou no seu contexto específico.

No RSEU de 1903, o saguão (ou pateo interior, como é chamado) surge como um dispositivo permitido e regulamentado, tal como no RGCU lisboeta, ainda que neste último documento com maior restrição ao nível de dimensões e afastamentos, seguindo as referências normativas da legislação parisiense. No RGEU de 1951, a palavra 'saguão' desaparece do vocabulário normativo (referências apenas a logradouro e pátio), e introduzindo-se medidas que inibem em grande medida o uso desse dispositivo de ventilação (ainda que não se constate uma proibição textual) .

Ricardo Costa Agarez (2009) e Nuno Arenga Reis (2009) têm relançado recentemente a discussão acerca das implicações destas alterações regulamentares no caso lisboeta, nomeadamente na proliferação dos edifícios com saguões abertos, formando pátios laterais nas fachadas posteriores que manifestamente tentam circunscrever uma regulamentação cada vez mais restritiva no que diz respeito a este tipo de dispositivos. Estes autores manifestam, no entanto, visões opostas relativamente à operacionalidade e valor do dispositivo saguão na concepção da habitação urbana. Ricardo Agarez argumenta que nos anos 50, os edifícios com fachadas posteriores de configuração irregular constituem manifestamente concepções obsoletas, enquanto que Nuno Reis explora as vantagens de um retorno contemporâneo a este tipo de dispositivos (saguões fechados, ou pátios abertos na fachada posterior), reconhecendo valor acrescido nos modelos de habitação que a eles recorrem.

No Porto, não foram localizados ecos actuais desta discussão, nem estudos detalhados acerca do uso ou reinterpretação destes dispositivos em edifícios novos (pelo menos, enquanto foi possível a sua construção). A única pista sobre este tema surge através das investigações empreendidas por Francisco Barata Fernandes, referindo-se à transformação de edifícios existentes, no início do século XX. O autor alerta para as consequências da proibição do saguão no Porto, referindo implicitamente o artigo 310, do Regulamento do Plano Regulador de 1956:

"Art.º 31 - Nas novas edificações destinadas a habitação, não serão permitidos saguões. § único - Como se entende por saguão um espaço fechado por quatro fachadas, quando um dos lados for o limite da propriedade contígua, considerar-se-á esse lado como uma fachada."

A inclusão deste artigo no referido regulamento clarifica possíveis ambiguidades na interpretação de algumas das disposições regulamentares do RGEU de 1951, que permitia que se construíssem saguões em novas edificações alegando situações de excepcionalidade. Veja-se o caso do Bloco da Foz, na Avenida do Brasil, projectado pelo arquitecto Fernando Távora em 1954. Este edifício incorpora um saguão de ventilação de cozinha, fazendo recurso claro das excepções permitidas pelo art.º 71 do RGEU. [GL]

REFERÊNCIAS

AGAREZ, Ricardo Costa (2009). *O Moderno Revisitado. Habitação Multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa. 1ª ed. ISBN 978-972-8543-13-6.

FLAMAND, Jean-Paul (2004). *L'Abécédaire de la maison*. Éditions de La Villette.

REIS, Nuno Miguel Arenga (2009). *O saguão na habitação urbana. O interior da casa em torno de um vazio vertical nuclear*. Lisboa, Tese de Doutoramento em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

[s.n.], (1903). *Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas. Decreto de 14 de Fevereiro de 1903*. Lisboa, Imprensa Nacional.

[s.n.], (1930). *Regulamento Geral de Construção Urbana* (Edital de 6 de Dezembro de 1930). Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

[s.n.], (1951). *Regulamento Geral das Edificações Urbanas*. Lisboa. Decreto-Lei n.º 38 382 de 7 de Agosto de 1951.

[s.n.], (1956). *Regulamento do Plano Regulador da Cidade do Porto*. Separata do Boletim Municipal nº 1036. Porto, Câmara Municipal do Porto.

DEFINIÇÕES PARALELAS

Legislação Portuguesa (1ª metade do séc. XX)
RSEU (Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas, 1903).
Sobre o saguão (ou pátio interior):

"Art. 19º - Os pateos collocados entre os predios que tenham altura inferior a 18 metros devem ter, pelo menos, 30 metros quadrados de superfície com a largura mínima de 5 metros, para darem fácil circulação de ar e abundante luz. Se a altura dos prédios exceder 18 metros, deverão os pateos ter, pelo menos, 40 metros quadrados de superfície, com a largura mínima de 5 metros.
Art.20º - Nos saguões ou pateos interiores devem ser observadas as seguintes regras:
1ª se são destinados a illuminar e arejar cozinhas terão, pelo menos 9 metros quadrados;
2ª sendo destinados a illuminar vestíbulos, antecâmaras ou escadas terão, pelo menos, 4 metros quadrados;
3ª quando forem rebocados com argamassa serão caiados de dois em dois annos com cal recentemente preparada, mas convém que sejam revestidos com uma camada impermeável que permitta a lavagem;

TERMOS RELACIONADOS

Pátio
Higienismo
Prédio de rendimento

4ª Não será permittido cobri-los na altura do primeiro andar para aproveitamento de uma nova casa ou passagem coberta no rés-do-chão, a fim de evitar o deposito de poeira e detritos fermentescíveis;
5ª O pavimento deve ser lajeado e com inclinação para o centro, ou para os lados, devendo haver na parte mais baixa uma abertura em communicação com o cano de esgoto, na qual será collocado o respectivo sifão."

RGCU (Regulamento Geral de Construção Urbana, Lisboa, 1930)
SECÇÃO X - Logradouros particulares, saguões e corredores de iluminação:
"art. 172º - Os pátios interiores, destinados a iluminação e arejamento, deverão ter uma área tal que no seu perímetro se possa inscrever um círculo com um diâmetro igual, no mínimo, a metade da altura da parede mais alta que os circunda. Este mínimo, medido normalmente ao meio de cada um dos vãos, e entre estes e a prumada da parede fronteira, não poderá ser inferior a dois metros e meio de altura (2,5m)
1º.- Não serão permitidos os saguões, com excepção dos seguintes casos especiais:
a) - Para iluminação e arejamento de despensas, corredores, casas de banho, retretes, vestíbulos e escadas, devendo então poder inscrever-se no seu perímetro um círculo com diâmetro igual, no mínimo, a 1/6 da altura da parede mais alta que os delimita, e nunca inferior a dois metros (2m).
b) para iluminação e arejamento de cozinhas e de um quarto apenas por habitação, para arrumações, devendo, neste caso, o diâmetro do círculo inscrito ser igual, no mínimo, a 1/4 da parede mais alta que os circunda e nunca inferior a dois metros e meio (2,5m).
2º.- Nos talhões encravados em quarteirões já ocupados, e bem assim na reconstrução ou ampliação de prédios antigos, em que não seja possível solucionar a planta dentro das regras estabelecidas neste artigo, poderá a Câmara, sob parecer fundamentado do Serviço de Edificações urbanas, autorizar a sua modificação, consoante as circunstâncias que informem cada caso, mas satisfazendo-se, quanto possível, aos limites fixados no 1º.
3º.- Sempre que nos pátios interiores e saguões sejam construídas varandas, telheiros ou quaisquer outras construções salientes das paredes, as distâncias indicadas neste artigo serão contadas do limite extremo dessas construções."

RGEU (Regulamento Geral das Edificações Urbanas, 1951)
Alguns artigos com interferência directa na concepção do saguão:
"Artigo 58.º "A construção ou reconstrução de qualquer edifício deve executar-se por forma que fiquem assegurados o arejamento, iluminação natural e exposição prolongada à acção directa dos raios solares, e bem assim o seu abastecimento de água potável e a evacuação inofensiva dos esgotos."
Artigo 59.º "A altura de qualquer edificação será fixada de forma que em todos os planos verticais perpendiculares à fachada nenhum dos seus elementos, com excepção de chaminés e acessórios decorativos, ultrapasse o limite definido pela linha recta a 45º, traçada em cada um desses planos a partir do alinhamento da edificação fronteira, definido pela intersecção do seu plano com o terreno exterior".
Artigo 71.º "Os compartimentos das habitações, com excepção de vestíbulos, corredores pouco extensos e pequenos compartimentos destinados a despensas, vestiários e arrecadação, serão sempre iluminados e ventilados por um ou mais vãos praticados nas paredes, em comunicação directa com o exterior, e cuja área, no seu conjunto, não será inferior a um décimo da área do compartimento, com o mínimo de 70 decímetros quadrados.
Ressalva-se, no entanto, o disposto no artigo 87º relativamente às retretes. § 1. O Os corredores extensos, quando não possam receber luz natural directa, deverão receber luz indirecta por meio de vãos envidraçados abertos nas paredes de compartimentos confinantes que recebam luz directa abundante. § 2.º Em casos especiais, justificados por características próprias da edificação no seu conjunto, poderão exceptuar-se do disposto no corpo deste artigo os compartimentos destinados a retretes e ainda a cozinhas e casas de banho em que não se utilizem combustíveis de qualquer natureza, desde que, em todos os casos, lhes seja assegurada a renovação permanente do ar à razão de, pelo menos, uma vez e meia por hora, mediante sistema de ventilação de funcionamento eficiente."

Artigo 73.º "As janelas dos compartimentos das habitações deverão ser sempre dispostas de forma que o seu afastamento de qualquer muro ou fachada fronteiros, medido perpendicularmente ao plano da janela e atendendo ao disposto no artigo 75.º, não seja inferior a metade da altura desse muro ou fachada acima do nível do pavimento do compartimento, com o mínimo de 3 metros. Além disso não deverá haver a um e outro lado do eixo vertical da janela qualquer obstáculo à iluminação a distância inferior a 2 metros, devendo garantir-se, em toda esta largura, o afastamento mínimo de 3 metros acima fixado."

***Courette* [FR]**
"Petite cour donnant le jour à des pièces secondaires au cœur d'un bâtiment d'habitation. Encore appelée 'cour intérieure' ou 'cour de service', elle apparaît pour l'essentiel aux XIXe siècle, avec le développement des immeubles de rapport: elle est la nécessaire ouverture minimale sur l'extérieur pour assurer un peu d'air, sinon de soleil, dans des pièces de service, tout en permettant la plus grande densité d'occupation de la parcelle par le bâti." (FLAMAND, 2004: 75)

Tipo

'Tipo', no âmbito disciplinar da arquitectura, refere-se a uma matriz de natureza conceptual. Não se trata de um objecto, mas sim de uma descrição, um enunciado lógico, a partir da qual é possível seleccionar e categorizar determinadas soluções formais. 'Modelo' e 'tipologia' constituem de igual modo termos correntes no âmbito de análise tipológica, em que o primeiro se refere a uma solução formal a repetir, e o segundo a uma vertente de análise teórica empreendia a partir da década de 1960, com particular incidência em Itália .

Os processos de formação e transformação dos modelos de habitação estão intimamente ligados com o processo de transformação da forma da cidade. Nesse sentido, a análise tipo-morfológica da arquitectura, enquanto abordagem centrada em conceitos como 'tipo', 'modelo' e 'tipologia', traduz-se no território privilegiado para a explicitação das relações entre a forma da cidade e a forma da habitação, já que se foca em aspectos muito concretos ligados à génese e transformação de 'esquemas' que se reproduzem ao longo do tempo.

Trata-se do recurso a uma metodologia ligada a um entendimento racional da arquitectura, mais do que um mero exercício académico de classificação, que encontra um fundamento teórico em ideias ancestrais como a regra e a repetição. No essencial, através de uma redução das dimensões de análise da obra arquitectónica, esta metodologia procura, nas palavras de Nuno Portas "devolver inteligibilidade ao reino da quantidade e da heterogeneidade, uma inteligibilidade somente operativa, no sentido de que se reconhece desde logo irremediavelmente redutora da complexidade." (PORTAS, 1974)

As metodologias de análise tipológica (e respectivos enquadramentos teóricos) encontram-se amplamente documentadas e sintetizadas, ainda que com distintas perspectivas, por autores como Francisco Barata Fernandes (1996), Leandro Madrazo (1995) ou Bruno Marchand (1992), entre outros, a partir das formulações e contributos dos seus principais teorizadores nas décadas de 60 e 70 do século XX, entre os quais se destacam Saverio Muratori (1959), Aldo Rossi (1966), Carlo Aymonino (1965),

Gianfranco Cannigia (1984), Giulio Carlo Argan (1963), Nuno Portas (1969), Daniele Vitale, Giorgio Grassi, Anthony Vidler (1977), Alan Colquhoun (1969), Rafael Moneo (1978), Christian Devillers (1974), entre outras perspectivas de discussão empreendidas mais recentemente por autores como Jean-Claude Croizé, Jean-Pierre Frey e Pierre Pinon (1991), Maria Grazia Corsini (1997), Werner Oechslin (1986) ou Henri Raymond (1987).

Os autores enquadram a noção de 'tipo' ao longo da história, conceito com variações de entendimento significativas, no caso de Leandro Madrazo, desde "o seu uso explicito por teóricos de arquitectura", passando por "outros sinónimos que traduzem o significado de tipo", ou mesmo "os tratados arquitectónicos ilustrados que dão expressão à noção de tipo e tipologia, sem usar estas palavras", não sendo igualmente de negligenciar a "evidência providenciada pelas obras arquitectónicas." (MADRAZO, 1995: 11-12). [GL]

TERMOS RELACIONADOS

Matriz de organização espacial
Modelo (de habitação)

REFERÊNCIAS

ARGAN, Giulio Carlo (1996 [1963]). *"On the Typology of Architecture"*. in *Theorizing a new agenda for Architecture. An anthology of Architecural Theory 1965-1995*. Nesbitt, K. New York, Princeton Architectural Press, pp. 242-246.

AYMONINO, Carlo (1965). *La formazione del concetto di tipologia edilizia: introduzione al corso di caratteri distributivi degli edifici*. Venezia, Cluva.

BARATA FERNANDES, Francisco (1999 [1996]). *Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade*. Porto, FAUP Publicações. (versão publicada de tese de doutoramento policopiada com o mesmo título), 1 ed. ISBN: 972-9483-38-8

CANIGGIA, Gianfranco; MAFFEI, Gian Luigi (1984). *Il progetto nell'edilizia di base*. Veneza, Marsilio.

CANIGGIA, Gianfranco; MAFFEI, Gian Luigi (1993). *Lettura dell'edilizia di base*. Veneza, Marsilio.

COLQUHOUN, Alan (1969). "Typology and Design Method". in Perspecta, 12, pp. 71-74.

CORSINI, Maria Grazia (1997). "Residential building types in Italy before 1930: the significance of local typological processes". in *Urban Morphology, 1*, pp. 34-48. ISSN: 1027-4278.

CROIZÉ, Jean-Claude; FREY, Jean-Pierre; PINON, Pierre (1991). *Recherches sur la Typologie et les Types Architecturaux*. Paris, L'Harmattan.

DEVILLERS, Christian (1974). "Typologie de l'habitat et morphologie urbaine". in *Architecture d'Aujourd'hui*, (174), pp. 18-22.

ELEB, Monique (2015). *Les 101 mots de l'habitat à l'usage de tous*. Paris, Archibooks. [type, typologie]

MADRAZO, Leandro (1995). *The Concept of Type in Architecture. An Inquiry into the Nature of Architectural Form*. Zürich, Swiss Federal Institute of Technology.

MARTÍ ARÍS, Carlos (1993). *Las variaciones de la identidad. Ensayo sobre el tipo en arquitectura*. Barcelona, Demarcación de Barcelona del Colegio de Arquitectos de Cataluña y Ediciones del Serbal. 1 ed. ISBN: 84-7628-102- 1.

MARCHAND, Bruno (1992). *Typologie des logements collectifs à Geneve. Proposition de classement selon des contextes différenciés*. Doctorat. Lausanne, École Polytechnique Federale de Lausanne. Sobre este assunto específico confira-se o capítulo "4. Etude typologique: définitions préliminaires". pp. 33-51

MONEO, Rafael (1978). "On Typology". in *Oppositions* 13, (summer 1978).

MURATORI, Saverio (1959). *Studi per una operante storia urbana di Venezia*. Roma, Istituto Poligrafico dello Strato.

OECHSLIN, Werner (Oct. 1986). "Premises for th Resumption of the Discussion of Typology". in *Assemblage* (No. 1), pp. 36-53.

PORTAS, Nuno (1969). *A cidade como Arquitectura: apontamentos de método e crítica*. Lisboa, Livros horizonte.

PORTAS, Nuno (1974). *Teoria de las tipologias como estruturas generativas en el marco de la producción urbana. Arquitectura, historia y teoría de los signos*. Barcelona, Publicaciones del Colegio Oficial de Arquitectos de Cataluña y Baleares.

QUATREMÈRE DE QUINCY, A. C. (1832). *Dictionnaire Historique D'Architecture. Tome second*. Paris, Librairie D'Adrien Le Clere et C.

RAYMOND, Henri (1987). *Le type Architectural: une question toujours d'actualité. Recherches sur la typologie et les types architecturaux*. L'Harmattan, pp. 8-12.

RODRIGUES, Maria João Madeira; SOUSA, Pedro Fialho de; BONIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira (2005). *Vocabulário técnico e crítico de arquitectura*. [Coimbra], Quimera. 4 ed. ISBN: 972-589-017-5.

ROSSI, Aldo (1966). *L'Architettura della città*. Padua, Marsilio Editori.

TEYSSOT, Georges (2011). "Norma e Tipo. Variações sobre Riehl, Demolins e Schultze-Naumburg" (2003). In *Da Teoria da Arquitectura: doze ensaios*. Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, pp. 65-95.

VIDLER, Anthony (1977a). "The idea of Type. The transformation of the Academic Ideal, 1750-1830". in *Oppositions Reader. Selected Readings from A Journal for Ideas and Criticism in Architecture 1973-1984 (1998)*. Hays, K. M. New York, Princeton Architectural Press.

VIDLER, Anthony (1977b). "The third typology". in *Oppositions* 7, (winter 1977).

DEFINIÇÕES PARALELAS

Tipo. Tipo arquitectónico. Tipo de edifícios [PT]
"Tipo, s. m. (gr. typos) 1. Molde que dá origem a outros moldes. 2. Modelo original trabalhado a partir de um arquétipo e determinando a forma de uma série de objectos dele derivados. Emprega-se quase sempre em sentido figurado. Diversos objectos podem derivar do mesmo tipo, representando este a ligação genética entre eles. A tipificação representa uma das intenções da produção de objectos belos." (RODRIGUES, 2005: 259)

"Tipo, em arquitectura, é a estrutura conceptual, a matriz de organização espacial que está presente, mesmo com distintas soluções formais, num determinado conjunto de obras que se seleccionaram com um objectivo específico. 'Modelo' é um objecto acabado, uma obra que se deve repetir. 'Tipologia' é um estudo, o processo que permite identificar, descrever e relacionar artefactos, objectos, obras agrupáveis segundo determinado tipo. (...) Se a obra arquitectónica realizada se repete uma e mais vezes, de forma intencional ou não, essa obra

está a servir de 'modelo'. Se se trata de um projecto de algo que se pretende previamente testar para depois se produzir em série, então essa primeira realização experimental denominar-se-á 'protótipo'. Quando um arquitecto ao longo da sua obra, projecta recorrendo sempre a modelos que em determinadas análises tipológicas podem ser referenciadas a um mesmo 'tipo', significa que fez uma opção tipológica e que trabalha com determinada 'tipologia'." (BARATA FERNANDES, 1999: 37)

Tipo *versus* tipologia [PT]
Sobre a diferença fundamental entre a ideia 'tipo', recuperada por Quatremère de Quincy, e a introdução do termo 'tipologia' na teoria arquitectónica nos anos 60: "Durante o período pós-guerra, o historiador de arte italiano Giulio Carlo Argan publicou um influente artigo sobre 'tipologia', numa enciclopédia de arte. (...) Nada há de questionável na revisão de Argan sobre a noção do tipo arquitectónico em si, que aliás forneceu a base teórica para as explorações de arquitectos como Aldo Rossi e Rafael Moneo. Contudo, surge um problema ao aplicar o preceito de 'tipologia' – em oposição ao 'tipo' neoclássico – às plantas de edifícios, reservando o termo 'morfologia' para as formas da cidade. A origem nas ciências biológicas de ambos os termos, e sobretudo de 'tipologia' que ignora o uso arquitectónico do conceito de tipo desenvolvido durante os séculos XVIII e XIX, é problemática. Argan, de facto, parece ignorar a diferença disciplinar, criando a confusão de terminologia entre 'tipo' e 'tipologia'. (...) Enquanto o renascimento da noção de tipo por Quatremère correspondeu a um regresso da teoria arquitectónica a 'ideais' platónicos, idealistas, a introdução do termo 'tipologia' pôs em circulação, sem conhecimento do autor italiano e dos seus leitores, ideias cuja origem se situava realmente na etnografia e na criminologia do século XIX." (TEYSSOT, 2011: 65-66)

***Idea of Type* [ING]**
"In the overall context of the architectural tradition, the idea of Type has much deeper implications than those that are confined to the classification and study of building forms. Type embraces transcendental issues of aesthetic, epistemological and metaphysical character; issues that have to do with the most generic problem of Form. Certainly, the essential meaning of Type is intimately related with the more transcendental problem of Form." (MADRAZO, 1995: 4)

***Type, Modèle* [FR]**
"L'emploi du mot type en français est moins souvent technique et plus souvent métaphorique. Ce n'est pas qu'on ne l'applique à quelques arts mécaniques, témoin le mot typographie. On en use aussi comme d'un mot synonyme de modèle, quoiqu'il y ait entre eux une différence assez facile à comprendre. Le mot type présente moins l'image d'une chose à copier ou à imiter complètement que l'idée d'un élément qui doit lui-même servir de règle au modèle. Ainsi on ne dira point (ou du moins aurait-on tort de le dire) qu'une statue, qu'une composition d'un tableau terminé et rendu a servi de type à la copie qu'on en a faite; mais qu'un fragment, qu'une esquisse, que la pensée d'un maitre, qu'une description plus ou moins vague, aient donné naissance dans l'imagination d'un artiste a un ouvrage, on dira que le type lui en a été fourni dans telle ou telle idée, par tel ou tel motif, telle ou telle intention. Le modèle, entendu dans l'exécution pratique de l'art, est un objet d'après lequel chacun peut concevoir des ouvrages qui ne se ressembleraient pas entre eux. Tout est précis et donné dans le modèle; tout est plus ou moins vague dans le type. Aussi voyons-nous que l'imitation des types n'a rien que le sentiment et l'esprit ne puissent reconnaître, et rien qui ne puisse être contesté par la prévention et l'ignorance. C'est ce qui est arrivé, par exemple, à architecture.

En tout pays, l'art de bâtir régulier est né d'un germe préexistant. Il faut un antécédent à tout; rien, en aucun genre, ne vient de rien; et cela ne peut pas ne point s'appliquer à toutes les interventions des hommes. Aussi voyons-nous que toutes, en dépit des changements postérieurs, ont conservé toujours visible, toujours sensible au sentiment et à la raison, leur principe élémentaire. C'est comme une sorte de noyau autour duquel se sont agrèges, et auquel se sont coordonnés, par la suite, les développements et les variations de formes dont l'objet était susceptible. Ainsi nous sont parvenues mille choses en tout genre ; et

une des principales occupations de la science et de la philosophie, pour en saisir les raisons, est d'en rechercher l'origine et la cause primitive. Voilà ce qu'il faut appeler type en architecture, comme dans toute autre partie des inventions et des institutions humaines." (QUATREMÈRE DE QUINCY, 1832: 629)

***Tipo arquitectónico* [ES]**
"Un tipo arquitectónico es un concepto que describe una estructura formal. Esta definición implica tres corolarios de capital importancia, a saber:

- El tipo es de naturaleza conceptual, no objetual: engloba a una familia de objetos que poseen todos la misma condición esencial pero no se corresponde con ninguno de ellos en particular;

- El tipo comporta una descripción por medio de la cual es posible reconocer a los objetos que lo constituyen: es un enunciado lógico que se identifica con la forma general de dichos objetos;

- El tipo se refiere a la estructura formal: no le incumben, por tanto, los aspectos fisionómicos de la arquitectura; hablamos de tipos desde el momento que reconocemos la existencia de 'similitudes estructurales' entre ciertos objetos arquitectónicos, al margen de sus diferencias en el nivel más aparente o epitelial." (MARTÍ ARÍS, 1993:16)

***Type, Typologie* [FR]**
"La réflexion sur les types architecturaux a fait l'objet de bien des débats passionnés hier comme aujourd'hui. Le type de l'hôtel particulier, celui de la tour, de la barre ou de la maison individuelle correspondent à des morphologies particulières. Ces types sont définis par un ensemble de propriétés de forme, d'espace, de dispositifs spatiaux et constructifs, de qualités, liées à des usages, à des pratiques dans les lieux mais aussi à ce qu'ils représentent socialement. Quand ces qualités se retrouvent dans un édifice et qu'il est reconnu par les contemporains comme correspondant à la définition abstraite du type, il peut devenir un modèle, qui sera reproduit, imité ... Dans le milieu de l'architecture, une dérive récente du terme typologie (qui pour certains serait synonyme de plan: une belle typologie = un beau plan) a fait oublier que logie associé à tout autre substantif signifie réflexion ou discours sur ce thème, de même que classification.

Certains de ces types «consacrés» perdurent grâce à leur plasticité, comme l'appartement de l'immeuble haussmannien. D'autres semblent moins adaptés à nos modes de vie, mais il est intéressant d'interroger leurs capacités de réactualisation. Quelles leçons de «modernité», d'adaptation aux évolutions des mœurs et des sensibilités, aux habitus contemporains, ces types peuvent-ils proposer? Par exemple, l'organisation de la maison de ville du Moyen Âge qui accueille habitat et travail et permet la mixité des populations pourrait être un modèle pour aujourd'hui. D'autres types sont nés ou se sont développés avec le XXe siècle, comme la résidence en copropriété, la cité-jardin ou l'habitat intermédiaire. Ils correspondent à des choix de modes de vie tout autant qu'aux préoccupations de notre temps (financières, de gestion, sociales...). Ils sont liés à des représentations mentales ou à des aspirations («standing», «prestance», «entre-soi», ou désir d'«urbanité», etc.) et sont des choix de vie distincts selon le statut social et les valeurs des habitants. Mais il serait périlleux d'associer sans prudence un type d'habitat et une classe sociale." (ELEB, 2015: 139-140)

Fotografia: Bairro de Olivais Norte - Célula A - Cat. II [© Gisela Lameira]

OBRAS POR PROGRAMA

Obras por Programa

Bairro de Casas Económicas [BCE].
Decreto-Lei 4137, de 25 de Abril de 1918

3 exemplos inventariados a 02.2019

Bairro Social da Arrábida / Bairro Sidónio Pais / Bairro de Casas Económicas da Arrábida, Massarelos, Porto, 1919 | [s.n.].
GPS: 41.1516N, 8.6405W

Bairro da Ajuda / Bairro dos Mortos da 1ª Guerra / Bairro da Boa-Hora, Ajuda, Lisboa, 1918 | LOPES, Joaquim Craveiro (Eng.º); CARVALHEIRA, Rozendo.
GPS: 38.704059N, 9.196925W

Bairro de Casas Económicas de Viana do Castelo / Bairro de Aires d'Abreu / Antigo Bairro das Ursulinas [demolido], Monserrate, Viana do Castelo, 1918 | [s.n.].
GPS: 41.696967N, 8.835463W

Bairro Social [BS].
Decreto-Lei 5543, de 26 de Abril de 1919

4 exemplos inventariados a 02.2019

Bairro Social do Arco do Cego, São João de Deus, Lisboa, 1919 | BERMUDES, Arnaldo Adães (1864-1948); CARVALHO, Frederico C. de; TAVARES, Edmundo (1892-1983).
GPS: 38.739694N, 9.140287W

Bairro Social da Covilhã, Conceição, Covilhã, 1919 | JÚNIOR, Nogueira (Arq.º); MELO, Campos (Eng.º), COUTINHO, Jorge (Eng.º).
GPS: 40.282575N, 7.511536W

Bairro Social de Alcântara [demolido], Alcântara, Lisboa, 1919 | [s.n.].
GPS: 38.713044N, 9.183718W

Bairro Social da Ajuda [demolido], Ajuda, Lisboa, 1919 | JUNIOR, Norte; SILVA, Luís Cristino da; CUNHA, Alexandre da; SANTOS, Assunção.
GPS: 38.711164N, 9.198644W

2 não construídos

Bairro Social do Lordelo, Porto, 1919 [não construído] | SILVA, António Correia; MORAIS, Leandro.
GPS: 41.150907N, 8.650557W

Bairro Social de Braço de Prata, Lisboa, 1919 [não construído] | ABREU, António Couto.
GPS: 38.744481N, 9.101133W

Regime das Casas Económicas [RCE].
Decreto-Lei 16055, de 22 de Outubro de 1928

7 exemplos inventariados a 02.2019

Bairro da Seguradora "O Trabalho", Paranhos, Porto, 1928 | FREITAS, José Coelho de.
GPS: 41.174027N, 8.587502W

Bairro da Polícia de Segurança Pública / Bairro da PSP, Bonfim, Porto, 1930 | [s.n.].
GPS: 41.153889N, 8.592109W

Bairro Municipal Presidente Carmona, Alto do Pina, Lisboa, 1927 | [s.n.].
GPS: 38.739993N, 9.131524W

Bairro Municipal de Casas Económicas de Arcela / Bairro da Câmara, Costa, Guimarães, 1931 | [s.n.].
GPS: 41.449814N, 8.282526W

Bairro Operário José Luís, Cascais, 1932 | SEGURADO, Jorge (1898-1990).
GPS: 38.70759N, 9.43313W

Bairro Monte Alperche, Lisboa, 1930 | [s.n.].
GPS: 38.728961N, 9.12961W

Bloco de Casas Económicas da rua Heróis de Quionga, Lisboa, 1934 | BRANCO, José Sobral.
GPS: 38.730686N, 9.132949W

3 não construídos

Bairro Operário de Ponte de Lima, Viana do Castelo, 1928 [não construído] | PINTO, Amílcar da Silva (1890-1978).
GPS: 41.763196N, 8.583287W

Bairro Municipal de Olhão, Faro, 1929 [não construído] | RAMOS, Carlos.
GPS: 37.033599N, 7.840378W

Bairro Económico do Funchal, Madeira, 1931 [não construído] | RAMOS, Carlos.
GPS: 32.660534N, 16.920307W

Casas Económicas [CE].
Decreto-Lei 23052, de 23 de Setembro de 1933

70 exemplos inventariados a 02.2019

Bairro de Casas Económicas do Amial (Fase 1) / Bairro do Amial / Bairro da Telheira, Paranhos, Porto, 1934 | LINO, Raúl (1878-1974).
GPS: 41.176778N, 8.618944W

Bairro de Casas Económicas do Amial (Fase 2) / Bairro do Amial, Paranhos, Porto, 1949 | LOPES, Luís Amoroso.
GPS: 41.1746N, 8.6174W

Bairro de Casa Económicas Marechal Gomes da Costa, Lordelo do Ouro, Porto, 1947 | SÁ, Manuel Fernandes de; PINTO, José de Sousa (Eng. Chefe CM Porto).
GPS: 41.157001N, 8.6614W

Bairro de Casas Económicas da Azenha (Fase 1) / Bairro da Azenha, Paranhos, Porto, 1936 | MADUREIRA, Joaquim.
GPS: 41.180418N, 8.60973W

Bairro de Casas Económicas de Condominhas / Bairro das Condominhas, Lordelo do Ouro, Porto, 1934 | LINO, Raúl (1878-1974); MADUREIRA, Joaquim.
GPS: 41.150891N, 8.652755W

Bairro de Casas Económicas de Costa Cabral / Bairro de Costa Cabral, Campanhã, Porto, 1937 | SÁ, Manuel Fernandes de.
GPS: 41.171499N, 8.585107W

Bairro de Casas Económicas da Vilarinha / Bairro da Avenida Epitácio Pessoa, Ramalde, Porto, 1955 | LOPES, Luís Amoroso.
GPS: 41.164973N, 8.660166W

Bairro de Casas Económicas no Viso / Bairro do Viso, Ramalde, Porto, 1958 | [s.n.]; ANDRESEN, João (Plano).
GPS: 41.178993N, 8.6455W

Bairro de Casas Económicas em Viana do Castelo / Bairro da Abelheira / Bairro do Jardim (Fase 1), Santa Maria Maior, Viana do Castelo, 1932 | AZEVEDO, Rogério.
GPS: 41.7008471N, 8.8247688W

Bairro de Casas Económicas da Encarnação / Bairro da Encarnação, Olivais, Lisboa, 1939 | MONTEZ, Paulino (1897-1988).
GPS: 38.7735556N, 9.1174W

Bairro de Casas Económicas da Horta da Cavalinha / Bairro Engenheiro Duarte Pacheco, Olhão, 1945 | CORREIA, Eugénio (1897-1985).
GPS: 37.034591N, 7.835947W

Bairro de Casas Económicas de Olhão / Bairro do Consórcio Português de Conservas de Peixe / Bairro Nossa Senhora da Assunção, Quelfes, Olhão, 1935 | CORREIA, Eugénio (1897-1985).
GPS: 37.035777N, 7.844818W

Bairro de Casas Económicas em Bragança, Bragança, 1934 | [s.n.].
GPS: 41.809024N, 6.761217W

Bairro de Casas Económicas em Portimão (Fase 1), Portimão, 1934 | LINO, Raúl (1878-1974).
GPS: 37.13117N, 8.537837W

Bairro de Casas Económicas na Covilhã / Bairro dos Penedos Altos (Fase 1), Conceição, Covilhã, 1934 | [s.n.].
GPS: 40.287963N, 7.50423W

Bairro de Casas Económicas no Ilhéu / Bairro do Ilhéu, Campanhã, Porto, 1934 | [s.n.].
GPS: 41.164301N, 8.57296W

Bairro de Casas Económicas em Vila Viçosa, Conceição, Évora, 1934 | LINO, Raúl (1878-1974).
GPS: 38.775041N, 7.420355W

Bairro de Casas Económicas em Braga / Bairro Duarte Pacheco, São Vítor, Braga, 1935 | [s.n.]; LINO, Raúl (1878-1974) (casas térreas).
GPS: 41.542251N, 8.408511W

Bairro de Casas Económicas no Alto da Ajuda (Fase 1) / Bairro dos Telheiros da Ajuda, Ajuda, Lisboa, 1934 | CORREIA, Eugénio.
GPS: 38.710621N, 9.200612W

Bairro de Casas Económicas no Alto da Serafina / Bairro da Liberdade / Bairro da Serafina, Campolide, Lisboa, 1934 | LINO, Raúl (1878-1974).
GPS: 38.732384N, 9.17236W

Bairro de Casas Económicas de Terras do Forno / Bairro Novo de Belém, Santa Maria de Belém, Lisboa, 1934 | LINO, Raúl (1878-1974).
GPS: 38.700242N, 9.2043W

Bairro de Casas Económicas em S. João da Madeira (Fase 1) / Bairro Dr. Oliveira Salazar, São João da Madeira, 1935 | [s.n.]; LINO, Raúl (1878-1974) (casas térreas).
GPS: 40.907722N, 8.494136W

Bairro de Casas Económicas do Loreto / Bairro do Loreto / Bairro Dr. Bissaya Barreto, Eiras, Coimbra, 1935 | [s.n.].
GPS: 40.231881N, 8.44109W

Bairro de Casas Económicas em Guimarães (Fase 1) / Bairro Económico de Urgezes, Urgezes, Guimarães, 1938 | [s.n.].
GPS: 41.426849N, 8.300169W

Bairro de Casas Económicas em Ramalde / Bairro de Ramalde (Fase 1), Ramalde, Porto, 1934 | MADUREIRA, Joaquim.
GPS: 41.172528N, 8.657034W

Bairro de Casas Económicas em Ramalde / Bairro de Ramalde (Fase 2), Ramalde, Porto, 1940 | LOPES, Luís Amoroso.
GPS: 41.172125N, 8.656335W

Bairro de Casas Económicas de Paranhos (Fase 1), Paranhos, Porto, 1934 | MADUREIRA, Joaquim.
GPS: 41.173023N, 8.599506W

Bairro de Casas Económicas de Contumil / Bairro de São Roque da Lameira (Fase 1), Campanhã, Porto, 1938 | SÁ, Manuel Fernandes de.
GPS: 41.167141N, 8.573377W

Bairro de Casas Económicas de Madre de Deus / Bairro do Alto dos Toucinheiros (Fase 1), Beato, Lisboa, 1939 | BENAVENTE, Luís (1902-1993).
GPS: 38.731594N, 9.11272W

Bairro de Casas Económicas da Guarda, Sé, Guarda, 1943 | [s.n.].
GPS: 40.532797N, 7.265338W

Bairro de Casas Económicas do Alvito / Bairro Dr. Oliveira Salazar, Alcântara, Lisboa, 1936 | MONTEZ, Paulino (1897-1988).
GPS: 38.71423N, 9.180568W

Bairro de Casas Económicas de Caselas / Bairro de Caselas, São Francisco Xavier, Lisboa, 1940 | MARTINS, António Couto.
GPS: 38.716198N, 9.214176W

Bairro de Casas Económicas em Setúbal / Bairro de Nossa Senhora da Conceição, São Sebastião, Setúbal, 1946 | SOUSA, Alberto.
GPS: 38.525305N, 8.87749W

Bairro de Casas Económicas do Calhabé / Bairro Marechal Carmona / Bairro Norton de Matos, Santo António dos Olivais, Coimbra, 1945 | GODINHO, Januário (1910-1990).
GPS: 40.198309N, 8.407974W

Bairro de Casas Económicas na Covilhã / Bairro dos Penedos Altos (Fase 2), Conceição, Covilhã, 1947 | LOPES, Mário Soares (Eng.º); PINTO, Manuel Fernandes, RISCADO, José da Costa.
GPS: 40.287197N, 7.500936W

Bairro de Casas Económicas em Ponta Delgada, Ponta Delgada, Açores, 1941 | FARIA, António (Eng.) (memória descritiva e justificativa).
GPS: 37.738591N, 25.681363W

Bairro de Casas Económicas de Paranhos (Fase 2), Paranhos, Porto, 1938 | LOPES, Luís Amoroso.
GPS: 41.173023N, 8.599506W

Bairro de Casas Económicas em Faro (Fase 1) / Bairro do Bom João, Sé e São Pedro, Faro, 1945 | CORREIA, Eugénio (1897-1985).
GPS: 37.016553N, 7.921149W

Bairro de Casas Económicas em Almada / Bairro de Nossa Senhora da Piedade (Fase 1), Cova da Piedade, Almada, 1949 | ANDRADE, Carlos Rebello de (1887-1971).
GPS: 38.672334N, 9.163245W

Bairro de Casas Económicas no Entroncamento (fase 1) / Bairro Dr. Oliveira Salazar / Bairro da Liberdade, São João Baptista, Entroncamento, 1955 | [s.n.].
GPS: 39.469062N, 8.47406W

Bairro de Casas Económicas da Cumeada / Bairro da Cumeada, Santo António dos Olivais, Lisboa, 1950 | BARBOSA, Cassiano; Areal, Joaquim.
GPS: 40.214137N, 8.40786W

Bairro do Restelo / Bairro da Encosta da Ajuda / Bairro São Francisco Xavier, Santa Maria de Belém, Lisboa, 1950 | COSTA, João Guilherme Faria da (1906-1971) [Urbanismo].
GPS: 38.698707N, 9.218009W

Bairro de Casas Económicas de Vale Escuro / Bairro da Cooperativa Lisbonense dos Chauffeurs/ Bairro de São João, Penha de França, Lisboa, 1947 | COSTA, João Guilherme Faria da (1906-1971)
GPS: 38.729273N, 9.12682W

Bairro de Casas Económicas em Portalegre, São Lourenço, Portalegre, 1949 | REGALEIRA, Vasco (1897-1968).
GPS: 39.298815N, 7.42717W

Bairro de Casas Económicas em Benfica / Bairro de Benfica/ Bairro Santa Cruz de Benfica, Benfica, Lisboa, 1955 | AMARAL, Francisco Keil do (1910-1975).
GPS: 38.748209N, 9.205499W

Bairro de Madre de Deus (Fase 2), Beato, Lisboa, 1956 | [s.n.].
GPS: 38.731632N, 9.113059W

Bairro de Casas Económicas de Portimão (Fase 2), Portimão, 1955 | [s.n.].
GPS: 37.132987N, 8.539926W

Bairro de Casas Económicas de António Aroso / Bairro de António Aroso, Aldoar, Porto, 1955 | LOPES, Luís Amoroso.
GPS: 41.166932N, 8.669093W

Bairro de Casas Económicas em Queluz, Queluz, Lisboa, 1955 | [s.n.].
GPS: 38.755433N, 9.262527W

Bairro de Casas Económicas em S. João da Madeira (Fase 2) / Bairro do Espadanal, São João da Madeira, 1958 | [s.n.].
GPS: 40.897741N, 8.484841W

Bairro de Casas Económicas no Entroncamento (Fase 2) / Bairro do Entroncamento, São João Baptista, Entroncamento, 1959 | [s.n.].
GPS: 39.468839N, 8.475796W

Bairro de Casas Económicas na Marinha Grande (Fase 1), Marinha Grande, Leiria, 1959 | [s.n.].
GPS: 39.741137N, 8.932305W

Bairro de Casas Económicas de S. José / Bairro do Rossio ao Sul do Tejo, Rossio ao Sul do Tejo, Santarém, 1962 | [s.n.].
GPS: 39.446425N, 8.186855W

Bairro de Casas Económicas em Almada / Bairro de Nossa Senhora da Piedade (Fase 2), Cova da Piedade, Setúbal, 1962 | [s.n.].
GPS: 38.671204N, 9.162114W

Bairro de Casas Económicas em Faro (Fase 2) / Avenida 5 de Outubro, Sé, Faro, 1958 | [s.n.].
GPS: 37.01873N, 7.923691W

Bairro de Casas Económicas do Cedro / Bairro do Cedro, Mafamude, Vila Nova de Gaia, 1962 | [s.n.] ; ANDRESEN, João (Plano).
GPS: 41.110426N, 8.610548W

Bairro de Casas Económicas em Estremoz / Bairro de Estremoz, Estremoz, Évora, 1966 | [s.n.].
GPS: 38.850325N, 7.588726W

Bairro de Casas Económicas em Alcobaça, Alcobaça, Leiria, 1969 | [s.n.].
GPS: 39.554173N, 8.973616W

Bairro de Casas Económicas na Marinha Grande (Fase 2), Marinha Grande, Leiria, 1968 | [s.n.].
GPS: 39.740135N, 8.931054W

Bairro de Casas Económicas em Oeiras / Bairro do Casal da Medrosa, Oeiras e São Julião Barra, Lisboa, 1965 | [s.n.].
GPS: 38.682844N, 9.321087W

Bairro de Casas Económicas em Caldas da Rainha / Bairro da Tornada, Tornada, Caldas da Rainha, 1971 | [s.n.]
GPS: 39.422634N, 9.129434W

Bairro de Casas Económicas em Mira-Sintra (Agualva-Cacém) / Bairro ICESA, Agualva-Cacém, Sintra, 1965 | MANTA, João Abel; PESSOA, Alberto; TELES, Gonçalo Ribeiro.
GPS: 38.785259N, 9.305042W

Bairro de Casas Económicas na Calçada dos Mestres / Bairro da Calçada dos Mestres, Campolide, Lisboa, 1938 | FRANCO, José de Lima; MARQUES, Vasco Pereira de Lacerda.
GPS: 38.727687N, 9.167781W

Bairro de Casas Económicas de Olivais Norte, Olivais, Lisboa, 1955 | [s.n.].
GPS: 38.775789N, 9.11492W

Bairro de Casas Económicas de Viana do Castelo (Fase 2), Abelheira, Viana do Castelo, 1959 | AZEVEDO, Rogério.
GPS: 41.700888N, 8.824747W

Bairro de Casas Económicas do Alto da Ajuda (Fase 2) / Bairro dos Telheiros da Ajuda, Ajuda, Lisboa, 1940 | [s.n.].
GPS: 38.710621N, 9.200612W

Bairro de Casas Económicas da Azenha (Fase 2), Paranhos, Porto, 1938 | [s.n.].
GPS: 41.180418N, 8.60973W

Bairro de Casas Económicas de Contumil / Bairro de São Roque da Lameira (Fase 2), Campanhã, Porto, 1944 | SÁ, Manuel Fernandes de.
GPS: 41.167218N, 8.572938W

Bairro de Casas Económicas do Legado do Operário / Bairro de Évora, Évora, 1944 | SOUSA, Alberto.
GPS: 38.572448N, 7.89979W

Bairro da Companhia Nacional de Caminhos de Ferro, Eiras, Coimbra, 1936 | MADUREIRA, Joaquim.
GPS: 40.227269N, 8.440171W

3 não construídos

Aglomerado de moradias económicas no Alto da Pasteleira, Porto, 1937 [não construído] | MADUREIRA, Joaquim.
GPS: 41.155810N 8.6634927W

Aglomerado de moradias económicas S. Victor, Porto, 1937 [não construído] | MADUREIRA, Joaquim; LOPES, Amoroso (Filho).
GPS: 41.143550N 8.598077W

Habitações Económicas em S. Pedro da Cova, Gondomar, 1959 [não construído] | PEREIRA, Nuno Teotónio (1922-2016); PORTAS, Nuno.

Colónias Agrícolas da Junta de Colonização Interna [CAJCI].
Decreto-Lei 27207, de 16 de Novembro de 1936

23 exemplos inventariados a 02.2019

Colónia Agrícola dos Milagres - Núcleo dos Milagres, Milagres, Leiria, 1926 | CORRÊA, Norberto; CONSTANTINO, Dâmaso.
GPS: 39.822296N, 8.780153W

Colónia Agrícola dos Milagres - Núcleo de Triste e Feia [demolido], Milagres, Leiria, 1926 | CORRÊA, Norberto.
GPS: 39.809804N, 8.792201W

Colónia Agrícola dos Milagres - Núcleo da Bidoeira, Bidoeira de Cima, Leiria, 1926 | CORRÊA, Norberto; CONSTANTINO, Dâmaso.
GPS: 39.865737N, 8.749777W

Colónia Agrícola de Martim Rei, Sabugal, Guarda, 1937 | CONSTANTINO, Dâmaso.
GPS: 40.328955N, 7.050591W

Colónia Agrícola da Gafanha, Gafanha, Ílhavo, 1950 | CHAGAS, Maurício Trindade.
GPS: 40.618987N, 8.705141W

Colónia Agrícola de Pegões - Núcleo de Faias, Pegões, Montijo, 1943 | CORRÊA, Eugénio (?); TRIGO, António (1950).
GPS: 38.680432N, 8.775352W

Colónia Agrícola de Pegões - Núcleo de Figueiras, Pegões, Montijo, 1943 | CORRÊA, Eugénio (?); TRIGO, António (1950).
GPS: 38.685372N, 8.752368W

Colónia Agrícola de Pegões - Núcleo de Pegões Velhos, Pegões, Montijo, 1950 | TRIGO, António José de Oliveira (1950); CHAGAS, Maurício Trindade (1954).
GPS: 38.681565N, 8.667588W

Colónia Agrícola da Boalhosa - Núcleo de Vascões, Vascões, Paredes de Coura, 1956 | MACHADO, José Luiz Pinto.
GPS: 41.912431N, 8.493053W

Colónia Agrícola do Barroso - Núcleo de Criande, Morgade, Montalegre, 1943 | CORRÊA, Eugénio (?).
GPS: 41.756543N, 7.747319W

Colónia Agrícola do Barroso - Núcleo da Aldeia Nova do Barroso, Chã, Montalegre, 1945 | [s.n.].
GPS: 41.777335N, 7.757379W

Colónia Agrícola do Barroso - Núcleo de Casais da Veiga, Montalegre, 1943 | CORRÊA, Eugénio (?).
GPS: 41.843729N, 7.771183W

Colónia Agrícola do Barroso - Núcleo de Casais da Aldeia Nova de S. Mateus, Chã, Montalegre, 1945 | [s.n.].
GPS: 41.805347N, 7.699468W

Colónia Agrícola do Barroso - Núcleo de Vidoeiro, Cervos, Montalegre, 1943 | CORRÊA, Eugénio (?).
GPS: 41.771752N, 7.692968W

Colónia Agrícola do Barroso - Núcleo de Fontão, Cervos, Montalegre, 1950 | CHAGAS, Maurício Trindade.
GPS: 41.72253N, 7.690628W

Colónia Agrícola do Barroso - Núcleo de Pinhal Novo, Boticas, Montalegre, 1950 | CHAGAS, Maurício Trindade.
GPS: 41.708176N, 7.693943W

Colónia Agrícola do Alvão - Núcleo de Colonos de Cima, Afonsim, Vila Real, 1950 | CHAGAS, Maurício Trindade.
GPS: 41.513245N, 7.664335W

Colónia Agrícola do Alvão - Núcleo de Colonos da Parede, Soutelo de Aguiar, Vila Real, 1950 | CHAGAS, Maurício Trindade.
GPS: 41.493471N, 7.667706W

Colónia Agrícola do Alvão - Núcleo de Colonos de Baixo, Lixa do Alvão, Vila Real, 1950 | CHAGAS, Maurício Trindade.
GPS: 41.486771N, 7.680475W

Colónia Agrícola do Alvão - Núcleo de Colonos de Soutelo, Lixa do Alvão, Vila Real, 1950 | CHAGAS, Maurício Trindade.
GPS: 41.478354N, 7.696296W

Colónia Agrícola do Alvão - Núcleo de Colonos de Campo de Viação, Lixa do Alvão, Vila Real, 1950 | CHAGAS, Maurício Trindade.
GPS: 41.486304N, 7.706472W

Colónia Agrícola do Alvão - Núcleo de Colonos do Alvão, Lixa do Alvão, Vila Real, 1950 | CHAGAS, Maurício Trindade.
GPS: 41.495846N, 7.724448W

Colónia Agrícola do Alvão - Núcleo de Colonos de Carrazedo, Lixa do Alvão, Vila Real, 1950 | CHAGAS, Maurício Trindade.
GPS: 41.502942N, 7.70071W

Casas Desmontáveis [CD].
Decreto-Lei 28912, de 12 de Agosto de 1938

7 exemplos inventariados a 02.2019

Bairro de Casas Desmontáveis da Quinta da Calçada [demolido], Campo Grande, Lisboa, 1937 | [s.n.].
GPS: 38.756552N, 9.165495W

Bairro de Casas Desmontáveis da Boavista (Fase 1, 2 e 3) [demolido], Benfica, Lisboa, 1938 | [s.n.].
GPS: 38.733571N, 9.20395W

Bairro da Relvinha [demolido], Eiras, Coimbra, 1940 | [s.n.].
GPS: 40.233818N, 8.43793W

Bairro de Casas Desmontáveis das Sete Fontes / Bairro de Casas Económicas de Celas, Celas, Coimbra, 1944 | TELMO, Cottinelli.
GPS: 40.218633N, 8.41106W

Bairro de Casas Desmontáveis das Furnas [demolido], São Domingos de Benfica, Lisboa, 1945 | [s.n.].
GPS: 38.740943N, 9.17435W

Aglomerado de Casas para Pobres da Corujeira / Bairro S. Vicente de Paula [demolido], Campanhã, Porto, 1945 | [s.n.].
GPS: 41.154026N, 8.579533W

Aglomerado de Casas Desmontáveis no Carvalhido [demolido], Ramalde, Porto, 1946 | [s.n.].
GPS: 41.170826N, 8.624585W

Casas para Famílias Pobres [CFP].
Decreto-Lei 34486, de 6 de Abril de 1945

91 exemplos inventariados a 02.2019

Bairro de Casas para Famílias Pobres Rainha D. Leonor / Bairro das Sobreiras (Fase 1), Foz do Douro, Porto, 1952 | EÇA, Luís de Almeida d' (1921-2011).
GPS: 41.149087N, 8.662276W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Olhão / Bairro Marechal Carmona / Bairro 28 de Setembro, Quelfes, Faro, 1946 | EGEA, António Gomez (1910-1989); GUEDES, Luís.
GPS: 37.03685N, 7.846987W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Ferreira do Alentejo, Ferreira do Alentejo, Beja, 1949 | [s.n.].
GPS: 38.054652N, 8.117541W

Bairro de Casas para Famílias Pobres das Condominhas [demolido], Lordelo do Ouro, Porto, 1957 | [s.n.].
GPS: 41.151749N, 8.652562W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Moura (Fase 1) / Bairro 25 de Abril / Bairro Dr. Oliveira Salazar, São João Baptista, Moura, Beja, 1949 | GUEDES, Luís N. (fogos tipo).
GPS: 38.138589N, 7.456735W

Bairro de Casas Desmontáveis da Quinta da Penteeira / Bairro Padre Cruz [demolido], Carnide, Lisboa, 1959 | [s.n.].
GPS: 38.771101N, 9.189321W

Bairro de Casas para Famílias Pobres da Corujeira/ S. Vicente de Paula, Campanhã, Porto, 1950 | FABIÃO, Bernardino Basto (1912-1998).
GPS: 41.154289N, 8.578656W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Cascais / Bairro Marechal Carmona (Fase 1), Cascais, 1947 | ATHOUGUIA, Ruy Jervis d' (1917-2006); FIGUEIREDO, Filipe.
GPS: 38.710613N, 9.419253W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Albergaria-a-Velha / Bairro da Misericórdia de Albergaria-a-Velha, Albergaria-a-Velha, 1952 | BORGES, Ruy da Silveira (fogos tipo).
GPS: 40.687069N, 8.473047W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Aveiro, Glória, Aveiro, 1947 | [s.n.].
GPS: 40.63578N, 8.656768W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Ovar / Bairro da Santa Casa da Misericórdia de Ovar, Ovar, 1947 | [s.n.].
GPS: 40.863675N, 8.630573W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Santa Maria da Feira, Arrifana, Santa Maria da Feira, 1950 | [s.n.].
GPS: 40.937074N, 8.540048W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de S. João da Madeira / Bairro do Hospital, São João da Madeira, 1949 | [s.n.].
GPS: 40.887481N, 8.481208W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Castro Verde, Castro Verde, Beja, 1952 | [s.n.].
GPS: 37.702277N, 8.088968W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Cuba/ Bairro Humberto Delgado, Cuba, Beja, 1952 | [s.n.].
GPS: 38.167311N, 7.88758W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Serpa / Bairro Árabe / Bairro Municipal de Serpa/ Bairro Operário, Pias, Serpa, 1948 | FREIRE, Leonardo Castro .
GPS: 37.942054N, 7.602688W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Barcelos/ Bairro 1° de Maio / Bairro Dr. Oliveira Salazar, Arcozelo, Braga, 1948 | [s.n.].
GPS: 41.543492N, 8.614677W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Braga, São Vicente, Braga, 1947 | [s.n.].
GPS: 41.558733N, 8.427241W

Bairro de Casas para Famílias Pobres Leão XIII, Oliveira do Castelo, Braga, 1950 | [s.n.].
GPS: 41.450057N, 8.283637W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Urgezes, Urgezes, Guimarães, 1958 | [s.n.].
GPS: 41.426511N, 8.302047W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Assureira, Vilar da Veiga, Braga, 1945 | [s.n.].
GPS: 41.716056N, 8.166051W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Delães / Bairro Augusto Correia Abreu, Delães, Vila Nova de Famalicão, 1959 | SOUSA, M.A. (Construtor civil).
GPS: 41.382239N, 8.416084W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Vila Nova de Famalicão / Bairro Cardeal Cerejeira / Bairro de S. Vicente (Fase 1), Gavião, Vila Nova de Famalicão, 1950 | [s.n.].
GPS: 41.415535N, 8.515993W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Bragança, Sé, Bragança, 1950 | BORGES, Ruy Silveira.
GPS: 41.802165N, 6.763706W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Carrazeda de Ansiães / Bairro da Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães, Carrazeda de Ansiães, Bragança, 1970 | [s.n.].
GPS: 41.240569N, 7.307811W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Vila Flor / Bairro da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, Vila Flor, Bragança, 1952 | [s.n.].
GPS: 41.30983N, 7.155301W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Vimioso, Vimioso, Bragança, 1949 | [s.n.].
GPS: 41.589759N, 6.526915W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Castelo Branco / Bairro da Horta de Alva, Castelo Branco, 1949 | [s.n.].
GPS: 39.820483N, 7.484671W

Bairro de Casas para Famílias Pobres da Soalheira, Soalheira, Fundão, 1960 | [s.n.].
GPS: 40.035916N, 7.479048W

Bairro de Casas para Famílias Pobres do Fundão, Alcaria, Fundão, 1959 | [s.n.].
GPS: 40.134817N, 7.506961W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Penamacor / Bairro 1° de Maio, Penamacor, Castelo Branco, 1953 | [s.n.].
GPS: 40.16956N, 7.173062W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Arganil / Bairro do Hospital, Arganil, Coimbra, 1950 | [s.n.].
GPS: 40.214686N, 8.054006W

Bairro de Casas para Famílias Pobres da Fonte do Castanheiro / Bairro da Lomba da Arregaça, Santo António dos Olivais, Coimbra, 1948 | FONSECA, Álvaro da.
GPS: 40.195315N, 8.418819W

Bairro de Casas para Famílias Pobres da Conchada / Bairro da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, Santa Cruz, Coimbra, 1950 | [s.n.].
GPS: 40.217327N, 8.430506W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Santa Clara / Bairro Operário de Santa Clara, Santa Clara, Coimbra, 1951 | [s.n.].
GPS: 40.198617N, 8.438445W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Oliveira do Hospital / Bairro João Rodrigues Lagos, Oliveira do Hospital, Coimbra,1956 | [s.n.].
GPS: 40.361327N, 7.865899W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Soure / Bairro da Santa Casa da Misericórdia de Soure, Soure, Coimbra, 1957 | [s.n.].
GPS: 40.063322N, 8.625915W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Vimieiro, Vimieiro, Arraiolos, Évora, 1950 | [s.n.].
GPS: 38.832424N, 7.844566W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Mora, Mora, Évora, 1950 | [s.n.].
GPS: 38.943303N, 8.167704W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Redondo / Bairro António Festas, Redondo, Évora, 1947 | [s.n.].
GPS: 38.646884N, 7.541773W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Lagos / Bairro Operário de Lagos, São Sebastião, Lagos, 1955 | [s.n.].
GPS: 37.102841N, 8.677661W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Vila Real de Santo António, Vila Real de Santo António, 1950 | [s.n.].
GPS: 37.187356N, 7.413165W

Bairro de Casas para Famílias Pobres da Guarda / Bairro Salazar / Bairro 25 de Abril, Sé, Guarda, 1950 | [s.n.].
GPS: 40.53338N, 7.262343W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Alverca da Beira, Alverca da Beira, Pinhão, 1951 | [s.n.].
GPS: 40.703113N, 7.219222W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Loriga / Bairro do Património dos Pobres de Loriga, Loriga, Seia, Guarda, 1951 | [s.n.].
GPS: 40.324237N, 7.69214W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Seia / Bairro 25 de Abril (Fase 1), Seia, Guarda, 1948 | [s.n.].
GPS: 40.414973N, 7.709227W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Figueiró dos Vinhos / Bairro Municipal / Bairro de Santo António, Figueiró dos Vinhos, Leiria, 1947 | [s.n.].
GPS: 39.900796N, 8.284948W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Leiria / Bairro das Almoinhas, Marrazes, Leiria, 1949 | FRANCO, Lima.
GPS: 39.755253N, 8.818145W

Bairro de Casas para Famílias Pobres da Marinha Grande / Bairro de Santa Isabel, Marinha Grande, Leiria, 1945 | [s.n.].
GPS: 39.756913N, 8.930367W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Peniche / Bairro do Senhor do Calvário (Fase 1), Ajuda, Peniche, 1949 | [s.n.].
GPS: 39.367206N, 9.381128W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Arruda dos Vinhos, Arruda dos Vinhos, Lisboa, 1950 | [s.n.].
GPS: 38.981926N, 9.076915W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Cascais / Bairro Marechal Carmona (Fase 3), Cascais, 1953 | ATHOUGUIA, Ruy Jervis d' (1917-2006).
GPS: 38.710891N, 9.419268W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Cascais / Bairro Marechal Carmona (Fase 2), Cascais, 1952 | ATHOUGUIA, Ruy Jervis d' (1917-2006).
GPS: 38.710891N, 9.419268W

Bairro de Casas para Famílias Pobres em Peniche / Bairro do Senhor do Calvário (Fase 2), Ajuda, Peniche, 1951 | [s.n.].
GPS: 39.366894N, 9.382146W

Bairro de Casas para Famílias Pobres do Caramão da Ajuda, Ajuda, Lisboa, 1947 | BENAVENTE, Luís (1902-1993).
GPS: 38.712794N, 9.206392W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Elvas / Bairro da Boa Fé, Caia e São Pedro, Elvas, 1950 | [s.n.].
GPS: 38.885933N, 7.156988W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Santo António das Areias, Santo António das Areias, Marvão, 1946 | [s.n.].
GPS: 39.413513N, 7.350886W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Baião / Bairro Dr. João Antunes Magalhães, Campelo, Baião, 1950 | [s.n.].
GPS: 41.160824N, 8.037391W

Bairro de Casas para Famílias Pobres da Póvoa de Varzim / Bairro de Nova Sintra, Póvoa de Varzim, 1947 | [s.n.].
GPS: 41.379843N, 8.752308W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Almeirim / Bairro de São João Baptista, Almeirim, Santarém, 1955 | [s.n.].
GPS: 39.203145N, 8.615568W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Benavente / Bairro 1° de Maio, Samora Correia, Benavente, 1950 | [s.n.].
GPS: 38.977897N, 8.805055W

Bairro de Casas para Famílias Pobres da Golegã, Golegã, Santarém, 1948 | BENAVENTE, Luís (1902-1993).
GPS: 39.406012N, 8.488045W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Ourém / Bairro dos Álamos / Bairro 25 de Setembro, Nossa Senhora da Piedade, Ourém, Santarém, 1950 | [s.n.].
GPS: 39.657692N, 8.582863W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Tomar / Bairro Dr. Oliveira Salazar / Bairro 1° de Maio, Santa Maria dos Olivais, Tomar, 1953 | [s.n.].
GPS: 39.609203N, 8.406554W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Vila Nova da Barquinha / Bairro de São João de Deus, Vila Nova da Barquinha, Santarém, 1950 | [s.n.].
GPS: 39.461064N, 8.440216W

Bairro de Casas para Famílias Pobres da Trafaria, Trafaria, Almada, 1947 | [s.n.].
GPS: 38.668912N, 9.239999W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Santiago do Cacém, Santiago do Cacém, 1947 | [s.n.].
GPS: 38.018578N, 8.701419W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Setúbal, São Sebastião, Setúbal, 1950 | [s.n.].
GPS: 38.530275N, 8.873205W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Ponte de Lima / Bairro da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, Ponte de Lima, 1960 | [s.n.].
GPS: 41.76766N, 8.581463W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Viana do Castelo / Bairro Padre Luís Faria, Monserrate, Viana do Castelo, 1966 | [s.n.].
GPS: 41.692797N, 8.834685W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Viana do Castelo / Bairro de Santiago, Monserrate, Viana do Castelo, 1966 | [s.n.].
GPS: 41.692868N, 8.833943W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Vila Nova de Cerveira, Vila Nova de Cerveira, 1950 | [s.n.].
GPS: 41.944379N, 8.741394W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Alijó / Bairro do Hospital, Alijó, 1947 | [s.n.].
GPS: 41.279922N, 7.470745W

Bairro de Casas para Famílias Pobres do Pinhão, Pinhão, Alijó, 1962 | [s.n.].
GPS: 41.19307N, 7.545696W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Santa Comba Dão / Bairro da Colina das Ferrarias, Santa Comba Dão, Viseu, 1950 | [s.n.].
GPS: 40.397867N, 8.127172W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Viseu / Bairro da Cadeia / Bairro Municipal, Coração de Jesus, Viseu, 1946 | [s.n.].
GPS: 40.66129N, 7.922304W

Bairro de Casas para Famílias Pobres da Quinta do Jacinto, Alcântara, Lisboa, 1950 | TOJAL, Raúl; FRANCO, José de Lima.
GPS: 38.707352N, 9.176778W

Bairro de Casas para Famílias Pobres Frederico Ulrich, São João Baptista, Entroncamento, 1955 | [s.n.].
GPS: 39.469357N, 8.472084W

Bairro de São João de Deus / Bairro do Tarrafal (Fase 2) [demolido], Campanhã, Porto, 1956 | [s.n.].
GPS: 41.177288N, 8.572853W

Bairro de Casas para Famílias Pobres Rainha D. Leonor / Bairro das Sobreiras (Fase 2), Lordelo do Ouro, Porto, 1955 | EÇA, Luís de Almeida d' (1921-2011).
GPS: 41.149087N, 8.662276W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Vila Nova de Famalicão / Bairro Cardeal Cerejeira / Bairro de S. Vicente (Fase 2), Gavião, Vila Nova de Famalicão, 1961 | [s.n.].
GPS: 41.415535N, 8.515993W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Moura / Bairro 25 de Abril / Bairro Dr. Oliveira Salazar (Fase 2), São João Baptista, Entroncamento, 1957 | SILVEIRA, Ruy da.
GPS: 38.139727N, 7.456938W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Moura / Bairro 25 de Abril / Bairro Dr. Oliveira Salazar (Fase 3), São João Baptista, Entroncamento, 1960 | SILVEIRA, Ruy da.
GPS: 38.137491N, 7.455746W

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Cascais / Bairro Marechal Carmona (Fase 4), Cascais, Lisboa, 1958 | ATHOUGUIA, Ruy Jervis d' (1917-2006).
GPS: 38.710613N, 9.419253W

Bairro da Horta Nova (Fase 1) [demolido], Carnide, Lisboa, 1973 | [s.n.].
GPS: 38.766766N, 9.18075W

Bairro do Grilo (Fase 1 e 2), Lisboa, 1952 | [s.n.].
GPS: 38.729965N, 9.111218W

Bairro da Quinta das Mouras, Lisboa, 1960 | [s.n.].
GPS: 38.769309N, 9.161764W

Bairro do Charquinho (Fase 1), Benfica, Lisboa, 1961 | [s.n.].
GPS: 38.755726N, 9.197278W

Bairro de Pedralvas, Lisboa, 1961 | [s.n.].
GPS: 38.755088N, 9.206548W

Bairro Quinta de Santa Luzia, Lisboa, 1966 | [s.n.].
GPS: 38.755791N, 9.134069W

Bairro Casalinho da Ajuda (Fase 1), Ajuda, Lisboa, 1968 | [s.n.].
GPS: 38.709995N, 9.19187W

Casas de Renda Económica [CRE].
Lei 2007, de 7 de Maio de 1945

128 exemplos inventariados a 02.2019

Bairro da Pasteleira - Sector Poente - Torres Vermelhas, Foz do Douro, Porto, 1966 | SERÔDIO, João (1932-); EÇA, Luís de Almeida d'(1921-2011), PAIXÃO, Rui (1932-) .
GPS: 41.1513384N, 8.6630958W

Bairro de Ramalde (Fases 1 e 2), Ramalde, Porto, 1950 | TÁVORA, Fernando (1923-2005).
GPS: 41.167382N, 8.65574W

Bairro dos Ourives, Fânzeres, Gondomar, 1957 | REIS, João Braula (1927-1989).
GPS: 41.140185N, 8.529421W

Agrupamento em Matosinhos / Bairro do Tarrafal (Fase 1), Matosinhos, 1951 | ROSA, Miguel Jacobetty (1901-1970).
GPS: 41.183315N, 8.680699W

Agrupamento em Matosinhos / Conjunto Habitacional da Refinaria Angola (Fase 2), Matosinhos, 1951 | SOUTINHO, Alcino (1930-2013).
GPS: 41.18047N, 8.674563W

Agrupamento em S. Mamede de Infesta / Bairro da Caixa Têxtil de Matosinhos, S. Mamede de Infesta, Matosinhos, 1951 | CASTRO, Germano de (1913-1992).
GPS: 41.197704N, 8.612047W

Agrupamento em Santo Tirso (Fase 1), Santo Tirso, 1960 | CABRAL, Bartolomeu da Costa (1929-).
GPS: 41.339126N, 8.478405W

Agrupamento em Santo Tirso (Fase 2) / Bairro das Caixas de Santo Tirso, Santo Tirso, 1963 | [s.n.].
GPS: 41.331075N, 8.462913W

Agrupamento em Vila do Conde / Bairro das Pedreiras, Vila do Conde, 1958 | PEREIRA, Nuno Teotónio (1922-2016).
GPS: 41.353996N, 8.732888W

Agrupamento em Vila Nova de Gaia / Bairro do Cabo-Mor, Vila Nova de Gaia, 1957 | ANDRESEN, João (1920-1967).
GPS: 41.119662N, 8.613127W

Agrupamento em Águeda / Bairro das Caixas de Águeda, Águeda, 1964 | [s.n.].
GPS: 40.577059N, 8.439861W

Agrupamento em Aveiro / Bairro Senhor das Barrocas, Aveiro, 1959 | PADRÃO, Joaquim Cabeça (1921-1993).
GPS: 40.647711N, 8.640664W

Agrupamento em Espinho / Bairro da Marinha, Silvalde, Espinho, 1964 | [s.n.].
GPS: 40.998214N, 8.644624W

Agrupamento em Estarreja, Estarreja, 1964 | CUNHA, Vasco.
GPS: 40.759887N, 8.574762W

Agrupamento na Arrifana / Bairro das Caixas da Arrifana, Arrifana, Santa Maria da Feira, 1964 | CUNHA, Vasco.
GPS: 40.92227N, 8.500425W

Agrupamento em Rio Meão / Bairro da Previdência de Rio Meão, Rio Meão, Santa Maria da Feira, 1961 | [s.n.].
GPS: 40.957878N, 8.587841W

Agrupamento em Vila da Feira / Bairro das Caixas de Vila da Feira, Vila da Feira, Santa Maria da Feira, 1958 | CUNHA, Vasco.
GPS: 40.94349N, 8.534694W

Agrupamento em S. João da Madeira (Fase 1), São João da Madeira, 1952 | [s.n.].
GPS: 40.903489N, 8.491447W

Agrupamento em S. João da Madeira (Fase 2) / Bairro da Previdência de S. João da Madeira, São João da Madeira, 1960 | CUNHA, Vasco.
GPS: 40.891644N, 8.497546W

Agrupamento em Beja (Fase 1), Beja, 1958 | ALBUQUERQUE, Jorge.
GPS: 38.010552N, 7.865762W

Agrupamento em Beja (Fase 2), Beja, 1964 | BAGULHO, Manuel.
GPS: 38.008844N, 7.866516W

Agrupamento em Barcelos / Bairro de Santa Marta, Barcelos, 1958 | PEREIRA, Nuno Teotónio (1922-2016).
GPS: 41.534584N, 8.608408W

Agrupamento em Braga (Fase 1) / Bairro da Previdência de Braga, Braga, 1950 | PEREIRA, Nuno Teotónio (1922-2016).
GPS: 41.546307N, 8.420206W

Agrupamento em Braga (Fase 2), Braga, 1958 | VIEIRA, Dário Silva.
GPS: 41.549909N, 8.412859W

Agrupamento em Braga (Fase 3) / Bairro da Quinta dos Congregados, Braga, 1969 | MORAIS, Justino (1928-2011).
GPS: 41.557626N, 8.40966W

Agrupamento em Fafe, Fafe, 1962 | [s.n.].
GPS: 41.44942N, 8.173076W

Agrupamento em Guimarães (Fase 1) / Bairro do Tarrafal, Guimarães, 1953 | ROSA, Miguel Jacobetty (1901-1970).
GPS: 41.443682N, 8.287831W

Agrupamento em Guimarães (Fase 2)/ Bairro das Caixas de Guimarães, Guimarães, 1958 | [s.n.].
GPS: 41.444708N, 8.288399W

Agrupamento em Vila Nova de Famalicão (Fase 1), Vila Nova de Famalicão, 1953 | ROSA, Miguel Jacobetty (1901-1970).
GPS: 41.407215N, 8.516791W

Agrupamento em Vila Nova de Famalicão (Fase 2), Vila Nova de Famalicão, 1964 | PEREIRA, Nuno Teotónio (1922-2016).
GPS: 41.415194N, 8.515486W

Agrupamento em Bragança (Fase 1) / Bairro do Toural, Sé, Bragança, 1961 | ANDRESEN, João (1920-1967); LIMA, Alfredo Viana de (1913-1991).
GPS: 41.801851N, 6.765317W

Agrupamento em Bragança (Fase 2) / Bairro da Previdência de Bragança, Bragança, 1972 | SOUTINHO, Alcino (1930-2013).
GPS: 41.800491N, 6.76599W

Agrupamento em Castelo Branco, Castelo Branco, 1954 | PEREIRA, Nuno Teotónio (1922-2016).
GPS: 39.82502N, 7.486348W

Agrupamento na Covilhã (Fase 1) / Bairro da Estação, Covilhã, 1955 | LIMA, Raul Rodrigues de (1909-1980) .
GPS: 40.276325N, 7.499321W

Agrupamento na Covilhã (Fase 2) / Bairro da Estação, Covilhã, 1961 | [s.n.].
GPS: 40.276492N, 7.499689W

Agrupamento na Covilhã (Fase 3) / Bairro da Estação, Covilhã, 1963 | CABRAL, Bartolomeu da Costa (1929-); CROFT, Vasco (1932-).
GPS: 40.276007N, 7.498303W

Agrupamento em Coimbra / Bairro das Caixas de Previdência de Coimbra, Coimbra, 1965 | ALBUQUERQUE, Jorge.
GPS: 40.197993N, 8.411143W

Agrupamento na Figueira da Foz / Bairro das Caixas da Figueira da Foz / Bairro do Cruzeiro, Figueira da Foz, 1964 | CUNHA, Vasco; COSTA, Rafael Santos (eng.).
GPS: 40.155704N, 8.853714W

Agrupamento em Estremoz, Estremoz, 1964 | PIMENTEL, Rui (1924-2005).
GPS: 38.849065N, 7.589259W

Agrupamento em Évora (Fase 1), Évora, 1951 | ROSA, Miguel Jacobetty (1901-1970).
GPS: 38.571044N, 7.901496W

Agrupamento em Évora (Fase 2) / Bairro das Caixas de Previdência de Évora, Évora, 1964 | PIMENTEL, Rui (1924-2005).
GPS: 38.566726N, 7.89589W

Agrupamento em Bencatel / Bairro 25 de Abril, Bencatel, Vila Viçosa, 1962 | MODESTO, Francisco.
GPS: 38.746295N, 7.456466W

Agrupamento em Faro, Faro, 1954 | [s.n.].
GPS: 37.016253N, 7.923223W

Agrupamento em Lagos / Bairro da Abrótea, Lagos, 1955 | [s.n.].
GPS: 37.101207N, 8.68104W

Agrupamento em Loulé / Bairro Municipal de Loulé / Bairro Frederico Ulrich, Loulé, 1964 | [s.n.].
GPS: 37.133526N, 8.01442W

Agrupamento em Portimão, Portimão, 1964 | [s.n.].
GPS: 37.132379N, 8.540085W

Agrupamento em Silves / Bairro Cerca da Feira, Silves, 1964 | MODESTO, Francisco.
GPS: 37.188575N, 8.445236W

Agrupamento em Tavira / Bairro da Porta Nova, Tavira, 1952 | MODESTO, Francisco.
GPS: 37.131562N, 7.649254W

Agrupamento em Vila Real de Santo António (Fase 1) / Bairro do Lazareto, Vila Real de Santo António, 1964 | MODESTO, Francisco.
GPS: 37.187623N, 7.415479W

Agrupamento em Vila Real de Santo António (Fase 2) / Bairro da Previdência de Vila Real de Santo António, Vila Real de Santo António, 1968 | MODESTO, Francisco.
GPS: 37.188406N, 7.416105W

Agrupamento na Guarda (Fase 1), Guarda, 1959 | CADIMA, Joaquim.
GPS: 40.538672N, 7.263614W

Agrupamento na Guarda (Fase 2), Guarda, 1961 | [s.n.].
GPS: 40.537048N, 7.262336W

Agrupamento na Guarda (Fase 3) / Bairro da Caixa da Guarda, Guarda, 1964 | [s.n.].
GPS: 40.537444N, 7.263052W

Agrupamento em Seia / Bairro Salazar (Fase 2), Seia, 1965 | [s.n.].
GPS: 40.41456N, 7.709877W

Agrupamento em Trancoso, Trancoso, 1957 | PEREIRA, Nuno Teotónio (1922-2016).
GPS: 40.780718N, 7.350284W

Agrupamento em Alcobaça, Alcobaça, 1965 | FIGUEIREDO, Vítor (1929-2004).
GPS: 39.552477N, 8.978391W

Agrupamento em Leiria, Leiria, 1960 | [s.n.].
GPS: 39.741287N, 8.806044W

Agrupamento na Marinha Grande / Bairro das Caixas da Marinha Grande, Marinha Grande, 1955 | SILVA, Francisco da Conceição (1922-1982).
GPS: 39.751935N, 8.929156W

Agrupamento em Peniche (Fase 1) / Bairro de Santa Maria, Peniche, 1968 | FIGUEIREDO, Vítor (1929-2004).
GPS: 39.365864N, 9.381728W

Agrupamento em Peniche (Fase 2) / Bairro dos Pescadores da Prageira, Peniche, 1969 | FIGUEIREDO, Vítor (1929-2004).
GPS: 39.359923N, 9.370077W

Agrupamento em Mira de Aire, Mira de Aire, Porto de Mós, 1965 | FIGUEIREDO, Vítor (1929-2004).
GPS: 39.543401N, 8.725797W

Agrupamento em Carcavelos, Carcavelos, 1957 | [s.n.].
GPS: 38.689143N, 9.332941W

Agrupamento em Cascais (Fase 1) / Bairro da Cidadela de Cascais, Cascais, 1950 | FIGUEIREDO, Filipe (1913-1989).
GPS: 38.703555N, 9.427531W

Agrupamento em Cascais (Fase 2) / Bairro do Rosário, Cascais, 1964 | [s.n.].
GPS: 38.699445N, 9.436518W

Agrupamento em Cascais (Fase 3) / Bairro da Torre, Cascais, 1967 | [s.n.].
GPS: 38.703464N, 9.44168W

Bairro da Caixa na Madorna (Fase 1), São Domingos de Rana, Cascais, 1958 | [s.n.].
GPS: 38.701021N, 9.353962W

Bairro da Caixa na Madorna (Fase 2) , Madorna, Cascais, 1963 | [s.n.].
GPS: 38.701857N, 9.354643W

Agrupamento na Parede / Bairro das Caixas da Parede, Parede, Cascais, 1957 | ATHOUGUIA, Ruy Jervis d' (1917-2006).
GPS: 38.692053N, 9.349484W

Bairro de Alvalade (Células 1 e 2) (Fase 1), Alvalade, Lisboa, 1945 | ROSA, Miguel Jacobetty (1901-1970).
GPS: 38.752311N, 9.146895W

Bairro de Alvalade (Célula 5) (Fase 2), Alvalade, Lisboa, 1945 | ROSA, Miguel Jacobetty (1901-1970).
GPS: 38.752737N, 9.140792W

Agrupamento em Santo António de Cavaleiros / Bairro ICESA, Santo António dos Cavaleiros, Loures, 1957 | [s.n.].
GPS: 38.811753N, 9.164502W

Agrupamento em Oeiras / Bairro da Medrosa, Oeiras, 1958 | VIEIRA, Dário Silva.
GPS: 38.684114N, 9.320489W

Agrupamento em Albarraque / Bairro da Tabaqueira, Albarraque, Sintra, 1962 | [s.n.].
GPS: 38.75221N, 9.350053W

Agrupamento em Queluz / Bairro das Caixas de Queluz / Bairro 1º de Maio, Queluz, Sintra, 1963 | [s.n.].
GPS: 38.762634N, 9.266464W

Agrupamento em Póvoa de Santa Iria / Bairro da Soda Póvoa, Póvoa de Santa Iria, Vila Franca de Xira, 1953 | PEREIRA, Nuno Teotónio (1922-2016).
GPS: 38.859693N, 9.067165W

Agrupamento em Elvas (Fase 1), Elvas, 1955 | PEREIRA, Nuno Teotónio (1922-2016).
GPS: 38.875756N, 7.170243W

Agrupamento em Elvas (Fase 2) / Bairro das Caixas de Elvas, Elvas, 1967 | [s.n.].
GPS: 38.876349N, 7.170523W

Agrupamento em Atalaião (Fase 1), Atalaião, Portalegre, 1969 | MORAIS, Justino (1928-2011).
GPS: 39.291787N, 7.424666W

Agrupamento em Atalaião (Fase 2), Portalegre, Atalaião, 1971 | MORAIS, Justino (1928-2011).
GPS: 39.290982N, 7.42543W

Agrupamento em Portalegre / Bairro dos Carteiros, Portalegre, 1955 | PESSOA, Alberto José (1919-1985).
GPS: 39.301962N, 7.430196W

Agrupamento em Abrantes, Abrantes, 1953 | [s.n.].
GPS: 39.463354N, 8.204172W

Agrupamento em Alcanena (Fase 1), Alcanena, 1952 | [s.n.].
GPS: 39.464552N, 8.664856W

Agrupamento em Alcanena (Fase 2), Alcanena, 1962 | FIGUEIREDO, Vítor (1929-2004).
GPS: 39.457504N, 8.662262W

Agrupamento em Tomar / Bairro das Caixas de Tomar, Tomar, 1968 | LIMA, João Pedro da Mota (1929-2012).
GPS: 39.600409N, 8.403355W

Agrupamento em Torres Novas / Bairro das Tufeiras, Torres Novas, 1960 | [s.n.].
GPS: 39.483417N, 8.537226W

Agrupamento em Alcochete / Bairro das Caixas de Previdência em Alcochete, Alcochete, 1970 | MORAIS, Justino (1928-2011).
GPS: 38.749553N, 8.967546W

Agrupamento em Almada, Almada, 1950 | [s.n.].
GPS: 38.680944N, 9.15338W

Agrupamento no Laranjeiro, Laranjeiro, Almada, 1968 | [s.n.].
GPS: 38.655222N, 9.149971W

Bairro 25 de Abril no Barreiro (Fase 1), Barreiro, 1959 | PADRÃO, Joaquim Cabeça (1921-1993).
GPS: 38.647983N, 9.063W

Bairro 25 de Abril no Barreiro (Fase 2), Barreiro, 1962 | FIGUEIREDO, Vítor (1929-2004).
GPS: 38.647712N, 9.063812W

Agrupamento no Lavradio / Bairro da CUF/ Bairro dos Católicos, Lavradio, Barreiro, 1967 | MORAIS, Justino (1928-2011).
GPS: 38.659889N, 9.059667W

Agrupamento na Moita / Bairro das Caixas da Moita (Fase 1), Moita, 1970 | MORAIS, Justino (1928-2011).
GPS: 38.650277N, 8.987236W

Agrupamento em Montijo / Bairro das Barreiras, Montijo, 1958 | [s.n.].
GPS: 38.713257N, 8.971702W

Agrupamento em Amora / Bairro dos Corticeiros, Amora, Seixal, 1962 | [s.n.].
GPS: 38.629382N, 9.115329W

Agrupamento em Setúbal / Centro Residencial Marcelo Caetano / Bairro Humberto Delgado, Setúbal, 1966 | MORAIS, Justino (1928-2011).
GPS: 38.529021N, 8.870272W

Bairro das Caixas em Arcos de Valdevez, Arcos de Valdevez, 1962 | SOUTINHO, Alcino (1930-2013).
GPS: 41.847874N, 8.413266W

Agrupamento em Valença / Bairro da Boavista, Seara, Valença, 1967 | [s.n.].
GPS: 42.024331N, 8.630779W

Agrupamento em Viana do Castelo / Bairro do Liceu, Viana do Castelo, 1958 | REIS, Jerónimo (1916-1984).
GPS: 41.698649N, 8.824182W

Bairro da Caixa de Previdência em Chaves, Chaves, 1962 | [s.n.].
GPS: 41.751358N, 7.463184W

Agrupamento em Vila Real (Fase 1), Vila Real, 1957 | [s.n.].
GPS: 41.302393N, 7.745249W

Agrupamento em Vila Real / Bairro da Caixa de Vila Real (Fase 2), Vila Real, 1963 | [s.n.].
GPS: 41.303408N, 7.746167W

Agrupamento em Lamego, Lamego, 1960 | LIMA, João Pedro da Mota (1929-2012).
GPS: 41.097615N, 7.811215W

Agrupamento em Viseu (Fase 1) / Bairro CTT, Viseu, 1958 | [s.n.].
GPS: 40.665672N, 7.921481W

Agrupamento em Viseu (Fase 2) / Bairro 1° de Maio, Viseu, 1968 | [s.n.].
GPS: 40.661017N, 7.920288W

Agrupamento no Caramulo, Caramulo, Tondela, 1959 | PEREIRA, Nuno Teotónio (1922-2016).
GPS: 40.570461N, 8.171446W

Bairro das Caixas em Ponta Delgada, Ponta Delgada, 1963 | [s.n.].
GPS: 37.74329N, 25.65682W

Agrupamento em Angra do Heroísmo, Angra do Heroísmo, 1964 | [s.n.].
GPS: 38.65573N, 27.227759W

Agrupamento na Praia da Vitória, Praia da Vitória, 1963 | [s.n.].
GPS: 38.739586N, 27.080457W

Agrupamento no Funchal, Funchal, 1960 | RAMALHO, Raul Chorão (1914-2002).
GPS: 32.652337N, 16.906767W

Bairro de Alvalade (Célula 6) (Fase 3), Alvalade, Lisboa, 1954 | [s.n.].
GPS: 38.757436N, 9.137899W

Agrupamento em Manteigas, Manteigas, 1963 | [s.n.].
GPS: 40.403121N, 7.542099W

Bairro Têxtil, Moreira de Cónegos, Guimarães, 1971 | QUEIRÓS, Antonio Macedo (engenheiro).
GPS: 41.379046N, 8.329372W

Bloco de Casas de Renda Económica da Mutualidade Popular de Faro, Faro, 1945 | [s.n.].
GPS: 37.019632N, 7.92492W

Agrupamento na Rua da Constituição, Porto, 1951 | [s.n.].
GPS: 41.1634N, 8.615721W

Agrupamento da Baixa da Banheira / Vale da Amoreira, Baixa da Banheira/ Vale da Amoreira, Moita, 1972 | MORAIS, Justino (1928-2011).
GPS: 38.643727N, 9.037619W

Bairro das Praias do Sado, Praias do Sado, Setúbal, 1965 | MORAIS, Justino (1928-2011).
GPS: 38.516537N, 8.833663W

Conjunto Habitacional da Marinha Grande, Marinha Grande, 1968 | MORAIS, Justino (1928-2011).
GPS: 39.748429N, 8.93199W

Conjunto Habitacional da Póvoa de Santa Iria, Póvoa de Santa Iria, Vila Franca de Xira, 1969 | MORAIS, Justino (1928-2011).
GPS: 38.869816N, 9.058487W

Conjunto Habitacional em Sesimbra, Sesimbra, 1969 | MORAIS, Justino (1928-2011).
GPS: 38.445174N, 9.096911W

Conjunto Habitacional na Caparica - Vila (Fase 3), Costa da Caparica, 1970 | MORAIS, Justino (1928-2011).
GPS: 38.639619N, 9.233047W

Conjunto Habitacional em Setúbal, Setúbal, 1971 | MORAIS, Justino (1928-2011).
GPS: 38.523851N, 8.865818W

Conjunto Habitacional na Ericeira - Vila, Ericeira, Lisboa, 1971 | MORAIS, Justino (1928-2011).
GPS: 38.970577N, 9.419095W

Conjunto Habitacional em Braga, Braga, 1973 | MORAIS, Justino (1928-2011).
GPS: 41.5586891N, 8.40987W

Conjunto Habitacional em Viana do Castelo, Viana do Castelo, 1971 | MORAIS, Justino (1928-2011).
GPS: 41.692471N, 8.846343W

Conjunto Habitacional em Albergaria-a-Velha, Albergaria-a-Velha, 1973 | MORAIS, Justino (1928-2011).
GPS: 40.692818N, 8.4729W

Conjunto Habitacional em Évora, Évora, 1974 | MORAIS, Justino (1928-2011).
GPS: 38.566318N, 7.927676W

Conjunto Habitacional em Beja / Bairro Santa Eufémia, Beja, 1974 | MORAIS, Justino (1928-2011).
GPS: 38.015862N, 7.871614W

8 não construídos

Unidade Residencial de Ramalde, 1948 [não construído I] | MAGALHÃES, Manuel.
GPS: 41.167382N, 8.655740W

Unidade Residencial de Ramalde, 1949 [não construído II] | ANDRESEN, João; MARTINS, Rogério.
GPS: 41.167382N, 8.655740W

Conjunto Habitacional da Abrunheira, 1966 [não construído] | MORAIS, Justino.

Conjunto Habitacional da Alhandra, 1967 [não construído] | MORAIS, Justino.

Conjunto Habitacional de Sesimbra, 1972 [não construído] | MORAIS, Justino.

Conjunto Habitacional de Praias do Sado, 1972 [não construído] | MORAIS, Justino.

Conjunto Habitacional de Estarreja, 1968 [não construído] | FIGUEIREDO, Vítor (1929-2004); SOUSA, Eduardo Trigo de.

Conjunto Habitacional da Costa da Caparica, 1972 [não construído] | FIGUEIREDO, Vítor.

Casas para Pescadores [CP].
Decreto-Lei 35.732, de 4 de Julho de 1946

61 exemplos inventariados a 02.2019

Bairro de Casas para Pescadores da Torre em Cascais (Fase 2), Cascais, 1965 | [s.n.].
GPS: 38.703588N, 9.442595W

Bairro de Casas para Pescadores em Olhão, Olhão, 1945 | FERNANDES, Inácio Peres (1910-1989).
GPS: 37.035144N, 7.83059W

Bairro de Casas para Pescadores em Espinho / Bairro de Silvalde (Fase 1), Silvalde, Espinho, 1945 | [s.n.].
GPS: 40.995506N, 8.644W

Bairro de Casas para Pescadores na Fuseta, Fuseta, Olhão, 1945 | FERNANDES, Inácio Peres (1910-1989).
GPS: 37.052826N, 7.749564W

Bairro de Casas para Pescadores em Póvoa de Varzim, Póvoa de Varzim, 1950 | BASTOS, Alexandre Teixeira.
GPS: 41.374045N, 8.757136W

Bairro de Casas para Pescadores na Afurada (General Craveiro Lopes), S. Pedro da Afurada, Vila Nova de Gaia, 1952 | SOARES, Camilo de Paiva.
GPS: 41.143992N, 8.643512W

Bairro de Casas para Pescadores na Aguda, Arcozelo, Vila Nova de Gaia, 1959 | BASTOS, Alexandre Teixeira.
GPS: 41.047861N, 8.652098W

Bairro de Casas para Pescadores na Costa da Caparica (Fase 1), Costa da Caparica, Almada, 1946 | COSTA, João Guilherme Faria da (1906-1971) [Anteprojecto 1ª fase].
GPS: 38.639979N, 9.232143W

Bairro de Casas para Pescadores na Ericeira, Ericeira, Mafra, 1949 | LIMA, Raúl Rodrigues de .
GPS: 38.971191N, 9.418734W

Bairro de Casas para Pescadores na Nazaré (Fase 1), Nazaré, 1940 | [s.n.].
GPS: 39.598691N, 9.068854W

Bairro de Casas para Pescadores na Torreira (Fase 1), Torreira, Murtosa, 1949 | FONSECA, Álvaro da.
GPS: 40.758541N, 8.71056W

Bairro de Casas para Pescadores em Albufeira, Albufeira, 1953 | [s.n.].
GPS: 37.088268N, 8.247269W

Bairro de Casas para Pescadores em Buarcos, Buarcos, Figueira da Foz, 1945 | [s.n.].
GPS: 40.16718N, 8.875684W

Bairro de Casas para Pescadores da Torre em Cascais (Fase 1), Cascais, 1963 | [s.n.].
GPS: 38.703588N, 9.442595W

Bairro de Casas para Pescadores em Cascais (Fase 1), Cascais, 1946 | FIGUEIREDO, Filipe Nobre de.
GPS: 38.702327N, 9.425599W

Bairro de Casas para Pescadores em Esposende, Esposende, 1957 | BORGES, Ruy da Silveira.
GPS: 41.534493N, 8.783592W

Bairro de Casas para Pescadores em Fão, Fão, Esposende, 1958 | BORGES, Ruy da Silveira.
GPS: 41.509984N, 8.773357W

Bairro de Casas para Pescadores em Ferragudo, Ferragudo, Lagoa, 1946 | FERNANDES, Inácio Peres (1910-1989).
GPS: 37.130793N, 8.520991W

Bairro de Casas para Pescadores em Ílhavo (Fase 2), São Salvador, Ílhavo, 1962 | [s.n.].
GPS: 40.608944N, 8.671928W

Bairro de Casas para Pescadores em Lagoa, Nossa Senhora do Rosário, Lagoa, 1951 | GUEDES, Luís N.
GPS: 37.74268N, 25.58356W

Bairro de Casas para Pescadores em Matosinhos (Fase 1), Matosinhos, 1945 | GODINHO, Januário (1910-1990).
GPS: 41.187778N, 8.679868W

Bairro de Casas para Pescadores em Matosinhos (Fase 2), Matosinhos, 1958 | BASTOS, Alexandre Teixeira.
GPS: 41.187778N, 8.679868W

Bairro de Casas para Pescadores em Matosinhos (Fase 3), Matosinhos, 1958 | BASTOS, Alexandre Teixeira.
GPS: 41.187778N, 8.679868W

Bairro de Casas para Pescadores em Peniche (Fase 1), Ajuda, Peniche, 1942 | [s.n.].
GPS: 39.366893N, 9.377119W

Bairro de Casas para Pescadores em Ílhavo / Bairro dos Pescadores da Malhada (Fase 1), São Salvador, Ílhavo, 1949 | [s.n.].
GPS: 40.606897N, 8.675587W

Bairro de Casas para Pescadores em Portimão, Portimão, 1946 | FERNANDES, Inácio Peres (1910-1989).
GPS: 37.130167N, 8.536689W

Bairro de Casas para Pescadores em Rabo de Peixe [demolido], Rabo de Peixe, Ribeira Grande, S. Miguel, 1950 | [s.n.].
GPS: 37.815253N, 25.579458W

Bairro de Casas para Pescadores de Santa Luzia, Santa Maria Tavira, Tavira, 1948 | BORGES, Ruy da Silveira.
GPS: 37.102376N, 7.660444W

Bairro de Casas para Pescadores em São Jacinto, São Jacinto, Aveiro, 1940 | [s.n.].
GPS: 40.665864N, 8.734178W

Bairro de Casas para Pescadores de São Mateus, São Mateus da Calheta, Angra do Heroísmo, Terceira, 1951 | GUEDES, Luís N..
GPS: 38.656714N, 27.263922W

Bairro de Casas para Pescadores em Sesimbra, (Fase 1) [demolido], Santiago, Sesimbra, 1942 | [s.n.].
GPS: 38.444215N, 9.096543W

Bairro de Casas para Pescadores em Setúbal (Fase 1), Nossa Senhora da Anunciada, Sesimbra, 1949 | [s.n.].
GPS: 38.527654N, 8.904421W

Bairro de Casas para Pescadores em Sines (Fase 1), Sines, 1949 | HELBLING, Luís Alberto .
GPS: 37.954331N, 8.874172W

Bairro de Casas para Pescadores em Sines (Fase 2), Sines, 1959 | BASTOS, Alexandre Teixeira .
GPS: 37.954331N, 8.874172W

Bairro de Casas para Pescadores em Viana do Castelo, Monserrate, Viana do Castelo, 1940 | [s.n.].
GPS: 41.692302N, 8.846497W

Bairro de Casas para Pescadores em Vieira de Leiria [demolido], Vieira de Leiria, Marinha Grande, 1950 | [s.n.].
GPS: 39.878905N, 8.966684W

Bairro de Casas para Pescadores em Vila do Conde (Fase 1), Vila do Conde, 1944 | BATISTA, Francisco Augusto.
GPS: 41.357771N, 8.754208W

Bairro de Casas para Pescadores em Vila do Conde (Fase 2), Vila do Conde, 1949 | BATISTA, Francisco Augusto.
GPS: 41.357771N, 8.754208W

Bairro de Casas para Pescadores em Vila do Conde (Fase 3), Vila do Conde, 1966 | BATISTA, Francisco Augusto.
GPS: 41.357771N, 8.754208W

Bairro de Casas para Pescadores em Vila Praia de Âncora, Vila Praia de Âncora, Caminha, 1950 | BORGES, Ruy da Silveira .
GPS: 41.817403N, 8.868669W

Bairro de Casas para Pescadores no Cabedelo/ Bairro da Gala [demolido], São Pedro, Fiqueira da Foz, 1940 | [s.n.].
GPS: 40.134024N, 8.859785W

Bairro de Casas para Pescadores no Furadouro, Ovar, 1945 | [s.n.].
GPS: 40.870356N, 8.674897W

Bairro de Casas para Pescadores no Machico [demolido], Água de Pena, Machico, Madeira, 1958 | [s.n.].
GPS: 32.701543N, 16.777626W

Bairro de Casas para Pescadores nas Berlengas, Berlenga, Peniche, 1940 | [s.n.].
GPS: 39.414477N, 9.505614W

Bairro de Casas para Pescadores em Alvor, Alvor, Portimão, 1965 | BASTOS, Alexandre Teixeira.
GPS: 37.128584N, 8.595076W

Bairro de Casas para Pescadores em Espinho / Bairro de Silvalde (Fase 2), Silvalde, Espinho, 1960 | [s.n.].
GPS: 40.995506N, 8.644W

Bairro de Casas para Pescadores na Torreira (Fase 2), Torreira, Murtosa, 1962 | [s.n.].
GPS: 40.758541N, 8.71056W

Bairro de Casas para Pescadores em Buarcos (não localizado), Buarcos, Fiqueira da Foz, 1944 | [s.n.].
GPS: 40.16718N, 8.875684W

Bairro de Casas para Pescadores na Nazaré (Fase 2), Nazaré, 1945 | [s.n.].
GPS: 39.598691N, 9.068854W

Bairro de Casas para Pescadores em Peniche (Fase 2), Ajuda, Peniche, 1949 | [s.n.].
GPS: 39.366893N, 9.377119W

Bairro de Casas para Pescadores em Peniche (Fase 3), Ajuda, Peniche, 1952 | [s.n.].
GPS: 39.366893N, 9.377119W

Bairro de Casas para Pescadores em Peniche (Fase 4), Ajuda, Peniche, 1958 | [s.n.].
GPS: 39.366893N, 9.377119W

Bairro de Casas de Pescadores em Madalena do Mar, Seixal, Porto Moniz, Madeira 1946 | [s.n.].
GPS: 32.693119N, 17.124783W

Bairro de Casas para Pescadores na Nazaré (Fase 3), Nazaré, 1949 | [s.n.].
GPS: 39.598691N, 9.068854W

Bairro de Casas para Pescadores em Cascais (Fase 2), Cascais, 1953 | FIGUEIREDO, Filipe Nobre de.
GPS: 38.702327N, 9.425599W

Bairro de Casas para Pescadores em Cascais (Fase 3), Cascais, 1954 | FIGUEIREDO, Filipe Nobre de.
GPS: 38.702327N, 9.425599W

Bairro de Casas para Pescadores em Sesimbra (Fase 2), Santiago, Sesimbra, 1946 | Helbling, Luís Alberto .
GPS: 38.444215N, 9.096543W

Bairro de casas para pescadores / Conjunto Habitacional Eng. Alberto Reis, Câmara de Lobos, Madeira, 1970 | FERREIRA, Rui Goes; MACHADO, Fernando; MARTINS Gilberto; COSTA, Marcelo.
GPS: 32.645789N, 16.97073W

Bairro de Casas para Pescadores em Setúbal (Fase 2), Nossa Senhora da Anunciada, Setúbal, 1961 | [s.n.].
GPS: 38.527654N, 8.904421W

Bairro de Casas para Pescadores em Setúbal (Fase 3), Nossa Senhora da Anunciada, Setúbal, 1962 | BASTOS, Alexandre Teixeira (plano e fogos tipo).
GPS: 38.527654N, 8.904421W

Bairro de Casas para Pescadores na Costa da Caparica (Fase 2), Costa da Caparica, Almada, 1949 | [s.n.].
GPS: 38.639979N, 9.232143W

Casas com Renda Limitada [CRL].
Decreto-Lei 36212, de 7 de Abril de 1947

4 exemplos inventariados a 02.2019

Conjunto Habitacional na Avenida Infante Santo, Lapa, Lisboa, 1949 | PESSOA, Alberto J. (1919-1985); GANDRA, Hernâni (1914-1988); MANTA, João Abel (1928-).
GPS: 38.70992N, 9.165252W

Bairro das Estacas, Alvalade, Lisboa, 1949 | ATHOUGUIA, Ruy Jervis d' (1917-2006); SANCHEZ, Sebastião Formosinho (1922-2004).
GPS: 38.746497N, 9.137728W

Bairro de Alvalade - Edifícios cruzamento Av. EUA e Av. de Roma, Lisboa, 1951 | SEGURADO, Jorge de Almeida (1898-1990); FIGUEIREDO, Filipe (1913-1989); GOMES, Sérgio.
GPS: 38.749301N, 9.14189W

Edifícios na Avenida dos Estados Unidos da América, Alvalade, Lisboa, 1954 | LAGINHA, Manuel (1919-1985); CID, Pedro (1925-1983); ESTEVES, João Barros Vasconcelos (1924-).
GPS: 38.749121N, 9.136709W

Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto [PMP].
Decreto-Lei 40616, de 28 de Maio de 1956

30 exemplos inventariados a 02.2019

Grupo de Moradias Populares do Bom Sucesso, Massarelos, Porto, 1956 | EÇA, Luís de Almeida d' (1921-2011).
GPS: 41.153723N, 8.632201W

Bairro dos CTT em Pereiró, Porto, 1956 | Eça, Luís de Almeida d'.
GPS: 41.173794N, 8.657508W

Bairro da Pasteleira - Plano de Urbanização, Porto, 1957 .
GPS: 41.152902N, 8.661369W

Grupo de Moradias Populares de Pio XII, Campanhã, Porto, 1957 | [s.n.].
GPS: 41.173262N, 8.582031W

Grupo de Moradias Populares do Carvalhido, Paranhos, Porto, 1957 | EÇA, Luís de Almeida d' (1921-2011).
GPS: 41.169443N, 8.622784W

Grupo de Moradias Populares do Outeiro (Fase 1), Paranhos, Porto, 1958 | MENDES, Vasco; PINTO, Miguel Reimão; ROSMANINHO, Alberto.
GPS: 41.173541N, 8.597644W

Grupo de Moradias Populares de Agra do Amial, Paranhos, Porto, 1958 | MENDES, Vasco; PINTO, Miguel Reimão; ROSMANINHO, Alberto.
GPS: 41.176478N, 8.608972W

Grupo de Moradias Populares do Carriçal, Paranhos, Porto, 1959 | MENDES, Vasco; PINTO, Miguel Reimão; ROSMANINHO, Alberto.
GPS: 41.180196N, 8.612094W

Grupo de Moradias Populares de Fernão de Magalhães, Bonfim, Porto, 1959 | MENDES, Vasco; PINTO, Miguel Reimão; ROSMANINHO, Alberto.
GPS: 41.153567N, 8.597844W

Grupo de Moradias Populares de São Roque da Lameira, Campanhã, Porto, 1959 | MENDES, Vasco; PINTO, Miguel Reimão; ROSMANINHO, Alberto, PAIXÃO, Rui.
GPS: 41.166123N, 8.575001W

Grupo de Moradias Populares da Fonte da Moura (Fase 1), Aldoar, Porto, 1960 | PINTO, Miguel Reimão; PAIXÃO, Rui.
GPS: 41.170019N, 8.661345W

Grupo de Moradias Populares do Cerco do Porto, Campanhã, Porto, 1961 | MENDES, Vasco; PINTO, Miguel Reimão.
GPS: 41.160156N, 8.569306W

Grupo de Moradias Populares da Fonte da Moura (Fase 2), Aldoar, Porto, 1962 | PAIXÃO, Rui.
GPS: 41.170015N, 8.66001W

Grupo de Moradias Populares do Regado, Paranhos, Porto, 1962 | PAIXÃO, Rui.
GPS: 41.174775N, 8.618092W

Grupo de Moradias Populares do Engenheiro Machado Vaz, Campanhã, Porto, 1963 | MENDES, Vasco.
GPS: 41.165569N, 8.57978W

Grupo de Moradias Populares do Engenheiro Arantes e Oliveira / Bairro das Campinas, Ramalde, Porto, 1963 | MENDES, Vasco.
GPS: 41.169659N, 8.653294W

Grupo de Moradias Populares do Outeiro (Fase 2), Paranhos, Porto, 1964 | PAIXÃO, Rui.
GPS: 41.17215N, 8.597087W

Grupo de Moradias Populares de Francos, Ramalde, Porto, 1964 | PAIXÃO, Rui.
GPS: 41.167124N, 8.639266W

Agrupamento de Moradias Populares de Aldoar, Aldoar, Porto, 1965 | MENDES, Vasco; PAIXÃO, Rui.
GPS: 41.173719N, 8.666737W

Bairro de São João de Deus / Bairro do Tarrafal (Fase 3) [demolido], Campanhã, Porto, 1966 | [s.n.].
GPS: 41.176391N, 8.572784W

Agrupamento de Moradias Populares do Falcão (Fase 1), Campanhã, Porto, 1967 | PAIXÃO, Rui.
GPS: 41.158975N, 8.576916W

Grupo de Moradias Populares da Corujeira / Bairro Monte da Bela, Campanhã, Porto, 1968 | PAIXÃO, Rui (1932-).
GPS: 41.15501N, 8.577458W

Grupo de Moradias Populares Doutor Nuno Pinheiro Torres, Lordelo do Ouro, Porto, 1968 | [s.n.].
GPS: 41.15467N, 8.654476W

Grupo de Moradias Populares do Lagarteiro (Fase 1), Campanhã, Porto, 1968 | FARIA, Domingos.
GPS: 41.152821N, 8.566932W

Grupo de Moradias Populares do Bom Pastor, Paranhos, Porto, 1968 | FARIA, Domingos; CARVALHO, Florêncio de.
GPS: 41.168105N, 8.613712W

Grupo de Moradias Populares do Aleixo, Lordelo do Ouro, Porto, 1969 | TELES, Manuel (1936-2012).
GPS: 41.150834N, 8.647395W

Grupo de Moradias Populares de Contumil (Fase 1), Campanhã, Porto, 1971 | TELES, Manuel (1936-2012); PAIXÃO, Rui; COSTA, Alexandre Alves (1939-).
GPS: 41.169621N, 8.583057W

Agrupamento de Moradias Populares do Falcão (Fase 2), Campanhã, Porto, 1974 | CARVALHO, Florêncio de.
GPS: 41.158189N, 8.576174W

Grupo de Moradias Populares do Lagarteiro (Fase 2), Campanhã, Porto, 1974 | CARVALHO, Florêncio de.
GPS: 41.152821N, 8.566932W

Grupo de Moradias Populares de Contumil (Fase 2), Campanhã, Porto, 1974 | PAIXÃO, Rui.
GPS: 41.169621N, 8.583057W

Casas Construídas Através de Empréstimo: Casas do Povo [CCE-CP].
Lei 2092, de 9 de Abril de 1958

49 exemplos inventariados a 02.2019

Bairro da Casa do Povo em Vilarelhos, Vilarelhos, Alfândega da Fé, 1966 | [s.n.].
GPS: 41.348333N, 7.040278W

Bairro da Casa do Povo em Torre de Dona Chama, Torre de Dona Chama, Mirandela, 1973 | SOUTINHO, Alcino (1930-2013).
GPS: 41.655188N, 7.12546W

Bairro da Casa do Povo em Felgar, Felgar, Torre de Moncorvo, 1965 | FIGUEIREDO, Vítor (1929-2004).
GPS: 41.206165N, 6.961343W

Bairro da Casa do Povo em Torre de Moncorvo, Torre de Moncorvo, 1971 | [s.n.].
GPS: 41.171389N, 7.052778W

Bairro da Casa do Povo em Favaios, Favaios, Alijó, 1958 | FILGUEIRAS, Octávio Lixa (1922-1996).
GPS: 41.268333N, 7.505278W

Bairro da Casa do Povo em Pegarinhos, Pegarinhos, Alijó, 1965 | CONDESSO, Fernando.
GPS: 41.358611N, 7.445278W

Bairro da Casa do Povo em Sanfins do Douro, Sanfins do Douro, Alijó, 1960 | [s.n.].
GPS: 41.294047N, 7.51887W

Bairro da Casa do Povo em Barqueiros, Barqueiros, Mesão Frio, 1972 | ALCÂNTARA, Fernanda.
GPS: 41.135477N, 7.899336W

Bairro da Casa do Povo de Fontelas, Fontelas, Peso da Régua, 1965 | FIGUEIREDO, Vítor (1929-2004).
GPS: 41.163357N, 7.817843W

Bairro da Casa do Povo em Moura Morta, Moura Morta, Peso da Régua, 1961 | SOUTINHO, Alcino (1930-2013).
GPS: 41.194949N, 7.833095W

Bairro da Casa do Povo de Vilarinho de Freires, Vilarinho de Freires, Peso da Régua, 1965 | SOUTINHO, Alcino (1930-2013).
GPS: 41.171566N, 7.749133W

Bairro da Casa do Povo de Aldeia de Cima / Bairro do Seixo, Aldeia de Cima, Armamar, 1968 | SOUTINHO, Alcino (1930-2013).
GPS: 41.112739N, 7.720979W

Bairro da Casa do Povo em Nelas, Nelas, 1958 | CUNHA, Vasco.
GPS: 40.535287N, 7.856468W

Bairro da Casa do Povo em Pinheiro de Lafões, Pinheiro de Lafões, Oliveira de Frades, 1963 | CUNHA, Vasco.
GPS: 40.72504N, 8.212555W

Bairro da Casa do Povo em Unhais da Serra, Unhais da Serra, Covilhã, 1958 | SOUSA, Fernando Pinto de (1926-2011).
GPS: 40.259722N, 7.624167W

Bairro da Casa do Povo em Alverca da Beira, Alverca da Beira, Pinhel, 1974 | SOUSA, Fernando Pinto de (1926-2011).
GPS: 40.7025N, 7.219167W

Bairro da Casa do Povo em Esmolfe, Esmolfe, Penalva do Castelo, 1969 | SOUTINHO, Alcino (1930-2013).
GPS: 40.675715N, 7.695911W

Bairro da Casa do Povo em Sernancelhe, Sernancelhe, Viseu, 1965 | SOUSA, Fernando Pinto de (1926-2011).
GPS: 40.896314N, 7.495626W

Bairro da Casa do Povo em Benavente, Benavente, 1962 | FIGUEIREDO, Vítor (1929-2004).
GPS: 38.97689N, 8.806292W

Bairro da Casa do Povo em Santo Estevão / Bairro 1º de Maio, Santo Estevão, Benavente, 1963 | FIGUEIREDO, Vítor (1929-2004).
GPS: 38.865278N, 8.751667W

Bairro da Casa do Povo na Chamusca, Chamusca, 1960 | CABRAL, Bartolomeu da Costa (1929-); CROFT, Vasco (1932-).
GPS: 39.357662N, 8.473893W

Bairro da Casa do Povo em Salvaterra de Magos, Salvaterra de Magos, 1963 | FIGUEIREDO, Vítor (1929-2004).
GPS: 39.021743N, 8.792071W

Bairro da Casa do Povo em Runa, Runa, Torres Vedras, 1967 | MORAIS, Justino (1928-2011).
GPS: 39.065179N, 9.207973W

Bairro da Casa do Povo em Alcácer do Sal, Alcácer do Sal, 1953 | [s.n.].
GPS: 38.374389N, 8.513819W

Bairro da Casa do Povo em Abela, Abela, Alcácer do Sal, 1953 | MORAIS, Justino (1928-2011).
GPS: 37.998394N, 8.55829W

Bairro da Casa do Povo em Borba, Borba, 1958 | BAGULHO, Manuel.
GPS: 38.805793N, 7.463796W

Bairro da Casa do Povo em Nª Srª de Machede, Nª Srª de Machede, Évora, 1961 | BAGULHO, Manuel.
GPS: 38.576997N, 7.780127W

Bairro da Casa do Povo em Nª Srª da Tourega, Nª Srª da Tourega, Évora, 1961 | BAGULHO, Manuel.
GPS: 38.532088N, 8.02183W

Bairro da Casa do Povo em Reguengos de Monsaraz / Bairro de S. José, Reguengos de Monsaraz, Évora, 1961 | [s.n.].
GPS: 38.424325N, 7.528964W

Bairro da Casa do Povo em Lavre, Lavre, Montemor-o-novo, 1961 | BAGULHO, Manuel.
GPS: 38.776958N, 8.370818W

Bairro da Casa do Povo em Portel, Portel, 1961 | BAGULHO, Manuel.
GPS: 38.308056N, 7.708056W

Bairro da Casa do Povo em Elvas / Bairro da Boa Fé, Elvas, 1974 | BAGULHO, Manuel.
GPS: 38.888283N, 7.15465W

Bairro da Casa do Povo em Santa Eulália, Santa Eulália, Elvas, 1965 | [s.n.].
GPS: 39.005516N, 7.245975W

Bairro da Casa do Povo em Fronteira, Fronteira, 1960 | [s.n.].
GPS: 39.048889N, 7.643056W

Bairro da Casa do Povo em Vaiamonte, Vaiamonte, Monforte, 1960 | [s.n.].
GPS: 39.090747N, 7.508997W

Bairro da Casa do Povo em Urra, Urra, Portalegre, 1961 | BAGULHO, Manuel.
GPS: 39.227811N, 7.397568W

Bairro da Casa do Povo em Casa Branca/ Bairro Rovisco dos Santos, Casa Branca, Sousel, 1962 | [s.n.].
GPS: 38.95N, 7.809444W

Bairro da Casa do Povo em Rio de Moinhos, Rio de Moinhos, Aljustrel, 1972 | MODESTO, Francisco.
GPS: 37.897543N, 8.207576W

Bairro da Casa do Povo em Vila Nova de Baronia, Vila Nova de Baronia, Alvito, 1972 | MODESTO, Francisco.
GPS: 38.290091N, 8.037893W

Bairro da Casa do Povo em Cabeça Gorda, Cabeça Gorda, Beja, 1972 | MODESTO, Francisco.
GPS: 37.926667N, 7.789722W

Bairro da Casa do Povo em Nª Srª das Neves, Nª Srª das Neves, Beja, 1971 | [s.n.].
GPS: 38.019869N, 7.810301W

Bairro da Casa do Povo em Penedo Gordo, Penedo Gordo, Beja, 1971 | MODESTO, Francisco.
GPS: 37.984402N, 7.915542W

Bairro da Casa do Povo em Ferreira do Alentejo, Ferreira do Alentejo, Beja, 1973 | MODESTO, Francisco.
GPS: 38.054334N, 8.116057W

Bairro da Casa do Povo em Moura, Moura, 1960 | [s.n.].
GPS: 38.139721N, 7.456793W

Bairro da Casa do Povo em Brinches, Brinches, Serpa, 1968 | MODESTO, Francisco.
GPS: 38.034722N, 7.606667W

Bairro da Casa do Povo em Serpa, Serpa, 1960 | [s.n.].
GPS: 37.946629N, 7.59299W

Bairro da Casa do Povo em Castro Marim, Castro Marim, 1955 | MODESTO, Francisco.
GPS: 37.217894N, 7.446858W

Bairro da Casa do Povo em Ponta Garça, Ponta Garça, Ponta Delgada, S. Miguel, 1952 | [s.n.].
GPS: 37.722778N, 25.3625W

Bairro da Casa do Povo de Santo António das Areias / Bairro da Junta de Freguesia, Santo António das Areias, Marvão, 1950 | [s.n.].
GPS: 39.413251N, 7.351985W

3 não construídos

Bairro da Casa do Povo em Torre de Dona Chama, Torre de Dona Chama, Mirandela, 1963 [não construído] | ARAÚJO, Arnaldo; DIAS, José.
GPS: 41.655188N, 7.125460W

Bairro da Casa do Povo em Moura Morta, Moura Morta, Peso da Régua, 1960 [não construído] | ARAÚJO, Arnaldo; DIAS, José.
GPS: 41.194949N, 7.833095W

Bairro da Casa do Povo em Monsanto, Monsanto, Alcanena, 1967 [não construído] | FIGUEIREDO, Vítor (1929-2004).

Casas Construídas Através de Empréstimo: Empresas Contribuintes [CCE-EC].
Lei 2092, de 9 de Abril de 1958

13 exemplos inventariados a 02.2019

Conjunto Habitacional de Pataias, Pataias, Alcobaça, 1969 | FIGUEIREDO, Vítor (1929-2004).
GPS: 39.659682N, 9.012601W

Bairro Operário da Covilhã / Bairro do Rodrigo, Conceição, Covilhã, 1949 | [s.n.].
GPS: 40.281697N, 7.4979W

Bairro Operário do Tortosendo, Tortosendo, Covilhã, 1950 | [s.n.].
GPS: 40.24253N, 7.527389W

Bairro Operário de Gouveia / Bairro de Farvão, São Julião, Gouveia, 1950 | [s.n.].
GPS: 40.48924N, 7.592731W

Bairro Operário de São Paio, São Paio, Gouveia, 1950 | [s.n.].
GPS: 40.513124N, 7.58459W

Bairro Operário de Manteigas, São Pedro, Manteigas, 1958 | [s.n.].
GPS: 40.392874N, 7.542418W

Bairro Operário de Moimenta da Serra, Moimenta da Serra, Gouveia, 1950 | [s.n.].
GPS: 40.473906N, 7.627335W

Bairro Operário de Castanheira de Pera, Castanheira de Pera, 1953 | [s.n.].
GPS: 40.001144N, 8.208427W

Bairro Operário de Alhandra / Bairro Novo da Figueira, Alhandra, Vila Franca de Xira, 1950 | [s.n.].
GPS: 38.920099N, 9.019661W

Bairro Operário de Mira de Aire, Mira de Aire, Porto de Mós, 1950 | [s.n.].
GPS: 39.544158N, 8.729136W

Agrupamento em Torres Novas, São Pedro, Torres Novas, 1964 | FIGUEIREDO, Vítor (1929-2004).
GPS: 39.488592N, 8.554617W

Conjunto Habitacional de Almonda, Zibreira, Torres Novas, 1968 | FIGUEIREDO, Vítor (1929-2004).
GPS: 39.500119N, 8.613159W

Agrupamento de Manteigas, Manteigas, 1958 | [s.n.].
GPS: 40.403121N, 7.542099W

Casas Construídas ou Adquiridas Através de Empréstimo [CCAAE].
Lei nº 2092, de 9 de Abril de 1958

31 exemplos inventariados a 02.2019

Habitação Ricardo Camacho, Funchal, Madeira, 1973 | FERREIRA, Rui Goes.
GPS: 32.645961N, 16.920242W

Habitação João Duarte Gomes, Tamel, Barcelos, 1958 | [s.n.]

Habitação Francisco Leite, Azurém, Guimarães, 1958 | [s.n.]

Habitação Álvaro Pereira Leite e Silva, S. Romão de Neiva, Viana do Castelo, 1958 | [s.n.]

Habitação Manuel Pereira Marques, Lordelo, Guimarães, 1958 | [s.n.]

Habitação Manuel Caetano de Azevedo, Gondomar, 1958 | [s.n.]

Habitação Fernando Domingues de Almeida, S. Félix da Marinha, Vila Nova de Gaia, 1958 | [s.n.]

Habitação Jaime Barbosa Ribeiro, Margaride, Felgueiras, 1958 | OLIVEIRA, Ferreira de

Habitação Alexandre Pedrosa Pires de Lima, Margaride, Felgueiras, 1958 | CANHAS, Fernando

Habitação Francisco Brandão da Luz, Mafamude, Vila Nova de Gaia, 1958 | COSTA, Moura da

Habitação José Maria Rodrigues, Cacia, Aveiro, 1958 | [s.n.]

Habitação Luís Francisco, Fonte Grada, Torres Vedras, 1958 | [s.n.]

Habitação António Fanha Vieira, Tramagal, Abrantes, 1958 | [s.n.]

Habitação António Augusto Pires Dias, Pataias, Alcobaça, 1958 | [s.n.]

Habitação António Salavessa Rodrigues, Cebolais de Cima, Castelo Branco, 1958 | [s.n.]

Habitação Álvaro Garcia Ferreira Grilo, S. Domingos de Rana, Cascais, 1958 | [s.n.]

Habitação Manuel Pedro Ribeiro de Carvalho, Cabeça Alta, Mafra, 1958 | PETERSEN, Álvaro

Habitação Mário Ferreira da Mata, Barcarena, Oeiras, 1958 | [s.n.]

Habitação Silvino Resende, Paço de Arcos, Oeiras, 1958 | [s.n.]

Habitação Domingos Alves Duarte Mendanha, Parede, Cascais, 1958 | [s.n.]

Habitação Manuel Luís Pereira, Torres Vedras, 1958 | [s.n.].
GPS: 39.090283N, 9.266503W

Habitação Alberto Fernando Gomes Coelho, Colares, Sintra, 1958 | [s.n.]

Habitação Carlos Fernando Vieira, Cascais, 1958 | GRAÇA, Gil

Habitação Manuel António Palmela, S. Sebastião, Setúbal, 1958 | [s.n.]

Habitação Jacinto Carvalho de Almeida, Vendas Novas, Montemor-o-novo, 1958 | [s.n.]

Habitação João Ramos Cardeira, Montijo, 1958 | [s.n.]

Habitação Manuel António Pereira Galvão, Beringel, Beja, 1958 | [s.n.].
GPS: 38.05808N, 7.985973W

Habitação João de Gouveia Marques, S. Roque, Funchal, Madeira, 1958 | [s.n.]

Habitação Abílio Moniz dos Santos, S. Gonçalo, Funchal, Madeira, 1958 | [s.n.]

Habitação Luciano Antelmo de Jesus Gonçalves, Sta. Maria Maior, Funchal, Madeira, 1963 | FERREIRA, Rui Goes

Habitação Gastão Alberto de Olim, S. Gonçalo, Funchal, Madeira, 1960 | FERREIRA, Rui Goes

Movimento Nacional de Auto-Construção [MONAC].
Lei 2092, de 9 de Abril de 1958

2 exemplos inventariados a 02.2019

Bairro de Casas para Famílias Pobres de Lorvão, Lorvão, Penacova, 1949 | [s.n.].
GPS: 40.261974N, 8.316502W

Bairro dos Tesos [demolido], Cantanhede, 1948 | [s.n.].
GPS: 40.346067N, 8.593405W

Plano de Construção de Novas Habitações [PCNH].
Decreto-Lei 42454, de 18 de Agosto de 1959

14 exemplos inventariados a 02.2019

Bairro de Olivais Norte - Plano de Urbanização, Olivais, Lisboa, 1955 | LOBATO, Guimarães (1959-) (Eng. coord.); BOTELHO, J. Rafael (1923-); CUNHA, P. Falcão e (1959-); CABRAL, Bartolomeu C. (1929-) (Arqs.).
GPS: 38.775152N, 9.113723W

Bairro de Olivais Sul - Plano de Urbanização, Olivais, Lisboa, 1959 | BOTELHO, José Rafael (1923-) (coord.); DUARTE, Carlos; BRUXELAS, Mário; CASTRO, Celestino de; FREITAS, António (Arqs.).
GPS: 38.763863N, 9.109696W

Bairro de Chelas - Plano de Urbanização, Marvila, Lisboa, 1962 | DIAS, Francisco Silva (1930-); ROSA, L. Vassalo (1935-2018); MACHADO, João Reis; GOMES, Alfredo Silva; COELHO, J. Simões; FIGUEIRA, Manuel Figueira; ALFREDO, António.
GPS: 38.749126N, 9.117121W

Bairro de Casas Económicas de Olivais Sul, Olivais, Lisboa, 1964 | [s.n.].
GPS: 38.760334N, 9.116145W

Bairro da Musgueira Sul, Lumiar, Lisboa, 1967 | [s.n.].
GPS: 38.770924N, 9.150808W

Bairro da Musgueira Norte, Lumiar, Lisboa, 1963 | [s.n.].
GPS: 38.775693N, 9.148405W

Bairro das casas pré-fabricadas do Relógio/ Bairro do Camboja [demolido], Marvila, Lisboa, 1965 | [s.n.].
GPS: 38.758163N, 9.128573W

Bairro da Cruz Vermelha / Bairro das Seis Marias, Lumiar, Lisboa, 1963 | [s.n.].
GPS: 38.775873N, 9.15419W

Bairro Quinta do Morgado, Olivais, Lisboa, 1969 | [s.n.].
GPS: 38.779651N, 9.120385W

Bairro do Charquinho (Fase 2), Benfica, Lisboa, 1962 | [s.n.].
GPS: 38.755726N, 9.197278W

Bairro do Grilo - Alto dos Toucinheiros, Lisboa, 1962 | [s.n.].
GPS: 38.729754N, 9.114196W

Bairro das Galinheiras / Pailepa (Fase 1) [demolido], Lisboa, 1970 | [s.n.].
GPS: 38.791834N, 9.153272W

Bairro da Quinta do Ourives (Fase 1), Beato, Lisboa, 1973 | [s.n.].
GPS: 38.735331N, 9.115118W

Bairro Dois de Maio, Lisboa, 1974 | [s.n.].
GPS: 38.710701N, 9.197566W

Plano de Realojamento dos Sinistrados [PRS].
Decreto-Lei 48240, de 17 de Fevereiro de 1968

14 exemplos inventariados a 02.2019

Bairro Calouste Gulbenkian de Vialonga, Vialonga, Vila Franca de Xira, 1969 | [s.n.].
GPS: 38.876843N, 9.072428W

Bairro Calouste Gulbenkian de Quintas, Castanheira do Ribatejo, Vila Franca de Xira, 1969 | [s.n.].
GPS: 39.006258N, 8.978947W

Bairro Calouste Gulbenkian de Povos, Vila Franca de Xira, 1969 | [s.n.].
GPS: 38.973597N, 8.983196W

Bairro Calouste Gulbenkian de Alenquer, Santo Estevão, Alenquer, 1968 | [s.n.].
GPS: 39.044865N, 9.001037W

Bairro Calouste Gulbenkian de Arruda dos Vinhos, Arruda dos Vinhos, 1968 | [s.n.].
GPS: 38.980534N, 9.082655W

Bairro Calouste Gulbenkian de Sacavém, Sacavém, Loures, 1968 | [s.n.].
GPS: 38.795655N, 9.112156W

Bairro Calouste Gulbenkian da Mealhada, Mealhada, Loures, 1968 | [s.n.].
GPS: 38.824477N, 9.162617W

Bairro Calouste Gulbenkian de Odivelas, Odivelas, 1968 | [s.n.].
GPS: 38.794916N, 9.17897W

Bairro Calouste Gulbenkian da Venda Seca, Belas, Sintra, 1968 | [s.n.].
GPS: 38.783567N, 9.278508W

Bairro Calouste Gulbenkian de Alhandra, Alhandra, Vila Franca de Xira, 1969 | [s.n.].
GPS: 38.931223N, 9.012296W

Bairro Calouste Gulbenkian de Alverca, Alverca do Ribatejo, Vila Franca de Xira, 1969 | [s.n.].
GPS: 38.892886N, 9.045425W

Bairro Calouste Gulbenkian da Adanaia, Adanaia, Vila Franca de Xira, 1971 | [s.n.].
GPS: 38.937836N, 9.057106W

Bairro Calouste Gulbenkian de Castanheira do Ribatejo, Castanheira do Ribatejo, Vila Franca de Xira, 1969 | [s.n.].
GPS: 38.995691N, 8.974977W

Habitações para Famílias Modestas em Vila do Bispo, Vila do Bispo, 1971 | [s.n.].
GPS: 37.0826N, 8.912527W

Fundo de Fomento da Habitação [FFH].
Decreto-lei 49033, de 28 de Maio de 1969

8 exemplos inventariados a 02.2019

Conjunto Habitacional do Alto do Zambujal, Buraca, Amadora, 1974 | FIGUEIREDO, Vítor (1929-2004); MELLO, Duarte Cabral (1941-).
GPS: 38.737508N, 9.208744W

Conjunto da Bela Vista, São Sebastião, Setúbal, 1974 | MONTEIRO, José Charters (1944-); MARTINS, José Sousa.
GPS: 38.522116N, 8.869128W

Cooperativa Águas Férreas (Bairro da Bouça, SAAL), Cedofeita, Porto, 1973 | SIZA VIEIRA, Álvaro.
GPS: 41.156738N, 8.617426W

Novo Bairro da Relvinha (Fase 1) (SAAL), Coimbra, 1974 | [s.n.].
GPS: 40.233487N, 8.438492W

Bairro da Abrótea, Lagos, 1970 | [s.n.].

Bairro da PSP, Viseu, 1970 | [s.n.].
GPS: 40.655472N, 7.891747W

Bairro de Bensafrim, Bensafrim, Lagos, 1971 | [s.n.].
GPS: 37.155693N, 8.736202W

Bairro Mexilhoeira da Carregação, Estômbar, Lagoa, 1971 | [s.n.].

Gabinete da área de Sines [GAS].
Decreto-lei 270, de 19 de Junho de 1971

3 exemplos inventariados a 02.2019

Bairro 1° de Maio, Sines, 1971 | [s.n.].
GPS: 37.957897N, 8.861228W

Bairro Soeiro Pereira Gomes, Sines, 1971 | [s.n.].
GPS: 37.956821N, 8.859527W

Bairro Azul, Vila Nova de Santo André, Santiago do Cacém, 1971 | [s.n.].
GPS: 38.056827N, 8.782549W

Serviço de Apoio Ambulatório Local [SAAL].
Despacho de 6 de Agosto de 1974

Exemplos (principais operações)

SAAL/ALGARVE

Bairro de Aljezur, Aljezur, Faro, Maio 1976 | José Veloso

Bairro de Estômbar, Lagoa, Faro, Março 1976 | José Veloso

Bairro da Mexilhoeira da Carregação, Lagoa, Faro, Janeiro 1976 | José Veloso

Bairro de Bensafrim, Lagos, Faro, Agosto 1976 | José Veloso

Bairro da Cerca do Cemitério, Lagos, Faro, Maio 1975 | José Veloso

Bairro de Espiche, Lagos, Faro, Fevereiro de 1976 | José Veloso

Bairro da Meia Praia Apeadeiro, Lagos, Faro, Fevereiro 1975 | José Veloso

Bairro da Meia Praia Duna, Lagos, Faro, Maio 1975 | José Veloso

Bairro da Praia da Luz, Lagos Faro, Janeiro 1976 | José Veloso

Bairro do Alvor, Portimão, Faro, Outubro 1975 | José Veloso

Bairro do Chão das Donas, Portimão, Faro, Janeiro de 1976 | José Veloso

Bairro Coca Maravilhas, Portimão, Faro, Julho 1975 | José Veloso

Bairro do Progresso, Portimão, Faro, Abril 1976 | José Veloso

Bairro do Enxerim, Silves, Faro, Dezembro 1975 | José Veloso

Bairro do Burgau, Vila do Bispo, Faro, Janeiro 1976 | José Veloso

Bairro das Ferreiras, Albufeira, Faro, depois de Novembro 1976 | ?

Bairro da Quarteira, Loulé, Faro, Dezembro 1976 | Manuel Dias

Bairro do Cemitério, Olhão, Faro, Agosto 1976 | Manuel Dias

Bairro de Marim, Olhão, Faro, Novembro 1975 | José Maria Lopes da Costa

Bairro de Cabanas, Tavira, Faro, Novembro 1975 | João Moitinho

Bairro de Tavira, Tavira, Faro, Setembro 1975 | João Moitinho

Bairro Monte Gordo, Vila Real de Santo António, Faro, Setembro 1975 | João Moitinho

Bairro Vila Real de Santo António, Vila Real de Santo António, Faro, Março 1976 | João Moitinho

SAAL/LISBOA e CENTRO SUL

Bairro Esperança, Beja, Agosto 1974 | Ana Salta

Bairro do Pelame, Beja, Agosto 1974 | Ana Salta

Bairro do Castelo, Ferreira do Alentejo, Beja, Setembro 1975 | Jorge Garcia

Bairro de Montevil, Alcácer do Sal, Setúbal, Dezembro 1975 | Carlos Manuel Pereira Lopes e

António Martins

Bairro da Quintinha da Liberdade, Alcácer do Sal, Setúbal, Dezembro 1974 | Carlos Manuel Pereira Lopes e António Martins

Bairro de Canal Caveira, Grândola, Setúbal, Junho 1976 | Manuel Tainha

Bairro do Vale Pereiro, Grândola, Setúbal, Junho 1976 | Manuel Tainha

Bairro do Batateiro, Seixal, Novembro 1974 | Fernando Bagulho

Bairro do Pinhal das Areias, Seixal, Novembro 1974 | Júlio Saint-Maurice

Bairro Casal das Figueiras, Setúbal, Julho 1975 | Gonçalo Byrne

Bairro da Liberdade, Setúbal, Outubro 1974 | Luís Casal Ribeiro

Bairro do Forte Velho, Setúbal, Novembro 1974 | Conceição Redol

Bairro dos Pinheirinhos, Setúbal, Abril 1975 | Helena Krieger

Bairro Terroa de Baixo, Setúbal, Julho 1975 | Rui Pimentel

Bairro do Alto dos Moinhos, Lisboa, Setembro 1974 | Justino de Morais

Bairro da Liberdade, Lisboa, Outubro 1974 | José Manuel Jardim Norberto e José Luís Afonso Leitão Zúquete

Bairro do Casal Ventoso, Lisboa, Outubro 1974 | José Daniel Santa-Rita Fernandes e Maria Rosário Matos Venade

Bairro da Curraleira Embrechados, Lisboa, Novembro 1974 | José António Paradela e Luís Gravata Filipe

Bairro D. Leonor, Lisboa, Janeiro 1975 | Manuel Pardal Monteiro Magalhães

Bairro Pátio Vila Fernandes, Lisboa, Novembro 1975 | Manuel Taínha

Bairro Quinta da Bela Flor, Lisboa, Setembro 1974 | Artur Rosa

Bairro Quinta das Fonsecas e Quinta da Calçada, Lisboa, Outubro 1974 | Raúl Hestnes Ferreira

Bairro da Quinta do Alto, Lisboa, Outubro 1974 | Manuel Pardal Monteiro Magalhães

Bairro da Quinta do Bacalhau Monte Côxo, Lisboa, Setembro 1974 | Manuel Vicente

Bairro da Quinta Grande, Lisboa, Janeiro 1975 | António Alberto Gamito

Bairro do Casal do Cochicho, Loures, Lisboa, Outubro 1975 | Eduardo Trigo de Sousa

Bairro do Catujal, Loures, Lisboa, Outubro 1974 | Francisco Keil do Amaral

Bairro dos Fetais, Loures, Lisboa, Janeiro 1975 | Vítor Alberto e José Reis da Costa

Bairro da Manjoeira, Loures, Lisboa, Janeiro 1976 | Francisco Keil do Amaral

Bairro da Quinta das Penicheiras, Loures, Lisboa, Agosto 1976 | Francisco Keil do Amaral

Bairro de Santo António-Camarate, Loures, Lisboa, Novembro 1974 | Vítor Alberto e José Reis da Costa

Bairro da Torre-Camarate, Loures, Lisboa, Novembro 1974 | Vítor Alberto

Bairro de Alfornelos, Oeiras, Lisboa, Novembro 1974 | José Manuel Henriques e Eduardo Osório Gonçalves

Bairro do Alto do Moinho, Oeiras, Lisboa, (data desconhecida) | Francisco Silva Dias

Bairro de Carnaxide, Oeiras, Lisboa, Julho 1975 | Manuel Madruga

Bairro da Falagueira, Oeiras, Lisboa, Julho 1975 | José Manuel Henriques e Eduardo Osório Gonçalves

Bairro da Linda-a-Velha, Oeiras, Lisboa, Dezembro 1974 | José Silva Carvalho

Bairro Portela-Outorela, Oeiras, Lisboa, Dezembro 1974 | António de Carvalho

Bairro da Estrada Militar, Sintra, Lisboa, Outubro 1974 | Duarte Nuno Simões

Bairro do Pego Longo, Sintra, Lisboa, Agosto 1975 | Bartolomeu Costa Cabral

Bairro de Alverca, Vila Franca de Xira, Lisboa, Julho 1975 | Anton Franz Schneider

Bairro da Pedra Furada, Vila Franca de Xira, Lisboa, Novembro 1974 | Margarida Niedercorn

Bairro das Fazendas de Almeirim, Almeirim, Santarém, Abril 1976 | Manuel Lameira, Carlos Almeida Ribeiro e Artur Sampaio Costa

Bairro da Conchada, Coimbra, Março 1975 | Francesco Marconi

Bairro da Relvinha, Coimbra, Janeiro 1975 | Carlos Almeida e Rogério Alvarez

SAAL/NORTE

Bairro de Cortegaça, Ovar, Aveiro, Dezembro 1974 | António Moura

Bairro do Poço de Baixo, Ovar, Aveiro, Novembro 1974 | Domingos Tavares e Francisco Melo

Bairro de S. Pedro da Cova, Gondomar, Porto, Novembro 1974 | Manuel Correia Fernandes

Bairro de Angeiras, Matosinhos, Porto, Fevereiro 1976 | Adalberto Dias e António Dias

Bairro de Carcavelos, Matosinhos, Porto, Junho 1975 | Joaquim Manuel Bento Lousan

Bairro de Cruz de Pau, Matosinhos, Porto, Novembro 1974 | Maria Fernanda Seixas

Bairro das Ilhas de Leça, Matosinhos, Porto, Julho 1975 | António Dias

Bairro das Antas, Porto, Outubro 1974 | Pedro Ramalho

Bairro da Arrábida, Porto, Abril 1975 | José Luís Carvalho Gomes, Camilo Cortesão e José Manuel Soares

Bairro da Bela Vista-D. João IV, Porto, Dezembro 1974 | Mário Trindade

Bairro da Boavista, Porto, Março 1975 | João Araújo Resende e João Godinho

Bairro da Bouça, Porto, Abril 1975 | Álvaro Siza

Bairro Chaves de Oliveira, Porto, Novembro 1974 | Manuel Lessa

Bairro de Contumil, Porto, Abril 1975 | Célio Costa

Bairro de Francos, Porto, Fevereiro de 1975 | Rolando Torgo

Bairro da Lapa, Porto, Novembro 1974 | Alfredo Matos Ferreira e Beatriz Madureira

Bairro do Leal, Porto, Porto, Outubro 1974 | Sérgio Fernandez

Bairro Maceda Acácio, Porto, Outubro 1974 | Alcino Soutinho

Bairro de Massarelos, Porto, Janeiro 1975 | Manuel Fernandes de Sá

Bairro de Miragaia, Porto, Junho 1975 | Fernando Távora, Bernardo Ferrão e Jorge Barros

Bairro Parceria-Antunes, Porto, Janeiro 1975 | Carlos Santos Ferreira

Bairro da Prelada, Porto, Janeiro 1975 | Fernando Távora

Bairro de S. Vitor, Porto, Novembro 1974 | Álvaro Siza

Bairro da Sé, Porto, Outubro 1974 | Carlos Guimarães, José Gigante, Carlos Prata e Henrique Carvalho

Bairro de Cândido dos Reis, Porto, Julho 1975 | José Pulido Valente

Fotografia: Bairro de Olivais Norte - Célula A - Cat. III [© Gisela Lameira]

BIOGRAFIAS DOS PARTICIPANTES

Biografia dos Participantes

ELISEU GONÇALVES [EG] | COORDENADOR DO MdH

[Castelo de Paiva, 1966]

É arquitecto, diplomado em 1994 pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP), ano em que obtém o Prémio Fundação Eng. António de Almeida. Em 2015 defendeu tese de doutoramento intitulada "Bairros de habitação popular no Porto, 1899-1933. A prática de uma arquitectura económica, saudável e cómoda nas vésperas do Moderno". Atualmente, é Professor Auxiliar na FAUP e é o coordenador do Projecto de Investigação e Desenvolvimento "Mapa da Habitação: Reflexão crítica sobre a arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal (1910-1974)" [P2020-PTDC/CPC-HAT/1688/2014].

GISELA LAMEIRA [GL]

[Viseu, 1978]

É arquitecta, licenciada em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP, 2002), Mestre em Estudos do Espaço e do Habitar em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FAUTL, 2010) e Doutorada em Arquitectura (FAUP, 2017), defendendo tese intitulada "O prédio de rendimento portuense. Topologias, tipologias e modelos de habitação plurifamiliar na 1ª metade do século XX", sob orientação do Professor Francisco Barata Fernandes. Actualmente é investigadora no Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo (CEAU/FAUP), integrada no projecto financiado "Mapa da Habitação: Reflexão crítica sobre a arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal (1910-1974)" [P2020-PTDC/CPC-HAT/1688/2014]. A sua investigação actual foca-se no aprofundamento de estudos em Teoria e História da Arquitectura, especificamente sobre a genealogia e transformação de tipos de edifícios e modelos de habitação plurifamiliar no século XX, publicando regularmente sobre estes temas em revistas especializadas e congressos internacionais.

LUCIANA ROCHA [LR]

[Santa Maria da Feira, 1983]

É arquitecta, licenciada em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP, 2007) e Doutorada em Arquitectura (FAUP, 2016) com a tese "Intervenção no Moderno: Reconhecimento, caracterização e salvaguarda de edifícios de habitação plurifamiliar" sob orientação da Professora Ana Tostões (IST-UL) e do Professor Luís Soares Carneiro (FAUP). No âmbito desta investigação, frequentou o laboratório *Techniques et Sauvegarde de l'architecture moderne* (TSAM) na *École Polytechnique Fédérale de Lausanne* (EPFL) sob a supervisão do Professor Franz Graf. No Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo (CEAU/FAUP) integra o Grupo de Investigação 'Atlas da Casa' e a equipa do projecto "Mapa da Habitação: Reflexão crítica sobre a arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal (1910-1974)" [P2020-PTDC/CPC-HAT/1688/2014]. A investigação que

desenvolve centra-se na Preservação do Património Edificado, nomeadamente na análise de estratégias de intervenção em edifícios de habitação plurifamiliar de meados do século XX, questionando a adaptabilidade e a flexibilidade destas construções. Esta pesquisa baseia-se nas experiências dos habitantes e num crescente interesse pelas ciências sociais.

LUÍSA SOUSA RIBEIRO [LSR]

[Porto, 1992]

É arquitecta, diplomada pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (2017), defendendo dissertação intitulada "Os bairros do paternalismo industrial. O caso do Vale do Ave (1900-1974)", sob orientação do Professor Virgílio Borges Pereira e co-orientação do Professor Eliseu Gonçalves. Estudou na e[ad] *Escuela de Arquitectura y Diseño da Pontificia Universidad Católica de Valparaíso*, Chile (2014/2015) e desenvolveu na mesma cidade prática profissional, na ONG Vivienda Local (2015). Actualmente integra a equipa do projecto FCT "Mapa da Habitação: Reflexão crítica sobre a arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal (1910-1974)" [P2020-PTDC/CPC-HAT/1688/2014].

MONIQUE ELEB | CONSULTORA DO MdH

[Casablanca, 1945]

É psicóloga, doutorada em sociologia, habilitada para coordenar investigação académica (HDR) e autora de diversas publicações dedicadas à sociologia do habitat e à evolução dos modos de vida, à história social da habitação e à análise da concepção arquitectónica contemporânea e de pontos de encontro como os cafés. Professora honorária, é actualmente membro do laboratório de investigação francês "Architecture Culture et Société, XIXe-XXIe siècle" (UMR/CNRS/MCC n°3329) da "École Nationale Supérieure d'Architecture de Paris - Malaquais" que criou com Jean-Louis Cohen e dirigiu entre 1990 e 2012. Últimos trabalhos publicados: "Entre confort, désirs et normes. Le logement contemporain (1995-2012)" (com Philippe Simon). Editions Mardaga, 2013, 303 p.; "Les 101 mots de l'habitat à l'usage de tous", ed. Archibooks, 2015; "Ensemble et séparément. Des lieux pour cohabiter" (com Sabri Bendimérad) éditions Mardaga, 2018" Em publicação: "Construire l'idéal de la maison individuelle (1920-1960)", (com Lionel Engrand) a publicar em 2019 nas edições Mardaga".

RAQUEL GEADA PAULINO [RGP]

[Porto, 1974]

É arquitecta (FAUP, 1998), Mestre em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano (FAUP | FEUP, 2004), com a dissertação de mestrado intitulada "Da Estratégia de Valorização ao Processo de Regeneração Urbana?" e Doutora em Arquitectura (FAUP, 2014), com a tese de doutoramento intitulada "O Ensino da Arquitectura na Escola do Porto." ESBAP · FAUP. Construção de um Projecto Pedagógico entre 1969 e 1984. Exerceu prática profissional como colaboradora de Álvaro Siza e António Madureira, entre Setembro de 1998 e Julho de 2004. É professora Auxiliar da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Leccionou as unidades curriculares do Mestrado Integrado em Arquitectura (MIARQ-FAUP) Projecto 3,

entre Fevereiro de 1999 e Setembro de 2000 e Projecto 5, entre Maio de 2001 e Setembro de 2012. Lecciona, desde Setembro de 2012, a unidade curricular Projecto 4 do MIArq-FAUP; desde Setembro 2017 é co-regente da unidade curricular designada Arquitectura: Processos de transformação no ensino/aprendizagem (APTEA); e, desde Setembro de 2018, é regente da unidade curricular designada Desenho como Método e Instrumento de Investigação em Arquitectura (DMi2A). Desde Setembro de 2014, lecciona a unidade curricular Projeto de Tese, do Perfil A do PDA-FAUP, designado Projecto do Espaço Habitacional e Formas de Habitar, do curso de doutoramento PDA-FAUP, tendo assumido, no ano lectivo 2017/2018, a regência da referida unidade curricular e a coordenação do referido Perfil A. Vogal Conselho Executivo da FAUP, entre Maio de 2010 e Outubro de 2018 e Membro do Conselho Científico da FAUP, entre Junho 2014 e Setembro 2018. Vice-Presidente do Conselho de Representantes da FAUP, desde Outubro de 2018. Directora do Curso de Mestrado Integrado em Arquitectura da FAUP e Presidente da respectiva Comissão Científica, desde Janeiro de 2019. Investigadora do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo (CEAU-FAUP), grupo Atlas da Casa (AdC), integrando o Projecto de Investigação FCT designado "Mapa da Habitação: Reflexão crítica sobre a arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal (1910-1974)" [P2020-PTDC/CPC-HAT/1688/2014].

RUI JORGE GARCIA RAMOS [RJGR] | INVESTIGADOR RESPONSÁVEL DO MdH

[Viana do Castelo, 1961]

É arquitecto pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (1986, FAUP) e Professor Catedrático na área disciplinar de arquitectura. Lecciona o atelier de Projecto do Mestrado Integrado (2º ciclo) e disciplinas do Programa de Doutoramento em Arquitectura (3º ciclo). Desempenhou diversos cargos de direcção e gestão na Universidade do Porto e no seu perímetro, tendo sido Vice-Reitor entre 2104 e 2018 para a área do património edificado. Exerceu a prática da arquitectura e a actividade empresarial entre 1982 e 2003. Manteve actividade profissional própria, tendo diversas obras publicadas e premiadas, no campo da arquitectura e na gestão do design. Foi agraciado pelo trabalho realizado na Expo'98 com o grau de Grande-Oficial da Ordem de Mérito. Pertence ao Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da FAUP e é investigador principal do projecto interdisciplinar "Mapa da Habitação: Reflexão crítica sobre a arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal (1910-1974)", [P2020-PTDC/CPC-HAT/1688/2014]. Tem como principiais áreas de estudo os dispositivos espaciais da casa; a relação entre processos culturais e formas de habitar; a questão identitária em arquitectura; e os programas habitacionais, sobre os quais tem diversos trabalhos publicados, acessíveis em http://bit.ly/ruijgramos

SARA RIBEIRO MARTINS [SRM]

[Paredes, 1992]

É arquitecta pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (2016). Defendeu a dissertação de mestrado intitulada "A disseminação do modelo da casa quadripartida na cidade industrial: o caso do Porto no primeiro terço do século XX" (FAUP, 2016), sob orientação do Professor Rui Ramos e co-orientação do Professor Eliseu Gonçalves. Também no âmbito do mestrado em Arquitectura, frequentou

a Technische Universität Berlin entre 2014 e 2015, em Berlim, Alemanha. Em 2017, colaborou no projecto FCT "Mapa da Habitação: Reflexão crítica sobre a arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal (1910-1974)" [P2020-PTDC/CPC-HAT/1688/2014], coordenado pelo Professor Rui Ramos, no Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo (CEAU-FAUP). Exerce actualmente actividade em gabinete de arquitectura.

SÉRGIO DIAS SILVA [SDS]

[Porto, 1982]

É arquitecto, investigador do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto e do Projecto "Mapa da Habitação: Reflexão crítica sobre a arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal (1910-1974)" [P2020-PTDC/CPC-HAT/1688/2014], e desenvolve Tese de Doutoramento sobre o Programa das Casas Económicas do Estado Novo, com uma Bolsa da Fundação para a Ciência e Tecnologia [SFRH/BD/114961/2016]. Desde a licenciatura (FAUP, 2007) colaborou com Paulo Providência, Manuel Fernandes de Sá, Parque Escolar EPE e MVCC Arquitectos. Em 2013 fundou com Pedro Monteiro e Rodrigo Cruz o colectivo e.studio. A sua investigação incide no desenvolvimento da arquitectura moderna em Portugal, suas origens, influências e referências culturais.

Bionote of the Participants

ELISEU GONÇALVES [EG] | *MdH COORDINATOR*

[Castelo de Paiva, 1966]

Architect and assistant professor at the Faculty of Architecture, University of Porto – FAUP, where he graduated in1994 and obtained his PHD in architecture (2015). In 1994 he received the Eng. António de Almeida Foundation Award. Between 1994 and 2001, he worked in Manuel Fernandes de Sá's architectural office; At the same time, he opened his own office where he developed several works of architecture and urbanism, with the requalification of the riverside fronts of Porto and Vila do Conde and the construction and rehabilitation of residential buildings located mainly in the north of Portugal as highlights. Within the scope of his interests and academic research, he has given special attention to the relationship between architecture and construction from the perspective of the modernism culture, Portuguese social housing, modern comforts in the first half of the 20th century; and energy, climate and architectural form within the framework of the "well-tempered house". His PhD thesis was on working-class housing in Porto at the beginning of the last century (FCT Scholarship – Fundação para a Ciência e a Tecnologia). Part of the research has been presented at conferences and in journals.Since 2009 he has been a member of the research group Atlas da Casa – Housing architectural design and forms of dwelling – from the Center for Studies in Architecture and Urbanism, CEAU/ FAUP. Currently he is the coordinator of the research project "Mapping Public Housing: a critical review of the State-subsidized residential architecture in Portugal (1910-1974)" – I&D/FCT: P2020-PTDC/CPC-HAT/1688/2014.

GISELA LAMEIRA [GL]

[Viseu, 1978]

Architect and researcher at Atlas da Casa (Housing architectural design and forms of dwelling) of the Center for Studies in Architecture and Urbanism (FAUP, CEAU). She graduated in architecture from the Faculty of Architecture of the University of Porto (FAUP, 2002) and completed a master's degree in dwelling and space studies from the Faculty of Architecture of the Technical University of Lisbon (FAUTL, 2010) with the thesis "The Sá da Bandeira Street, Porto. Collective Dwelling Topologies". She completed a PhD in architecture from FAUP (2017) with the thesis "The Porto Collective Housing Building. Topologies, typologies and housing models in the first half of the XX century", under the supervision of Francisco Barata Fernandes. Her research includes the development of studies on architecture and urban theory and history, specifically on the genesis and transformation of multifamily housing in Porto. Currently, she is a research fellow of the project "Mapping Public Housing: a critical review of the State-subsidised residential architecture in Portugal (1910-1974)", a research project hosted by FAUP/CEAU, co-financed by the ERDF through COMPETE 2020 – POCI and national funds from FCT under the PTDC/CPC-HAT/1688/2014 project (PI – Professor Rui J. G. Ramos). She was invited assistant at FAUP, in the curricular unit 'History of Contemporary Architecture'/2nd cycle course (2013/12-2014/03). As an architect, she worked at Carlos Prata's atelier (2001- 2011)..

LUCIANA ROCHA [LR]

[Santa Maria da Feira, 1983]

Degree in architecture from the Faculty of Architecture of the University of Porto (2007) and a PhD in architecture (FAUP, 2016) with the thesis "Intervention in the Modern: Recognition, characterization and safeguard of multi-family housing buildings" under the guidance of Professor Ana Tostões (IST/UL) and Professor Luís Soares Carneiro (FAUP/UP). In the scope of this research, she attended the Techniques et Sauvegarde de l'architecture modern *(TSAM) laboratory at* École Polytechnique Fédérale de Lausanne *(EPFL) under the supervision of Professor Franz Graf. At* Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo *(CEAU/FAUP/UP), she is a member of the research group* 'Atlas da Casa' *and part of the team of the FCT project "Mapping Public Housing: a critical review of the State-subsidized residential architecture in Portugal (1910-1974)" (MdH) [P2020-PTDC/CPC-HAT/1688/2014]. Her research focuses on preservation of built heritage, namely the analysis of intervention strategies in multifamily housing buildings from the middle of the 20th century, questioning the adaptability and flexibility of these constructions in adjusting to the current requirements of domestic comfort. This research is based on the inhabitants' experiences, which are nourished by a growing interest in the social sciences and cultural studies.*

LUÍSA SOUSA RIBEIRO [LSR]

[Porto, 1992]

Architect from the Faculty of Architecture of the University of Porto (2017). She wrote the dissertation "The neighborhoods of industrial paternalism. The case of Vale do Ave (1900-1974)", under the orientation of Professor Virgílio Borges Pereira and co-orientation of Professor Eliseu Gonçalves. She studied in the e[ad] Escuela de Arquitectura y Diseño, Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, *Chile (2014/2015) and developed a professional practice in that city, in the ONG Vivienda Local (2015). Currently, she is a member of the FCT project team "Mapping Public Housing: a critical review of the State-subsidized residential architecture in Portugal (1910-1974)".*

MONIQUE ELEB | *MdH CONSULTANT*

[Casablanca, 1945]

Psychologist, has PhD in sociology and is a research supervisor (HDR). Her numerous works and books focus on the sociology of housing and the evolution of lifestyles, the socio-history of housing as well as the analysis of contemporary architectural design and meeting places such as cafés. An honorary professor, she is now a member of the Laboratory Architecture Culture and Society, 19th-21st centuries (UMR/CNRS/MCC n.º 3329), of the National Superior School of Architecture of Paris-Malaquais, which she created with Jean-Louis Cohen and directed from 1990 to 2012. Her latest published works are: Entre confort, désirs et normes. Le logement contemporain *(1995-2012) (with Philippe Simon). Edition Mardaga, 2013;* Les 101 mots de l'habitat à l'usage de tous, edition *Archibooks, 2015;* Ensemble et séparément. Des lieux pour cohabiter *(with Sabri Bendimérad) edition Mardaga, 2018.* Forthcoming publications: Construire l'idéal de la maison individuelle *(1920-1960), (with Lionel Engrand) to be published in 2019 in edition Mardaga..*

RAQUEL GEADA PAULINO [RGP]

[Porto, 1974]

Architect (FAUP, 1998), with a master's in planning and urban environment project (FAUP | FEUP, 2004), with a master's thesis titled From the Strategy of Valorisation to the Urban Regeneration? Process and PhD in Architecture, and a doctoral thesis titled The Teaching of Architecture in the School of Porto. ESBAP - FAUP. Construction of a Pedagogical Project between 1969 and 1984. She developed a professional practice working with Álvaro Siza and António Madureira between September 1998 and July 2004. Assistant professor, Faculty of Architecture, University of Porto. She has taught two courses of the integrated master's in architecture (MIArq-FAUP): Design Studio 3, between February 1999 and September 2000 and Design Studio 5, between May 2001 and September 2012. Currently she is teaching three courses of the MIArq-FAUP: Design Studio 4, since September 2012; Architecture: Processes of transformation in teaching/learning (APTEA), since September 2017; and Drawing as Research Method and Instrument in Architecture (DMi2A), since September 2018. She also teaches the Thesis Project of Profile A of the PDA-FAUP doctoral course, since September 2014, having assumed the regency of this course in 2017/2018 and the coordination of Profile A of the PDA-FAUP, called Housing Project and Ways of Inhabiting. Member of FAUP Executive Board, between May 2010 and October 2018, and Member of FAUP Scientific Board, between June 2014 and September 2018. Vice-Chairman of FAUP Representatives Council, since October 2018. Director of FAUP Integrated Master (MIArq) and Chairman of its Scientific Committee, since January 2019. She is a researcher at the Center for Studies in Architecture and Urbanism (CEAU-FAUP), Atlas da Casa (AdC) research group, and part of the FCT Research Project [P2020-PTDC/CPC-HAT/1688/2014], called "Mapping Public Housing: a critical review of the State-subsidized residential architecture in Portugal (1910-1974)".

RUI JORGE GARCIA RAMOS [RJGR] | *MdH PRINCIPAL INVESTIGATOR*

[Viana do Castelo, 1961]

Architect from the Faculty of Architecture, University of Porto (1986, FAUP) and a full professor in the subject area of architecture. At FAUP, he teaches the project atelier of the Integrated Master's Degree in architecture and the "culture and dwelling" unit of the PhD programme in architecture, and he coordinates the free course "Housing in Europe: A Century of Architecture". He has held several leading and management roles in the University of Porto, having been Vice Rector for built environment from 2014 to 2018. He developed the practice of architecture and business activity between 1983 and 2003, with several works published and awarded in the fields of architecture and design management. He is a researcher at the Center for Studies in Architecture and Urbanism of FAUP and the principal investigator of the interdisciplinary project: "Mapping Public Housing: A critical review of the State-subsidized residential architecture in Portugal (1910-1974)". His main study areas are: the spatial devices of the house; the relation between cultural processes and dwelling forms; the identity question in architecture; and housing programmes.

SARA RIBEIRO MARTINS [SRM]

[Paredes, 1992]

Architect.. She completed her master's degree at the Faculty of Architecture, University of Porto (FAUP, 2016) with a thesis entitled "A disseminação do modelo da casa quadripartida na cidade industrial. O caso do Porto no primeiro terço do século XX" (FAUP, 2016), supervised by Professor Rui Ramos and Professor Eliseu Gonçalves. She also attended Technische Universität Berlin between 2014 and 2015 in Berlin, Germany. In 2017, she collaborated in the FCT project "Mapping Public Housing: a critical review of the State-subsidized residential architecture in Portugal (1910-1974)" coordinated by Professor Rui J. G. Ramos at the Center for Studies in Architecture and Urbanism (CEAU-FAUP). She currently practices in an architecture office.

SÉRGIO DIAS SILVA [SDS]

[Porto, 1982]

Architect (FAUP, 2007) currently developing a doctoral thesis on the Casas Económicas of the Portuguese Estado Novo. He has been a member of CEAU and of the MdH Project Team since 2013. He has worked with Paulo Providencia Arquitetos Associados (2007-2008), Manuel Fernandes de Sa Lda. (2008-2010) and MVCC Arquitetos (2015-2017) and was a technical assistant at Parque Escolar EPE (2010-2013). In 2013 he formed the architecture collective e.studio with Pedro Monteiro and Rodrigo Cruz. His research interests focus on the development of modern architecture in Portugal, its origins, influences and cultural references.

Fotografia: Bairro de Olivais Norte - Célula A - Cat. III [© Gisela Lameira]

ÍNDEX

Índex

A

Adaptabilidade 97
Apartamento 98

B

Bairro de Casas Económicas [BCE] 39
Bairro de Rendimento 101
Bairros Ferroviários [FER] 43
Bairro Social [BS] 40
Bairros para Forças de Segurança [FS] 42
Bloco 101

C

Casa 103
Casa Burguesa 105
Casa Económica 106
Casa em Banda 105
Casa Geminada 107
Casa Portuguesa 107
Casa Quadripartida 108
Casas Construídas Através de Empréstimo: Casas do Povo [CCE-CP] 45
Casas Construídas Através de Empréstimo: Empresas Contribuintes [CCE-EC] 46
Casas Construídas ou Adquiridas Através de Empréstimo [CCAAE] 44
Casas de Renda Económica [CRE] 55
Casas de Renda Limitada [CRL] 61
Casas Desmontáveis [CD] 47
Casas dos Pescadores [CP] 53
Casas Económicas [CE] 48
Casas para Famílias Pobres [CFP] 50
Colónia Operária 109
Colónias Agrícolas da Junta de Colonização Interna [CAJCI] 64
Compartimento 112
Copropriedade 114

D

Distribuição 115
Dúplex 117

E

Empresa Pública de Urbanização de Lisboa [EPUL] 65

F

Flexibilidade 118
Fundo de Fomento da Habitação [FFH] 67

G

Gabinete da Área de Sines [GAS] 68
Gabinete Técnico da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa [GTH] 68
Galeria 120

H

Habitação 122
Habitação de Promoção Pública 128
Habitação Operária 124
Habitação Plurifamiliar 126
Habitação programada 128
Habitação Social 131
Habitação Subsidiada 133
Habitação Unifamiliar 130
Habitações Económicas da Federação das Caixas de Previdência [HE-FCP] 69
Habitation à Bon Marché [HBM] 71
Habitation à Loyer Moderé [HLM] 72
Higienismo 133

I

Instituto Nacional do Trabalho e Previdência [INTP] 73

J

Junta de Colonização Interna [JCI] 74

M

Matriz de Concepção Espacial 137
Modelo (de Habitação) 137
Movimento Nacional de Auto-Construção [MONAC] 75

N

Normas 138

P

Paternalismo Industrial 139
Pátio 141
Plano de Construção de Novas Habitações - Lisboa [PCNH] 75
Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto [PMP] 79
Plano de Realojamento dos Sinistrados [PRS] 82
Planta 142
Prédio de Rendimento 144
Produção Corrente 147
Promoção Cooperativa [COOP] 82
Promoção Filantrópica [FI] 84
Promoção Municipal [MU] 85
Propriedade Horizontal 149
Propriedade Resolúvel 149

Q

Quarteirão 150

R

Regime das Casas Económicas [RCE] 86

S

Saguão 152
Serviço de Apoio Ambulatório Local [SAAL] 89

T

Tipo 155